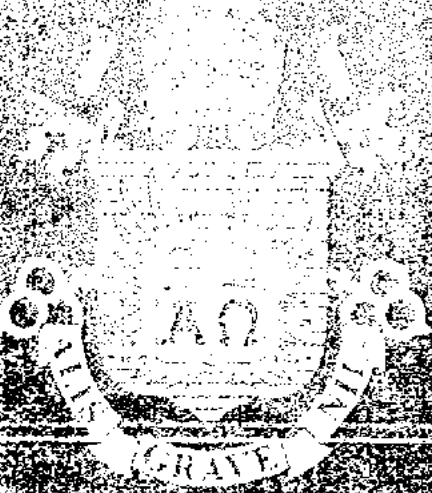


Apenas para uso próprio, sem fins lucrativos. (Lei nº6.910/98 do Direito Autoral)



PUC
RIO

FERNANDA T. COSTA-MOURA

A FUNÇÃO DA CAUSA EM PSICANÁLISE

TESE DE DOUTORADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, maio de 2000.

UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

N.Cham. 150 C837f TESE UC
Titulo A função da causa em psicanálise



Ex.1 PUC-Rio - PUCB

00150661

FERNANDA T. COSTA-MOURA

A FUNÇÃO DA CAUSA EM PSICANÁLISE

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da
PUC/Rio como parte dos requisitos para obtenção
do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Anamaria Ribeiro

TESE DE DOUTORADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Rio de Janeiro, maio de 2000.

102008



150
C837 f
TEJE UC
ex 1

À memória de meu pai
Paulo C. Costa-Moura
que me acompanhou neste escrito

Ao Belisário
e aos nossos filhos, Mário e Álvaro
que eu sigo na vida

Agradecimentos

À Anamaria Coutinho em primeiro lugar, pela orientação firme e esclarecedora, por ter problematizado sempre com delicadeza, atenção e disponibilidade meu ponto de vista, trazendo à luz retificações que foram cruciais para o desenvolvimento e realização deste trabalho; e além disso, pelo incentivo e apoio em momentos difíceis e o muito que aprendi com ela por sua maneira de colocar os problemas, que descortinou para mim um mundo novo.

Aos professores do Departamento de Psicologia – e especialmente a Octávio de Souza, Therezinha Féres Carneiro, Júnia de Vilhena, e Monique Augras –pela acolhida oportunidade e estímulo que obtive através de suas aulas e comentários de dar início a muito do que se desenvolveu aqui

Aos colegas do Tempo Freudiano Associação Psicanalítica e especialmente a seu fundador e presidente, Antonio Carlos Rocha, assim como Francisco Leonel Fernandes, Valmir Sbrano, Luiza Ribeiro, Dionysia Rache de Andrade, Ana Cristina Manfroni e Eduardo C. Rocha, sem os quais este trabalho não teria sido possível, agradeço pela contribuição inestimável, constitutiva da própria perspectiva que norteou este estudo e que foi forjada, em boa parte, na oportunidade que tive, de retomar junto a eles e por seu intermédio, não apenas a incidência causal do texto de Freud e de Lacan como a direção de minha formação.

Aos colegas e alunos do CEP COP -- Centro de Estudos, Pesquisa e Clínica em Psicanálise da Universidade Santa Úrsula – por acolherem a mim e a um trabalho, por fornecerem o motivo maior. Especialmente desejo agradecer à Angela M. M. Coutinho, Coordenadora Geral do Cepcop, pelo apoio e incentivo que foram cruciais para a realização deste trabalho, assim como à Diretora do IPP – Instituto de Psicologia e Psicanálise da Universidade Santa Úrsula, Ruth Cnop Goldemberg.

À Renata Theophilo da Costa-Moura pela ajuda valiosa e decisiva com a filosofia.

Agradeço ainda às instituições que me propiciaram o ambiente e os meios materiais indispensáveis à realização deste trabalho:

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (e especialmente à Vice-Reitoria Comunitária)

Departamento de Psicologia da PUC/RJ

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Cnpq.

Resumo

A articulação e o aproveitamento da noção de causa no campo psicanalítico são examinados a partir dos artigos freudianos sobre a Etiologia das Neuroses e de fragmentos da obra e do ensino de J. Lacan. Procura-se apreender a trajetória que leva da noção de causa veiculada na Etiologia (causa da neurose) à noção introduzida por Lacan de causa do desejo. Partindo de um levantamento sobre a formação do problema filosófico da causalidade, analisa-se os termos em que tal problema é equacionado na psicanálise, ressaltando-se o ponto, gerador do impasse da análise interminável, ou infinita, em que a questão é deixada na obra de Freud como indemonstrável, e a reformulação introduzida por Lacan no campo da problemática da causa a partir da reflexão sobre o funcionamento da linguagem.

Abstract

The concept of cause as it is developed and employed in Freud's and Lacan's psychoanalytical theory is examined in the context of the philosophical discussion on causality, and mostly of the landmark contributions of Hume and Kant. In this process it is analyzed the meaning of this concept since Freud's first conception of etiology – cause of a symptom or neurosis cause – to Lacan's formulations of the cause of the subject and of the cause of the desire, as derived from his approach of the unconscious structured as a language.

... e para sempre a cadeia dos efeitos e das causas
será outra. Se não for isso que a psicanálise nos
ensina, ela não nos ensina absolutamente nada.
(Jaques Lacan)

Sumário

<i>O (In)Conceito – Introdução</i>	01
<i>1. Um fantasma impossível de conjurar do pensamento</i>	30
<i>2. Origem,hiato</i>	71
<i>3. Saxa Loquuntur! (Até) As pedras falam!</i>	112
<i>4. Castelos na Espanha</i>	142
<i>5. Sansão em cadeias</i>	181
<i>6. A subversão da causa</i>	212
<i>Finalmente</i>	250
<i>Bibliografia</i>	257

O (In)conceito

Introdução

Cette maladie que vous voulez guérir [...] les médecins ont raisonné là dessus comme il faut; et ils n'ont pas manqué de dire que cela procedait, qui du cerveau, qui des entrailles, qui de la rate, qui de foie; mais il est certain que l'amour en est la véritable cause. (Molière, 1666¹).

Este é um trabalho sobre a noção de causa, sua articulação e aproveitamento no campo psicanalítico e, mais especificamente, nas obras de S. Freud e J. Lacan. Fundamentalmente o que se propõe é acompanhar o reviramento efetuado sobre a noção de causa em sua inscrição na psicanálise, subversão que está na base ou pelo menos é correlata àquela mais discutida, sofrida neste campo pela noção de sujeito com a introdução de uma concepção do sujeito como inconsciente.

Em artigo de 1964, J. Lacan, constatando a característica intermitente que ele chama de “sésamo do inconsciente” – a saber, que o inconsciente depende de um efeito de fala (de palavra) que se presentifica, ou não -, comenta que este mesmo traço obriga os analistas a refletirem sobre o modo e o fato deste fechamento. É esta intermitência (abertura X fechamento) do inconsciente, já constatada por Freud, que nos dá, diz Lacan, a chave do seu espaço e da

¹ “Esta doença que o senhor quer curar [...] os médicos raciocinaram sobre isto, convenientemente, e não deixaram de dizer que isto provinha, quer do cérebro, das entranhas, do baço, do figado; mas o que é certo é que disso o amor é a verdadeira causa”. Molière (1666) *Le médecin malgré lui*, p. 75 – livro que me chegou às mãos, a partir de uma referência de Lacan, através de Luiza Ribeiro.

impropriedade em que incorremos “se queremos fazer dele um dentro”². Mas, acima de tudo, continua Lacan:

A experiência deste fechamento mostra que não seria um ato gratuito para os psicanalistas reabrir o debate sobre a causa, fantasma impossível de conjurar do pensamento, crítico ou não. Pois a causa não é [...] um logro das formas do discurso – já se o teria dissipado. Ela perpetua a razão que subordina o sujeito ao efeito do significante. (Lacan, J. 1964b p. 839).

É desta posição, que pode ser tomada como uma exortação eloqüente feita aos analistas, que Lacan discorrerá durante um longo período de seu ensino³, e sempre em pequenos, contundentes e enigmáticos aforismos sobre a noção de causa. De uma posição em que recorrer à noção de causa corresponde a, nada mais nada menos, que, como ele diz no Seminário XI, “fazer apreender o inconsciente, conceito freudiano”⁴ – e apreendê-lo, a partir da noção de causa, não como lugar, superfície, entidade (“um dentro”), mas como efeito da linguagem; em particular, do significante⁵.

No início do Seminário XI sobre os conceitos fundamentais da psicanálise, para avançar um pouco o que será desenvolvido mais extensamente e que constitui mesmo o cerne deste estudo, Lacan, apontando os limites da empreitada de Freud, limites que concernem de perto a este trabalho e que estão relacionados como se verá, à falta de uma teoria freudiana sobre a ciência,

² “en faire un dedans” (Lacan, J. 1964b p. 838).

³ Principalmente no período compreendido entre 1962-63, com o Seminário *A Angústia* – em que introduz a noção de causa vinculada ao conceito central de sua obra, o objeto chamado *a*, denominado *objeto causa de desejo* -, e 1971-72. Mas até o final de seu ensino, Lacan nunca deixou de se referir à noção de causa como elementar para situar tanto o inconsciente quanto a função do objeto *a* para o sujeito.

⁴ Lacan, J. (1964a p. 26).

⁵ Na concepção lacaniana, o significante não se reduz à descrição saussureana deste elemento da linguagem, antes ele é ressaltado por seu caráter de “jogo combinatório

crítica a formulação famosa do inconsciente como conceito dinâmico⁶. Pois a dinâmica, comenta Lacan - aludindo ao conceito de força, conceito chave da dinâmica que abre o campo da física newtoniana e que, como todo conceito fundamental da ciência moderna, é um conceito sem fundamento sensível, eidético -, a dinâmica apenas substitui "a ordem do mistério mais corrente por um mistério particular"⁷. E isso não basta. Para atingir o inconsciente, afirma, é à função da causa que é preciso referir-se, por ser ela o lugar, o ponto onde se pode divisar que o inconsciente se situa na experiência do sujeito - "O inconsciente freudiano, [...] ele se situa nesse ponto em que, entre a causa e o que ela afeta, há sempre claudicação"⁸.

Apenas por este pequeno extrato da elaboração lacaniana sobre a problemática da causa já se pode entender qual é a importância que Lacan lhe confere. Lacan revaloriza a noção de causa, atribuindo-lhe lugar central na teoria psicanalítica como elemento indispensável para a formulação e, mais que isso, para a situação, a apreensão que se possa ter do que está em jogo na concepção do inconsciente freudiano e, portanto, de todo o campo da psicanálise. Coloca ênfase na função da causa (e, portanto, no inconsciente) como hiância, abertura, fenda onde o pensamento não se conclui e, sobretudo, ele nos incita a repensar nada menos que o ponto nodal das relações entre a subjetividade e a linguagem a partir do que está enfeixado e se evidencia na noção de causa - que "testemunha a razão" (proporção, relação matemática,

operando em sua espontaneidade, sozinho, de maneira pré-subjetiva" (Lacan, J. 1964a p. 26). Voltarei a isto no capítulo 5 deste estudo.

⁶ O inconsciente não apenas como aquilo que fica, ou se encontra fortuitamente fora da consciência, mas como o que é mantido lá como resultado do conflito e da conjugação de certas forças - concepção elaborada pelo próprio Freud e evocada também por ele como modo de diferenciar a sua invenção de outras concepções de inconsciente. Cf. Freud, S. (1915) "O Inconsciente" e (1923) "O Eu e o Isso".

⁷ Lacan, J. (1964a p. 26).

mas também motivo, afecção, *pathos*), “que subordina o sujeito ao efeito do significante”.

São indicações importantes e valiosas e este trabalho tenta segui-las. Mais que isso, ele nasceu e é tributário dessas e outras provocações de Lacan, convite que não sei bem por que, não há como saber, não pude deixar de ouvir. Mas fazê-lo implica numa retomada do problema da causa, de sua presença inexorável e função no pensamento – problema célebre, imorredouro, debatido em vários momentos cruciais da constituição dos discursos – e, mais complexo ainda, implica em colocar a questão das relações da noção de causa com o que se passa ao nível do sujeito concebido pela psicanálise; retomar o problema –, deixado sempre em aberto na história da filosofia e das ciências - no plano de sua incidência para o sujeito.

Ora, a causa é um vespeiro colossal. Envolvido nos vários movimentos de afirmação e crítica do domínio da razão, o problema da causa – conceituação e uso de diferentes noções de causalidade para diferentes fins e empregos - atravessou os séculos assombrando (e aproveitemos aí toda a gama do sentido, que vai do terror à admiração⁹) espíritos os mais avalizados. Como efeito de sua presença constante no pensamento - o problema da causa está sempre explícita ou implicitamente implicado e demarca mesmo o início do que conhecemos como pensamento filosófico-científico¹⁰ - pode-se dizer que, como nexos, a

⁸ “Clocherie” em francês, claudicação ou, como sugere M.D. Magno, responsável pela versão brasileira do Seminário XI, *mancada* (Lacan, J. 1964 p. 27).

⁹ Penso em assombrar como maravilhar, rondar feito alma penada, aterrar e também tornar sombrio, obscurecer.

¹⁰ Refiro-me aqui à passagem do pensamento mítico ao filosófico-científico, para o qual o apelo à noção de causalidade interpretada em termos estritamente naturais ou elementares, - que constitui a forma básica de explicação científica - fornece o ponto crucial e marca, entre os gregos, o surgimento do pensamento filosófico-científico no séc. VI AC. Cf., entre outros autores, Marcondes, D. (1997 pp. 24-25).

causalidade participa e mesmo releva de toda tentativa de estabelecer conectividades, agentes e origens¹¹.

Da famosa fábula sobre o despertar da razão de seu “sono dogmático”¹², nas páginas tão conhecidas de *Prolegômenos*, a toda a metafísica futura (1783), com a qual Kant indica como a questão da causalidade desempenhou um papel fundamental na formação de suas idéias, até a perspectiva de Wittgenstein¹³, responsável pela outra grande virada na direção do pensamento filosófico com a introdução da interrogação sobre a natureza da linguagem e da significação lingüística a partir do postulado da indeterminação natural do sentido - que situa a discriminação entre causas e razões como o problema filosófico por excelência -, vê-se que a causalidade é verdadeiro ponto nevrálgico¹⁴ em torno do qual se digladiaram os gigantes da história do pensamento - cada um trazendo sua crítica, seu aporte, avanços, recuos ...

Mas é como problema que a causa permanece. É mais o problema da causa que perdura, que as soluções que se lhe propuseram. Esta talvez seja a maior potência da noção de causa: articular, há pelo menos 2000 anos, um

¹¹ Muitos autores admitem que pensar é, em certa medida, atribuir causalidades (no sentido de um nexos entre elementos que seja mais que a simples associação ou sucessão). Para esta discussão, Cf. especialmente Kuhn, “Les notions de causalité dans le développement de la physique” - artigo em que o autor mostra que, malgrado se constitua sem fazer menção à causa, toda a teoria na física (e, num plano mais geral, em todas as práticas que caracterizam o domínio da ciência) é implicitamente causal. Diz ele: “As explicações físicas elas mesmas são geralmente causais. Entretanto, reconhecer isto é confrontar de novo a subjetividade intrínseca de alguns dos critérios que regulam a noção de causa”. Kuhn, Th.S. (1966 p.9).

¹² Segundo Kant, foi a pergunta de Hume sobre a causa que desencadeou o impacto que deu ao campo da filosofia especulativa a direção configurada pela filosofia crítica. Cf. Kant, I. (1783 p.17-18).

¹³ Cf. Bouveresse (1991 p. 39.)

¹⁴ Percorrer os modos como se foi transformando a concepção de relação causal, acompanhar a história de como foi interpretado, negado, rechaçado ou afirmado o nexos causal, de como foi analisada a natureza, o estatuto, as implicações e formas de causalidade é mesmo um meio eficaz de situar e demarcar os discursos filosófico, científico e religioso - que se distinguem pelo destino dado ao problema.

problema sem solução, uma fenda¹⁵, como diz Lacan, no que seria reinado da razão e do discurso, anti conceito – ou conceito inanalísável, impossível de racionalizar, que assinala um rasgo nas operações simbólicas (significação, referenciação), perfazendo uma presença tão incômoda quanto inexorável - “fantasma impossível de conjurar do pensamento”.

Como, então, com os recursos limitados da psicanálise - seu campo conceitual aqui indiciando uma práxis - adentrar esta arena de titãs em que se transformou o terreno da interrogação sobre a causalidade?

Esta é a primeira dificuldade desta tese, mas foi também uma das dificuldades inaugurais de Freud¹⁶. Para começar, é preciso superar a distância que separa um campo como a psicanálise de um estudo que deriva e tem sido largamente explorado na tradição filosófica e nas discussões sobre a ciência. Indicar como se articula, na perspectiva psicanalítica, um conjunto de problemas que esteve reunido sob a rubrica da causa de diversos modos em inúmeros momentos da história do pensamento - problemas ligados à produção, origem, agentes, e num plano mais geral, ao que poderia ser descrito como imbricação e cesura entre linguagem e real.

¹⁵ Que ele chama “*beance*” em francês, palavra que evoca “*béante*” (abertura, furo, orifício), mas é mais rara, mais literária; traduzida na edição brasileira do Seminário XI como “hiância”. A pesquisa realizada por Luiza Ribeiro em documento interno de trabalho do Tempo Freudiano Associação Psicanalítica revela que até o séc.XII, era empregada para designar *desejo* (aspiração), que é como aparece no texto de Kant, *Prolegômenos a toda metafísica futura*, evocado por Lacan neste contexto. Cf. Dicionário Larrousse *Trésors du Français – Dictionnaire de l’ancien français – Le Moyen Âge*.

¹⁶ Decorre das próprias características do campo psicanalítico, como se verá, que qualquer um que se proponha a discorrer sobre a causalidade aí presente, se veja de alguma forma lançado no desafio que foi o de Freud em seu tempo e o de Lacan depois. Pois se trata de um desafio atemporal cuja solução, necessariamente parcial e provisória, convoca e determina que cada sujeito tenha que passar de novo e em nome próprio pelos mesmos pontos, as mesmas dificuldades que os mestres passaram. De certo modo, esta tese é para isto.

Além disso, importa situar, neste contexto, o que configura uma escolha de Freud¹⁷ - intromissão do psicanalista no debate sobre a causa - a partir do campo psicanalítico; isto é: mostrar como isto deriva de uma perspectiva clínica que é própria da prática psicanalítica; clínica que, ao mesmo tempo, esta escolha funda e instaura como prática, efetividade. De modo que a articulação que submete a causalidade neste campo tome lugar como algo que resulta da lógica da perspectiva psicanalítica.

No caso da psicanálise, inicialmente o que chama atenção é essa escolha de Freud que pode ser articulada a uma certa insistência: o que justifica e autoriza Freud em sua trajetória de construção e elaboração do campo prático e conceitual da psicanálise a empregar a noção de causa - qual o problema que aí se apresentou e insistiu levando Freud a escolher sustentar a idéia de causalidade justamente no terreno da subjetividade, onde ela parece mais problemática e dispensável? Mais ainda, o que teria levado Lacan, anos depois, em sua retomada de Freud a resituar e revalorizar o problema da causa no campo psicanalítico?

Por outro lado, se a noção de causa servia a Freud em sua tentativa de conceituar o que ele havia testemunhado e formulado como um funcionamento outro do sujeito (é o inconsciente), a própria experiência psicanalítica, na medida em que envolve enunciação e ato, não podia se dizer por inteiro no texto freudiano. Não encontrava parâmetros em outras formulações já existentes, ou ao menos não os encontrava sem torções. Assim, é forçoso perguntar, quando Freud fala de causa, quando ele supõe uma causalidade - de que conceito se

¹⁷ Voltaremos, mais adiante neste trabalho, a este caráter do emprego da noção de causa como algo que deriva da clínica mas, nem por isso, configura menos uma escolha de Freud, escolha que abre o campo da psicanálise. Por ora, basta esclarecer que me refiro aqui ao fato de que Freud poderia ter articulado sua descoberta/invenção do inconsciente como um discurso *sobre* o sujeito, uma filosofia, um sistema filosófico a mais. E, no

trata? Por que torções ou distorções passou o conceito de causa para articular a direção freudiana de elaboração da dimensão inconsciente da subjetividade? Este acabou constituindo-se o foco principal deste estudo: esclarecer a trajetória por que passou o conceito de causa na sua inscrição no campo psicanalítico.

Acompanhar como se constitui no campo psicanalítico a noção de causa é, de certo modo, acompanhar a trajetória da própria psicanálise. Observar como a práxis inventada por Freud realiza - e se realiza -, nesta subversão que impõe à noção de causa uma rotação imposta ao conceito que corresponde e decorre de seu próprio movimento de, surgindo da ciência, da medicina com Charcot, mas também com Bernheim e outros, demarcar-se na medida em que inaugura um campo novo que equívale a um discurso próprio. Um discurso não apenas no sentido de uma nova linguagem conceitual, mas sobretudo no plano de uma prática, um modo novo de responder à queixa do sujeito sobre seus males, um novo laço social.

Para responder a estes interesses, optei por estudar como se formou o problema da causalidade, seu papel nos avanços e crises da razão, e considerar os termos em que foi equacionado na psicanálise.

Na perspectiva adotada para este estudo, a noção de causa será tomada mais como enigma, problema exigindo solução, do que propriamente um conceito definido de antemão. Razão pela qual as questões aqui abordadas não dizem respeito quer à validade científica do emprego do termo causa, quer à existência ou pertinência das explicações causais em psicanálise. É antes sobre um ponto mais básico ou anterior que elas incidem. Em lugar de tomar o problema da causa como neutro, procura-se retrair a origem do conceito em Freud e acompanhar seu desenvolvimento em Lacan para investigar, antes de

entanto, não foi esta a sua escolha, mas, sim, fundar uma práxis, um modo de intervenção no mundo.

tudo, de que idéia (ou idéias) sobre a causalidade se trata na obra de Freud e no prolongamento desta por Lacan.

Mais especificamente, a direção que conduz esta retomada da articulação da causalidade nos textos fundadores da psicanálise é tentar apreender *de que modo e para que* Freud utiliza a noção de causa e sua afirmação correlata de um determinismo subjacente à vida mental. A tentativa é de isolar e indicar o que está em jogo na causalidade que Freud formula a cada momento de sua elaboração. Para o que aponta e qual é sua perspectiva de interesse quando utiliza (explícita ou implicitamente) a noção de causa; a que problemas tenta responder e como.

Estas são as “questões ferramentas” – aquelas que agenciam minha trajetória pelo texto de Freud, fazendo retroceder sobre ele as questões (no sentido de retomá-lo por seu viés) e, por outro lado, buscar a articulação do texto com a prática psicanalítica - única chance, a meu ver, para atingir a inteligibilidade do texto de Freud e tentar em alguma medida tocar nas questões mais gerais. Pois é somente rearticulando o texto freudiano à prática que era a sua, prática clínica psicanalítica, prática que este texto tenta enunciar, que alguma coisa do que se passa aí com relação ao problema da causalidade pode vir a se evidenciar mais consistentemente.

Com isto, o que se almeja sobretudo é chegar a trazer alguma contribuição para pensar a questão que permanece ao fundo dessa problemática, questão sobre a importância da função da causa na constituição, definição e delimitação de um discurso propriamente psicanalítico em sua práxis.

Este último ponto, aliás, tão primordial quanto intrincado, é o que leva ao coração do problema da causa -- ao problema da causa como conceito

fundamental (por que fundador), significante-mestre¹⁸, para dar seu nome psicanalítico - que não se explica, não se justifica, mas abre um campo, um campo novo, impossível sem ele. Neste sentido, o problema da causa em psicanálise passa diretamente pela busca e equacionamento da função da causa na psicanálise, como a escolha de Freud que está implicada na prática da psicanálise tal como a conhecemos - campo adjacente, porém oblíquo, refratado com relação à ciência e à filosofia.

O que evoca ainda uma outra dificuldade a ser enfrentada neste trabalho, esta mais determinante, porque mais estreitamente ligada às limitações e características do campo psicanalítico: é que abordar o problema da causalidade pelo viés da questão clínica que ele representa exige que a gente se atreva - se arrisque - a enunciar qual é a causa de que se trata quando se trata do sujeito. E isto - que é o que propõe esta tese, exige um salto, uma passagem ao limite - Freud, como Sganarelle, o experimenta a duras penas.

Médico à força

Sganarelle é o protagonista de uma peça de Molière que, por encenar precisamente o problema de que é feito o presente trabalho - embaraço do sujeito com a questão da causa -, inspira e serve de epígrafe a esta introdução. A peça chama-se *Le Médecin Malgré Lui* e é inspirada em várias historietas

¹⁸ A noção de significante-mestre (S1) é tematizada por Lacan sobretudo em seu Seminário sobre os quatro discursos de 1969-70, intitulado o *Avesso da psicanálise*. Designa, no que diz respeito ao uso que se fará da noção neste trabalho, a palavra como ato, comando, imposição de uma ordem (a partir) do significante. São significantes mestres, nesta acepção, não apenas a palavra do Outro a partir da qual um sujeito pode vir

medievais que gracejam com o fato de que um efeito pode surgir e se operar, quando determinadas circunstâncias estão presentes - sobretudo se as circunstâncias forem, digamos, de “força maior”-, de um modo que parece inexplicável a princípio, mas que envolve sempre afinal o ato de alguém. Mais do que isso, a peça, ao tratar de modo bem sarcástico do episódio da cura extraordinária de uma jovem que tinha se tornado muda, dá bem a medida do labirinto em que se encontra enredado esse “médico à força” no que toca a complexa mas inevitável (quando se trata de operar no real do mal que atinge o sujeito) pergunta sobre a causa.

Assim se encontra Sganarelle, por obra de uma vingança de sua mulher¹⁹, enredado, ao longo do drama, com o problema da causa. Pois ele, de simples lenhador, vê-se envolvido num equívoco que o faz ser constrangido pela força a ter que assumir, como médico que acreditam que ele é, o cuidado de uma jovem, filha de um homem importante e poderoso da província, que se tornou subitamente muda. Médicos de toda parte já tinham esgotado com ela toda sua ciência e nada puderam fazer para aliviá-la da mudez – ademais, inexplicável. Agora, era preciso achar um médico em particular, um que “estivesse de posse de segredos admiráveis”, e querem a todo custo, insistem, exigem que ele descubra a causa do mal que acometeu a jovem de um golpe, tirando-lhe o uso da língua.

Enquanto se dá conta da situação, à medida que percebe, já exausto de apanhar, que ninguém acreditará em seu protesto bem intencionado, em suas

a constituir-se, como também conceitos que deram origem a um novo campo de investigação e práticas no real. Voltarei a isto adiante.

¹⁹ A mulher de Sganarelle, espancada por seu marido, tenta se vingar e faz crer a terceiros que, se espancado violentamente, ele se confessaria médico. Coagido pela força, Sganarelle “cura” uma falsa muda, devolvendo-lhe o seu amado.

negativas quanto a seu próprio saber suposto²⁰, Sganarelle esforça-se para encontrar uma saída. Sentado diante de Lucinde e de seu pai Geronte, ele disfarça: “Está aí uma doença que não é tão desagradável, imagino que um homem sensato se acomodaria bem com ela”. Quando objetam que a doença foi um acidente que fez recuar, a pedido do noivo, o casamento, marcado para breve, ele reclama: “Mas quem é este tipo que não quer que sua mulher seja muda? Deus fizesse que minha mulher padecesse disso, eu ao menos me impediria de tentar curá-la!”. Com isso, provoca o riso em Lucinde, conquistando sua confiança quando, de fato, não sabia mais o que fazer.

Abre-se então entre eles o campo de um diálogo e Sganarelle tenta: “Então, qual é a questão? O que tens? Que mal sentes?” Lucinde responde por sinais, tenta se comunicar, mas sua linguagem é ininteligível – é o seu mal. “Está aí sua doença”, diz-lhe o pai arrebatado e, lançando-o no primeiro degrau de um grande precipício que ele terá que descer ao longo da peça, arremata: “tornou-se muda sem que até aqui se tenha podido saber a causa”²¹.

O mesmo desafio em que é lançado Sganarelle tece este trabalho: tratar da questão da causa tal como ela comparece no campo do sujeito. Sendo a particularidade aqui, localizar o problema da causalidade tal como é apreendido e articulado no campo do sujeito concebido pela psicanálise. O que se propõe fundamentalmente neste estudo é que há uma trajetória da noção neste campo: da noção de causa do sintoma à de causa do desejo, no decorrer da obra de Freud e, posteriormente, na retomada de Freud por Lacan - com o que se indica

²⁰ Pena que não seja possível reproduzir aqui cada uma das tiradas adoráveis da verve irônica de Molière, mas saliento ao menos que num certo ponto Sganarelle conclui: “Eles me fizeram médico malgré mes dents”. “Eu nunca me gabara de ser tão sábio; e todo meu estudo não foi além do mínimo. Não sei por que esta fantasia lhes ocorreu; mas, quando eu vi que a toda força eles queriam que eu fosse médico, eu me resolvi a sê-lo [...] e não podem imaginar até que ponto todo mundo está disposto a ver-me como um cura” (“chacun est endiablé à me croire habile homme”). Molière J.B. (1666 pp. 79-80).

²¹ Molière J.B. (1666 pp. 65-66).

uma torção ou, como se disse no início, a subversão²² pela qual se constitui um conceito mais propriamente psicanalítico de causa.

Quando Freud, buscando a etiologia das neuroses - etiologia que visava a causa como origem; não somente a causa desencadeante, mas a fonte determinante, a causa do sintoma (uma predisposição, um evento, origem precisa, determinante e determinada) -, topa, por assim dizer, encontra no lugar, na função que é a da causa, com a fantasia e, portanto, com o desejo inconsciente do sujeito, implicado naquilo de que ele se queixa, é por meio disso, levado a deduzir a responsabilidade ética que o desejo implica. O que vai operar um todo um reviramento da noção de causa na psicanálise²³.

Um conceito de causa propriamente psicanalítico se esboça a partir daí cernindo a causalidade que implica o sujeito. Mas este será um conceito de causa que abarca mais do que apenas a produção dos sintomas, que situa não tanto a origem ou os fatores desencadeantes dos males que o acometem, mas a posição ética do sujeito - com o que ela carrega de *pathos* e escolha. Assim, o conceito de causa, presente no campo psicanalítico, embora possa ter como origem a causalidade implicada como operador na ciência - uma causalidade esvaziada de sentido, de telos, reduzida ao mínimo que se produz pela formalização e, sobretudo, nos impasses da formalização²⁴ -, impõe-se à psicanálise, principalmente porque incide sobre o sujeito. E incide obrigando a

²² Falo em subversão, como aludi no início, parafraseando Lacan, num de seus títulos mais marcantes - o do escrito de 1960, que é fundador para a psicanálise, "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano". Cf. Lacan, J. (1966) em *Escritos*.

²³ O trajeto freudiano, da busca etiológica ao encontro desconcertante com a fantasia e, portanto, com o desejo, a implicação do sujeito no que lhe acontece, constitui o objeto principal dos capítulos 2, 3 e 4 deste estudo e só ao longo destes será propriamente exposto, argumentado, fundamentado. Por outro lado, aquilo que se chama aqui de a subversão da causa na psicanálise constitui o objeto principal deste trabalho e é tarefa da tese como um todo apresentar - o que só será possível com a sequência de capítulos que será descrita mais adiante. Por ora, atenho-me apenas a enunciar as linhas principais por onde proponho caminhar.

cada um, mesmo sem recursos de cientista ou filósofo, a inventar uma solução singular e contingente – é a fantasia – para o que do problema da causa resta e resiste a se medir pelo passo da ciência.

Enfim, o que interessa à psicanálise não é apenas a irredutibilidade da causa às operações simbólicas – fonte das discussões filosóficas sobre o assunto –, mas o fato de que esta abertura impossível de reduzir que a noção de causa configura retorna sob diversas formas e acossa o sujeito. Neste sentido, a experiência freudiana com a problemática da causa conduz à constatação de que o problema ontológico que a ciência tem que excluir para se constituir retorna como questão no plano do sujeito, abrindo e tornando necessário o campo próprio da psicanálise.

A psicanálise, ao se constituir como discurso, não pode ignorar a incidência da causa e deve retomar sua função para introduzir aí o campo do sujeito – este cuja exclusão, justamente, fundaria a ciência como discurso autônomo e impessoal. Todavia, a vinculação do sujeito a função da causa opera um redimensionamento da questão ontológica - insolúvel - em questão ética²⁵; se não podemos definir de uma vez por todas e a priori o que é a causa para o sujeito, isso não exime cada um de comparecer e responder como puder, a cada caso, à questão sobre a causa.

De sua posição, o bufão Sganarelle esgrima - por troça de Molière, que o faz dançar um verdadeiro minueto -, enquanto tenta se livrar do caso de Lucinde. Como o pressionam demais, o pobre tem que examinar a moça. Mas porque não faz idéia do que procurar, acaba por tomar-lhe o pulso e depois, como todos aguardam sua palavra, gagueja: “Aí está, um pulso que diz... que

²⁴ Voltarei a tudo isto nos capítulos 1 e 4, adiante.

sua filha é muda”. Os ouvintes reagem entusiasticamente: “Sim, sim, senhor, é este o seu mal, o senhor o encontrou de primeira!”, diz o pai. E neste ponto, Molière, crítico mordaz da medicina, intervém colocando a questão – uma dos mais eloqüentes entre as que aparecem reunidas sob a espada da causa na história do pensamento – da causa como origem. E isso por intermédio do pai aflitíssimo, embora encantado com o saber do médico impostor, que quer mais: “Sim, sim, mas eu queria mesmo, senhor, é que pudesse dizer-me de onde isso provém”.

Sganarelle então tem que virar-se mais uma vez – e revirar a questão – dizendo: “Nada mais fácil! Isso vem de que ela perdeu a fala”. Mas Geronte não pode contentar-se com isto: “Muito bem. Mas a causa, por favor, o que faz com que ela tenha perdido a fala?”. É a pergunta do pai trazendo à baila o problema infundável, objeto de controvérsia desde Aristóteles, da causa como agente – enquanto o falso esculápio, tenta recorrer à autoridade que lhe imputam: “Todos os nossos melhores autores lhe dirão que é o impedimento da ação de sua língua”.

E assim segue Sganarelle debatendo-se com a questão que a doença da moça lhe coloca, esforçando para esquivar-se da causa, da urgência da questão sobre a causa, recorrendo aos mais diversos expedientes, aludindo inclusive aos diversos modos de solução que apresentaram filósofos e pensadores sobre o problema da causa – uma ladainha que Molière torna hilariante, mas que se estende desde Aristóteles e Hipócrates.

Realmente, quando se trata da causa alguém pode perder-se numa nebulosa de argumentos, esgrimir indefinidamente. Como o coloca Lacan, de passagem, no Seminário XI, quando se trata da função da causa entra-se num terreno que, “do ponto de vista da crítica filosófica, não vai sem evocar um

²⁵ Freire, A.B. (1997) o aponta.

mundo de referências, o bastante para fazer qualquer um hesitar diante delas”²⁶. Não há saída por aí para Sganarelle diante do pai que lhe roga. É então que o cáustico autor, constrói para o herói, um desfecho que impressiona pela precisão de figuração do que está em jogo no campo do sujeito. Sganarelle só encontrará uma solução com relação à causa - não lhe bastando a ladainha, a discussão no plano dos argumentos e do saber, cabe entretanto ao médico à força Sganarelle manter uma certa posição.

Sganarelle, se não possui nenhuma especial qualificação para estar onde foi colocado, se é malgrado ele mesmo, à força, que o colocam num dado lugar onde seu saber é suposto e lhe creditam confiança; é por força assim mesmo, de sua posição e de manter essa posição (suportá-la mesmo sem se confundir com ela), que ele acaba descobrindo, como um achado, a causa do mal que acomete Lucinde. Pois Leandre - o jovem por quem Lucinde está apaixonada, mas a quem seu pai se opõe por questões de dinheiro -, sem saber a quem mais recorrer, vem procurá-lo para tentar reencontrar a amada, revelando neste passo - achado final da peça - que o mal de Lucinde tem sua verdadeira causa no amor.

E eis como Molière nos mostra, cento e cinquenta anos antes que Freud por aí se aventurasse, que a causa sempre foi, no que concerne ao sujeito, engasgo, fígada, incidência real do desejo.

Quando se trata do sujeito, comenta Lacan, aludindo justamente à blague da peça de Molière, “[...] não cabe encontrar, num caso, o traço diferencial da teoria e explicar com ele por que sua filha é muda – pois, o de que se trata é de fazê-la falar e este efeito procede de um tipo de intervenção que não tem relação com a referência ao traço diferencial”²⁷. E ainda, jogando com a ambigüidade de

²⁶ O estudo de como se formou o problema da causalidade será objeto do capítulo 1, adiante.

²⁷ Lacan, J. (1964a p. 20) – grifos do autor.

leituras entre a moça da peça de Molière e a causa – a fenda, a hiância existente na função da causa para o pensamento -, Lacan indica a única alternativa para o psicanalista: “A análise consiste justamente em fazê-la falar, de modo que poderíamos dizer que ela se resume, em último termo, na suspensão do mutismo”²⁸.

Molière mostra muito bem que, em termos de saber, de cada traço diferencial das teorias, tudo o que Sganarelle pudesse dizer sobre o que está ali em função de causa do mutismo da moça é estéril, inútil, senão insano. Qualquer um que se ponha a discorrer, especular sobre o que está acontecendo ali não poderá senão equivocar-se, é o mínimo, ou expor-se ao ridículo (ainda que conte com ouvintes embevecidos). O que cabe ao analista-Sganarelle é sustentar a questão sobre a causa e fazê-la falar, deixá-la agir. Manter aberta a hiância característica da função da causa, pois “nessa hiância alguma coisa acontece”²⁹.

A psicanálise não pode se livrar da causa. E por que não pôde se livrar, Freud tratou de fazê-la falar - mas aí se deparou com o corte que isto representa. Na discussão do caso clínico de Fräulein Elizabeth von R., o quinto dos cinco publicados em Estudos Sobre Histeria (1895), depois de escrever “Eis aqui portanto, a infeliz história dessa moça orgulhosa que queria amor”, frase com a qual ele começa finalmente a poder elucidar o que “por muito tempo”, nas suas próprias palavras, “fora incapaz de apreender” - isto é: “a conexão entre os fatos de sua doença e os sintomas reais, que, não obstante, devem ter sido causados por aquele conjunto de experiências” -, Freud se queixa:

Nem sempre fui psicoterapeuta. Como outros neuropatologistas, fui preparado para empregar diagnósticos

²⁸ Lacan, J. (1964a p. 20).

²⁹ Lacan, J. (1964a p. 30).

locais e eletroprognose e ainda me surpreende que as histórias [casos] clínicas por mim descritas pareçam romances de folhetim e que delas esteja ausente, por assim dizer, o selo de seriedade que o científico leva estampado. Por este fato, tenho que me consolar dizendo que o responsável por este resultado é a natureza mesma do assunto, mais que alguma predileção minha. O fato é que o diagnóstico local e as reações elétricas não levam a parte alguma no estudo da histeria. (Freud, S. 1893-95 p. 174).

Enunciar a causa que opera no plano do sujeito põe Freud em contendas de peça de Molière. Como Sganarelle, o psicanalista, diante do problema da causa é médico “à força”. Não pode ignorar sua incidência e nem, tampouco, dizer algo de avalizado sem que haja nisto corte, forçamento, torção, subversão da noção.

Não é por ter escolhido a carreira médica e se preparado para ela que Freud estará mais livre de constrangimento do que Sganarelle para falar da causa que acomete o sujeito. Em ambos, a mesma dificuldade de formulação: embaraço de contar apenas com os termos do discurso científico (e aquele de sua época) para cernir algo que, por definição, é avesso, escapa a este discurso.

O que Freud é levado a articular é algo bem diferente do que, por exemplo, o procedimento de uma anamnese poderia dar acesso. Algo que tem mais a formulação de um paradoxo, um “quebra-cabeças chinês” como ele o chama³⁰, que ele tenta encaixar, sem nunca conseguir muito bem. Uma leitura atenta do texto de Freud nos mostra em inúmeros momentos sua hesitação em relação a este constrangimento do discurso a que estava submetido e que o obrigava às vezes à explanação sob forma de narrativa, folhetinesca como ele a qualifica, para tentar transmitir algo do que se passara em cada análise quanto

³⁰ Veremos adiante no capítulo 3 deste estudo.

ao que estava operando em função de causa para aquele sujeito³¹. Seu texto parece esgarçado entre o desejo do narrador-médico³² de levar a história até um termo satisfatório e a resistência - dos elementos intrínsecos à própria situação da análise e teoria psicanalítica ela mesma - a um relato do tipo tradicional. Essa divisão é, em parte, revelada pelas digressões, parênteses, e inúmeras notas que impedem que a história seja dita de maneira simplesmente linear, por um narrador supostamente neutro da ciência que desapareceria graciosamente. Em vez disto, no texto de Freud, o cientista cede lugar ao analista mas resulta dessa tensão, deste esgarçamento interior do texto, que o saber que se trata de fazer avançar (saber do psicanalista, da psicanálise) fica de saída, para o leitor do texto, minado, sob suspeita - e Freud ele mesmo parece gaguejar, vexado, engasgado com o que tem a dizer.

“A verdadeira causa é o amor”, diz Molière, a causa é para o sujeito seu apego, o que o constrange e impulsiona, em suas escolhas ordinárias, insignificantes ou decisivas, nos pequenos conflitos, nas migalhazinhas de que é feita nossa vida - fiapos a que nos apegamos e que constituem para nós, de um modo ou de outro, os verdadeiros determinantes. Eis a dimensão menos nobre da causa, a que fica fora das discussões científicas, filosóficas, e que cabe à psicanálise tratar.

No Seminário X, *A Angústia* (1962-63), Lacan adverte³³ que o psicanalista “não pode ignorar que há algo que fica em torno da função da

³¹ Em “Miss Lucy R” por ex., outro caso do mesmo *Estudos...*(1895a) -, Freud se vê discorrendo sobre o “cheiro de pudim queimado” que fazia o sintoma e, ao mesmo tempo, fornecia toda a chave para a compreensão do conflito no qual estava envolvida a paciente - e do qual seus sintomas eram o indicador e os substitutos.

³² “Um analista que não escuta somente o sujeito ali deitado sobre o divã, mas também o sujeito dividido que é ele mesmo, que está atento aos movimentos do seu desejo tanto quanto aos de seu paciente”. Cf. a este respeito o interessante artigo de Porter, D. (1986 p.3).

³³ Lacan, J. (1962-63 lição de 16/01/63).

causa”, de que é muito pouco dizer que é incognoscível, para remeter à famosa solução encontrada por Kant para circunscrever a questão do real, da “coisa em si”, na Crítica da Razão Pura. Como nos mostra a encrenca em que se encontra Sganarelle, a causa é muito mais (ou menos, tanto faz) que incognoscível. A causa, neste sentido, como o reconhece o próprio Kant, num escrito anterior³⁴, não é apenas incognoscível, é anti conceitual (O que é o amor?).

A causa é, portanto, no que ela concerne o campo do sujeito, anti conceito; é o limite do conceito ou, como dirá Lacan³⁵, o que se encontra no limite do *Unbewusste* - *Unbegriff*, Inconceito.

Passagem ao limite

“A verdadeira causa é o amor” - a metáfora de Molière resume o impasse da psicanálise com a causa. Como dar conta disto? Como formulá-lo de forma eficaz e precisa, operacional? Em uma palavra: como fazer passar ao conceito esta ordem de coisas?

A causa operando para o sujeito, Molière o mostra à perfeição, é, ao mesmo tempo, ordinária, óbvia, banal - e cortante. Se é articulável no discurso - sempre em instâncias provisórias -, o é somente no tempo (imprevisível) e risco (ato) do sujeito. A causa ... “como um achado”, essa é a experiência numa análise, onde o que está na função de causa só emerge de imprevisto, aparece

³⁴ Cf. Kant, I. (1763 p. 59-60)

³⁵ Lacan comenta os termos negativos com que Freud vai se reportar à causa e ao próprio Inconsciente como *Unbegriff* (conceitos do *Un* - negação, da falta, In-conceitos), ligados ao *Unbewusste* (inconsciente). Cf Lacan, J. (1964a p. 30) Entendo o Limite a que ele alude aí como confim, fronteira, mas também como indicador do *Unbewusste* (do *Un*) na própria articulação significante da linguagem.

quase tarde demais, quando já não se pode esperar. “Um achado”, diz Lacan, isto é: o que não se pode antecipar ou atingir sem ato.

No que toca o sujeito, a função da causa não se explicita fora da experiência do sujeito com o inconsciente – “aquilo pelo que ele se sente ultrapassado”³⁶. Não pode elucidar-se por si, nem oferecer (ou oferecer-se como) evidência, não se dá a conhecer como categoria e nem se pode aplicá-la pelo entendimento. Contingente, os vocabulários, os compêndios, os estudos epistemológicos não podem contê-la³⁷. Trata-se de uma causalidade que somente se explicita caso a caso e “*nachträglich*”, “*après coup*”, após todo um processo de análise, um percurso longo, cheio de circunvoluções, que mais se afina ao sonho e ao solilóquio que à descrição e explanação bem ordenada de argumentos e razões.

Numa psicanálise, a causa é o que advém. Sua incidência para o sujeito não vem da representação que se possa fazer dela (não se trata de dizer ao sujeito o que ela é, é preciso manejar com ela) e nem tampouco de alguma realidade ontológica (de ser a causa um referente). Vem da força de sua deriva, do fato de que, o que causa o desejo do sujeito não se deixa assimilar, mantendo uma tensão que suscita todo tipo de tentativas de lidar com isso. Na prática analítica, a função da causa é um limiar - que se atinge quando certas condições estão presentes e o sujeito se pode lançar no incerto de sua conclusão. Ao preço, porém, de não poder sustentá-la sem tropeço, sem ato, divisão. É aí que a presença do psicanalista é irreduzível, como o coloca ainda uma vez Lacan, como “testemunho desta perda”³⁸.

³⁶ Lacan, J. (1964a p. 30).

³⁷ Não há verbetes sobre a noção de causa formulada no campo psicanalítico, nem nos dicionários filosóficos, nem nos de psicanálise.

³⁸ Lacan, J. (1964a p. 122). É curioso, existe na física, por exemplo, uma codificação, ou, se preferimos, uma lei que governa todos os fenômenos naturais conhecidos – a lei da conservação da energia. Trata-se de uma idéia extremamente abstrata, por ser um princípio

Para Freud por outro lado, abordar o que é fundamentalmente fenda, o que é descontinuidade era também o problema com o inconsciente: como abordá-lo sem reificá-lo, sem reverter sua negatividade operante numa positividade apreensível? Neste sentido, enfrentar a dificuldade que coloca o problema da causa era o mesmo que (era talvez um modo de) tentar articular o inconsciente em sua estrutura lacunar - por isso, o movimento freudiano reintroduz, na psicanálise, a questão da causa. À medida em que avança, Freud tenta criar um arcabouço (é o que ele chama "aparelho psíquico") que possa cernir, apreender, evidenciar, materializar algo desta dimensão da existência dos sujeitos a que ele tinha tido acesso. Das entrelinhas deste esforço para conceituar o campo do inconsciente, podemos depreender toda uma intrincada noção de causalidade, extrair e analisar seus elementos - é do que se ocupa a primeira parte desta tese. Ver-se-á como Freud encontra, em sua busca etiológica, com algo que concerne à causa dos sintomas, mas que se apresenta na forma de (e apresenta) um descompasso entre a causa e o que ela afeta.

O que Freud formula é uma causa *ineficiente* - não se pode explicar nada com ela - ao contrário ela é que demanda explicação: desconhecida e, por outro lado, intimamente relacionada a experiência vivida do sujeito; muda a princípio, (silenciosa num primeiro momento), adquire no entanto eficiência patológica num segundo tempo, o que inclui um *destempo* (é o *a posteriori*), salto talvez

matemático; não é a descrição de um mecanismo ou de algo concreto; é apenas o fato estranho de que podemos calcular certo número e, quando terminamos de observar a natureza em suas peripécias e calculamos o número de novo, ele é o mesmo. Porém, no corpo conceitual da física, isso é um axioma, vale dizer: a física, como discurso, como prática, incorpora em seu conjunto de enunciados a enunciação que a produziu - ninguém mais precisa refazer o achado que transformou a conservação de energia em axioma, uma vez que este achado é assimilado como lei expressa num algoritmo, uma fórmula complexa de uma quantidade que tem que ser calculada e que sempre permanece idêntica em sua situação. Mas aqui, quando se trata não da lei, mas da causa - o que dizer ao pai aflito? Contar-lhe os achados freudianos sobre o funcionamento do sujeito não vai acalmá-lo. Sobre a física, Cf. Feynman, R. (1995) e também do mesmo brilhante autor (1965)

impensável, passagem “mal feita” (hiância, buraco) entre a causa e seu efeito, desproporção. Há algo aí que faz obstáculo ao pensamento, à conceituação, à demonstração.

A causalidade descrita na psicanálise pode nos atingir ainda hoje, com um estranhamento semelhante ao que atingiu Hume ou Kant quando se propôs o problema da causa – há um descompasso: o efeito não está contido na causa, a consequência não está contida no princípio. É impossível compreender, a princípio, qual é a relação da causa com o efeito. Há algo aí que faz obstáculo à razão, que não se deixa reduzir, por exemplo, ao funcionamento em termos de identidade ou contradição³⁹.

Porém, a solução freudiana perante o problema da causa - solução original que advém em função da perspectiva de interesse que é a de Freud, uma perspectiva clínica, operatória - consiste em afirmar o que encontrou. A psicanálise, pode-se dizer, é justamente a explicitação deste embaraço (que a causa sempre foi) como limite, impossibilidade de saber - através do que se atinge não só o inconsciente como o desejo numa instância decisiva.

No auge do impasse com a causa, o esforço de Freud criou toda uma gama de noções que marcaram nosso século modificando nossa visão das coisas. Seu embaraço e o constrangimento com a questão da causa sinalizam, não uma ineficiência, mas, antes, são índice de um campo novo, um campo fundado sobre outros conceitos fundamentais que aquele a partir dos quais a filosofia e a ciência vêm falar, campo que se abre no discurso e para o sujeito – a psicanálise. (É como intuiu Molière ao dizer sobre o médico à força: “o erro se espalhou , agora vêm procurá-lo pessoas de todos os lados - e o pagam por isso!”⁴⁰).

³⁹ São algumas das expressões de Kant no *Ensaio para introduzir em filosofia o conceito de grandeza negativa* (1763).

⁴⁰ Molière. J.B. (1666 p. 80)

Mas a causa que Freud articula não é a nossa, do senso comum, aristotélicos que somos todos. A causa de que se trata aqui – que o diga Lucinde – é incidência real do desejo. É Leandre, o amor – objeto perdido em Freud, impossível em Lacan, ou Lucinde, em torno de quem giram as ações. É da ordem de um objeto que se produz na articulação, no funcionamento “da máquina formal” da linguagem, que vem com o significante (é de lei), objeto denominado *a*, que Lacan propõe como o que causa o desejo. Objeto que entreterá uma complexa relação – pasme! – com o corpo, nos diversos níveis da experiência corporal onde se produz o corte que funda o objeto como perdido. Perdido, como diz Lacan, como parte de nós mesmos, “parte de nossa carne que resta necessariamente presa na máquina formal”⁴¹.

Tudo isso enfim, são pontos que caberá ao próprio desenvolvimento da tese abordar e elucidar, mas, por ora, é preciso ressaltar, ainda que não possa de imediato desenvolvê-lo, o caráter desconcertante, a estranheza do domínio onde recai a noção de causa para a psicanálise. O que se encontra no limite do discurso freudiano sobre a causa, o que este discurso suscita e encontra, se a gente não se desvia, é o limite do discurso. Neste sentido pode-se dizer que a causa que Freud articula é realmente o limite, o confim do território e do discurso analítico (“limite do *Unbewusste*”). Ponto onde o diálogo com outros campos se torna mais ingrato, onde a psicanálise se demarca, se diferencia, onde mais radicalmente ela se separa do campo da ciência e da filosofia.

Talvez por estar submetido a este impasse, Freud declare vez por outra, uma impotência em solucionar o problema da articulação formal da causa, remetendo a experiência psicanalítica a um indemonstrável (ou pelo menos um “além do demonstrável”) na via do discurso⁴². Há muito o que discutir sobre

⁴¹ Lacan, J. (1962-63) 16/01/63.

⁴² São deste teor afirmações encontradas em várias passagens de obras como “A Interpretação dos Sonhos” (1900a), “Recordar, repetir, elaborar” (1914b) e principalmente,

este indemonstrável vindo de um homem que esteve sempre em adjacência com o campo da ciência - toda a primeira parte deste trabalho trata disso -, mas o que importa avançar desde já é que este é um impasse de Freud. Seu ponto de chegada com a questão da causa e, assim o vejo, algo de que ele não pôde, não teve certamente os recursos necessários para tirar todas as conseqüências (passar ao limite).

Se por um lado Freud deu o passo - decisivo - de introduzir (ou remanejar) e desenvolver a problemática da causa no campo do sujeito, abrindo o campo da psicanálise e dando a ela uma dimensão operatória, foi Lacan, por sua vez, quem esteve, como ele mesmo diz, em sua época, em posição de introduzir no domínio da causa a lei do significante, revirando a noção, promovendo seu aproveitamento na psicanálise e incitando à sua revalorização como problema, não do campo da objetividade, mas da objetividade - que diz respeito ao corte que o significante efetua e concerne ao *pathos* deste corte para o sujeito.

A partir de sua abordagem do conceito de inconsciente por sua estrutura de linguagem, então, ao limite do discurso, encontrado por Freud em sua tentativa de formular o *Unbewusste*, Lacan pode propor - e este trabalho faz uso disto em sua retomada da causa - um operador: a idéia do conceito como o que se atinge num salto, numa aproximação que ele compara àquela que impõe como forma o cálculo infinitesimal⁴³ (que só é possível pelo significante). No limite - *Unbegriff* -, diz Lacan: "Não o não conceito [algum inefável] mas o conceito da falta"⁴⁴

"Análise terminável e interminável" (1937) - voltarei a isto em toda a primeira parte do presente trabalho".

⁴³ Lacan, J. (1964a p.25).

⁴⁴ Lacan, J. (1964a p. 30).

Então, será preciso ainda mostrar, ao longo deste estudo, como esta reviravolta que conduz da noção de causa do sintoma à causa do desejo se articula a uma outra passagem: da causa como indemonstrável em Freud - indemonstrável que indicia a formulação freudiana deste limite que a causa oferece à apreensão conceitual e cuja formulação acarreta para Freud o impasse clínico da análise como infinita ou interminável - à causa como conceito limite - que implica e requer o salto do sujeito, passagem ao limite que só é possível pelo giro introduzido por Lacan, que articula à função da causa o significante, como ele diz, como lei.

Para chegar a argumentá-lo, este trabalho organiza-se da seguinte maneira: em primeiro lugar, para que se compreenda o sentido do que estou chamando subversão, reviravolta que a concepção psicanalítica impõe ao problema da causa, é preciso analisar os termos em que este problema tem sido colocado em diversos âmbitos e segundo diferentes perspectivas de interesse. O material necessário a esta análise será buscado na história da formação do problema da causalidade na filosofia clássica que se revelará ser o campo onde se afrontam uma tradição metafísica e os dados da ciência moderna. A este conflito de base vêm se acrescentar diversos antagonismos entre racionalistas e empiristas, de um lado, cépticos e outras correntes ainda configurando uma variedade de aproximações e abordagens que vão desaguar, como mostra Coutinho (1993^a), num desdobramento em termos das posições que representam as visões alternativas de cientificidade dominantes no quadro contemporâneo (objetivista e pragmática).

Para indicar as coordenadas em que o embate de Freud e Lacan, com a causa, vai se passar, este trabalho inicia-se por este "Um fantasma impossível de conjurar do pensamento" - capítulo que estuda a formação do problema da

causalidade na filosofia e no surgimento da ciência moderna examinando as soluções propostas em diversos momentos e marcos destes campos.

Este capítulo serve de introdução à primeira parte do trabalho onde se acompanha Freud em sua abordagem do problema da causalidade em psicanálise, inicialmente pela via da etiologia (redução da causa à origem) e progressivamente afastando-se desta concepção à medida em que ficava claro a dimensão da causa como efetividade avessa à conceituação, quiçá indemonstrável, onde se situa a causa como problema para Freud.

Será então objeto dos capítulos 2, 3 e 4 deste estudo examinar como Freud chega a comprometer-se com a problemática da causa a partir de seu interesse em estabelecer a etiologia das neuroses - através do trajeto freudiano que vai da busca etiológica até o encontro desconcertante com a fantasia (e, portanto, com o desejo, a implicação do sujeito no que lhe acontece). O quarto capítulo abrange ainda uma discussão sobre a idéia freudiana da presença de um indemonstrável na experiência psicanalítica e tenta examinar as conseqüências desta formulação para a prática e a teoria psicanalíticas, analisando sobretudo como, à concepção da causa como indemonstrável corresponde o impasse freudiano da análise infinita ou interminável.

Por esta via, tomo Lacan no capítulos 5 e 6 para examinar a revalorização que ele faz da noção de causa a partir de sua abordagem do inconsciente pela via da linguagem, ou, mais exatamente, da sua concepção da linguagem (como incidência/eficácia do significante e portanto de incompletude, abismo na representação, batimento, escanção). Discute-se aí as passagens nas quais Lacan situa a causa como um problema a ser tematizado pelo psicanalista - sem o que permaneceriam misteriosas as relações do sujeito ao significante (cuja relação de subordinação a causa testemunha) - a causa aí dizendo respeito não somente à noção, mas sobretudo ao problema, à abertura (hiância) que Lacan chega a identificar ao conceito freudiano de inconsciente. Veremos como Lacan faz para

conceber este objeto causa do desejo (objeto a) a partir dos objetos da pulsão - introduzindo na abertura característica da função da causa a lei do significante - de modo a analisar qual foi, e para o que aponta, este giro a mais e finalmente, indicar que o que muda aí não são os objetos em si, mas a própria noção de causa.

Este giro conceitual, que vai resituar o problema revelando sua incidência para o sujeito e revirar a noção de causa, subvertê-la - na medida em que retira a noção de causa do cemitério onde ela descansava confinada como um problema do conhecimento (domínio da objetividade), para reintroduzi-la no terreno da objetividade (que funciona como limite para o conceito) - está, assim o proponho, na rearticulação que Lacan faz do problema da causa ao significante como lei, e na idéia, possibilidade de um conceito limite, que, embora não mencionada explicitamente por Lacan, pode ser, entretanto, inferida ou cunhada a partir de todo o seu ensino.

Este conceito-limite que a causa configura, com o que se pode reformular o próprio impasse freudiano, na medida em que ele possa ser oposto, como operador, ao limite do discurso - eis o que tento correlacionar e contrapor ao indemonstrável de Freud.

Dando voz e relevo aos textos e estilos de Freud e Lacan⁴⁵ - os quais procurei acompanhar, ressaltar, evidenciar em seus diferentes matizes - almejei

⁴⁵ Adotei, no que concerne à obra de Freud, a Edição Standard Brasileira publicada pela editora Imago (ESB). Entretanto sempre que possível confrontei a tradução brasileira àquela feita direta do alemão das Obras Completas publicada pela Amorrortu Editores, Buenos Aires. Apenas quando haviam diferenças muito significativas entre as traduções, optei por citar à partir da edição argentina (aqui designada *AE*). Quanto às obras de Lacan, dei preferência, pela dificuldade de traduzir este autor, à edição brasileira dos Seminários e Escritos, sempre que possível e a partir da comparação com o original francês. Traduzi eu mesma, do francês original, as passagens citadas dos Seminários inéditos. Quanto aos outros autores adotei ora as traduções brasileiras existentes, ora as edições francesas, mas apresentei todas as citações em português, por uma questão de fluência da exposição. Tanto na bibliografia quanto no corpo do texto as obras estão referidas à data original de

produzir um levantamento que possa contribuir tanto para o interesse da psicanálise, interesse na genealogia do conceito de causa em psicanálise, quanto para aquele, não necessariamente intrínseco à psicanálise, desejo de refletir sobre a questão da causa à luz de suas implicações para o sujeito.

publicação. A edição efetivamente consultada, quando não coincide com a original, é mencionada ao final de cada obra na bibliografia.

Um fantasma impossível de conjurar do pensamento

Mas continua a ser um engodo supor uma harmonia [...] e mascarar a contundência de uma função de falta com a questão do lugar que ela pode assumir numa cadeia causal. Ora, longe de pensarmos em eliminá-la, essa função parece-nos ser a origem mesma da noese causalista, a ponto de confundi-la com sua passagem ao real. (Lacan, J. 1966b p.74).

Pensar a causalidade não é tarefa simples. Percorrendo minimamente a literatura filosófica sobre o assunto vê-se que há inúmeros modos de se colocar este problema, cada um com um certo número de implicações e conseqüências peculiares, e todos deixando de alguma maneira um resto que incita a retomá-lo. Da causalidade se pode talvez dizer que sua principal função na história do pensamento filosófico é sobreviver - articular há dois mil anos um problema sem solução.

A causa está em pauta, a cada discurso. Está em jogo, como uma das noções centrais no cruzamento dos problemas físicos e metafísicos, a ser reformulada ou superada, dissolvida como problema ou afirmada, criticada, denunciada ou agenciada. A cada vez que se tenta redefini-la escolhe-se uma direção e ela ressurgue por outra como problema exigindo uma nova solução. Sua potência, nesta perspectiva, parece ser a de marcar uma limitação no saber - e não o seu avanço.

Na tentativa de situar o problema da causalidade na psicanálise no panorama maior do pensamento sobre a causalidade, encontrei-me na incômoda posição de ter que tentar encaminhar uma discussão a partir de várias perspectivas que as leituras me foram sugerindo e sem poder oferecer, neste

contexto, um corpo de documentação (em nível de referências, demonstrações, contextualizações, etc.) que pudesse abranger cada uma das inúmeras catedrais erigidas em torno do problema da causa, de alguma forma implicadas nos comentários que devo fazer. Assim, após lutar com a história da filosofia e das ciências - as quais não me foi possível reduzir ao âmbito deste trabalho - só poderei neste contexto dar algumas indicações sobre estas contribuições e a forma como meu trabalho se encontra com elas relacionado.

Entretanto, tendo que fazer uma escolha, optei por avançar uma discussão, confiando nas palavras de Alquié¹, que declara que as idéias, apesar de sempre referidas a um sistema filosófico em particular, têm como tais, um devir e passam, ao se transformar, de sistema em sistema. Priorizei de todo modo, retraçar o panorama da discussão sobre a causalidade, tal como ele teria se apresentado à Freud e é tematizado explicitamente por Lacan; divisando ao menos os marcos mais importantes do desenvolvimento da questão, na filosofia clássica, constitutiva da problematização psicanalítica da noção de causa. Devo entretanto me contentar com isto para estabelecer ao menos uma base para discussão e contextualização deste trabalho.

Por outro lado, se o faço em circunstâncias tão desfavoráveis - não sendo especialista na área - devo registrar que aqui não apresento mais que observações parciais. No duplo sentido, de não pretenderem abranger um todo e de serem nomeadamente orientadas pela perspectiva que forjei na leitura de Freud e Lacan. Não se trata portanto, neste comentário inicial em particular, mas estendendo-se à todo o trabalho, de uma comparação entre o discurso filosófico e a psicanálise (coisa que não possuo competência para fazer e nem julgo proveitoso); mas apenas de uma interrogação - feita a partir do que a leitura de Freud e Lacan, quanto à causalidade, sugere e deixa entrever - da perspectiva pela qual o problema da causalidade tem sido enfocado no campo da

filosofia e da ciência. Isto implica dizer, que no âmbito deste trabalho o discurso filosófico não interroga a psicanálise, a não ser indiretamente – selecionando e orientando a retomada que faço de Freud neste contexto – o que, acredito, permitiria um enquadramento diverso desta discussão.

Entretanto, sendo as coisas como são e visto que minha perspectiva não pode ser outra senão a que é, arrisco um comentário sobre o modo como o problema da causa foi equacionado e resolvido de diversas maneiras, no interesse de aprender com isto, algo sobre as implicações que carregam estas diferentes perspectivas.

Celeuma

A noção de causa tem sido redefinida a partir de diversas posições e diferentes perspectivas de interesse. E por outro lado essas redefinições (que constituem as diversas concepções de causalidade) têm sido elas mesmas objeto da filosofia - objeto constituído de diferentes maneiras e a partir, igualmente, de diversas perspectivas conceituais e de interesse.

Percorrendo a literatura, percebi que nos vários modos de colocar o problema da causalidade, a divisão e literal separação efetuada por Kant no período crítico entre causalidade ontológica e causalidade como problema referido exclusivamente ao registro do conhecimento (causalidade científica) persiste ainda hoje, de algum modo intocada. A dimensão ontológica envolvida na causalidade - a *causação*; nome dado ao ato de causar ou antes, o problema que é colocado quando se entende a relação causa efeito como alguma coisa a mais (ou diferente) do que uma simples sucessão (*associação*) - tem sido pouco

¹ Alquié, F. (s. d. p.187).

tematizada, embora esteja em jogo de um jeito ou de outro em qualquer discussão sobre causalidade.

Alquié mostra em "A idéia de Causalidade de Descartes a Kant"² que a passagem de uma concepção analítica da causa, na qual esta era considerada como uma relação racional de dedutibilidade do efeito a partir de sua causa, a uma concepção sintética - na qual causa e efeito estão unidos por um liame acrescentado e que permanece exterior aos seus termos - é correlata de uma passagem da causalidade como problema ontológico à problema do conhecimento.

No quadro contemporâneo, como o mostra Coutinho (1993a) a questão da causalidade vai ser principalmente discutida em termos da duas visões alternativas de cientificidade dominantes (objetivista e pragmática). Teríamos então por um lado as concepções objetivistas - lado que reuniria todas as concepções da causalidade enquanto definida objetivamente (tanto as concepções mais empiristas ou positivistas, como as informadas pela tradição do empirismo lógico, quanto aquelas situadas numa perspectiva mais racionalista, como o racionalismo crítico e também pelo estruturalismo, no caso das ciências humanas e sociais). E por outro lado aquelas concepções da causalidade como pragmaticamente definida (no sentido de que as explicações produzidas pelas diversas linguagens científicas são analisados em termos de seus múltiplos sentidos na prática científica de diversas áreas).

De ambos os artigos se pode inferir os vários modos de contornar este problema da causação ou enfrentá-lo. No artigo de Alquié se pode ver como, na chamada concepção analítica da causalidade (em Descartes mas presente também de certa forma desde Aristóteles) a causação é vista como um dado

²Alquié, F. (ibid.).

natural³ - o que é uma forma tão eficaz como qualquer outra de renunciar ao problema. Por outro lado, numa concepção sintética, a interrogação sobre a causalidade deixa de lado, como problemático, o plano ontológico, para se preocupar apenas com o plano do conhecimento⁴. A consequência é portanto uma separação de planos entre a causalidade como problema ontológico (que Hume recua para o sujeito do conhecimento como sede da sensibilidade; e Kant, no pensamento crítico faz recair sobre o plano da moral como liberdade) e a causalidade tomada do ponto de vista do problema do conhecimento (causalidade científica)⁵.

No artigo de Coutinho fica claro que o problema da causação nas concepções ditas objetivistas da causalidade, continua a instigar mesmo aqueles que, quer tomando-o como dado (perspectivas mais empiristas), ou ainda como resolvido em termos de necessidade da razão (perspectivas mais racionalistas), colocam seu interesse mais central, no debate em torno da conveniência ou não, da formulação causal ser aplicada a determinados fenômenos ou eventos e em que circunstâncias⁶.

No panorama contemporâneo a chamada "virada linguística" mudou novamente os rumos da filosofia introduzindo toda uma outra perspectiva de problematização dos problemas filosóficos clássicos a partir da realidade efetiva da linguagem. Decorre desta reflexão empreendida na tradição pragmática, a

³Isto é: faz parte da ordem do mundo (Descartes diria da "ordem das razões") que as coisas sejam causadas - o problema todo se situando em poder conhecer as causas para conhecer com isto os efeitos.

⁴ Neste ponto a causação deixa de ser um dado, e passa a uma necessidade do espírito que crê, (no caso de Hume) ou condição a priori do entendimento que conhece (no caso de Kant) - se verá adiante.

⁵E deste ponto de vista é interessante o que mostra Alquié: esta reformulação do problema estava preparada e de certo modo tornada necessária pelas próprias dificuldades que encontraram os cartesianos para definir a causa como razão. (Alquié, F. sd, p. 188).

⁶Cf no campo da ciência Bunge, M. (1978), e Russell, B. (1949) e no campo da filosofia temos os exemplos de Mill (e novamente Russell) citados por Anscombe (1981).

partir de Wittgenstein⁷, uma problematização incisiva da noção de necessidade⁸, a partir da qual o papel atribuído nas diversas linguagens – científicas ou não – ao conceito de causa vai ocupar uma posição de destaque⁹.

De todo modo um problema persiste e parece insistir, a cada sistema, exigindo uma nova reformulação, uma nova abordagem. Problema da causa – “não a causa categoria da lógica, mas como causando todo efeito”, como diz Lacan¹⁰.

Deste ponto de vista, cada um dos sistemas filosóficos é muito diferente de outro, cada um tem um modo peculiar de colocar o problema, de incluir ou excluir ou resolver de alguma forma o problema da causação. Tudo isto é muito complicado e extenso, e ao abordá-lo vejo-me na situação de São Cristóvão, na antiga adivinhação citada por Freud¹¹: se vou carregar o Cristo e o Cristo carrega o mundo inteiro, onde então apoiar o pé?

Devo portanto voltar a insistir em Freud para esclarecer que se isto tudo me interessa é na medida em que me parece que tematizar a causalidade

⁷ Que faz do uso o elemento do sentido, elemento que o decide, desalojando deste lugar a significação e situando a linguagem portanto não mais como sistema de significação e nem, muito menos de referência (no sentido de correspondência ponto a ponto com a realidade); mas sim de uso, isto é, de práticas.

⁸ As análises de Wittgenstein, das questões desenvolvidas pelas matemáticas (da lógica ou da filosofia das matemáticas) são exemplares dessa problematização e de seus métodos. Cf Wittgenstein (1945) e Bouveresse (1987).

⁹ Wittgenstein vai criticar a causa enquanto naturalizada e definida objetivamente e apontar a uma redefinição desta visão objetivista da noção de causa a partir de uma perspectiva onde causas e razões são vistas em relação aos diferentes usos desses conceitos em diferentes contextos e em termos de seus múltiplos sentidos na prática científica de diversas áreas. Seria certamente proveitoso examinar este panorama mais contemporâneo das discussões sobre a causalidade, sobretudo em função de que o ensino de Lacan é já contemporâneo desta visão e implícita ou explicitamente incide sobre (e sofreria certamente as incidências desta problematização). Infelizmente, isso não é possível para mim neste momento de modo que posso apenas indicar esta direção como uma possibilidade de desdobramento das discussões que encaminho e apresento neste trabalho.

¹⁰ Lacan, J. (1966a p.883).

¹¹ Freud, S. (1921 p.85 AE).

articulada por Freud vai nos obrigar a rearticular dois tipos de discussão que estavam muito bem separados desde Kant: o da causalidade ontológica (concebida aqui como causação) e o da causalidade científica. Uma vez que o problema da causalidade em psicanálise parece reunir em si as duas celeumas.

Fundamento

Causar é fazer, assim pensavam os gregos¹², de maneira direta, sem mais. É esse, inclusive, o primeiro sentido do vocábulo grego *αἰτία* traduzido por causa, originalmente num sentido jurídico, significando “acusação” ou “imputação” no sentido da responsabilidade por algo¹³. Igualmente jurídico é verbo latino *caveo*, dado também como origem do termo causa, embora de significado quase inverso ao grego, interpretado como defesa, precaução.

Por esta origem já se vê o universo que é evocado pela noção, estendendo-se do extremo da imputação, ao da defesa. E neste universo está presente de qualquer modo, ainda que implicitamente, o significado não jurídico que lhe atribui Aristóteles e que será característico da relação causal: o passar de algo a algo, que faz da causa uma noção que se confunde com a própria atividade do pensamento e sua história.

Com efeito, o significado de causa não fica apenas neste registro jurídico, legal, do nexa causal. Desde que se empregou a noção filosoficamente, a este sentido da imputação a alguém (ou algo) de algo outro, agregou-se uma multiplicidade de questões – agente, origem, razão, produção, necessidade, legalidade, universalidade - que fazem da causalidade um tema discutido desde

¹² Dicionário *Les Notions Philosophiques* Paris, Larrousse, 1998, p. 285.

¹³ Mora, J.F. (sd p. 510).

a antigüidade filosófica até as formulações mais recentes das mais avançadas ciências.

Na história da filosofia as idéias de causa, finalidade, princípio, fundamento, razão, explicação encontram-se muito freqüentemente relacionadas de maneira um tanto difusa. Mesmo assim, as noções de causa, causalidade, relação causal, princípio causal, etc. têm sido, desde sempre, fundamentos da filosofia¹⁴.

A primeira análise detalhada da noção se deve a Aristóteles que mostra como os pré-socráticos utilizaram noções de causa em suas explicações de origem, princípio e razão do mundo físico de diversos modos, mas sempre parcialmente. Da análise e crítica que faz deste uso, deriva sua doutrina das quatro causas, que retoma e complexifica a distinção platônica entre matéria e forma.

Platão de fato tinha estimado que tudo o que existe tem uma causa, que não é puramente mecânica, mas também inteligível. Estabelece então um distinção que fez escola, entre causas primeiras ou inteligíveis - (αἰτία) idéias que causam por sua perfeição - e causas segundas (ou causas sensíveis e eficazes), causas das realidades materiais e sensíveis, subordinadas à primeiras. Aristóteles por sua vez, tratando o problema da causa afirma que há na produção de algo o concurso de várias causas e não de uma só.

“Tudo o que ocorre, ocorre a partir de algo” diz a Metafísica (Met.θ 8.1049b28)¹⁵, e ainda, a Física: “todo movido se move a partir de algo” (Fís.VII, 1.241b34). Porém, para Aristóteles isso não equivale a afirmar um determinismo mecânico ou eficiente. Concorre para isto a noção de substância que separa os supostos do pensamento causal aristotélico e grego em geral, do pensamento causal moderno. Idéia de algo que permanece constante, sob as

¹⁴ Para uma diferenciação entre elas seguirei o exposto por Bunge, M. (1978).

variações de qualidades ou acidentes, a substância faz com que a explicação dos processos naturais não seja possível sem que a noção de causa seja concebida em relação à substância como princípio (específico) das modificações, tanto próprias, quanto das executadas sobre outras substâncias.

As quatro causas aristotélicas remetem então aos diversos modos em que se manifestam as substâncias enquanto substâncias. E destas, a mais distante do pensamento causal moderno é também a mais proeminente do conjunto: a causa final – bem por excelência, o bem da coisa. Mas este fim, ou realidade a que algo tende a ser, que é causa final, não pode ser realizado sem a mediação da causa eficiente – que é o princípio interveniente da mudança –, da causa material – aquilo de que, algo surge ou mediante o qual, chega a ser –, e ainda, da causa formal – essência ou paradigma em que “é antes de haver sido”-, importante não tanto para a explicação física, dinâmica dos processos, mas para a interpretação metafísica, ontológica do mundo¹⁶.

A teleologia (causa final); é o que realmente explica, na perspectiva de Aristóteles, um acontecimento, pois só a teleologia insere o fenômeno natural numa ordem e num sentido metafísicos. Se todo movimento natural não tivesse uma finalidade – se fosse movido apenas por suas causas material, formal, e eficiente – seria o mesmo, dizer que tudo tem uma causa ou que tudo acontece por acaso. O movimento natural e a própria natureza, seriam ininteligíveis.

O exemplo célebre da estátua (que tem por agente o escultor; por causa material, o mármore de que é feita; a causa formal no plano ou contorno que lhe determina a forma, humana, por exemplo; a causa eficiente no processo ou atividade de esculpir pela qual foi produzida; e como causa final, aquilo em

¹⁵ Citado por Mora, J.F. (sd p.511).

¹⁶ Aristóteles (*Metafísica*, I,3,983^b) apresentado por Mora, F (sd.p.511-2) e Lalande, A. (1926 p.143). Este último esclarece que Aristóteles não usa os epítetos, apenas menciona que a palavra causa (*αἰτία*) se utiliza em quatro sentidos diferentes – vindo as expressões pelas quais ficaram conhecidas as quatro causas, da Escolástica.

virtude de que foi produzida, o fim ao qual se dirige – o culto por exemplo) tem servido pelos séculos afora para distinguir os quatro tipos de causa analisados por Aristóteles. Entretanto, se as noções ficam suficientemente claras neste caso, sua aplicabilidade mais ampla não é tão simples. Como existem na natureza casos de acontecimentos que julgamos ser causados, embora não sejam feitos de nenhum material, não sigam um plano, não sejam resultado de nenhuma ação (definida como inteligível) e aparentemente não tenham qualquer finalidade (é o caso do clarão de um relâmpago, por exemplo), o tratamento teleológico da natureza de Aristóteles teve que admitir que alguma outra causa talvez vigorasse no acaso (autômaton) e na sorte ou azar (tiquê).¹⁷

Trata-se de autômaton, por exemplo, no caso do mar que se choca casual e repetidamente com a rocha criando uma escultura natural, do mesmo modo que no caso de um fruto que cai da árvore sobre um homem ou animal que, neste exato momento, passava debaixo dela. E se trata de tiquê se uma pessoa vai à praça por uma certa razão e encontra outra pessoa que, tendo ido à mesma praça por outra razão, aproveita (embora tal encontro não tivesse sido marcado para isto) para pagar-lhe uma dívida de que ela era devedora e a primeira pessoa, credora.

A análise que faz Aristóteles destas situações (autômaton e tiquê) ratifica sua doutrina das quatro causas e recusa o acaso e a sorte como causas. O acaso e a sorte (ou fortuna) são, interpretados como características do encontro de certos acontecimentos que se produzem, na verdade, movidos pelas quatro causas, mas cujo encontro não era pretendido por elas e nelas não estava contido¹⁸. Tiquê e Autômaton se explicam, se incluem na doutrina das quatro causas, por serem

¹⁷ Transliterações.

¹⁸ Aristóteles, *Física* (caps. IV e V, p. 43-45)

concebidos como o cruzamento de duas séries causais (cada uma com sua própria finalidade, a qual não implica este entrecruzamento¹⁹).

O termo tiquê Aristóteles emprega para o acaso que se manifesta na ordem humana, onde há escolha, como um caso particular de autômaton. Autômaton refere-se ao que é sem sentido, sem finalidade (não pertence à finalidade natural do mar, esculpir) – ao que é *auto* (movido por si) *maten* (em vão). *Auto* aí designando, neste “por si”, a característica principal e observável da causalidade natural, por oposição à causalidade artificial: uma estátua só se move, se constrói, se desenvolve, por ação vinda de fora, de alguém (o escultor). Mas uma planta germina e cresce movida por si mesma, pela concorrência das quatro causas imanentes à sua natureza. E *maten* (em vão) descreveria este movimento natural da *physis*²⁰.

Causa Sive Ratio

Depois de Aristóteles, com sua filosofia da natureza baseada em causas evidentes e qualidades manifestas, nada mais foi simples e direto. Como mostram Koyré (1957, 1966a, b) e entre nós, Freire (1997), depois que se perdeu o Cosmos aristotélico, o real ficou inapreensível diretamente²¹.

O mundo como ele se estabeleceu com o advento da ciência, levou séculos para se realizar no tempo. O cosmos aristotélico constituía-se num

¹⁹ Ibid. (p. 46-48).

²⁰ Sbrano, V. (1999) “Tiquê e Autômaton”- Documento interno de trabalho do Tempo Freudiano Associação Psicanalítica. “Pode-se, então, entender porque, com o advento da ciência moderna, aparecem noções como mecanicismo e automatismo, uma vez que a racionalidade cartesiana, separando física e metafísica, concebe uma natureza sem finalidade, movida por puro mecanicismo”.

²¹ Cf sobre isto, Benjamim (1939), Koyré (1957) e Freire (1997)

universo diferente do nosso. Anterior à ciência como a conhecemos, o mundo ele mesmo falava, podia-se ler correspondências entre o homem e o cosmos diretamente nas vísceras, nas substâncias e seus modos. É somente na medida em que o saber científico substitui as antigas cosmologias pela precisão de um universo matematizável²², que instala-se a mediação - e com ela o abismo: na falta do saber imediato proferido por um mundo bem ordenado, devemos nós mesmos ordenar o mundo pela via do discurso.

Durante a Idade Média, tratou-se da noção de causa como uma discussão sobre nada menos que Deus. Não o de Aristóteles, o deus imóvel que atrai o que se move, a natureza física, como um fim do movimento; mas o Deus criador, da tradição judaico-cristã²³) - o que lançou as bases para um milênio inteiro de discussões sobre a causa que tendem a definições metafísicas; bases que só serão realmente abaladas na contemporaneidade.

Aquém de Deus no entanto, a questão da causa eficiente sempre suscitou desdobramentos, com ênfase em discutir e averiguar a natureza e o modo de produção das causas eficientes - e mecânicas. Durante os séculos XVII e XVIII, duas grandes posições se enfrentaram: o racionalismo de Descartes, Spinoza e Leibniz e o empirismo de Hume²⁴.

O primeiro pretende que se entenda racionalmente o efeito por sua inclusão na causa e, com isso, recai na circularidade - se o efeito não está incluído na causa, como explicar, inteligir o novo que surge? E, se por outro lado, ele está realmente incluído na causa, então não há realmente efeito. O princípio racionalista *causa aequat effectum* ("a causa é igual ao efeito"; literalmente, "a causa está 'em mesmo nível que' o efeito) ao menos, preconiza

²² Se verá adiante.

²³ Em duas tendências principais. De um lado, Agostinho; de outro, a escolástica com Tomás de Aquino (*rationes aeternae* - plano divino por um lado e causa como princípio de caráter positivo que afeta algo, por outro). Sobre Agostinho e Aquino, Cf *Les Notions Philosophiques*.

uma correspondência completa entre a causa e o efeito, já que, de outro modo, não se compreenderia como se produziu o efeito. Em última análise, ele está subordinado ao princípio mais geral *causa sive ratio* que tende a equiparar causa e razão (e a relação causa-efeito àquela de princípio-conseqüência²⁵).

Nesta perspectiva, a maior dificuldade é trazida pela heterogeneidade causa-efeito²⁶. Alquié, no artigo já mencionado, desenvolve toda uma argumentação para demonstrar que a causa em Descartes – definida como razão (aquilo que contém o princípio de sua explicação racional) – serve para afirmar, sob toda mudança aparente que desafia a razão, uma permanência que explica²⁷. (Por exemplo, através dos estados sucessivos do mundo, o movimento se conserva como quantidade constante e, em metafísica, Descartes considera mesmo uma evidência que não pode haver mais realidade no efeito que na causa²⁸). É esta a implicação do princípio da *Causa Sive Ratio*, da equiparação da causa com a razão, na concepção de Descartes: a causalidade definida como razão é inseparável do esforço de redução à unidade, de negação do diverso. Mesmo que isso apareça lindamente escrito como “o esforço de identificação no espírito de termos que, para a percepção, apresentam-se como heterogêneos”, a questão é que, para Descartes, a relação de causalidade que une dois fenômenos pode ser em última análise assimilada a uma relação lógica de identidade (donde, a causa não é somente aquilo que produz um efeito, mas também aquilo

²⁴ Como será visto adiante.

²⁵ (se A é causa de B, então A é princípio de B – Spinoza; ou Leibniz que, apesar de distinguir entre o “princípio de contradição” – que expressa a relação princípio-conseqüência – e o de “Razão suficiente”, que expressa a relação causa-efeito, faz de sua tese de que nada sucede sem razão suficiente um princípio ao mesmo tempo causal e lógico-ontológico). Cf Alquié, F. (op. Cit. p.190-196).

²⁶ Cf. Mora, F. (S.D.) p. 514 - que recenseia as diferentes soluções dadas por Malebranche, Spinoza e Leibniz a este problema, todas recorrendo à noção de substância e à idéia de Deus.

²⁷ Alquié, F. (sd p.190-1).

que funda a verdade de uma proposição). É esse justamente o ponto onde vai incidir, cortante, a crítica de Hume – e sua maior contribuição à discussão sobre a causalidade.

O despertar da razão do sono dogmático

Nos *Prolegômenos à toda metafísica futura* (1783), obra consagrada aos futuros transmissores da nova filosofia transcendental, Kant, em uma célebre passagem indica Hume como o ponto de impasse, a partir do qual, seu pensamento tomara um rumo novo:

Desde a criação da metafísica, não houve acontecimento algum que fosse mais decisivo em relação ao destino dessa ciência do que a ofensiva levada a efeito por David Hume contra ela. [...] Confesso francamente: foi a advertência de Hume o que há muitos anos interrompeu pela primeira vez meu sono dogmático e deu às minhas pesquisas no campo da filosofia especulativa uma direção completamente nova. (Kant, I. 1783, p. 15-18).

Kant refere-se ao trajeto de Hume, que tomou como ponto de partida o mais importante conceito da metafísica, o da conexão entre causa e efeito, sobre o qual ele desafiou a razão a responder, precisamente sobre esse ponto: “com que direito se pensa que uma coisa possa ter sido criada de tal maneira que, uma vez posta, possa se depreender daí que outra coisa qualquer também deva ser posta?” - “pois isso é o que afirma o conceito de causa”²⁸. Kant comenta

²⁸ Seu argumento, como sempre, é dedutivo, evidência obtida através da dúvida. Cf. a este respeito Alquié (op.cit.) p. 188.

²⁹ Kant, I. 1783, p. 15

entretanto, que o destino, desde há muito desfavorável à metafísica não permitiu que Hume fosse compreendido por alguém. “Estava em cogitação”, diz Kant, “apenas a origem deste conceito e não sua utilidade indispensável”³⁰.

Esta idéia do despertar do sono dogmático propiciado por Hume é na verdade uma fábula já que o próprio encaminhamento da metafísica na Alemanha – que tinha na categoria da causalidade seu ponto crucial – leva Kant a um impasse semelhante³¹. A formação do conceito de causalidade, para a tradição alemã, neste momento, via-se questionada pela revolução que o novo saber da física newtoniana implicava, justamente no que toca a essa categoria

Uma nova física³² da qual Kepler e Galileu tinham lançado as bases, havia já imposto novos sentidos à categoria da causalidade. O surgimento da física como ciência é marcado pela passagem de uma física das qualidades (“virtudes gravíficas”) à física algébrica, matematizada que, em lugar de estudar a natureza dos objetos para deduzir disso as propriedades – como Aristóteles que observava e classificava a natureza – busca as leis matemáticas que regem os fenômenos observados. Tal revolução se dá, como se sabe, pela matematização da ciência da natureza e as conseqüências metodológicas que acarreta. O objeto da física será doravante a lei matemática, a relação numérica constante (“O grande livro da natureza está escrito em caracteres matemáticos”³³)

A física então transforma os fatos físicos em problemas matemáticos³⁴ e toma como matéria, corpos “abstratos”, geométricos, movendo-se pelo espaço

³⁰ Kant, I. (1783, p. 17).

³¹ Puech, M. (1990 p. 7-8)

³² Nova em relação àquela que fora formulada por Descartes, a partir metafísica que ele havia introduzido no séc. XVII em ruptura com a metafísica tradicional (Aristóteles, Escolástica) – e que era ainda como se diz, uma física de filósofo (que repousa sobre a metafísica). O que se imporá como a nova física, provém desta outra tradição (paralela) balizada por Galileu e Kepler, e chegará ao triunfo com Newton sem recurso à metafísica. Cf Puech (1990) e Koyré (1966 a).

³³ Galileu (*L'Essayeur*) citado por Puech, M. (1990 p.29).

³⁴ Puech, M. *ibid.*

geométrico segundo leis matemáticas. A dinâmica de Galileu, através da noção fundamental de lei³⁵, torna-se uma teoria matemática – e não uma física no sentido tradicional que supunha o conhecimento da natureza dos entes físicos.

De acordo com o princípio da *causa sive ratio*, considerava-se e admitia-se que, conhecer a natureza mesma dos seres físicos era conhecer as causas físicas. Renunciando a este conhecimento da natureza, a nova física se anuncia como um fenomenismo: o objeto do saber não é mais a coisa ela mesma e os princípios ou causas que determinam seu ser; a física se contenta em descrever o que aparece, (os fenômenos) e propor uma lei matemática que lhes descreva exatamente. Passa-se assim, de um realismo causal de base metafísica a um fenomenismo legal. Forma-se aí a oposição fundamental que vai marcar a constituição da ciência moderna: oposição entre a descrição matemática dos fatos e a busca das causas. A ciência não é mais conhecimento das causas reais e dos princípios primeiros da natureza, mas observação de leis manifestas

Essa física verdadeiramente nova rompe tanto com Aristóteles como com Descartes – “duas físicas de metafísicos que repousam numa elaboração dogmática da noção de causa”³⁶. Afirmando uma causalidade sem metafísica (uma física sem metafísica), a física cessaria de buscar a *sive ratio*, a causa explicativa, e não seria mais assoberbada pelo problema das causas verdadeiras. Entretanto como mostra Puech, M. (1990), em seu comentário sobre o papel da causalidade na nova física³⁷, o fenomenismo não exclui completamente a questão da causa. A começar pela definição do que seja fenômeno – termo freqüente em Newton e nos físicos de sua época. Originário da física celeste mas estendendo-se depois à tudo o que pertence ao domínio da física, este termo

³⁵ Cf. sobre isso Heidegger, que afirma “A experiência ciência moderna tem na hipótese de uma lei seu elemento decisivo”. Heidegger, M (1949 p.106).

³⁶ Puech, M. (1990 p.30).

³⁷ Puech, M. (1990 p.21 a 53).

é definido como algo que aparece, e cuja causa não é evidente³⁸. Galileu chega mesmo a conciliar uma intenção metodológica fenomenista com supostos indiscutivelmente realistas – como o coloca Puech³⁹, referindo-se à oscilação da pena de Galileu nos *Diálogos*... quanto à palavra causa, que aí reaparece para esboçar o que se tornaria o modelo causal da teoria física. Segundo este autor, Galileu descreve a investigação nas ciências da natureza como “conhecimento dos efeitos que conduz à investigação e à descoberta das causas”⁴⁰.

Puech mostra ainda que o retorno à categoria de causa deveu-se em parte às dificuldades produzidas pelo próprio projeto de um fenomenismo legal. A ciência da natureza segundo este plano, se contentaria em descrever, constatar, não estaria mais a seu alcance, explicar – pois as leis não são senão fatos, de uma ordem superior, e não razões. Mas como poderá a ciência conhecer? A visão de mundo aristotélica, com sua ontologia natural, e seu axioma “conhecer é conhecer a causa”⁴¹ constitutivo de nossa visão de mundo, reinou durante quase dois milênios e não poderia simplesmente reduzir-se a nada, diante da pretensão de instaurar uma física nova, sem dívidas com a metafísica. Assim, o projeto da nova física se reformula até o ponto em que Kepler afirmará: as causas são as forças, as forças são as causas⁴².

A característica da física de Kepler é precisamente este recurso à noção de força, que substitui e suplanta como princípio explicativo a noção de substância, própria às físicas qualitativas. A partir daí a noção de inteligibilidade física será reformulada na direção dos princípios: “às mesmas causas os mesmos

38 “O que aparece na natureza e cuja causa não é tão evidente quanto a coisa é um fenômeno”. Perrault, C (1680) *Essais de physique* (“Table pour l’explication desenvolvimento termes de science”) citado por Puech, M. (1990 p.31).

39 Puech, M. (1990 p.32).

40 *ibid.* p. 32. A respeito da estrutura causal da explicação na física clássica, ver também Kuhn (1966) e Rosenfeld (1968).

41 Aristóteles, *An. Post.* 71b, 9-12; 94 a, 20. Citado por Kant, I. 1781 p.218.

42 Cf. Puech, M. (1990 p.37).

efeitos” ou “à variação na causa, variação proporcional no efeito”. Explicar significará remontar o acontecimento (i.é, o efeito) à sua causa⁴³ - só que agora não se trata mais da causa final (o “bem da coisa”). A causa física é uma causa eficiente, que produz seu efeito (ela é definida na direção de uma causa necessária e suficiente). Noção que se foi impondo cada vez mais, até o ponto de uma reformulação total da problemática da causa em torno da causa eficiente: uma causa que, em lugar de dar as razões das coisas mesmas, dá conta das variações de estado e do deslocamento no espaço de acordo com leis expressáveis matematicamente. Um fenômeno mecânico inteligível é, para esta nova física, um fenômeno que pode ser remetido à eficácia das causas materiais, i.é, causas do movimento na matéria.

Até Newton e a descoberta da gravitação, esta nova física ignora ainda a natureza e as leis desta eficácia causal material, mas ela não deixa de marcar o seu lugar vazio. Kepler fracassa em construir o modelo mecânico do universo baseado numa força única (no caso, magnética) que permitiria a inteligibilidade física total mas ele define bem claramente o projeto que Newton virá a realizar. Uma física sem hipóteses (embora para Kepler isto signifique ainda uma doutrina de causas físicas, que são forças).

A máquina celeste não deve ser comparada a um organismo divino, mas sim ao movimento de um relógio [pendular] – uma vez que quase todos os seus múltiplos movimentos são realizados graças a uma força magnética única e bastante simples; assim como, no caso dos relógios, todos os movimentos são causados por um simples peso. [...] Confiei

⁴³ Curiosamente o peso e o alcance destas teses ontológicas sobre temporalidade e causalidade, não é realmente avaliado neste momento. A ontologia natural da causalidade é tão natural e tão imediata que ela parece passar despercebida. Tais teses são desdobradas como simples verdades lógicas, como se elas fossem perfeitamente neutras e transparentes. A este respeito Cf. Halbwachs, F. (1970) e Bunge (1971).

toda a astronomia, não à hipóteses artificiais, mas às causas físicas. (Kepler⁴⁴, 1605 citado por Puech, M. 1990 p.37).

Os *Principia mathematica* de Newton é que vão realizar o projeto do novo saber: reunião de todo o conhecimento físico num conjunto de leis matemáticas simples que regem a interação de forças materiais. Daí em diante não haverá mais que uma física e ela será newtoniana (até é claro, a contemporaneidade de Einstein e Planck e Bohr e outros).

Os *Principia*, se diz, mudaram a nossa forma de pensar o mundo⁴⁵. Voltado para a filosofia natural (*Philosophiae naturalis principia mathematica* significa “Princípios matemáticos da filosofia natural”) suas implicações revolucionárias atingiram a filosofia como um todo: nenhuma filosofia poderia doravante ignorar aquela cosmologia baseada na experimentação. E a partir da segunda metade do século XVIII – estamos falando de Hume e Kant – “conhecimento da natureza” e “ciência” significam “física newtoniana”.

A revolução newtoniana repousa sobre a noção de força: não é de substâncias, de átomos, corpúsculos ou de movimentos que trata a física, mas de forças. E força, dirá Newton, com grande novidade, é uma ação exercida sobre um corpo – que pode vir a modificar (ou não) seu estado (repouso, movimento, etc.). A força consiste na ação e não permanece no corpo quando a ação termina. A ciência newtoniana é sobretudo uma mecânica de forças – uma dinâmica -, cujo princípio fundamental é o princípio de inércia.

A proximidade entre a noção metafísica de causa e a noção física de força porém gera controvérsias. À parte a formalização matemática do que é exposto, e de que a noção de força é tributária (e não origem⁴⁶), a interpretação

⁴⁴ Carta à H. von Hohenburg, 10/02/1605.

⁴⁵ Cf Nussenzveig, Carneiro e Rosa (1989)

⁴⁶ Refiro-me ao fato de que foi a matematização que permitiu a detecção da força e não o inverso. A noção de força é inseparável do cálculo, a força só é detectável na variação (O

dos fenômenos físicos em linguagem corrente denuncia que é possível traduzir em termos de causa o que o físico enuncia em termos de forças. Newton não procede assim nos *Principia*, ele procede por definições nominais que lhe permitem descobrir as leis matematicamente simples que descrevem adequadamente o real nos termos escolhidos (força, inércia). O termo de causa não pertence ao sistema newtoniano. Ele renuncia explicitamente a isto logo no prefácio no início dos *Principia*:

Sirvo-me indiferentemente de palavras como impulsão, atração ou propensão pois considero estas forças matematicamente e não fisicamente. Por isso o leitor deve refrear-se de crer que eu queira designar por estas palavras uma espécie de ação, de causa ou de razão física. (Newton 1687 [Auctoris Praefatio, def.8] citado por Puech, M. 1990 p.41).

A física newtoniana não pretende explicar a natureza. Newton é como o grande livro da natureza de que falava Galileu: expressa-se, ele mesmo, por caracteres matemáticos, e não em termos de razões e causas físicas. E por outro lado, a gravidade nada tem a ver com as qualidades ocultas da escolástica. Embora sua causa permaneça oculta, temos dela uma experiência diária, e o que é mais importante, ela pode ser demonstrada, devido à análise matemática precisa que se pode fazer de suas operações.

Como já mencionado foi o cálculo que permitiu a dedução da força. O desenvolvimento do cálculo, que é uma das descobertas matemáticas mais importantes, foi a primeira grande revolução empreendida por Newton. Detenhamo-nos um pouco nesta noção que eventualmente pode colocar em outras bases a problemática da causa.

curioso é que no mesmo golpe a matematização converte esta detecção em dedução, verificação da força – procedimentos muito mais “seguros” ontologicamente).

O cálculo surge, da possibilidade de representar uma fórmula algébrica em um gráfico, o que é útil quando se trabalha com séries, com grandezas muito grandes, ou muito pequenas, séries infinitas, etc. Problemas enfim, que não poderiam encontrar solução dentro da série representacional dos números naturais. O cálculo permite encontrar uma solução geométrica ou aritmética para alguns destes problemas algébricos.

Arquimedes já tinha inventado uma solução geométrica para determinar a área de um círculo – inscrevendo nele um polígono equilátero cuja área era calculável, e aumentando o número de lados tantas vezes quanto fossem necessárias para que a área do polígono se aproximasse cada vez mais da área do círculo (que constitui seu limite superior) e novamente, inscrevendo desta vez o círculo em um polígono equilátero de modo a aproximar a área do polígono à do círculo (agora seu limite inferior). A resposta encontrada residiria então *entre* estes dois limites aproximados e neste caso seria ela mesma intervalo, variação contínua (“qualquer ponto entre 2 e 3”, por ex.). Mas se o número de lados do polígono fosse aumentado ao infinito, *no limite* (i.é, no ponto de convergência da série, ponto suposto mas não localizável como ente definido da série de números naturais) o resultado seria uma área *igual* a do círculo. Newton introduziu no cálculo a dimensão do tempo, considerando a curva da qual se quer tirar a tangente, não como um ente contornado mas como a expressão gráfica de um movimento (uma variação⁴⁷) e desenvolveu uma solução que além de algébrica pode ser aritmética para lidar com números e grandezas que, ao contrário do que acontece com as frações da matemática

⁴⁷ Que considera a evolução de um ponto em movimento como se fosse constituída de um número infinitamente grande de mudanças infinitamente pequenas. Sobre o cálculo Cf. Boyer (1968) e Baron (1979), mas para avaliar sua importância basta dizer que, embora os *Principia* já contivessem toda a teoria da gravidade, faltava a Newton a matemática que permitiria estendê-la aos corpos extra-terrestres, o que só viria com a apuração das técnicas do cálculo – pelo que a obra aguardou mais de vinte anos sua publicação.

grega não podem ser reconduzidos à unidade⁴⁸ – o que conhecemos hoje por cálculo diferencial e infinitesimal. Um procedimento simbólico através do qual se pode detectar, verificar, apreender uma mudança ou variação real (contínua, intervalar ou discreta e súbita, disruptiva).

É o passo de Newton, e neste sentido, pode-se dizer que o cálculo relança a problemática da causa em outras bases: a física renuncia a explicar a natureza ontológica da mudança – e ocupa-se de dar uma razão mensurável do movimento. Para alguns autores (Zubiri⁴⁹), isto equívale a prescindir da noção de causa. Muitos outros, como Kojève (1932), Koyré (1961), Kuhn (1966) e Bunge (1971), vão argumentar que a ciência não prescinde de todo da noção de causa. Importa notar, de qualquer modo, que a questão da natureza da causa e de que realidades são propriamente causa, continuou a ser discutida mesmo em plena época do advento da ciência moderna matematizada.

Naquele momento, sob o impacto da física de Newton, Hume opõe-se ao racionalismo dogmático e destaca, traz à luz a heterogeneidade irreduzível da causa (“choque” entre bolas de bilhar⁵⁰) e do efeito (bola adquirir movimento)

⁴⁸ Se dividirmos 2 por 3 obteremos a dízima 0,6666..., mas esta porém apesar de infinita pode ser reconduzida ao plano da unidade como $\frac{2}{3}$ – uma unidade, claro, relativizada, (duas partes de uma maçã que se divide em três), mas ainda algo localizável no registro da unidade. Já o resultado obtido na operação da radiciação quadrada de 2, por ex., é um número infinito (1,4142135...) totalmente irregular (cada casa decimal ocupada por um algarismo diferente, sem lei de sucessão) que não pode ser reconduzido à unidade. O cálculo, invenção de Newton (e também parcialmente descoberto por Leibniz) é precisamente algo que permite operar com estas grandezas, mesmo que não se a conheça totalmente. O cálculo é portanto uma operação para lidar com o infinito, dentro do registro do finito – através de uma passagem ao limite.

⁴⁹ “Não somente não foi a idéia de causa o que deu origem à ciência moderna, como esta teve sua origem no extremado cuidado com que eliminou aquela”, argumenta Zubiri (citado por Mora, J.F. [sd p. 514]).

⁵⁰ É um exemplo privilegiado por Hume, como se verá. Observe-se que o choque é algo que só pode ser constatado por seus sinais (barulho, impressão, mais que percepção – não se pode realmente “ver” uma bola chocar-se com a outra) e efeitos (segunda bola, que estava parada e a partir do choque sai rolando). O choque acontece e não se pode apreendê-lo realmente, a não ser por seus efeitos. Tudo o que se pode saber sobre a colisão de dois corpos é exterior à colisão “em si” (por ex., posso saber a massa dos corpos, a

e, por conseguinte, a impossibilidade de passar de um ao outro em conformidade com as exigências de uma razão que funciona em termos do princípio de contradição..

Efeito distinto da causa

Ainda que admitindo uma irreducibilidade das paixões no que concerne à determinação da condição humana, - admitindo mesmo a paixão pela ciência⁵¹- Hume quer investigar o Homem a partir de sua dimensão racional. À diferença da tradição metafísica, que privilegia a visão do homem como ser ativo e que, portanto, ocupa-se primordialmente (e diretamente) da ordem moral, da dimensão dos costumes, a filosofia pura⁵² proposta por Hume pretende “descobrir a província apropriada da razão humana” e com ela desbastar a “floresta”⁵³ do medo e da superstição na qual nos deixam imersos os sentidos que podem ser depreendidos das proposições da metafísica. Hume despreza a aprovação fácil e apaixonada de um saber especulativo, que pode, na verdade, tanto instruir, como, ao contrário, encontrar apoio em temores ou preconceitos religiosos. Ele quer a ciência. Pretende estabelecer uma investigação exata, muito mais instrutiva, (em uma palavra – científica), sobre a natureza humana. A partir então dessa nova premissa, o conhecimento instala-se antes de tudo como investigação⁵⁴. Por esse procedimento a natureza humana é tomada como

velocidade em que estavam no momento do choque e o resultado, a velocidade com que saíram, mas não posso saber nada sobre o choque ele mesmo).

⁵¹ Cf. Hume, D. (1748, p. 13).

⁵² Cf. *ibid.*, p. 12 (quando fala em “filósofo puro”)

⁵³ *ibid.* p. 17 e 16 respectivamente.

⁵⁴ Haja visto o título (*Investigação sobre o entendimento Humano* - 1748) da obra que Hume, considerava como a que ele deixaria para a posteridade, escrita para dirimir os mal-

objeto da especulação e submetida a exame metuculoso a fim de discernir os princípios que regulam nosso entendimento⁵⁵. Sua análise inicia-se pelo que considera evidente (não passível de duvida), para, em seguida, estabelecer uma hipótese que possa engendrar uma lei. Primeiro a evidência:

Não se pode por em duvida que a mente esta dotada de vários poderes e faculdades e que esses poderes são distintos [...] (Hume,D. 1748 p.19).

Essas faculdades são divididas em duas classes: pensamentos ou idéias (cuja matéria são “as sensações, externas ou internas”) e impressões (mais vividas, entendidas como atuais na realidade do espirito que as depreende pelos sentidos, à diferença dos pensamentos). Quanto aos princípios, Hume também parte de uma evidência, da evidência de que há princípios em nosso entendimento: nossos pensamentos são ordenados, diz ele na *Investigação*. Na seção III, fala de “conexão entre os diversos pensamentos ou idéias da mente, que, ao surgirem à memória ou à imaginação, se introduzem uns aos outros com um certo grau de método e regularidade”⁵⁶. Neste ponto, Hume dá, pela primeira vez, um passo alem da simples constatação do que não pode ensejar dúvida: propõe serem três os princípios do entendimento. Coloca à prova sua hipótese, diz-se aberto à ‘refutações’, e finda por ratificar nesse contexto sua descoberta. Três e somente três são os princípios (do entendimento), a saber: a semelhança, a contiguidade no tempo e no espaço e a causa ou efeito.⁵⁷

entendidos que resultaram da publicação de seu *Tratado da Natureza Humana* (1739-40). Por outro lado, é como coloca Heidegger: “A essência do que nomeamos hoje em dia ciência é a pesquisa que consiste em que o conhecimento se instala ele mesmo enquanto investigação” Heidegger, M. (1949 p. 102).

⁵⁵ Hume,D. (1748.p.10).

⁵⁶ *ibid.* p. 31.

⁵⁷ Cf. *ibid.* p.33 “Quanto mais exemplos examinarmos, e quanto mais cuidado dedicarmos ao exame, mais certeza adquiriremos de que a enumeração obtida do conjunto é completa e integral.”

Para expor o que entende por tais princípios, Hume fornece três exemplos: para a semelhança o retrato (pois este “conduz naturalmente nossos pensamentos para o original”) para a contiguidade, alude a uma eventual “menção de um cômodo numa habitação” (nos “leva naturalmente a uma indagação ou observação relativa aos demais cômodos”) e enfim, - no que interessa a este trabalho - para exemplificar a ligação do efeito com a causa propõe que “se pensarmos em um ferimento, dificilmente conseguiremos evitar uma reflexão sobre a dor que o acompanha”.⁵⁸

vê-se que o conhecimento das causas é não apenas o mais satisfatório, já que a sua conexão é a mais forte de todas, mas também o mais instrutivo, pois esse é o único conhecimento que capacita a controlar eventos e governar o futuro. (Hume, D. 1748 p. 35).

O que está em jogo no princípio da causalidade para Hume, e que vem a ser inaugural na história do pensamento, é o fato de que este princípio será pensado através do crivo de uma concepção da verdade, que encontra na certeza da representação (lógica) seu modelo mais satisfatório. Assim, o princípio associativo da causa ou efeito será visto como uma faculdade, um poder de formulação de juízos associativos cuja evidência difere inteiramente daquela obtida unicamente pela associação de puras idéias (como é o caso das associações matemáticas que se implicam logicamente). A associação que o espírito efetua, de uma causa ou um efeito dados, a um efeito ou uma causa ausente é o resultado de uma inferência obtida através da experiência e não pela explanação totalmente dedutiva.

Os princípios de associação produzem relações filosóficas que sofrem uma divisão segundo o grau de certeza que elas podem fornecer. São duas as

⁵⁸ Hume, D. (1748, p. 32).

classes e elas serão nomeadas relação de idéias e questões de fato⁵⁹. É nesta última categoria que recai a noção de causa para Hume. As relações de idéias são obtidas exclusivamente da comparação entre as próprias idéias (independem da experiência) e por isso podem ser invariáveis e necessárias; já as questões de fato, são proposições que podem ser modificadas sem contradição na idéia, só sendo conhecidas pela experiência. Desta primeira classe, fazem parte as ciências da geometria, da álgebra e da aritmética, enfim, “toda afirmação que é intuitiva ou demonstrativamente certa.”⁶⁰ – sendo a demonstração pensada no nível lógico e matemático (“mesmo que jamais houvesse existido um círculo ou triângulo na natureza, as verdades demonstradas por Euclides conservariam para sempre sua certeza e evidência”⁶¹)

Já as questões de fato, segunda classe de relações, não são apuradas da mesma maneira, diz Hume, e “tampouco nossa evidência de sua verdade por grande que seja, é da mesma natureza que a precedente”⁶². Inteiramente dependentes da experiência, sem contudo se identificarem a um atributo dos objetos envolvidos na mesma, as questões de fato admitem a concepção de seu contrario sem contradição lógica para o pensamento.

Que o sol não nascerá amanhã não é uma proposição menos inteligível, nem implica mais contradição, que a afirmação de que ele nascerá. Seria vão, portanto, tentar demonstrar sua falsidade. Se ela fosse demonstrativamente falsa, implicaria uma contradição e jamais poderia ser distintamente concebida pela mente. (Hume, D. 1748 p.44)

Portanto é a percepção de uma conjunção constante entre objetos da experiência e não uma dedução por meio de raciocínios a priori, o que confere

⁵⁹ *ibid.* p. 43.

⁶⁰ *ibid.* p. 43

⁶¹ *ibid.* p. 43

⁶² *ibid.* p. 43

validade às questões de fato, uma vez que seu contrário sempre pode ser admitido sem contradição lógica pelo pensamento. Assim, não somente o princípio da causa, enquanto questão de fato, não é identificado a uma propriedade do objeto em si, como tampouco é obtido por uma faculdade a priori do sujeito.

Quanto ao sujeito, ele vem a ser, em Hume, o espírito afetado pelos princípios, como comenta Deleuze, G. (1953) A causa é portanto uma percepção do espírito de uma associação natural que se da na imaginação sensível⁶³. É isto mais do que uma conclusão do entendimento propriamente dito.

O espírito [em Hume] não pode ser ativado pelos princípios da natureza sem ser passivo. Ele sofre efeitos. A relação não é o que liga, mas o que é ligado; a causalidade por exemplo é uma paixão, uma impressão de reflexão [...] Em suma, a relação necessária esta de fato no sujeito, mas enquanto um sujeito que contempla. (Deleuze, G. 1953 p.8).

Eis como o formula o próprio Hume:

Adão, ainda que supuséssemos que suas faculdades racionais fossem inteiramente perfeitas desde o início, não poderia ter inferido da fluidez e transparência da água que ela o sufocaria, nem da luminosidade e calor do fogo que este poderia consumi-lo. (Hume, D. 1748 p. 46).

Ou seja, não podemos realmente inferir de nenhum objeto, por suas qualidades que afetam os sentidos do sujeito, algo como sua causa ou os efeitos que ele pode eventualmente produzir. Embora certos eventos comuns em nosso dia a dia nos pareçam sempre muito evidentes, como o poder do fogo de nos consumir por exemplo, Hume quer tornar sensível o caráter *a posteriori*, e não *a*

⁶³ Imaginação que é vista portanto como lugar (*topos*) mais do que como agente ou princípio ativo. Cf Deleuze G. (1953, p.3).

priori de tal evidência. Surge daí a mais famosa imagem ligada ao pensamento de Hume:

Imaginamos que, se tivéssemos sido trazidos de súbito a este mundo, poderíamos ter inferido desde o início que uma bola de bilhar iria comunicar movimento a uma outra por meio do impulso, e que não precisaríamos ter aguardado o resultado para nos pronunciarmos com certeza acerca dele. (Hume, 1748p. 47)

A imagem célebre da bola de bilhar serve à Hume para deduzir e demonstrar as três circunstâncias nas quais são obtidos os juízos ordenados pelo princípio causal. É preciso antes de tudo que a experiência apresente uma circunstância de continuidade, de contiguidade no tempo e no espaço. No exemplo vemos bem que para obter-se uma associação causal é preciso que as bolas estejam no mesmo espaço e que elas estejam presentes no mesmo tempo. Em seguida é preciso igualmente que haja uma anterioridade no tempo, da causa sobre o efeito. É porque a segunda bola está imóvel no momento em que a primeira se movimenta que podemos dizer que o movimento da primeira foi a causa do movimento da segunda. E finalmente, se fizermos repetidamente a mesma experiência com as bolas de bilhar nas mesmas condições, com o mesmo tipo de tecido cobrindo a mesa por exemplo, bem como com bolas idênticas e etc., veremos que a impulsão do movimento da primeira bola comunicará movimento à segunda. O que constitui a terceira circunstância é então a conjunção constante entre a causa e o efeito.

No entanto, a evidência dos raciocínios causais é ilusória, sustenta Hume. O que nos faz relacionar causa a efeito, propõe, é uma suposição⁶⁴: a suposição de uma constância e uniformidade da natureza. Na verdade, nós supomos que o

⁶⁴ Hume, D. (1748 p. 58-60).

“curso da natureza”⁶⁵ é invariável, e nos fiamos em que o mesmo que ocorrera no passado, desde que obedecendo às mesmas condições, seguirá no futuro o mesmo curso. Nada, no entanto - argumenta Hume, em sua perspectiva inovadora - nos garante esta continuidade. O que determina o espírito à realização da inferência causal, propõe Hume, não é nada além do hábito, do costume.

A partir de um dado, qualquer que seja, da experiência, sua consequência não é jamais necessária. Obtemo-la por um ato de inferência, cujo grau de certeza não é demonstrável matematicamente (*a priori*). A inferência (e entre elas a inferência causal) participa unicamente da ordem do que é provável. Partindo dessa posição que admite em sua radicalidade a contingência do real, Hume dirá então que só o hábito pode dar conta de nossos juízos orientados por princípios causais. Nunca demonstrável pela razão, como o é a lógica matemática, a causa em Hume é desalojada para uma ordem exterior à razão.

É o hábito de perceber a constante junção da causa e do efeito, em repetida contiguidade e anterioridade, da primeira sobre a segunda, que nos faz perceber (uma vez constatadas as três circunstâncias da causa) a inferência causal como necessária. Pois somente o hábito, segundo Hume, nos faz imaginar a continuidade, onde há o abismo que Hume encontra e localiza entre o geral e o universal - verdadeiro interdito à metafísica que caracteriza toda sua filosofia.

O hábito procede determinando naturalmente o espírito a crer na inferência. E essa determinação do espírito a crer é tida por Hume como natural e não como racional ou *a priori*. O Hábito é antes guia de vida, fonte de continuidade do que um princípio da razão.

⁶⁵ Hume, D. (1748 pp. 54e55).

O Hábito é assim o grande guia da vida humana. É só esse princípio que torna nossa experiência útil para nós, e faz-nos esperar no futuro, uma cadeia de acontecimentos semelhante às que ocorreram no passado. Sem a influência do hábito seríamos inteiramente ignorantes de toda questão de fato que extrapole o que está imediatamente presente à memória e aos sentidos. (Hume 1748 p.67).

Pode-se portanto afirmar que o terceiro termo que liga, que une a síntese causal, realizada entre os termos de causa e efeito anteriormente separados, é a crença, a convicção fornecida pelo hábito. À diferença da ficção, a crença infundida pelo costume provoca uma sensação muito mais vívida do que a provocada pela mera imaginação ficcional, pelo fato de a crença ser em Hume exercida na presença real dos objetos. Enquanto a ficção se dá na ausência de afeções sensíveis externas, a crença deixa uma impressão reconhecidamente, mais vigorosa e constante, pelo fato da presença do dado afetar o espírito mais fortemente do que o que a lembrança unicamente poderia fazer. Outro fator importante é que a crença de que se trata em Hume não é volitiva, é um sentimento provocado pela natureza, não podendo ser manipulada pela vontade tal como se faz à ficção.

Com a tematização do hábito, Hume susta, desautoriza a passagem do geral ao universal. A simples repetição da experiência em condições semelhantes não engendra uma conexão necessária. Consequentemente é o espírito que determina a associação causal. E ademais, se formos rigorosos, tudo, de fato, pode ser causa ou efeito de tudo⁶⁶ (com o que se eliminaria a possibilidade de uma "realidade causal").

⁶⁶ Em Hume a imaginação adquire uma autonomia mais ampla do que a do filósofo grego. Aqui não há mais impossível para a imaginação, ela pode conceber monstros, como ele exemplifica. Em consequência, a garantia da continuidade entre passado e futuro, e mesmo entre todos os acontecimentos da natureza, é retirada, subtraída de nossas proposições associativas, sobretudo das mais importantes que são as conexões causais.

A posição de Hume é plena de conseqüências, ele inverte, desaloja o pensamento tradicional sobre a causa. Ao invés da conexão necessária ser a razão da inferência, é esta última que causa a proposição associativa, vista não mais como necessária, mas unicamente como provável. Com isto Hume destaca que entre a lei e a exigência da causa há precisamente um hiato: "todo efeito é um acontecimento distinto de sua causa"⁶⁷.

Com proposições como esta o pensador empirista sustenta, uma hiância radical no real. Mas neste ponto Hume, optará por uma solução céptica para pensar a causa e o que a possibilita, o hábito. Tal solução que será mantida pelo pensador até o fim implica que o entendimento humano associa e realiza conexões mas sem conhecer a essência dos objetos, e além disso, o faz por uma determinação natural e não por uma verdade racional.

Porém a "a transformação do geral em habitual não da conta do necessário"⁶⁸: o hábito pode estar associado à inferência, mas a irredutibilidade da causa, a causa da causa permanece vedada à especulação⁶⁹. A inferência causal é simplesmente ininteligível; é nos vedado conhecer sua essência, seja racionalmente, seja empiricamente.

Reconhece-se que a suprema conquista da razão humana é reduzir os princípios produtivos dos fenômenos naturais a uma maior simplicidade, e subordinar os múltiplos efeitos particulares a algumas poucas causas gerais [...]. Quanto às causas dessas causas gerais entretanto, será em vão que procuraremos descobri-las. Estes móveis princípios fundamentais estão totalmente vedados à curiosidade e à investigação humanas. (Hume, D. 1748, p. 49).

⁶⁷ Hume, D. (1748 p. 49).

⁶⁸ Malherbe, M. (1992, p. 124)

⁶⁹ E, como se viu, tampouco é dela que no real é obtido o efeito ao qual habitualmente lhe associamos.

Enfim não será a solução céptica de Hume o que passará à posteridade da história do pensamento, e sim o que ele percebeu, e que resta como experiência insuplantável em sua filosofia – a saber: que a causa não contém nela mesma, a título de consequência, o efeito que produz.

A partir de Hume, que desnaturaliza a causa demonstrando sua ininteligibilidade (e talvez o impasse de sua solução céptica tenha contribuído para isto) o que se produz é esta modificação radical na maneira de colocar o problema da causalidade que determinou a substituição do problema ontológico como *interrogação sobre o ser pelo problema relativo à ordem do conhecimento*.

Esta divisão será retomada por Kant que fará dela a pedra de toque de seu pensamento (e não apenas de seu pensamento sobre a causalidade). A fábula que menciona Hume, se é uma fábula, tem justamente a função de indicar a compreensão da filosofia crítica como solução à questão epistemológica crucial sobre a objetividade do conhecimento (colocada de forma eloquente por Hume, com relação à causa).

Oposição real e conceito limite

Não obstante a imagem do sono, sabe-se que o período pré-crítico da filosofia de Kant é momento de um intenso debate. É comum dividir-se o período pré-crítico em dois sub-períodos observando-se que até 1760 Kant estaria pensando como um racionalista dogmático e que, de 1760 à 1769, seus textos sofrem a influência do empirismo (autores da recepção de Hume na Alemanha)⁷⁰.

⁷⁰ Cf por ex. Philonenko (1969).

Alertado pelos novos encaminhamentos da física e pelo trabalho de Hume, para o problema central da incompreensibilidade metafísica da relação causal (incompreensibilidade que concerne a uma relação real), Kant redireciona seu trabalho para a separação irreduzível existente entre o lógico e o real. Coloca-se então para Kant, o problema de formular uma existência que não é mais vista como atributo de nenhuma essência, e sim como “posição absoluta” (*positio*)⁷¹, existência. Trata-se da diferença entre o ser da cópula lógica e o da posição, da existência – *Wirklichkeit*, presença pura, irreduzível a todo formalismo lógico.

Esta nova ontologia, que reconhece à *Wirklichkeit* um estatuto específico, radicalmente irreduzível ao lógico, restitui à questão da causalidade seu sentido de questão ontológica fundamental. O *Ensaio para introduzir em filosofia o conceito de Grandeza Negativa* (1763) refletirá essa mudança. Próximo à colocação de Hume, o artigo incide sobre o problema da causa: “como compreender que, porque algo é, algo outro existe?”⁷² Questão paralela a outra, também analisada em detalhe no texto: “como ligar necessidade lógica (que fornece a compreensão) e realidade efetiva (p ex., numa relação causal entre dois objetos postos efetivamente no real)?”

O Ensaio aplica ao problema da oposição de forças (e fatores) a distinção lógico/real, extraindo disso a especificidade da oposição real. A idéia de grandeza negativa supõe uma antinomia entre o ser e o sentido, antinomia que se está fadado a reencontrar efetivamente como distância (afastamento, separação, irreduzibilidade) entre o lógico e o existente. Foi isto o que Hume constatou como a ilogicidade da causa, ao constatar que a relação do princípio à consequência é radicalmente distinta da relação da causa ao efeito.

⁷¹ De identidade o ser passa a posição absoluta, entendido como o que do nada vem a ser.

⁷² Kant, 1763, p. 60.

A grandeza negativa, nos diz Kant, não é uma negação de grandeza. Ela é grandeza, i.é, valor, diferença, elemento variável. É algo que é suscetível de tornar-se grandeza negativa, apesar de ser real, simplesmente porque é oposta a outra grandeza positiva⁷³. O exemplo mais evidente diz Kant é o próprio número negativo (p ex. [-9]) que acrescentado a outro faz diferença ($[-9 + 1 = -8]$ ou ainda $[-9 - 1 = -10]$). O essencial sendo portanto a oposição real que uma grandeza assim, aporta para as outras grandezas em relação com ela, oposição que traz sempre como resultado, algo real.

O interessante é que Kant aborda essa positividade do negativo, não a partir de números mas de situações reais e comuns, o que dá exatamente a dimensão da existência de tais grandezas. Um de seus exemplos⁷⁴, consoante com a época das grandes navegações é o de uma nau que deixa Portugal rumo ao Brasil enfrentando ventos que conduzem ora ao avanço, ora a um recuo da embarcação. Se marcarmos com o sinal (+) as distâncias percorridas na direção do avanço, e com o sinal (-) os recuos, e se ao cabo de uma semana, os ventos fizeram o navio avançar 19 milhas e recuar outras 19, veremos que o recuo (-19) não é simplesmente a negação do avanço (+19). Não se pode dizer simplesmente que o resultado de sete dias de luta ferrenha seja igual ao zero absoluto (um neutro). O zero de que se trata aí é apenas um zero relativo, ou melhor um zero que designa na verdade uma positividade (um real acontecido e não um nada). O avanço e o recuo coexistem na realidade da nau, são ambos plenamente reais. E sua oposição é uma oposição de dois princípios reais. O desgaste sofrido no trajeto manifesta concretamente que algo de positivo se passou no recuo⁷⁵ (e portanto, na forma de uma negatividade que age⁷⁶).

⁷³ De modo que a relação nesse caso é essencial. Uma grandeza negativa não existe isoladamente.

⁷⁴ Kant 1763 p. 21.

⁷⁵ Cf. Souza, N.S. (1994 p.48) que aponta: "O atraso, as despesas suplementares e o desgaste de modo geral manifestam concretamente a positividade do recuo".

Kant fornece inúmeros outros exemplos da positividade e realidade das grandezas negativas. A dívida por exemplo é considerada um “capital negativo” e não simplesmente uma ausência de capital, (capital = zero). E mesmo no plano dos afetos, Kant mostra, que a estimação do valor que lhes conferimos não se passa em termos de simples negações. A aversão mais que uma negação da atração é um “desejo negativo”, o ódio é um apego, um “amor negativo”, o desprazer não é somente ausência de prazer, etc. No plano da ética, encontra-se neste texto a famosa afirmação de Kant sobre o mal radical⁷⁷ (*mala privationis*), como distinto do mal que é apenas uma negação do bem (*mala defectus*)– o primeiro supondo a razão positiva (princípio real) de suprimir o bem ao passo que o segundo não é fundado em nenhum princípio real (positivo)⁷⁸.

A última parte do *Ensaio (Observação Geral)* é o grande texto deixado por Kant sobre a causalidade como problema ontológico. Transpõe o problema da oposição lógico/real para o terreno das causalidade, colocando o problema central da incompreensibilidade metafísica de uma relação que não se pauta pela identidade e sim constitui uma relação real. A dualidade do lógico e do real tematizada no problema das grandezas negativas permite a Kant isolar o sentido, a implicação ontológica da “transferência de *Wirklichkeit*”⁷⁹ que se opera de um elemento ao outro na relação causal - e assim, marcar a diferença desta com as relações puramente lógicas de princípio à consequência onde nada de real (*wirklich*) entra em jogo⁸⁰.

A ligação do princípio (ou razão) à sua consequência não oferece maior dificuldade, escreve Kant, pois a consequência está contida no princípio e

⁷⁶ Cf. Tb Fernandes, F.L. (1999) e Miller, J.A. (1988b lição de 24/02/88).

⁷⁷ (a nomenclatura refere-se ao modo como ficou conhecido na tradição).

⁷⁸ Kant (1763 p. 33).

⁷⁹ Puech, M. (1990 p.267).

⁸⁰ *ibid.*

procede dele segundo a regra de identidade⁸¹. Mas a causalidade releva de uma ordem diferente, aquela dos princípios reais, que colocam um problema inteiramente diverso. Que o ser de uma causa A produza o ser de um efeito B não é uma relação puramente lógica e sim uma relação real – que envolve o ser de A e de B. Esta relação, Kant conclui, é radicalmente incompreensível. A causalidade conjuga em sua afirmação a possibilidade (ou antes impossibilidade) de se concluir a existência a partir de um princípio lógico (qualquer que ele seja). Como, pergunta-se Kant, se pode admitir que uma coisa decorre da outra e não segundo a (regra de) identidade? No entanto, acontece. Uma coisa decorre da outra - eis o problema da causalidade -, sem que o princípio de identidade venha intervir em nosso socorro, em auxílio à nossa razão. Uma coisa decorre da outra, ainda que a natureza desta decorrência não se deixe reduzir a nenhum juízo; ainda que não se revele aí nenhuma inteligibilidade.

O problema da causalidade no *Ensaio* é visto por Kant como oferecendo uma dificuldade a toda apreensão conceitual impossível de ser racionalizado e expresso num juízo⁸². Não se chega à causa através de um juízo (que é síntese) - porque ela reúne inconciliáveis - e também não se chega por análise, posto que esta, no caso da causa, é infinita (a causa tem que ser sempre desdobrada em conceitos analíticos mais restritos, sem que nenhum possa recobrir seu campo todo de influência). A causa sendo uma relação entre coisas diferentes, enfeixa um problema que ultrapassa aquele da lógica formal. Neste sentido, a causa mais que uma noção, designa uma hiância, na medida em que, a causa aparece como conceito inalisável, que só podemos constatar. Por outro lado, a existência das grandezas negativas mostra que a causa, como grandeza negativa, não é um nada. Embora a razão não possa designá-la a não ser pelo negativo, a

⁸¹ Kant, I. (1763 p.59).

⁸² Cf. Kant, I. (1763, p.62).

causa não é simplesmente ausência de um princípio positivo, ela é – *positio*, *Wirklichkeit*, real.

A partir desses textos do segundo período pré-crítico, a tarefa da filosofia é redefinida. No período pré-crítico (mais próximo a Hume), a tarefa da filosofia é vista por Kant como uma censura, trabalho de fixar as fronteiras negativas do pensamento. No período crítico, como veremos, além deste lado negativo ela se exerce também numa direção positiva, devendo indicar o *a priori* transcendental – que substitui o *a priori* metafísico como condição de possibilidade do conhecimento. Nesta passagem para a filosofia crítica a questão de Hume é transmutada da oposição lógico/real para a relação da representação (vale dizer, do sujeito) ao objeto. Questão a filosofia crítica pleiteia ultrapassar.

A solução proposta por Kant para o problema da representação do objeto consiste, na verdade, em uma mudança na própria questão. Ao invés de perguntar se o conhecimento científico é possível, questionar sua possibilidade, Kant parte do conhecimento como um fato e a partir daí se dirige para examinar *como* ele é possível, qual a sua legalidade. Esta torção na interrogação fundamental sobre o conhecimento dará nascimento a uma nova lógica, a lógica transcendental, da qual a lógica formal será apenas uma expressão possível. A questão de uma harmonia entre sujeito e objeto será reformulada em termos de possibilidade da objetividade do conhecimento, e será pensada no âmbito do próprio pensamento que conhece. A partir da crítica kantiana e para sempre muda nossa concepção do conhecimento do real. Como o coloca Philonenko: “o que é real, o que é verdadeiro, o que é objetivo, no sentido crítico do termo, passa a ser, não o ser sensível como um aqui-e-agora, mas o que é constante, durável, existente no nosso conhecimento”⁸³ – ou nos termos consagrados pelo próprio Kant, “universal e necessário”. Ainda Philonenko:

Na Dedução transcendental Kant prova que as condições subjetivas do pensamento podem ter um valor objetivo, o que lhe permite ultrapassar a questão sujeito/objeto: é o conhecimento que, segundo suas leis *a priori*, constitui a natureza como objetividade. As leis do objeto são também as leis do conhecimento. (Philonenko, 1969 p. 167).

E como o objeto, pela dedução transcendental, através de uma operação de depuração de todos os elementos empíricos e todos os seus atributos, torna-se um objeto em geral, (o objeto constituído pela representação, que introduz a chamada revolução copernicana de Kant), a questão do conhecimento passa à própria forma da razão sem a qual o objeto não pode ser pensado⁸⁴. Assim se pensamos um objeto, podemos abstrair dele todos os seus atributos, e depurar dele seus conteúdos empíricos (“a cor, a rugosidade ou maciez, o peso, a própria impenetrabilidade”⁸⁵), não podemos fazer o mesmo, por ex., com o tempo e o espaço que esse corpo (“agora totalmente desaparecido”) ocupava, pois necessariamente só podemos pensar os objetos no tempo e no espaço. Resta que o tempo e o espaço são formas *a priori* (da sensibilidade como faculdade) da razão que os pensa. Resto do qual não podemos fazer abstração, formas que acompanham *a priori* (universal e necessariamente) todas as representações, condicionam-nas e, assim, condicionam a própria experiência.

A partir desse passo Kant afirma que a necessidade e universalidade presente nos juízos científicos são obtidas pela síntese das diferentes faculdades em jogo na razão (sensibilidade, entendimento e imaginação). Pela analítica transcendental, chega-se então às formas *a priori* do entendimento, entre as quais

⁸³ Philonenko, (1969 p.106)

⁸⁴ Em sua crítica a Hume, Kant aponta entre outros fatores que este não vê que o próprio objeto é forjado no e pelo esquema da causa que o constitui. Hume, pensa o objeto como constituído antes da intervenção da categoria esquematizada, e só depois se pergunta como a lógica formal poderia juntar-se à existência – enquanto Kant compreende a causalidade como a regra de transformação de um sistema. Sobre a totalidade da crítica a Hume, Cf. Philonenko, (1969 p.214).

está a causalidade entendida como logicamente anterior à experiência. Percebemos a causalidade porque a razão sintetiza “um princípio de sucessão no tempo com a lei da causalidade”⁸⁶. A causalidade não está contida no fenômeno, mas lhe é aplicada pelo entendimento através da categoria de relação (efeito/causa) que, então constitui o próprio fenômeno como tal⁸⁷. Assim, enquanto para Hume o terceiro elemento que unia os dois termos da categoria da causalidade (causa e efeito) era o hábito, para Kant, será a síntese entre as faculdades da razão⁸⁸.

A posição absoluta, implicada na oposição real analisada no *Ensaio* é excluída neste ponto da argumentação como problemática:

Quando algo acontece, o seu simples surgir, mesmo não considerando o que surge já em si mesmo é objeto de pesquisa. [...] Não podemos *a priori* ter o mínimo conceito acerca de como pode alguma coisa em geral mudar de estado. [...] Para tal se requer o conhecimento de forças reais, que só pode ser dado empiricamente. [...] Mas a forma de toda e qualquer mudança, a condição única pela qual esta pode surgir, como um nascer de um outro estado, por conseguinte a sucessão dos próprios estados, podem ser considerados *a priori* segundo a lei da causalidade e as condições do tempo. (Kant I., 1781, p. 229).

Essa ordem absoluta (incondicionada), que é a oposição real - abstraída na *Crítica da Razão Pura* em favor da condição formal da experiência em

⁸⁵ Kant, I. (1781, p. 39).

⁸⁶ Segunda Analogia (“Todas as mudanças acontecem de acordo com o princípio da ligação de causa e efeito.”) Kant, I. (1781, p. 217).

⁸⁷ Tanto quanto para Hume, para Kant, a causalidade é um juízo sintético, ou seja, não sendo uma mera análise de onde se deduz a consequência do princípio, ela une dois elementos distintos, acrescentando saber. O “problema Hume” (ligação de elementos distintos) é portanto respondido por Kant através do esquematismo transcendental (agenciamento dos fenômenos pelas faculdades *a priori* por meio de que adquirem dignidade de leis do conhecimento) CRPu – Kant (1781 p. 135 e segs.).

⁸⁸ O esquematismo transcendental (da apreensão) da causalidade encontra-se na CRPu em Kant 1781 às p. 217 e segs.

geral⁸⁹ –será recuada, ainda no contexto da primeira Crítica, para a noção de *númeno*; que, é suspensa como problemática e aparece na bela e engenhosa construção de Kant como “conceito limite”⁹⁰

O *númeno* é a coisa em si, tal como pensada pelo entendimento puro, quando este “problematicamente se estende” para além da intuição possível formando com isto as Antinomias da razão - idéias que se formam pelo exercício natural da razão que demanda sempre a unidade mais ampla para pautar-se. As Antinomias tem um lugar ingrato na concepção de Kant, sustentando a dimensão problemática da construção do conhecimento pela razão⁹¹. Elas constituem inevitavelmente o “conflito da razão” entre o “desespero céptico”⁹² (Hume) e a “obstinação dogmática” (racionalismo dogmático). Antitéticas, elas são “idéias que não se podem conciliar com os fenômenos”⁹³.

Não obstante, as idéias da razão são importantes para o conhecimento, porque retroativamente, elas agem sobre o entendimento, exigindo deste uma unidade ainda mais ampla, em direção ao *limite* da experiência possível⁹⁴. São postuladas como “conceito limite” por Kant por terem a função de “cercear a pretensão da sensibilidade [de se estender a tudo o que o pensamento pensa]” prestando-se portanto a um “uso negativo”⁹⁵. Assim, embora não se possa conhecê-las, pode-se e deve-se pensá-las. O plano ontológico que restara como problemático na primeira Crítica, adquire agora, ainda que sob um fundo

⁸⁹ que por sua vez é experiência de um objeto X geral.

⁹⁰ Também chamados “idéias reguladoras”. Kant, I. 1781 p.270.

⁹¹ Dimensão que no período pré-crítico tinha sido abordada em termos das oposições reais.

⁹² também chamado de “eutanasia da razão pura”, Kant, I. (1781p.380).

⁹³ *ibid.* p.380.

⁹⁴ Ou seja, elas na verdade impulsionam o movimento do esquema (serão chamadas inclusive, de “trieb”).

⁹⁵ 1781, p.380.

hipotético (não se pode ter certeza apodíctica desse plano), um campo para ser pensado – campo outro, que será o da razão prática⁹⁶, campo da moral.

Dirigida à razão a ontologia poderá encontrar sua legitimidade na especulação formal da nova lógica. E esta passagem à metafísica formal dar-se-á pela solução encontrada à terceira antinomia da razão, aquela que opõe a causalidade mecânica da natureza à causalidade por liberdade. Esta última, postulada na tese da Antinomia como começo absoluto encontraria aí seu lugar como o incondicionado que poderia completar a série das condições na causalidade natural⁹⁷. – “completar a unidade ideal da ordem causal”.

Kant vê aí a abertura para um novo alcance da (nova) Crítica. Mas para a discussão que se trava aqui, o mais importante é ressaltar que esta passagem só pode se consumir num outro plano que não o do conhecimento - plano da moral, que é requerido pelo fato das antinomias serem estruturadas por uma tensão (tese e antítese) que o pensamento cognoscente não é capaz de pacificar. A liberdade é a liberdade de se submeter ao imperativo moral. Ela não pode ser conhecida mas só constatada pelo sujeito do imperativo categórico, como fato da razão⁹⁸. E nesse sentido ao menos por um momento Kant sustenta o hiato, a passagem a um outro registro, digamos, que tal tensão implica. Trata-se do corte na continuidade do pensamento, abismo da representação, que constitui a “Outra Cena” a qual Freud encontra igualmente, mas num contexto inteiramente diferente deste da especulação filosófica, ao escutar as escaramuças amorosas de suas primeiras pacientes.

⁹⁶ que por sua vez deve ele mesmo encontrar sua condição de possibilidade na depuração da própria razão, até que reste a forma a priori que o condicione.

⁹⁷ Esta, uma causalidade circular, relacionando cada efeito a uma causa que por sua vez relaciona-se como efeito a outra causa e assim sucessivamente, perfaria uma série infinita, se não fosse a liberdade como começo absoluto encontrado por depuração crítica, da própria razão.

⁹⁸ Cf. Sbrano, V. (1991).

Origem, hiato

É óbvio que há causas e muitas. [...] e qualquer um que queira entender a natureza deveria saber desvendá-las. Aristóteles (Física, 198 a, 14-24).

Podemos inverter a máxima 'cessante causa cessat effectus' [...] o processo determinante continua a atuar de algum modo durante anos – não indiretamente, através de uma corrente de elos causais intermediários, mas imediatamente como uma causa diretamente liberadora. Breuer, J. e Freud, S. (1893-95 p. 48).

Aristóteles, com supostos diferentes do nosso pensamento causal moderno, não tem problema com a causa. Não há impasse, embaraço, em Aristóteles a causa se confunde com o pensamento e o pensamento está imbricado na causa; causa e efeito não é mera relação. Uma coisa produz outras (é a substância), há causa do que acontece e as causas (são múltiplas para tudo o que ocorre) dizem o que é - e também como, por que, para que.

Talvez por isso, desde o artigo que escreve com Breuer, em 1893 (publicado em 1895 introduzindo os Estudos Sobre Histeria), a título de Comunicação Preliminar e cujo título já anuncia tratar somente do "Mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos", Freud dá um passo além, de chofre, para indicar que o trauma agindo na histeria, reduzido por Charcot a mero agent provocateur, terá que ser pensado num quadro menos aristotélico da causalidade.

Inverter a máxima, como dizem, não é pouco. Equivale a recolocar o problema da causa da histeria em outras bases, sobre outros fundamentos que

não os de uma vinculação estreita entre a doença - sua padronização e caracterização descritiva, fenomênica, de conjunto de sinais e sintomas - e a evidenciação de alterações anátomo ou fisiopatológicas subjacentes, determinantes e explicativas de cada quadro clínico. Fundamentos que tinham feito, até ali, o prestígio de uma medicina que surgira no último quartel do século XIX, tendo como paradigma sobretudo a Biologia e seus sub-ramos (Fisiologia, Anatomopatologia, Microbiologia) e deixando para trás a disciplina de caráter quase que taxionômico, que tinha como referência ainda a "História Natural" (Botânica, Zoologia), enfim, a medicina dos fluidos e humores, que Molière soube tão bem caricaturar.

Neste capítulo, tento isolar e indicar em que, recolocar o problema das causas da histeria fora dessa suposição de uma linearidade, afirmar a influência determinante de um fator etiológico passado que, não obstante, atua e continua a atuar continuamente, segundo Breuer e Freud, "durante anos" e "imediatamente" (sem a mediação - mecânica - de uma corrente intermediária de elos causais), não somente implica uma discussão etiológica, mas indica já o início de um processo através do qual Freud arranca progressivamente a histeria do interior do campo da medicina (da neurologia) e, ao sustentar e elaborar a causalidade aí envolvida, promove uma reviravolta na própria querela etiológica que iria resultar na criação da psicanálise.

Naturalmente não tenho a pretensão de rever a história ou fazer a genealogia do nascimento da psicanálise, ambas tarefas que excedem em muito o escopo deste trabalho e que já foram enfrentadas por inúmeros e ilustres autores contemporâneos ou não¹. Tampouco me proponho a analisar ou debater o problema das fontes da obra de Freud, inventariar o campo extenso de suas influências ou, eventualmente, apontar possibilidades e limitações trazidas por

alguma "origem" dos conceitos freudianos – tarefa da qual autores igualmente proeminentes também já se incumbiram². No âmbito deste trabalho e no decorrer dos próximos capítulos, procuro sobretudo demarcar, a partir de uma perspectiva que procura explicitar tão somente a lógica interna às formulações de Freud, o trajeto de elaboração de uma causalidade pensada no âmbito do nexo entre representações (e, mais tarde, seqüências de representações), por oposição a uma concepção fisicalista da causalidade como evento ou elemento positivamente delimitado. Trajeto que o leva do trauma tomado como evento (sedução) à descoberta da fantasia, como montagem elaborada pelo sujeito a partir de traços do vivido – e sua paradoxal apresentação do desejo como causa das neuroses.

Devo, portanto, renunciar de saída a qualquer ambição de sistematizar mais amplamente o terreno vastíssimo da produção conceitual de Freud e Lacan - projeto que não caberia na extensão e nem seria proveitoso para a elaboração deste trabalho. E ater-me exclusivamente ao que, da teoria, problematizou e teve incidência direta sobre a concepção de causalidade articulada por Freud, pois o que é importante do ponto de vista da dedução (formulação) causal nem sempre é o mais central na teoria como um todo, a qual envolve, em sua edificação, muitos outros aspectos.

Em se tratando de demarcar uma trajetória, meu esforço é empregado em mapear o caminho de Freud a partir de seu próprio discurso não no sentido de uma leitura que se pretendesse inaugural, ingênua e livre deste texto, mas no de uma tentativa de inventariar os obstáculos que este próprio discurso constituiu,

¹ Cf., por exemplo, Jones (1953) e, mais atuais, Bercherie (1983), Assoun (1981), Dor (1988) e Mezan (1987), entre outros.

² Muitas fontes possíveis têm sido sugeridas desde Helmholtz, Herbart, Meynert e Fechner até Jackson e Darwin, entre outros. Jones examina a questão cuidadosamente em sua biografia de Freud (Jones, 1953 vol. 1).

localizar os problemas que por esta via se apresentaram e compreender o modo como foram equacionados.

Tal escolha por um caminho que é mais analítico - do próprio texto e das observações de Freud, do modo como ele as constrói e apresenta, das voltas, reviravoltas e lutas internas em que seu argumento se constitui - do que conceitual - no sentido de uma apresentação formalizada de conceitos encerrados em si, independentes já do texto em que nasceram -, conduziu-me por um caminho que se revelou infinito. Ler o texto de Freud é navegar num mar de problemas e proposições que se traduzem numa infinidade de termos e conceitos em gestação, cujo sentido muitas vezes varia duas ou três vezes num único texto, perfazendo um tesouro inesgotável (às vezes até pela crueza de pioneiro) que atrapalha muito a exposição, mas ao qual não interessa, como é o caso com tesouros, dar um fim simplista. Menos ainda quando um abismo inteiro evidencia-se entre uma nuance e outra, como acontece com a noção de causa. Deste modo, vi-me obrigada, no escopo deste trabalho, a privilegiar um ponto neste discurso, um trecho desta trajetória, se realmente quisesse fazer valer a riqueza da enunciação freudiana. Escolhi, então, o momento inaugural do discurso de Freud, momento privilegiado, pois há aí, além e ao lado da emergência da psicanálise como um campo diferenciado, todo um debate, verdadeira odisséia do Ulisses Freud em torno da questão da causa das neuroses. E, assim, lancei-me ao garimpo, nos textos da discussão etiológica, em busca do primeiro encontro de Freud, inventor da psicanálise com o problema da causa - e de demarcar os movimentos engendrados neste encontro, com relação à noção de causalidade.

Naturalmente este movimento de Freud não se esgota neste tempo primeiro, preliminar, de encontro com o problema da causa. Pelo contrário, a insistência deste encontro vai atravessar muito da elaboração freudiana posterior ao período de preocupação com a etiologia, mas o que é notável é que se

encontra já neste período o que será, digamos, a matriz do posicionamento de Freud com relação ao problema da causa. Dito de outro modo, os obstáculos, os impasses e também os postulados, a perspectiva, que levam Freud até o final de sua obra definir como rigorosamente indecível o problema da causa, encontram-se já fundamentalmente enraizados neste tempo inicial. Tempo em que se constitui uma trajetória não linear, uma trajetória de idas e vindas, de deslocamentos que desenharam o território que será o da psicanálise com seus problemas internos.

Neste sentido, a "história" do surgimento da noção de causalidade no interior do campo analítico é a "história" do problema de Freud com esta noção, de seus movimentos de aproximação e recuo do problema da causa, trajeto que proponho estender-se num contínuo, que vai da causa como origem positivamente determinada dos sintomas ao hiato - vórtice, precipício - sem termo existente em torno do lugar, da função da causa no discurso.

Bacilo de Koch

A causa das neuroses foi desde o início uma preocupação de Freud – os artigos, sobretudo de 1895 a 98, o evidenciam. Insatisfeito com a abordagem nosográfica de Charcot, cujo aspecto teórico apoiava-se quase que inteiramente na obscura idéia de uma hereditariedade psíquica, e educado na tradição do método fisiológico da escola alemã de medicina, Freud situava-se na perspectiva etiológica, a qual, em lugar de partir de um determinismo estrito, via a emergência da neurose como um evento que sobrevinha como perturbação de um curso normal dos eventos. A partir de tal perspectiva, Freud considerava que a função da neuropatologia seria descobrir a fórmula fisiopatológica das

doenças do sistema nervoso e, neste sentido, ele direcionara sua contribuição à enciclopédia Villaret, em 1888, para o esboço de uma interpretação da histeria³ em função da quantidade relativa de excitação no sistema nervoso.

Entretanto, interessado na experiência do caso Anna O., que lhe é comunicado por Breuer em 1882 e influenciado por seu encontro com Charcot em Paris, em 1885, e pela demonstração deste da imitação artificial das paralisias histéricas via hipnose, Freud passa a interessar-se predominantemente pelo mecanismo dos fatores psíquicos envolvidos nas neuroses.

No período compreendido entre 1890 e 1898, escreve um conjunto de artigos em torno da etiologia das neuroses. O primeiro problema que aí surge, consiste em conferir um estatuto ao que aparece no material imediato dos sintomas, e nomeadamente dos sintomas histéricos.

Inicialmente, ele se interessa em descobrir sua gênese. Preocupa-se em estabelecer uma etiologia, ou, mais exatamente, uma “relação etiológica constante” entre uma “causa específica” e um quadro determinado (Histeria, Neurose obsessiva, Neurastenia, Neurose de angústia, etc).

No manuscrito B enviado a Fliess em 1893; intitulado “A etiologia das neuroses”, Freud comenta que sempre se admitiu a existência de alguns fatores sexuais na etiologia das neuroses, desde que subordinados à hereditariedade e coordenados a outros agents provocateurs. Ao passo que o caráter distintivo de sua abordagem é dar a eles o estatuto de causas específicas - traçando um “paralelismo regular”, uma “prova da relação etiológica específica” entre a “natureza da influência sexual e a espécie patológica da neurose”⁴.

³ (Freud, S. 1888). Embora o verbete seja apócrifo, sua autoria é atribuída a Freud. Cf. Nota do Editor inglês que acompanha o texto na *ESB* e deixa bastante claro os argumentos que justificam esta atribuição. Neste escrito, a histeria seria resultante de: 1) um acréscimo de excitação no SN (status histérico hereditário) e 2) uma distribuição anormal de excitação nas diferentes partes provocada por fatores físicos ou psíquicos (os *agents provocateurs*).

⁴ Freud, S. (1893b).

Em “Hereditariedade e etiologia das neuroses”, de 1896, depois de distinguir a hereditariedade como precondição da idéia de uma causa específica – que não poderia estar ausente de um quadro de neurose –, ele se pergunta:

Quais são então as causas específicas das neuroses? Há uma única ou são várias? É possível estabelecer uma relação etiológica constante entre uma causa particular e um efeito neurótico particular, de tal modo que a cada uma das neuroses maiores se atribua uma etiologia especial?(Freud, S. 1896a p. 171).

Neste contexto, Freud quer reservar à hereditariedade somente o papel de precondição (“multiplicador num circuito elétrico”, segundo a analogia fisicalista que ele constrói então), colocando o acento nas etiologias individuais que determinam precisamente “a escolha dos estados neuropáticos que resultam delas”(ibid. p. 281). Esta etiologia é pensada em termos de causas específicas ligadas às várias formações clínicas. As relações entre precondição e causas específicas dependem das quantidades relativas e Freud vai relacionar cada uma das neuroses a um “distúrbio particular da economia do Sistema Nervoso”, porém ele já adianta que todas estas modificações patológicas têm como fonte a vida sexual do sujeito (passada ou contemporânea)⁵.

Outro exemplo da pregnância deste movimento de tentar chegar a correlações fixas e determinadas entre uma causa e seu efeito é o interesse de Freud pela Neurastenia e Neurose de Angústia, que ele agrupa sob a categoria de neuroses atuais – também numa alusão crítica à preponderância atribuída, na esteira dos ensinamentos de Charcot, ao papel desempenhado pela hereditariedade na etiologia das neuroses. Em sua réplica à crítica de

⁵ Freud, S. (1896a p. 172.)

Löwenfeld⁶, Freud vai traçando um quadro das influências etiológicas presentes na Neurastenia em termos de precondição, causas auxiliares e causas específicas.

O interessante é que, apesar de expor o seu quadro bastante complexo da etiologia prevalente nas neuroses, construído de modo a nem ignorar nem superestimar um eventual fator de precondição hereditária, que ali é disposto ao lado das causas concorrentes (ou banais) e da causa específica, cuidadosamente separadas da causa precipitante ou desencadeante (termo que ele isola como não equivalente aos anteriores) — todas se conjugando numa equação etiológica de vários termos que devem ser satisfeitos se o efeito (neurose) ocorre —, Freud parece conceber cada um destes fatores, mas especialmente a causa específica, como um agente etiológico isolado, nos moldes de uma causalidade pensada como natural e material. Até o ponto de preceder a apresentação de seu quadro etiológico pelo quadro da etiologia estabelecida para a tuberculose, numa comparação explícita da causa específica das neuroses ao Bacilo de Koch⁷!

Esta analogia é significativa. Através dela, vê-se que Freud interessa-se pela causa das neuroses neste ponto de sua trajetória, concebendo-as no quadro do problema etiológico, i.é., como parte desta tentativa de estabelecer as origens, os agentes, o processo de transmissão ou aquisição das doenças e seu desenvolvimento.

⁶ Freud, S. (1895c p. 143 e segs.)

⁷ A comparação, a título explicativo, da etiologia das neuroses com a da tuberculose encontra-se na p.157: "Tentarei exemplificar esse quadro esquemático etiológico completo: *Efeito*: Tuberculose pulmonar. *Pré-condição*: Predisposição da constituição orgânica, baseada, em sua maior parte, na hereditariedade. *Causa específica*: Bacilo de Koch. *Causas auxiliares*: Qualquer coisa que diminua a resistência — tanto as emoções como as supurações ou resfriados. O quadro esquemático da etiologia da neurose de angústia me parece seguir o mesmo padrão: *Precondição*: Hereditariedade. *Causa específica*: Um fator sexual, no sentido de uma deflexão da tensão sexual para fora do campo psíquico. *Causas auxiliares*: Quaisquer perturbações banais — a emoção, o susto, e também o esgotamento físico devido a doenças ou à estafa" (Freud, S. 1895c p. 157).

A perspectiva etiológica vem do fato de Freud perceber a neurose como uma “mudança de estado”, uma interrupção ou modificação do curso normal dos eventos da vida do paciente - e não, é importante ressaltar, tomar a irrupção da neurose como indicio de uma degeneração já presente, constitutiva da compleição geral do paciente. É por esta perspectiva que se coloca o problema da causa das neuroses para Freud - coisa que, por exemplo, não se deu com Charcot, a maior autoridade da época no campo das neuroses -, problema que o levaria a um terreno bem distante do “paralelismo regular”.

O problema da causa se coloca para Freud, digamos, no ponto aproximado em que se impõe a Newton o conceito de força - no ponto em que ele é levado a discriminar um agente, a força, subjacente a mudanças verificadas no curso do movimento (velocidade, direção, etc), se e porque, ele parte do princípio da inércia -, e não de uma visão como é a visão aristotélica centrada no Cosmos, que toma, por exemplo, os movimentos (e qualquer variação neste sentido é “esperada”) como naturais⁸, esgotados em seu sentido e finalidade (vistos como inerentes), óbvios em suas causas.

É claro que a formulação e a resposta de Newton aos problemas que se apresentam fora desta visão aristotélica são diferentes das de Freud⁹. Mas o que importa ressaltar é que, uma vez que se “perdeu” o Cosmos - como aconteceu com os modernos e Freud entre eles -, a mudança, a variação, a guinada, a diferença, enfim, traz um problema - que a tradição situou de diversas formas sob diversas rubricas, dando origem a inúmeros conceitos e disciplinas no âmbito de diferentes discursos - que para Freud se coloca como o problema das causas da neurose.

⁸ O fogo sobe porque seu lugar natural é o alto, a pedra cai porque seu lugar é o baixo e as interveniências são divididas em tiquê e autômaton.

⁹ O que é óbvio e fica evidente pelo fato mesmo do passo de Newton abrir um campo autônomo e diferenciado, que é a física clássica.

Mas, se é assim, qual teria sido, na trajetória de Freud, este ponto de Arquimedes que lhe permite suspender todo o peso do Cosmos e situar-se em outra perspectiva, uma perspectiva que o conduz a interrogar de novo o que deveria ser evidente, fazendo ressaltar o problema da causa quando ele aborda as neuroses? Arrisco dizer que para Freud o ponto zero, o que ocupou para ele o lugar de um "princípio da inércia"¹⁰, o *parti pris* que ele inventou, foi a recusa da hereditariedade psíquica como agente etiológico direto. Ou, de outro modo, a recusa de um determinismo estrito, concebido em moldes naturais (noção de transmissão) e, como veremos, a insistência em buscar, sob este determinismo às vezes tão óbvio a implicação (ponto de enganchamento) e responsabilidade ética do sujeito.

Naturalmente o que está em jogo nesta aproximação entre o problema que se colocou para Newton, e ao qual ele respondeu com a criação do conceito de força, e o problema da causa das neuroses, tal como ele se coloca para Freud, é um comentário em relação ao problema da causa, enquanto este problema não é dado mas só pode se colocar por referência ao funcionamento da linguagem, como a ordem (o suporte) onde a variação do movimento pode ser detectada ou a irrupção de uma neurose se revelar. E não, de modo algum, uma passagem da física à psicanálise (ou o inverso). Não se trata de uma comparação entre disciplinas irreduzíveis uma a outra pelo simples fato de que cada uma vai construir seus objetos e problemas segundo suas próprias perspectivas de interesse, não havendo nenhuma essência destes objetos e problemas que nos permita fazer a passagem de uma a outra.

Se o conceito de força nos interessa, é na perspectiva de uma homonímia (e não de alguma sinonímia), com o que se colocou para Freud como o problema da causa da neurose, na medida em que ele é produzido a partir de

¹⁰ (na verdade, um princípio "anti inércia" psíquica).

uma variação na ordem da linguagem, como necessário, mas não como entidade positiva, definível em si mesma e redutível a seus próprios termos. Só pela linguagem se pode chegar à força, pois ela não é uma materialidade, não se pode ontologizar a força — ela é real, mas não ontologizável —; ela somente é detectável no jogo da linguagem (por exemplo, a partir da variação verificada no movimento), por um procedimento de estimativa, de aproximação, em uma palavra, pelo cálculo — passagem ao limite. A causa é igualmente não ontologizável, na perspectiva pela qual a tomamos. Um problema — Lacan diz uma hiância; Freud, um hiato — que só pode ser detectado na diacronia do discurso.

Neste sentido, o problema da causa e o determinismo estrito se opõem (na medida em que este daria lugar à lei — domínio da física) e para Freud ele surge quando ele não aceita a tese da herança como etiologia. Como ele mesmo coloca em “A Etiologia da Histeria”,

Ninguém [...] que tenha rejeitado a concepção de que as bases materiais das mudanças históricas sejam do mesmo tipo que as de nossos processos mentais normais — [...] terá qualquer confiança nos resultados de nossas análises[...].
Freud, S. (1896b p. 230).

Quando se parte do preconceito de uma degeneração hereditária, aceita-se, sem descontinuidade aparente, “incluir toda enfermidade nervosa que se descubra entre parentes como evidência de tal degenerescência (‘tara hereditária’)”, sem se colocar a questão de como foram (e se o foram adquiridas). Se, porém, não se aceita a degeneração pura e simples (sem

evidência) como *petitio principii*, como diz Freud¹¹, estabelece-se a descontinuidade e começam os problemas:

A hereditariedade dissimilar [...] deixa lacunas que deveriam ser preenchidas [para] uma solução dos problemas etiológicos. [...] a teoria [da hereditariedade dissimilar] nada nos diz sobre a causa de uma pessoa tolerar a mesma carga sem sucumbir ou por que a pessoa doente elegeria esta ou aquela afecção (Freud S. 1896a p.167 e p. 145 *AE*).

Porém, o notável - e eloqüentemente evidente na comparação que ele faz das causas da neurose com a relação existente entre o Bacilo de Koch e a tuberculose - é que, apesar desta crítica à questão da hereditariedade, ao determinismo estrito, positivo (por exemplo, ao determinismo anatômico), trata-se, para Freud, em seu interesse etiológico, ainda de uma noção de causa dentro dos moldes do fisicalismo. Pensada como um elemento positivamente determinado, localizado temporalmente, precedendo ao efeito e relacionado a este na ordem de uma correspondência pontual (sucessão, proporcionalidade, duração, etc).

Mesmo assim, e seja como for, Freud tem motivos para ter chegado a interessar-se pelas causas específicas da neurose, motivos que ele admite situando sua perspectiva como diretamente relacionada à prática clínica.

[...] a atenção dos médicos permaneceu deslumbrada pela grandiosa perspectiva precondição etiológica da hereditariedade. [porém] há um grande interesse prático ligado ao conhecimento da etiologia específica; ela permitirá que nossos esforços terapêuticos encontrem uma via de acesso, enquanto a predisposição hereditária, previamente fixada para o paciente desde seu nascimento,

¹¹ Freud, S. (1896a p. 166.)

leva nossos esforços a um impasse com seu poder inacessível (ibid. p.168).

Neste empreendimento de estabelecer uma etiologia a partir de suas próprias convicções fiscalistas e do que lhe tinha sido relatado por Breuer a propósito do tratamento de Anna O – que consistira em provocar sob hipnose a rememoração da cena ou das circunstâncias na quais tinha surgido um sintoma e obtendo, com isso, seu desaparecimento -, Freud supõe que o ponto real onde se engendram os sintomas, a causa, é uma origem¹². O que, então, o conduz à busca da “cena traumática”, tentativa de remontagem do fato traumático reprimido que teria engendrado o sintoma.

Muitas vezes, a ligação é tão nítida que se torna bem evidente como foi que o fato desencadeante produziu um dado fenômeno específico, de preferência a qualquer outro.[...]. A mãe de uma criança muito doente, que finalmente adormecera, concentrou toda a sua força de vontade em manter-se imóvel a fim de não despertá-la. Precisamente por causa da sua intenção, produziu um ruído de estalo com a língua. (Um exemplo de contra vontade histérica). Esse ruído se repetiu numa ocasião subsequente em que ela desejava manter-se perfeitamente imóvel, tendo dele surgido um tique que, sob a forma de um estalido com a língua, ocorreu durante um período de muitos anos [...] Breuer, J. e Freud, S. (1893-95 p. 44).

A causa como origem opera, portanto, neste ponto da trajetória de Freud, como o que dá sentido ao sintoma. Nos sintomas histéricos há uma situação em que o sentido está apartado, para o sujeito, da significação através da qual ele pode se veicular. O que Freud busca quando busca a causa é tentar restabelecer o sentido do sintoma através de encontrar a origem que explica seu

aparecimento e sua forma (sua natureza, estrutura). No caso Emmy Von N, por exemplo, o primeiro tratado por ele com o método catártico, depois de interrogar a paciente à cata das cenas nas quais se originaram os sintomas, Freud conclui:

Creio, realmente, que o caráter do próprio tique [...] revela traços do processo ao qual devia sua origem.[...] sua gagueira peculiar — era [igualmente] o resíduo de uma causa excitante fundamentalmente similar. Esses dois sintomas [...] estavam intimamente relacionados pela história de sua origem[...] Freud, S. (1895a p.138).

Buscar a causa neste contexto é uma busca do sentido, mas de um sentido suposto, presumido como acontecimento, como elo positivo, delimitado numa cadeia de razões, a qual, na falta de um (elo recalçado, reprimido, oculto), evidencia-se como falta de sentido, absurdo.

A reação dos histéricos [...] está fadada a nos parecer exagerada porque só conhecemos uma pequena parte dos motivos dos quais decorre. Na realidade, essa reação é proporcional ao estímulo excitante e, portanto, é normal e psicologicamente compreensível. Nós o percebemos imediatamente quando a análise acrescenta aos motivos manifestos, dos quais o paciente tem consciência, os outros motivos que estavam em ação sem o seu conhecimento, de modo que ele nada nos podia dizer sobre eles. Freud, S. (1896b p. 244).

Nisso, Freud, como todos nós, era aristotélico¹³. Ele supõe de início uma causa e a imagina como entidade, um motivo oculto, que se opõe ao empírico

¹² No caso Emmy Von N, relatado nos *Estudos*, o primeiro em que empregou o método catártico (1889-91), vemos Freud inquirir a paciente com relação a cada um de seus sintomas para estabelecer de onde eles provêm.

¹³ (e não newtoniano, o senso comum não é newtoniano).

“motivo manifesto”. Mesmo que, no caso da neurose, ele tenha que se contentar com um tipo especial de entes (motivo, razão, origem) que pertencem a um domínio peculiar e suspeito – o psíquico.

E não foi sem lutar que Freud resignou-se a tomar por base tais entidades. Em carta enviada a Fliess em 22 de setembro de 1898, que retrata a mudança de trajetória¹⁴ atrelada ao fracasso e abandono de tentativas de pensar as neuroses como conseqüências psíquicas de processos físicos, referenciáveis, ele escreve:

[...] Não tenho a menor inclinação a deixar a psicologia suspensa no ar sem uma base orgânica. No entanto, à parte esta convicção, não sei como prosseguir, nem teórica, nem terapêuticamente, de modo que preciso comportar-me como se tivesse apenas o psicológico diante de mim [...]. Freud, S. (22/9/1898).

Representações

Quando os Estudos sobre Histeria são publicados em 1895, o tal fundamento anátomo ou fisiopatológico, requerido pelo filtro teórico da medicina científica para caracterização do que ela entende por doença, é ainda desconhecido para a histeria – assim como para várias condições que constituíam, então, sobretudo o campo da psiquiatria –, mas, não obstante, sua pressuposição é formulada através de conceitos como “constituição neuropática”, “degeneração nervosa” ou “tara hereditária”. Tais conceitos eram muito presentes na literatura neuropsiquiátrica da época, da qual faziam parte os primeiros textos de Freud, e situados por relação à doença numa relação de

¹⁴ Veremos adiante.

causalidade justamente suposta como mecânica e pontual ("contágio"), o efeito correspondendo a uma causa que o precede, linearmente. É esta suposição de uma causalidade natural que está em jogo na inversão da máxima na inversão que propõe a passagem já citada da "Comunicação Preliminar".

Com efeito, a visão de Charcot sobre as neuroses, pano de fundo das discussões dos Estudos ..., supunha que a etiologia da histeria devia ser buscada inteiramente na hereditariedade - conceito que se opõe à degenerescência, que era o princípio etiológico dominante na psiquiatria do século XIX¹⁵ -, cabendo a outros fatores e perturbações de variada natureza e intensidade desempenhar apenas o papel de "causas incidentais", os agents provocateurs¹⁶.

É importante que se registre que as neuroses constituíam até então, com relação à medicina, um campo marginal, na medida em que implicavam uma série de perturbações que não encontram localização determinada em partes delimitadas do sistema nervoso, consideradas como desordens em seu funcionamento global, ao passo que a corrente principal da medicina ia no sentido de uma localização efetiva ou suposta da doença. Foi justamente este campo que Charcot reabilitou, colocando o peso de sua autoridade para retirar do termo toda conotação depreciativa, ao mostrar que a histeria é "um quadro clínico nitidamente circunscrito e bem definido"¹⁷, uma "entidade nosológica" legítima e não um puro engodo arbitrário, abrindo, com isto, um campo de problemas - o das neuroses -, cuja emergência no domínio de investigação da ciência marca uma verdadeira virada na cultura.

Entretanto, se assim se abre uma nova via é justamente na medida em que Charcot interessa-se pela histeria, por descrever e classificar seus sintomas, sem opor-se, porém, ao que ele mesmo lamentava como sendo uma falta

¹⁵ Cf. Bercherie, P. (1983).

¹⁶ Cf. Freud, S. (1896b p. 217).

¹⁷ Freud, S. (1888 p. 86).

permanente, a de poder encontrar-lhes um substrato anatômico, pois a característica principal do fenômeno histérico é exatamente a de ser deslocado com relação à anatomia, como o atesta a famosa conclusão de Freud:

[...] nas suas paralisias e em outras manifestações, a histeria se comporta como se a anatomia não existisse, ou como se não tivesse conhecimento desta. Freud, S. (1893 [1888-1893] p. 234).

Porém, esta não foi a única conclusão extraída por Freud de sua comparação entre as paralisias orgânicas e histéricas, um trabalho de 1888 que lhe foi “encomendado” e inspirado pelo próprio Charcot, publicado somente em 1893. Discutindo neste texto a idéia defendida por Charcot de uma lesão cortical que seria uma lesão “puramente dinâmica ou funcional” (ibid. p. 232), opõe-se francamente ao mestre da Salpêtrière e afirma que a paralisia histérica deve ser considerada “independente da anatomia do sistema nervoso” (ibid. p. 234). Concebendo o problema por outro ângulo, Freud vai mostrar que o fenômeno histérico funciona segundo uma fisiologia que não é orgânica, mas representacional (ligada às significações e não a entidades como os nervos ou qualquer outra):

A histeria ignora a distribuição dos nervos e é por isso que ela não simula paralisias periférico-medulares ou paralisias em projeção. Ela não conhece o quiasma óptico e, por conseguinte, não produz hemianopsia. Ela toma os órgãos pelo sentido comum, popular, dos nomes que eles têm: a perna é a perna até sua inserção no quadril, o braço é o membro superior tal como aparece visível sob a roupa. Freud, S. (1893 [1888-1893] p. 234).

Nesta passagem, Freud indica que a representação que está em jogo na histeria – essa representação que não segue as leis da neuroanatomia, que é

“ignorante da estrutura do sistema nervoso” e que ele descreve no artigo como “um tipo especial, cujas características permanecem como um assunto a ser desvendado”¹⁸ - não é uma “representação” no sentido físico, mais ou menos metafórico, utilizado no mesmo artigo ao tratar da paralisia cerebral (i.é., enquanto uma projeção ou conexão cortical de grupos musculares anatomicamente articulados). E sim, uma representação no tradicional sentido filosófico - e etimológico - do termo: uma re (a) apresentação do mundo (da “realidade”) no pensamento.

É uma mudança radical introduzida no sentido do termo representação no interior desse artigo¹⁹ (entre o tipo de representação implicada na paralisia cerebral, por um lado, e na histeria, por outro), que certamente indicia o ponto em que Freud fará sua passagem da neurologia e da medicina àquilo que viria a chamar-se psicanálise. No contexto dos Estudos, ela será da maior importância para a formulação da idéia de simbolismo.

Em 1895, data da publicação dos Estudos, Freud de certa forma já levava adiante seu projeto de pensar a causalidade envolvida nas neuroses a partir da perspectiva fisicalista e no mesmo movimento, no esgotamento mesmo, na extensão deste movimento, descobrira, portanto, que se trata de algo que se passa na esfera das representações (sentido filosófico) - com o que ele abandonava a exigência, sustentada por Charcot, baseada em sua concepção sobre o papel predominante da hereditariedade na etiologia da histeria, de encontrar uma condição anátomo-fisiológica que correspondesse e

¹⁸ Freud, S. (1893a[1888-93] p. 233).

¹⁹ Este artigo é originalmente escrito em francês, mas, como assinala o Editor aí, temos certamente a origem do que viria a ser o conceito psicanalítico de representação (*Vorstellung*).

acompanhasse as explicações psicológicas que ele tinha podido encontrar para a histeria²⁰.

Com a dupla etiologia admitida por Charcot – de um lado, as doenças do sistema nervoso constituem uma “família neuropatológica”, no duplo sentido de modelo classificatório e de família unida por laços indissolúveis de hereditariedade; e, de outro, a etiologia traumática que é por ele reconhecida –, é para a questão do que se apresenta sob este conceito de “trauma” como agent provocateur ou desencadeante que a atenção e o trabalho de Freud se voltarão de maneira mais efetiva.

Ampliando a explicação de Charcot da imitação artificial das paralisias histerotraumáticas e baseados nos dados obtidos com o método catártico, Freud e Breuer dedicaram-se a demonstrar, na gênese da histeria, o papel desempenhado pelos traumas psíquicos, ou seja, pelas memórias de experiências cuja quota de afeto não foi eliminada (por associação ou descarga motora).

Neste sentido, pode-se ler a primeira parte da “Comunicação Preliminar” (1893-95). De saída, o texto nos apresenta ao conceito de um acontecimento pensado como “causa precipitante” da doença, “ponto de origem” do sintoma histérico, ou, mais precisamente, como “o que provocou a primeira ocorrência, amiúde muitos anos antes, do fenômeno em questão”²¹.

Há, portanto, uma “conexão causal” (ibid. p. 43) entre um acontecimento e um sintoma mas, “na grande maioria dos casos”, dizem os autores, não é

²⁰ Charcot foi o primeiro a demonstrar a importância das idéias para os fenômenos de paralisia histérica. Em 1885, após as experiências com a hipnose que lhe permitiram repetir artificialmente os fenômenos histéricos por sugestão e demonstrar sua gênese ideogênica, Charcot apresenta sua explicação que enuncia a conclusão de que este tipo de sintoma histérico pode ser considerado como psíquico, na medida em que ele se baseia numa idéia que ele representa e realiza funcionalmente. No entanto, o reconhecimento da natureza psíquica não o impede de continuar a afirmar a existência de um suposto fundamento fisiológico para os acontecimentos histéricos – tese a qual Freud rejeitará. Cf. Freud, S. (1893 b e c).

possível estabelecê-la “por uma simples interrogação do paciente” num procedimento de anamnese, por mais completo e cuidadoso. Isto se verifica, afirmam, tanto pelo fato de que o que está em questão é muitas vezes uma experiência que o paciente teme e reluta em discutir, como por ser ele verdadeiramente incapaz de recordá-la e freqüentemente nada desconfiar da possível relação causal aí envolvida (ibid.).

Em uma palavra, trata-se de uma conexão causal, mas ela é de tal ordem que não é possível descobri-la sem tocar na questão ética, sem desalojar o sujeito de sua posição (de não querer saber). É que a função causal, neste caso, envolve uma disjunção – é o trauma – entre uma determinada representação que anota um evento e sua significação.

Daí a importância da hipnose, que permite “demonstrar a conexão causal da forma mais clara e convincente”, já que por este procedimento o sentido pode recuperar sua sustentação no contexto das significações - na medida mesmo em que o sujeito não pode assumir o que está em jogo nessa conjunção entre o sentido do seu sintoma e a significação (a lembrança) que ele evoca.

E de que acontecimento se trata? O que os autores constatam, neste texto, é a impossibilidade da histérica esquecer, ou seja, seu fracasso em tornar inócuo, inoperante, o conjunto de representações que referenciam os acontecimentos patógenos. É, então, em primeiro lugar, essa permanência dos acontecimentos enquanto representados que faz com que eles continuem operantes e compareçam de maneira cifrada nos sintomas histéricos. Além disso, é preciso que haja uma disjunção na conjunção sentido/significação desta representação, de modo a que ela possa prestar-se ao jogo histérico que se passa entre esquecimento e rememoração (reminiscência).

²¹ Breuer, J. e Freud, S. (1893-95 p. 43).

Um sintoma é isso: o sujeito se vê constrangido a operar à sua revelia, segundo exigências de um conjunto de representações que, do ponto de vista da realidade, não tem (mais) razão de ser. Há, então, uma autonomia dessa ordem de representações em relação à ordem do mundo, conclui Freud - retomando a descoberta feita a propósito das paralisias, da autonomia da representação em relação à anatomia. É este fato, a constatação da autonomia da ordem de representações a que se está preso - a que se está submetido - que constitui o essencial do trauma e não o acontecimento que lhe deu origem²². Esta é também a experiência subjetiva do trauma: a emergência, na ordem das representações, de um absurdo que se impõe e é inassimilável, uma representação sem sentido que comparece como enigma no sintoma - no caso da neurose obsessiva, na forma de um comando (obsessão); e na histeria, como o processo denominado "conversão", em que um órgão é posto a figurar, não importa com que prejuízo, um desejo ou uma representação.

Assim, não é por força do evento simplesmente que um acontecimento é traumático. Nenhum evento tem força traumática por si. O traumático não provém tanto da referência²³ (o acontecimento) e sim de um outra ordem, que Freud e Breuer predicam como econômica: um acontecimento é traumático se a partir dele uma certa função econômica tem seu desenvolvimento truncado. Essa função econômica de descarga da energia psíquica se dá através de conjunto de pontos cuja materialidade é de linguagem: representações, lembranças e idéias que constituem o domínio psíquico. O que importa aí não é o referente eventualmente ligado a uma lembrança, mas a lembrança como conjunto de inscrições, como traços, contingentes - pontos de passagem de um

²² Remeto aqui ao artigo de Fernandes, F.L.(1991) em que esta abordagem do trauma pela perspectiva estrutural envolvendo a linguagem é desenvolvida (inclusive em seus aspectos intrínsecos à teoria econômica de Freud).

certo fluxo energético que não deve ser obstaculizado para o ótimo funcionamento do sistema.

Diz então a teoria etiológica dos *Estudos* ... A histeria é determinada por eventos traumáticos que são patógenos em razão do funcionamento peculiar das representações (“lembranças”) que os expressam. Este funcionamento consiste no isolamento deste grupo de representações, que ficam dissociadas, sem ligação (comunicação) com as demais representações que se constituem e constituem o domínio do psíquico. Devido a esta dissociação, uma certa função de distribuição econômica que regula as intensidades associadas às representações não se exerce, de modo que a descarga – um imperativo do sistema psíquico acontece de forma anômala no sintoma²⁴.

A mesma relação causal entre trauma e doença repete-se como relação entre a doença e seus diferentes sintomas – espontâneos, mas, de todo modo, “estritamente relacionados com o trauma desencadeante”²⁵. E, neste caso, a desproporção entre a duração de muitos anos do sintoma histérico e a ocorrência isolada do que o provocou leva a pensar que a conexão causal aí envolvida não é simples nem linear. Pelo contrário, ...

[...] consiste somente no que poderia ser denominado uma relação ‘simbólica’ entre a causa precipitante e o fenômeno patológico – uma relação tal como as pessoas normais formam nos sonhos (ibid. p. 45 – aspas dos autores).

²³ Embora a noção de trauma psíquico guarde ainda, como se verá adiante, uma certa relação com a referência.

²⁴ Esta teoria, excessivamente “econômica” – no duplo sentido de uma teorização elaborada sob o “ponto de vista econômico” e de uma teoria simplificadora – constitui o primeiro passo, como diz Freud no Prefácio à segunda edição dos *Estudos...*, em 1908, para “valiosas primeiras aproximações ao conhecimento que só poderia ser plenamente adquirido após longos e continuados esforços”. Entretanto, por ter sido claramente formulada, ela permitirá a Freud o embate com a clínica que o levará, no movimento mesmo de ultrapassá-la, até a psicanálise propriamente dita.

²⁵ Breuer, J. e Freud, S. (1893-95 p. 44).

Eis, então, formulada como simbolismo a idéia, bastante afastada do fisicalismo, de um nexos entre representações que pode ter efeitos na produção sintomática. Um nexos contingente – o sujeito – e que se presentifica apenas pontualmente entre as representações e que é discriminado (suposto), na medida em que uma “interpretação simbólica” pode ser inferida da associação entre elas.

Pois o que se evidencia com o simbolismo é que a noção de trauma empregada por Freud e Breuer neste contexto supõe esta interpretação simbólica do acontecimento pelo sujeito (“vômito após um sentimento de repulsa moral”) – é o trauma psíquico: “não o dano físico insignificante, mas a emoção do susto”(p. 46).

Nas chamadas neuroses traumáticas, “qualquer experiência que possa evocar emoções aflitivas” – susto, ansiedade, vergonha ou dor física – pode atuar como um trauma desta natureza e se isto de fato acontece depende da suscetibilidade da pessoa afetada e não da natureza ordinária ou extraordinária do acontecimento. No caso da “histeria comum” (doravante, subsumida como ampliação do conceito de histeria traumática, que ganha relevo sobre aquele de uma histeria induzida a partir de uma “mítica família neuro-patológica”²⁶), trata-se na verdade não de um trauma principal isolado, mas de uma série: “traumas parciais” que formam um “grupo de causas desencadeantes” exercendo um efeito traumático a partir da soma de suas influências e perfazendo um conjunto “componente de uma mesma história de sofrimentos”(p. 46). Em casos mais complexos e também os mais comuns, esta conexão simbólica se faz sob a forma de uma combinação entre circunstâncias aparentemente triviais e o evento ou fato “realmente atuante”. De qualquer modo, alertam os dois autores:

²⁶ Nassif, J. (1968).

A relação causal entre o trauma psíquico determinante e o fenômeno histérico não é de natureza que implique que o trauma meramente atua como um *agent provocateur* na liberação do sintoma [...]. Breuer J e Freud, S. (1893-95 p. 46).

O trauma psíquico é, então, muito mais que um *agent provocateur*, ele é índice da interpretação simbólica que preside também a formação dos sintomas, de modo que, como tal, ele é, portanto, a chave única para restituir a conjunção sentido/significação que se encontra rompida no sintoma.

No que toca o interesse deste trabalho, esse é o principal resultado de todo o cerrado esforço de análise da “Comunicação Preliminar”, das articulações sinuosamente traçadas, especialmente quando se trata dos casos mais complexos, e de toda uma série de argumentos apresentados na primeira e na segunda partes do texto: colocar em questão o tipo de causalidade subjacente à seqüência “predisposição → agente provocador” e substituí-la por outra que se encontra já esboçada – “continua a atuar durante anos”, “não indiretamente, mas imediatamente ...” - no texto, e que será aquela de uma causação a posteriori (*nachträglich*).

[...] verificou-se que certas lembranças de importância etiológica, que datavam de quinze a vinte e cinco anos, estavam surpreendentemente intactas e possuíam intensidade sensorial, e quando retornaram *atuaram com toda a força afetiva de experiências novas* (Breuer, J. e Freud, S. 1893-95 p. 50 – grifo meu).

Para indicar e formular neste momento inaugural uma tal causação, Freud lança mão da imagem do “corpo estranho”:

Devemos [...] presumir que o trauma psíquico – ou, mais precisamente, a lembrança do trauma – atua como um corpo estranho que muito depois de sua entrada deve continuar a ser considerado como um agente que ainda se acha em ação [...]. (ibid. p. 46).

A noção de *agent provocateur* é tributária de uma concepção da causalidade como linear e pontual, enquanto a idéia de corpo estranho é uma analogia fisicalista mas que introduz a idéia de um “invasor” em ação. Um estranho que incide continuamente impõe-se numa duração inusitada (“muito depois de sua entrada”) e cujo efeito, devastador, desarrazoado (é o sintoma histérico), atravessa o curso da vida do sujeito - num processo de que ele não tem o controle (é ignorado), mas no qual, tudo indica, ele parece nitidamente implicado pela “interpretação simbólica” que necessariamente medeia a passagem do trauma psíquico ao sintoma.

Finalmente, o “corpo” de que se trata e que é “estranho” não é um cisco ou um elemento material, mas uma lembrança - “trauma psíquico, ou, mais precisamente, a lembrança do trauma”, conjunto contingente de traços, inscrições, pontos de passagem de um fluxo energético, e não uma referência.

Freud reconhece, então, nos sintomas histéricos, uma causação operando na dimensão da psicopatologia, detectada a partir do fato de que os conteúdos dos sintomas exprimem imediatamente (isto é, sem necessidade de dedução lógica consciente), porém alienadamente (por um simbolismo a ser decifrado pelo próprio paciente no trabalho de associação no curso do tratamento), um ou vários conflitos vitais essenciais do sujeito.

Além disso, constata que as eventuais experiências traumáticas só adquirem esta significação e este eficiência (que elas não têm de antemão) ao serem recordadas, evocadas ou reativadas por uma cena ulterior que, sendo traumática por outras razões, apresenta semelhanças com relação à primeira.

A consequência é que o sintoma aparece como precipitado de uma experiência emocional – os traumas psíquicos – formado como um resíduo determinado em seu sentido e função (reminiscência). Longe, portanto, da suposição imediata de sua arbitrariedade e irracionalidade. Assim, Freud se afasta do fisicalismo na medida em que, no próprio exercício do método catártico, ele encontra os primeiros fundamentos de uma clínica que opera a partir do discurso.

Mas, para demonstrar uma tal causação, um outro tipo de causalidade que não a concepção expressa pela máxima aristotélica - que supõe uma relação pontual e inteiramente externa entre a causa e o efeito pensado como correspondência - deve ser formulada.

Uma causalidade que inclui e permite explicar o efeito da revivescência do trauma, que é fazer desaparecer o sintoma na medida em que se recupere a “memória” dos acontecimentos e se obtenha a “ab-reação” dos afetos. Esta última, uma descoberta terapêutica que conduziu à inversão do adágio e à sua consequência célebre: “Os histéricos sofrem principalmente de reminiscências”²⁷ - com o que pode Freud eventualmente dispensar o conceito de hereditariedade psíquica e seu corolário, a idéia de um substrato anatômico para a histeria.

Freud o reconhece, mas, neste momento, o que ele se dispõe a afirmar é a idéia de um mecanismo psíquico, noção tributária da idéia de um disparo, um curto-circuito digamos, provocado por um desarranjo num funcionamento que seria normal, suscitando reações anti funcionais, patológicas. Na derradeira frase, conclusiva da Comunicação Preliminar, o problema da causa é indicado e deixado em aberto²⁸.

²⁷ Breuer, J. e Freud, S (1893-95 p. 48).

²⁸ Esta interpretação é a minha, existem muitas outras, a maioria das quais prefere relacionar diretamente a afirmativa sobre as causas internas da histeria à busca de Charcot

Se ao descobrirmos o mecanismo psíquico das manifestações históricas demos um passo a frente na trilha aberta pela primeira vez com tanto êxito por Charcot com sua explicação e imitação artificial das paralisias histero-traumáticas, não podemos ocultar de nós mesmos que isso nos levou mais para perto apenas de uma compreensão do mecanismo dos sintomas históricos, e não das causas internas da histeria. Nada mais fizemos que tocar de leve na etiologia da histeria [...]. (ibid. p. 59).

De qualquer modo, a passagem indica, mesmo no âmbito deste texto tão precoce, o interesse em desvendar a causalidade dos fenômenos históricos. A frase faz uma diferença entre mecanismo e causas internas; esta última, expressão de Charcot, representante de todo um conjunto de noções que alimentam a conceituação de estilo psicobiológico, com a qual Freud igualmente tentará construir a racionalidade dos enigmáticos fenômenos observados na histeria, já indicando, contudo, um problema que localiza não apenas o agente etiológico, nem somente o mecanismo, mas a causalidade envolvida - na medida em que sob este aspecto em particular os fenômenos históricos escapavam totalmente à simples compreensão²⁹.

De qualquer maneira, o que o modelo dito psicobiológico - imaginado em termos de aparelhos, mecanismos, agentes e bacilos - encontra e que fará parte de todo o percurso de Freud posterior ao abandono das teses da "Comunicação

pelo substrato anatomofisiológico da histeria, que logo seria superada pelo caminho de Freud. Tais interpretações, evidentemente, fazem da frase um anacronismo sem importância a não ser histórica. Jacques Nassif tem uma interpretação muito boa que sustenta que a frase é "um prodígio de denegação", modo habilidoso pelo qual Freud, para quem àquela altura a questão de uma causa *interna* da histeria não era mais pertinente, contornava as diferenças com Charcot. (Cf. Nassif, J. 1968) Como se vê, esta interpretação, tão interessante, é quase o oposto do que arrisco propor. Cabe ao leitor ponderá-lo.

²⁹ Cf., por exemplo, a análise realizada em 1895 no "Projeto..." da compulsão histórica que é dita naquele contexto "(1) ininteligível, (2) refratária a qualquer atividade de pensamento, (3) incongruente em sua estrutura". Freud, S. (1895b p. 458).

Preliminar” e do “Projeto...”, não é algum tipo de natureza dos fenômenos, mas antes o problema – isolado e situado como tal – a interrogar da causalidade inconsciente.

Arremesso à matéria

Tomemos agora o mesmo caminho por outro ângulo. À medida que suas pesquisas prosseguiram para além da fórmula neurofisiopatológica, Freud é logo confrontado com outro problema, advindo de sua prática clínica: se o essencial da relação causal do trauma ao sintoma se passa no âmbito das representações, no nexó incompreensível entre elas, sem lastro na referência, como atingir o ponto a partir do qual as conexões são tocadas e o nexó patógeno entre as representações pode se revelar?

Lembremo-nos de que o trauma é traumático (as lembranças são patogênicas), porque o acontecimento que lhe deu origem induz a uma condição econômica (retenção do afeto e isolamento do grupo de representações) em virtude de que, quando se produziram estas lembranças, foi impossível prover-lhes a descarga emocional adequada. As razões mais pregnantes para o estabelecimento desta condição são ou a tese dos estados hipnóides (estados psíquicos peculiares que impedem a elaboração associativa do conteúdo psíquico introduzido durante sua vigência) ou o que Freud denomina de simbolismo, processo de interpretação simbólica que implica, de um lado, uma atividade do sujeito e, de outro, um acontecimento vivido como desagradável.

A psicoterapia da histeria – exposta no artigo final dos Estudos... – fundamenta-se nestes princípios. Freud conduz o paciente a retomar o caminho original das associações e de dentro e a partir dele buscar vias novas de dissipar

a energia que nele se encontra. Estas vias novas podem ser conquistadas pela associação e a equilibração econômica realizada através dessa concatenação em série das representações (fala, rememoração) e da ab-reação, caso em que, então, a idéia perderá sua intensidade patógena, sem, no entanto, deixar de preencher seu lugar na rede de representações associadas e permitindo, portanto, a passagem mais ou menos obrigatória do fluxo de energia.

A operação do método catártico de Breuer consiste em promover deliberadamente a recondução da excitação da esfera somática para a psíquica, e assim a resolução da contradição, através da atividade de pensamento e da descarga da excitação por meio da fala. Freud, S. (1894 p.62 e p.51AE).

Por aí se vê que a ab-reação é atingida por meio da fala, mediada pelo significante (Freud diz pela verbalização), mas não se reduz ao discurso. Ora, que outra exigência é esta que vem se somar à necessidade de discurso (fala), à “atividade de pensamento”, e tem uma incidência sobre a contradição?

Temos, de um lado, a contradição - condição linguageira, representacional, passando-se no plano do sentido, do trabalho do pensamento - e, de outro, a exigência enigmática de ab-reação, - algo que se passa no plano dos afetos (“excitações”), incidindo na “direção da descarga” - termos fisiológicos, biopsicológicos, com os quais Freud acena com um além da representação.

A idéia de “descarga de excitação” pela fala alude a um efeito real da fala, da articulação significante - efeito que é preciso atingir para o sucesso da psicoterapia. Com o termo ab-reação, Freud incorre numa imaginarização do processo em termos de catarse (descarga de excitação); ele tenta figurar o processo, positivá-lo, dar dele uma representação. Mas o que importa notar é que esta versão reificada e erigida em positividade, neste momento, veicula a

exigência que perdura e se apresenta em cada psicanálise: atingir pelas palavras, ordem da representação, o significante - este parasita da representação - e seu efeito real - a causa³⁰.

Como atingir este plano?

Em 1894, no artigo "As neuropsicoses de defesa", Freud introduzira a noção de defesa. Opondo-se a Janet - para quem a divisão da consciência era um traço primário, baseado na fraqueza inata da capacidade de síntese - e a Breuer - que sustentava que tal divisão era secundária e adquirida uma vez que as idéias que ocorram no estado chamado hipnóide ficam excluídas da comunicação associativa com o resto -, anuncia: "a divisão (*splitting*) do conteúdo da consciência resulta de um ato voluntário do paciente"³¹. Significa isto que a clivagem da consciência se introduz por uma tomada de posição não intencional (o paciente não pretende provocar uma divisão na consciência, a intenção é diferente), mas ativa (ato do sujeito, o qual, ao tentar seu objetivo - expulsar da consciência uma determinada idéia ou representação -, acaba por produzir uma divisão da consciência), da qual se pode chegar aos determinantes, sempre singulares e aos quais se tem acesso apenas de modo parcial.

O *splitting* (dissociação, divisão da consciência - conceito "embrião" do inconsciente), embora não intencional, é o ato de rechaçar da consciência uma idéia ou representação incompatível com as demais que constituem o domínio psíquico e que acarretaria um "conflito psíquico" na rede de representações. Isto acaba por produzir uma divisão da consciência, de modo que o sujeito adocece - por não querer saber (enfrentar, equacionar) um conflito determinado .

³⁰ Como mostra Molière, importa fazê-la falar (Cf. O (*In*)conceito - Introdução deste trabalho).

³¹ Freud, S. (1894 pp. 58-59).

Esses pacientes que analisei [...] gozaram de boa saúde mental até o momento em que houve uma ocorrência de incompatibilidade em sua vida representativa — isto é, até que seu eu se confrontou com uma experiência, uma representação ou um sentimento que suscitaram um afeto tão aflitivo que o sujeito decidiu esquecê-lo, pois não confiava em sua capacidade de resolver a contradição entre a representação incompatível e seu eu por meio da atividade de pensamento. Freud, S. (1894a p. 59).

A posição a partir da qual Freud pode anunciá-lo já destoa de uma simples inquirição médica. É uma posição que não fica na problemática da origem da doença. Ao contrário, vai até o ponto de reconhecer na doença (dissociação) não um agente etiológico isolado, mas uma implicação do sujeito, na medida em que se codifica na doença um ganho subjetivo.

Decorre, então, desta posição, toda uma ambigüidade, um paradoxo que ele terá que elaborar. O paradoxo reside entre estas duas afirmações: o não é intencional (“não digo que o paciente intencione produzir uma divisão da consciência”) e este “decide esquecer por não confiar que possa resolver por meio da atividade de pensamento”. A primeira é uma afirmação compulsória, que ele é levado a fazer - a alternativa seria supor o cinismo, já que os pacientes desconhecem eles próprios a natureza de seus sofrimentos. A segunda afirmação, por sua vez, tem um peso muito grande, ela representa uma verdadeira ruptura com o senso comum. Por um lado, ela indica a presença de um sujeito, (pelo interesse e responsabilidade envolvidos, mesmo que à revelia³², nesta “decisão”) e, ao mesmo tempo, um nível de sobredeterminação estrutural que aparece na existência deste heterogêneo: um alheio (ao sujeito) que, no entanto, emerge em seu próprio cerne (na “casa” do sujeito, que é o domínio das representações) - a representação incompatível.

³² Note-se que há aí um outro paradoxo, subsidiário, o da presença de um sujeito submetido, “não intencional”.

Um elemento – não um elemento positivo mas, digamos, um não assimilável, presença de uma alteridade ou, ainda, de um heterogêneo dessemelhante a uma entidade - que aparece no próprio exercício do pensamento -, mas que não pode ser absorvido (Freud diz “resolvido”) por este. Como surge este “estranho” na cadeia associativa do sujeito?

Freud conclui que este inassimilável está ligado ao sexual (ibid. p. 65), “em todos os casos”.

Percorrendo retrospectivamente o passado do paciente, passo a passo, e sempre guiado pelo encadeamento orgânico dos sintomas e das lembranças e representações despertadas, atingi finalmente o ponto de partida do processo patológico; e fui obrigado a verificar que, no fundo, a mesma coisa estava presente em todos os casos submetidos à análise — a ação de um agente que deve ser aceito como causa específica da histeria. Esse agente é, de fato, uma lembrança relacionada à vida sexual. Freud, S. (1896a p.174).

Há um nexos entre as representações. E, no lugar deste nexos, Freud logo descobre a sexualidade. O que é excluído é sempre uma lembrança relacionada à sexualidade – relacionada a este ponto, a sexualidade, onde uma diferença se coloca de fora do campo do saber. A sexualidade, melhor dizendo, a sexuação - ou como o coloca J.C. Milner³³ -, o fato de que exista sexuação, o fato de que há dois sexos, não mais, o fato de que se esteja alocado de um lado ou de outro, é um campo de contingência absoluta, onde não há saber (“não pode ser resolvido pela atividade de pensamento”).

Freud ainda não dera este passo de reconhecer na sexualidade uma contingência que causa e ancora o desejo do sujeito – o que só se fará com o reconhecimento, através do conceito de fantasia, de que as cenas traumáticas relatadas veiculam o próprio objeto do desejo do sujeito. Neste ponto, o sexual

para Freud ainda é empírico. O que ele já constata e infere é que as situações constrangedoras (patogênicas, geradoras dos traumas psíquicos) se agrupam em torno do tema da sexualidade, de maneira que a própria idéia do acontecimento como determinante vai se enfraquecendo em direção a uma outra, a de uma matriz geradora do trauma. Essa "matriz" evidentemente seria a representação de um acontecimento doloroso, mas não qualquer acontecimento e sim um acontecimento ocorrido na infância e cujo teor é sexual (sedução).

Para causar a histeria, não basta ocorrer em algum período da vida do sujeito um evento relacionado com sua vida sexual e que se torne patogênico pela liberação e supressão de um afeto aflitivo. Pelo contrário, *tais traumas sexuais devem ter ocorrido na tenra infância, antes da puberdade, e seu conteúdo deve consistir numa irritação real dos órgãos genitais (por processos semelhantes à copulação)* (Freud, S. 1896a p. 188 – grifos do autor).

A defesa consiste em que, uma vez apresentada a idéia dolorosa, o eu a repele, rejeitando-a para se defender do conflito que ela necessariamente acarretaria. A repressão (ou defesa) opera em dois tempos: primeiramente, dissociando a idéia de sua quota de afeto, já que apenas uma idéia enfraquecida pode ser reprimida. Em seguida, a própria idéia fora excluída da possibilidade de associação, formando o núcleo do que Freud chama um "segundo grupo psíquico".

A segunda parte do processo - a separação da representação sexual de seu afeto e a ligação deste com outra representação, (in)adequada, mas não incompatível — se passa fora da consciência e desemboca em fenômenos objetivos, acarretando a exigência de um vocabulário para expressá-lo. São processos que, por ocorrerem fora da consciência, podem ser supostos,

³³ Milner, J.C.(1991).

presumidos, mas não demonstrados através de qualquer análise clínico-psicológica feita com os meios de que ele dispõe (i.é, uma linguagem ainda pensada, em maior ou menor grau, como representacional).

A teoria do significante, depois elaborada por Lacan, tem exatamente esta função: articular sentido e significação através da linguagem, de sua estrutura, de seu funcionamento que inclui o sujeito. Na falta de meios para elaborar este transporte lingüístico entre as representações, Freud tenta então pensá-los como fenômenos físicos que têm conseqüências psíquicas:

Talvez fosse mais correto dizer que tais processos não são absolutamente de natureza psíquica, e sim processos físicos cujas conseqüências psíquicas se apresentam como se de fato tivesse ocorrido o que se expressa pelos termos 'separação entre a representação e seu afeto' e 'falsa ligação' deste último. (ibid. p. 66).

Este "desvio" de Freud é notável em sua relação com a questão da causalidade. Freud parece, desde muito cedo, apreender na causação dos fenômenos histéricos um problema crucial, que ele não cessará de reencontrar ao longo de sua teorização e que ele pensará através de diferentes modelos: um processo determinado se dá e, na medida em que a significação psicológica não pode esgotar disso nem a lógica, nem o funcionamento (pois o que está aí envolvido são fatos mentais mas não de consciência e nem, inteiramente, de sentido), ele é arremessado a supor a coisa em termos de uma causalidade material.

Aí se inseria o esforço especulativo que levou ao "Projeto para uma psicologia científica", de 1895. O Projeto é uma obra *sui-generis*: ao mesmo tempo em que apresenta, por exemplo, uma discussão sobre a hipótese da "catexia" (*besetzung*), que deixa bem claro como Freud parece considerar os

processos psíquicos como eventos materiais³⁴, ele constitui, sem dúvida, o primeiro modelo psicanalítico do psiquismo, baseado em noções como a teoria do processo primário e o princípio de inércia – que constituem seu cerne e que, mesmo presas às referências históricas que são as suas (de um lado, as primeiras descobertas clínicas de Freud e, de outro, diversas teses associacionistas contemporâneas de Freud³⁵), dão um estatuto teórico ao funcionamento inconsciente.

Por outro lado, o Projeto... parece reunir e demarcar o limite e o destino dos esforços de Freud para apegar-se à segurança, ao reino do que poderia ser bem estabelecido no campo do saber. A suposição aí implicada era a de que seria possível postular os “fatos da psicologia” em termos neurológicos. Nas palavras de Freud, o Projeto... nasce de sua ambição de “descobrir que forma assume a teoria sobre o funcionamento mental quando se introduz nela a quantificação”, numa espécie de “economia das forças nervosas”³⁶. E a introdução declara o interesse de Freud de: “fazer entrar a psicologia no quadro das ciências naturais” através de uma representação dos processos psíquicos como estados quantitativos determinados.

É um modelo, como disse, físico do psiquismo. Ele postula uma máquina cujo funcionamento explicaria a psicologia normal e a patológica. Tomando a busca de satisfação, “realização de desejo”, como a força que move a máquina, Freud analisou em termos fisiológicos o que se pode supor que ocorra entre os vários sistemas neurônicos durante os processos de pensamento, julgamento,

³⁴ No “Projeto...”, duas pressuposições básicas são postuladas. A primeira refere-se à descoberta histológica de que o sistema nervoso consiste de cadeias de neurônios; a segunda, à idéia de que a excitação dos neurônios devia ser considerada uma quantidade, sujeita às leis gerais do movimento. Combinando estes dois elementos, é que se chega à noção de um neurônio “catexizado”, i. é.: cheio de determinada quantidade de excitação e que, em outras circunstâncias, pode estar vazio. Cf. Freud, S. (1895, Parte I, seção 2).

³⁵ Cf. Bercherie, P. (1983).

³⁶ (carta a Fliess 25/5/1895).

reconhecimento, distinção e rememoração, todos complicados métodos de conduzir a busca.

O funcionamento é conhecido, a máquina é posta em ação pelo aumento da tensão endógena, para a qual a única via de liquidação seria o que Freud chama de "ação específica". O paradigma é o bebê que, por uma descarga não específica, atrai o objeto (por exemplo, o alimento) que, assim, produz nele uma "experiência de satisfação". Tal experiência deixa um traço associativo (*Bahnung*) entre um investimento de neurônio (*pallium*) e a imagem do objeto. Um novo acúmulo de tensão sobrevindo, ocorre automaticamente o investimento no traço deixado pelo objeto da satisfação (*Befriedigung*).

Na explicação dos estados patológicos, encontra-se a tese da sedução³⁷: a invasão de grandes quantidades endógenas não provém de uma percepção nova, mas de uma lembrança de um acontecimento que, à época em que aconteceu, não tinha desencadeado uma reação marcante. A puberdade o carrega súbita e brutalmente de peso e, pela ação da defesa, a representação do acontecimento sexual infantil é tornado trauma (*a posteriori*).

O Projeto é um prodígio de exemplos da torção que Freud tem que imputar à linguagem da neurologia, da física e da fisiologia a fim de atribuir aos termos assim empregados os significados psicológicos que os afastam (e afastariam Freud) de seu contexto original. Muitíssimo já foi dito sobre ele³⁸. De nosso ponto de vista, o que importa ressaltar é que esta tentativa freudiana de explicar – do exterior, através de uma continuidade resolutiva que configurasse à subjetividade a ordem material em que se apoiar - a mente pelo cérebro, no Projeto..., implica o problema da causa.

A causa como tal porém, não faz parte desta dimensão de explicação que é conferida ao Projeto. Na medida em que ele articula uma dinâmica, cuja causa,

³⁷ A qual abordarei adiante.

reconhecidamente, é situada fora – fora da dinâmica, antes que ela se estabeleça – a causa não participa da explicação, antes ela a condiciona, restando, assim, como o que resta a ser explicado.

Isto parece marcar a ambição e também o limite do projeto cientificista de Freud – o Projeto..., que deveria reintroduzir o sujeito nas leis da dinâmica, acaba por revelar um sujeito que se abre para o indeterminado, causado por algo que, sendo estranho a esta dinâmica na qual ele se move, é estranho a ele mesmo.

Neste sentido, arrisco dizer que a tentativa de Freud de postular os fatos de psicologia (como ele a chama) em termos neurológicos vem de seu contato com o real em jogo na causalidade dos fenômenos históricos, de uma necessidade de “construir” (formular, apreender) este real – que ele concebe em termos de mecanismos, processos, organizações que só podem ser descritos, não compreendidos; e dos quais ele vai buscar as leis, as regularidades de funcionamento.

A elaboração do ponto de vista econômico é o primeiro passo neste sentido, mas não o final. De certa maneira, ela é a resposta de Freud ao problema já colocado e ao qual a hereditariedade vinha responder e que consiste no fato de que a psicanálise, sendo uma práxis, precisa situar-se por relação a uma ordem material (em relação à qual o conjunto dos seus efeitos possa ser situado) – essa ordem, aprendemos a ler em Freud com Lacan, é a linguagem.

Quando Freud se interroga sobre a defesa, por exemplo, para classificar as neuroses segundo as modalidades defensivas (o que lhe permitiria superar a excessiva amplitude da idéia de mecanismo psíquico defendida nos Estudos), vê-se que seu esforço é isolar os mecanismos patogênicos das diferentes neuroses, embora reconheça a ação da defesa em todas elas. Assim, “idéias

³⁸ Cf., entre outros, Lacan, J. (1954-55) e Barros, C.P. (1971 e 1975).

enfraquecidas”, separadas das associações que podem ser deixadas na consciência; “afeto livre” que se liga a outras idéias não incompatíveis (processo chamado “falsa conexão”, graças ao que as idéias se desenvolvem com obsessivas), ou “idéia incompatível tornada inócua pelas transformações da soma de excitação em algo somático” (“conversão”, característico da histeria), ou, ainda, “idéia incompatível rejeitada juntamente com o afeto correspondente”(caso da psicose, que Freud resume com este “[o eu] comporta-se como se nunca tivesse ocorrido [a representação incompatível]”) são explicações, digamos, fisicalistas, apresentadas no artigo e que servem para descrever processos de remanejamento significante. Ora os movimentos do jogo associativo que será característico da neurose, ora a relação ao significante própria da situação de psicose.

De todo modo, como a tentativa falhou e o Projeto... foi abandonado, Freud teve que abrir mão da neurologia nos anos que se seguiram e retomar suas hipóteses principais no plano “puramente psicológico”. É a virada, trata-se agora de construir seu modelo etiológico – que vai levar a uma retomada e retificação da função da causa com o problema deslocando-se para a busca da causa como origem, a outra vertente da pesquisa etiológica.

Embora Freud tome a causa neste ponto como ente a ser “buscado” ou “descoberto”, o que é notável é o deslizamento de modelo a que esta causa como origem corresponde: a referência aos neurônios subjacentes aos processos e a suposição de sistemas psicológicos permanecem no discurso de Freud, mas desempenhando uma função de certo modo indicativa. Doravante, a metapsicologia virá ocupar – na qualidade de “cálculo” aproximado e provisório - o posto deixado vago pelo fracasso da tentativa de Freud de explicar os processos psíquicos pela neurofisiologia imaginada no Projeto..., que ficara fora

de alcance³⁹. Daí por diante, Freud vai construir aparelhos exclusivamente mentais.

Os princípios da etiologia freudiana, porém, ainda não respondem, por sua vez, inteiramente ao que é requisitado para uma prática clínica como a psicanálise, que opera exclusivamente sobre o discurso. A teoria do trauma e do simbolismo, embora representem um passo adiante por relação a um empirismo ingênuo (na medida em que, por exemplo, o trauma não depende direta e simplesmente do acontecimento que lhe deu origem, mas de toda uma intrincada relação entre este acontecimento, o momento e as condições em que ele se produziu e o lugar das lembranças correspondentes na rede de representações), ainda guardam, apesar disto, um laço demasiado próximo com a referência, na forma de um assentimento supostamente dado, natural (um consenso acrítico) de que certas situações são naturalmente constrangedoras no registro da compreensibilidade imediata⁴⁰.

A medida em que o sentido ganha mais importância como desencadeador da histeria com o abandono definitivo da teoria dos estados hipnóides de Breuer e das teses organicistas de Janet, ocorre a passagem do método hipnótico para o método da pressão e deste para o da associação livre, baseados num outro entendimento da linguagem. Com a associação livre, a exigência que era formulada com a noção de ab-reação é remetida novamente ao plano do discurso do sujeito. Por esta via, o enigma da fala do sujeito – seu caráter metafórico implicado na produção sintomática – passa a fazer parte do tratamento não como uma contingência transitória, algo a ser superado pelo

³⁹ Cf. (carta a Fliess, 25/5/1895).

⁴⁰ Cf. por exemplo, o caso Elizabeth Von R. dos *Estudos*, onde Freud joga com o assentimento do leitor no sentido de endossar que é doloroso a perda de um ente querido ou uma desilusão amorosa, ancorando aí, inicialmente – no registro dessa compreensibilidade imediata dos acontecimentos e dos dramas da vida (do que vivemos como natural) –, a condição econômica necessária para produzir o trauma.

truque da hipnose ou sugestão, mas como a matéria de que o analista passa a ser suporte, para que a significação possa eventualmente comparecer num ponto imprevisível da série diacrônica que é a fala.

É verdade que talvez o processo pudesse ser compreendido à maneira de uma intuição psicológica através de uma explicitação (penosa) dos motivos do sujeito que alimentam o conflito ou o sintoma em questão - Freud o reconhece quando se queixa de que seus históricos clínicos parecem romances de folhetim. Afinal, o que ele diz é que a histérica rechaça algo doloroso que implicaria num conflito de que ela não quer saber, e isto é bastante compreensível; porém, demonstrá-lo é outro problema. E é certamente um problema para Freud que não quer apenas compreendê-lo, mas descrever, formular, interagir com estes processos, intervir sobre eles.

Freud não se interessa tanto pelos motivos - que ele chama de "fatores banais". Os motivos, as pequenas escaramuças de folhetim, presentes, é claro, em todos os casos e tão importantes para os sujeitos, são, para Freud, intervenientes triviais. Isso não quer dizer que ele não lhes desse importância; ao contrário, ele soubera desde logo que estes fatores compõem o único acesso que se pode ter ao nível de determinação propriamente da doença, que é o discurso do sujeito. Mas os motivos são para Freud apenas o arranjo, recuperável no discurso, que o sujeito dá ao que lhe acomete⁴¹. O que realmente ocupa Freud - e de que ele se ocupa nos textos - é seu interesse pelas regularidades, processos, mecanismos, distribuições e organizações que ele tenta apreender e descrever.

Dizendo de outro modo, enfim, seu interesse é pela relação da neurose ao real. E justamente é nesta relação que se pode localizar, detectar o hiato, nas

⁴¹ Mais tarde, ele vai formalizar esta concepção na Interpretação de Sonhos como restos diurnos, arranjos significantes de que é feito o sonho em função de uma indeterminação mais fundamental.

palavras de Freud, “entre o esforço voluntário para recalcar e o surgimento do sintoma (representação obsessiva)” – que caracteriza a função da causa.

O lugar da teoria é claramente indicado aí neste mesmo texto de 1894.

Entre o esforço voluntário do paciente, que consegue recalcar a representação sexual inaceitável, e o surgimento da representação obsessiva [...] subsiste o hiato que a teoria aqui desenvolvida busca preencher. Freud, S. (1894a p.65).

Como se vê, portanto, é nada menos que o lugar da causa, o hiato característico do lugar da causa, que Freud espera poder preencher com a teoria.

Saxa Loquuntur! (Até) As pedras falam!

Então eu lhe digo que não é preciso buscar solução para a vida, ela não é uma equação, não tem que ser resolvida. A vida, meu caro, não tem solução. Ferreira Gullar¹

O hiato – “entre o recalque e o surgimento do sintoma” – é, então, o lugar onde Freud localiza a teoria. O que quer ele *apanhar* com a teoria? Com certeza, não é só a evidência do “paralelismo regular” – que essa despreza os intervalos. E Freud quer o hiato – fenda, abertura, espaço entre.

O hiato é o lugar distintivo da causa, da causa como o que designa uma certa contingência, sem a qual uma psicanálise não seria necessária. Tomemos o bacilo de Koch – é também o nome de uma contingência, um agente, em presença do qual e cumpridas uma série de condições se pode desenvolver a doença tuberculose. Se a histeria fosse uma doença no sentido em que a tuberculose é uma doença, Freud poderia ter se ocupado de saneá-la (dispensado da noção de causa). Mas a neurose justamente envolve um outro tipo de contingência, e um tipo cuja característica é não se deixar reduzir ao “paralelismo regular”².

¹ Fragmento de “Solução de vida”, poema de Ferreira Gullar.

² Algo surge, um sintoma, ou muitos, irrupção da neurose, ou apenas um constante, um lento e renitente empobrecimento das possibilidades do sujeito. Como aconteceu? O que há? Como se produz? O que se passa no hiato – característico da função da causa – que constitui a relação da neurose ao real (seu ponto de irrupção e incidência, na vida do sujeito e no mundo)? Seja o que for não se trata nunca, numa psicanálise, de um paralelismo regular, estabelecido a priori. A referência a um hiato indica talvez que Freud esbarrou com o que pode haver de irredutível nesta passagem do inconsciente (defesa, divisão da consciência, recalque) à neurose. O que se passa aí é impossível responder a priori, é impossível responder totalmente, algo falta. Enquanto se pergunta, o sujeito pode ter uma chance de experimentar o hiato – entre ele e o outro, entre o que acontece e o que

A partir deste ponto, há dois desdobramentos do problema da causa na obra de Freud. De um lado, a série de dedução causal se infinitiza e, de outro, no próprio desdobramento da série como infinita, a dedução estanca.

Na procura da cena traumática, ele é forçado a recuar cada vez mais no tempo, os nexos entre as lembranças se multiplicam e, com isso, a origem, que seria determinante, tende a situar-se num ponto infinitamente longe. Este ponto, não podendo mais ser ontologizado, só é detectável numa passagem ao limite que se dá eventualmente - no jogo da fala do sujeito, nos processos significantes que Freud descobre no sonho, no chiste, ato falho, etc.

Por outro lado, neste mesmo movimento de recuo a dedução estanca: o "estranho" é sempre sexual. Freud defronta-se com o sexual e o infantil e tenta resolver o problema da causa com a hipótese da sedução.

Este capítulo tenta acompanhar estes movimentos em oposição até o ponto, que é localizável, em que Freud os supera - com o reposicionamento subjetivo que vai resultar no conceito de fantasia, o qual vem configurar uma causalidade propriamente psicanalítica.

Vejamos, primeiro, o movimento de infinitização da série de dedução causal; depois, o ponto onde ela estanca, o sexual. É claro que esta divisão é totalmente instrumental neste contexto. Se retomarmos as coisas segundo a ordem de sua descoberta pelo terapeuta e não segundo a ordem de publicação ou teorização, que nem sempre conseguia acompanhar o inusitado da clínica, veremos que estes dois movimentos se sobrepõem o tempo todo: o sexual, como sempre acontece a todos nós, encobrindo a nudez radical desse hiato da causa, da fenda que ela representa no campo do saber.

lhe afeta, entre o que ele faz e o que é preciso. Em lugar de ser uma resposta retórica, argumentativa, demonstrativa à questão sobre a causa, uma análise é, na melhor das hipóteses, a experiência do seu hiato.

Floresta genealógica

Após ter experimentado exaustivamente a hipnose e a sugestão, Freud constata que o quadro clínico não se altera de maneira irreversível pela ab-reação de todas as lembranças possíveis de serem evocadas e que no registro da compreensibilidade imediata poderiam estar relacionadas ao trauma. A insuficiência da ab-reação o leva a, cada vez mais, recuar no tempo a cena em que efetivamente se teria produzido a representação patógena:

As associações do paciente retrocediam, a partir da cena que tentávamos elucidar, até as experiências mais antigas, e compeliam a análise, que tencionava corrigir o presente, a ocupar-se do passado. Esta regressão nos foi conduzindo cada vez mais para trás; a princípio [...] regularmente até a puberdade; em seguida, fracassos e pontos que continuavam inexplicáveis levaram o trabalho analítico ainda mais para trás, até os anos da infância que até então permaneciam inacessíveis a qualquer espécie de exploração Freud, S. (1914 p.10).

Essa direção regressiva tornou-se uma característica importante da análise. Para esclarecer a atualidade, a análise tem que reconduzi-la ao passado, já que toda experiência patogênica implicava outra, anterior, que, mesmo não sendo patogênica em si, transferia a esta última sua disposição (ou qualidade) patogênica.

O artigo de 1896, "A Etiologia da histeria", retoma a dificuldade de penetrar no conhecimento das causas através dos sintomas pela metáfora do explorador que chega a uma área em ruínas e, não se contentando em inspecionar o visível, interrogar os habitantes da vizinhança e a tradição sobre a

história e o significado daqueles resíduos arqueológicos, leva consigo pás e picaretas e coloca os habitantes do lugar a trabalhar, ataca ruínas, remove o lixo e, dos restos visíveis, se põe a descobrir o passado. Se ele tem êxito, diz Freud – *Saxa Loquuntur!* (“As pedras falam!”) – e seus achados são auto-explicativos³.

Mas aí intervém uma dificuldade intrínseca ao método de Breuer: o objetivo do método, já foi dito, é fazer a atenção do paciente retroagir de seu sintoma à cena na qual e através da qual o sintoma assomou. Uma vez localizada a cena, remove-se o sintoma, realizando, durante a reprodução da cena traumática, uma correção do curso psíquico dos afetos relacionados ao evento.

Contudo, o trajeto dos sintomas da histeria à sua etiologia é mais trabalhoso e acarreta mais conexões do que se pode imaginar. O procedimento (da análise) é complexo; como na metáfora do explorador, não admite a anamnese - o interrogatório direto é uma tentação, nos diz Freud⁴, que só faz obstaculizar o caminho.

Além disso, o trabalho analítico ao longo das cadeias de lembranças dos sujeitos levou Freud à conclusão de que:

[...] nenhum sintoma histórico pode emergir de uma experiência real isolada, [...] em todos os casos a lembrança de experiências mais antigas, despertadas em associação com ela, atua na causação do sintoma (Freud, S. 1896b p. 223).

³ Freud, S. (1896b p. 218).

⁴ Falando do tratamento de Dora em 1914, Freud comenta que a cena que ocasionou a irrupção da enfermidade é conhecida mas inacessível por perguntas diretas e tentativas vãs de fazer tal experiência comparecer no discurso da paciente. Somente através de um longo rodeio, que inclui a passagem pela infância mais remota da paciente, sobrevém o sonho cuja análise levou à recordação dos detalhes da cena esquecidos até então – o que finalmente possibilitou a compreensão e solução do conflito. Cf. Freud, S. (1914 *AE* p. 10).

Ocorre, então, que um conjunto de sintomas implica no conhecimento de um número correspondentemente grande de cenas traumaticamente operativas, cenas em que as causas específicas da histeria teriam entrado em ação e a partir das quais se pode esperar encontrar as influências que produziram os sintomas histéricos.

Só poderá ser reputada como tendo relação com o estabelecimento da etiologia a cena traumática que, lembrada, puder preencher dois critérios: adequabilidade para servir como determinante e (possuir) força traumática:

a atribuição de um sintoma histérico à cena traumática só auxilia nossa compreensão quando a cena atende a duas condições: quando possui a pertinente adequação para funcionar como determinante e quando tem, reconhecidamente, a necessária força traumática. (ibid., p. 220).

Freud constata, com muita freqüência, que a cena obtida pela análise é inadequada para a determinação do sintoma: ou o conteúdo é sem relação com o sintoma, ou a experiência não é suficientemente traumática, ou ainda é simultaneamente inócua e sem relação com o sintoma. Quando isso acontece, não é possível assegurar o proveito terapêutico da análise. Ao deparar-se com estas dificuldades, Freud vê nelas um indício de que se deve ir mais além:

Se a lembrança que descobrimos não atende a nossa expectativa [...] é possível que, por trás da primeira cena traumática, oculte-se a lembrança de uma segunda cena que satisfaça melhor a nossos requisitos; de modo que a cena descoberta em primeiro lugar tem apenas a importância de um elo de ligação na cadeia de associações [...] cenas inoperantes poderão ser interpoladas mais de uma vez, até que encontremos finalmente nosso caminho desde o sintoma histérico até a cena que é efetivamente traumatizante e satisfatória em ambos os aspectos. (Freud, S.1896b pp. 221-2).

Num primeiro momento, a suposição de Freud era, viu-se no capítulo anterior, como a de todo mundo: o acontecimento, seu registro e o efeito traumático correlato – neurose, sintoma – são contemporâneos e supostos disporem-se linearmente. Com o exercício da clínica, porém, ele aprende que o acontecimento e seu registro não são contemporâneos ao efeito traumático (inversão da máxima aristotélica na “Comunicação Preliminar”). É o próprio movimento de recuo – principalmente quando ele o experimenta nele mesmo em sua auto-análise – que o revela a Freud, levando a um impasse cada vez mais acirrado a concepção do sentido e da linguagem que era a sua, impressa na noção de trauma.

A perspectiva da causa como entidade positiva (acontecimento, motivo, origem) – subsidiária deste entendimento do sentido como ligado à referência – acaba por instaurar a dúvida, inevitável dentro da idéia de referenciação, sobre sua própria realidade:

Como é possível ficar convencido da realidade dessas confissões analíticas, que alegam ser lembranças guardadas da mais tenra infância? E como precaver-se contra a tendência a mentir e a facilidade de invenção atribuídas aos sujeitos histéricos? (Freud, S. 1896a p. 175).

Freud, a princípio, tenta certificar-se da realidade dos relatos e se depara com a importância e densidade do discurso. Mais tarde, ao deixar de conceber o trauma como evento, pode voltar ao que já anunciara no Projeto sobre a *Próton Pseudos* histérica e afirmar que se trata de uma mentira, mas uma mentira eficaz⁵ – será a mudança de acento, da realidade referencial para a realidade

⁵ Como no caso do que é designado por Aristóteles com a expressão, i.é., uma falsa premissa (primeira mentira) que compromete todo o restante do raciocínio.

psíquica. Porém, neste ponto, a dúvida instaurada reforça e recoloca o problema – que a hipótese do simbolismo, do sintoma ligado a um nexo entre representações já fizera despontar - de como *chegar ao núcleo* patógeno.

Como a localização do evento traumático imediatamente anterior ao aparecimento do sintoma não o extingue, ele supõe que o sintoma é causado não apenas pelo último acontecimento traumático, como pelo anterior e também o penúltimo anterior, e o anterior a este, etc. ...

É uma suposição, bem entendido, de uma cadeia de elementos que se dispõem em continuidade, linearmente, e atuam em somação. Mas a alternativa, que ele discute no texto e repudia, seria lançar mão da hipótese *ad hoc* dos estados hipnóides:

Posso observar aqui, de passagem, que a concepção de Breuer sobre a origem dos sintomas histéricos não é abalada pela descoberta de cenas traumáticas que correspondem a experiências insignificantes em si mesmas. Isso porque Breuer presumiu que mesmo uma experiência inócua pode ser elevada à categoria de um trauma e desenvolver força determinante, se acontecer com o sujeito num momento em que ele se achar num estado psíquico especial [...] estado hipnóide. Considero, porém, que muitas vezes não há nenhum fundamento para se pressupor a presença de tais estados hipnóides (Freud S. 1896b, p. 221).

Rejeitar a tese dos estados hipnóides, contudo, não facilita mais as coisas. A tentativa de retorno à lembrança desencadeadora do trauma é complexa e traz como consequência uma dificuldade de teorização do que se passa na clínica. Em “A Psicoterapia da Histeria” (1895 a), Freud recorre à metáfora bíblica:

Se fosse possível, depois de um caso ter sido completamente elucidado, mostrar o material patogênico a outra pessoa naquilo que agora sabemos ser organização complexa e multidimensional de tal caso, com razão nos seria

perguntado como foi que um camelo como esse passou pelo buraco da agulha (Freud S.1895a p. 348).

E já que está no plano metafórico, Freud fala de um “desfiladeiro da consciência”: apenas uma única lembrança penetra de cada vez na consciência. Se há dificuldades com esta lembrança, se o paciente resiste, se tenta reprimi-la, mutilá-la, o desfiladeiro bloqueia-se, o trabalho fica paralisado. É o que mais tarde Lacan vai enfatizar como o fechamento do inconsciente – que exige do analisante e do analista paciência de chinês:

Toda a massa especialmente ampliada de material psicogênico é assim impelida através de uma fenda estreita e chega à consciência, por assim dizer, retalhada em pedaços ou tiras. Cabe ao psicoterapeuta voltar a reunir estes últimos na organização que ele presume ter existido [...] [como] num quebra-cabeças chinês (ibid.).

Não bastassem todos estes percalços, acrescenta-se que a cadeia de associações tem sempre inúmeros elos; e mais ainda:

[...] as cenas traumáticas não formam uma simples enfiada, como um colar de pérolas, mas ramificam-se e interligam-se como árvores genealógicas. (ibid. p. 223).

Uma única cena, por exemplo, pode ser evocada várias vezes na mesma cadeia e apresentar uma relação múltipla com uma outra cena - seja por conexão direta, seja por uma conexão estabelecida através de laços intermediários. Cadeias associativas relacionadas a diferentes sintomas podem, por sua vez, relacionar-se entre si, as árvores genealógicas tomarem-se entretecidas.

No caso da análise de um sintoma em particular remeter a uma lembrança de outra cadeia relacionada a outro sintoma, temos um “ponto nodal”⁶. Vários pontos nodais podem ser encontrados em toda análise. Eles são pontos de linguagem, significantes que fazem convergir sintomas e representações que não têm nenhuma relação interna (cuja única relação se dá pela linguagem).

Aqui, Freud encontra-se com algo que é da ordem da linguagem e o vemos testemunhar o que há aí de fenda, de passagem, de nódulos formados de palavras.

A proliferação de tais dificuldades para chegar a este primeiro, a este ponto que ele supõe ocultar-se sob cenas e experiências associadas fazem com que a série de dedução causal de um sintoma se infinitize, levando Freud a perguntar:

[...] a que ponto chegaremos se seguirmos as cadeias de lembranças associadas que a análise desvendou? Até onde elas se estendem? Será que em algum ponto encontram um fim natural? Levarão elas, talvez, experiências de algum modo parecidas, seja em seu conteúdo, seja no período de vida em que ocorrem, de sorte que possamos discernir nesses fatores universalmente similares a etiologia da histeria que estamos procurando? (ibid. p. 224).

“A que ponto chegaremos?”- quase se pode tocar com os dedos, nesta passagem, a suposição freudiana deste “fim natural”, ponto onde eventualmente se chegará. Ponto pensado como localizável na realidade (“experiências de algum modo parecidas”), ponto discreto (limiar que permite “discernir a etiologia”) a ser apreendido no que é variação contínua (o infinito da série e da experiência).

⁶ Ibid., p. 225.

Por um lado, Freud vê apontar-se o infinito da dedução causal – uma cena leva sempre a outra cena e esta a outras (séries, equações) emaranhadas numa floresta de “árvores genealógicas” crescentes. E, na medida mesmo em que isto se avista, ele supõe, insiste, continua procurando um “fim natural”.

Logo adiante no mesmo trecho, comenta, peremptório:

[...]qualquer que seja o caso e qualquer que seja o sintoma que tomemos como ponto de partida, no fim chegamos infalivelmente ao campo da experiência sexual (ibid. p. 226).

Esta seqüência mostra bem o que é a perspectiva de Freud, o que está em jogo em sua concepção da causa. O ponto de detenção da análise Freud o toma como o ponto de detenção da dedução.

O ponto onde as análises param, engancham, perduram, onde todos nós paramos, é o sexual. O sexual e suas intrigas animadas que giram em torno da divisão e da partilha dos sexos, de quem tem o que, em torno do amor e do ódio; o sexual em suas múltiplas roupagens mais ou menos sintomáticas com as quais nos afeta, eis o que todos mobilizamos, opomos como anteparo ao vácuo que se faz, ao abismo que se abre sob os ~~nossos pés~~, quando se trata da causa. Esta suspensão - do saber, do nosso ato, da palavra, do encadeamento -, negatividade operante que nos obriga a um salto, no discurso, aqui tomado em sua acepção mais ampla de prática, correlato ao posicionamento do sujeito.

Que coloquemos aí o sexual e nos enredemos com ele não quer absolutamente dizer que está encerrada a questão. De modo algum. A negatividade da causa parasita todo encadeamento, melhor ou pior sucedido, que se lhe queira opor. Na situação de Freud, o que ele não vê inteiramente é que este ponto último que ele busca como natural, assim como o “paralelismo regular” que ele quer apreender – duas figuras do necessário, da necessidade

que pode ser codificada numa lei científica –; esta necessidade, enfim, que ele vê é somente a cicatriz⁷ de uma contingência anterior.

Esta contingência - digamos, *in potentia* -, que é a causa, é o que fica de fora quando a ciência codifica suas leis, que afinal em sua rigorosa formalização não fazem mais que apreender ou retratar o que é uma contingência ($F=ma$ e não $F=ma-1$ ou $+1$), transformando-o em necessidade. Quanto mais bem formalizado o “paralelismo regular”, para usar a expressão cara a Freud, mais a causa fica de fora, menos ela tem possibilidade de “voltar” a manifestar-se e a contingência aparecer como tal.

Assim, sendo o campo do sujeito um campo não inteiramente formalizável, é inevitável - quanto mais Freud almeja o paralelismo regular, mais ele encontra a incidência da causa como ponto inesgotável no discurso. No exercício da clínica, o que Freud testemunha⁸ - mesmo sem formulá-lo em definitivo - é que a causa retorna, incidindo sobre o sujeito.

Freud se dá conta, de algum modo, que o que retorna aí como causa só pode ser apreendido por seus efeitos, na variação que se verifica ao longo da série. É o que ele tentará realizar, até certo ponto, mas já numa perspectiva bastante afastada do fisicalismo⁹ - a apreensão deste retorno da causa por seus efeitos na *série*.

Desde 1893, o manuscrito B enviado a Fliess já registra uma primeira formulação do que viria ser a *série etiológica*.

Como se interessa por trabalhar com as neuroses como *adquiridas*, Freud propõe que se deve distinguir, na etiologia de uma afecção nervosa, entre a *precondição* necessária (sem a qual o estado não pode surgir) - a qual pode

⁷ Milner, J.C. (1991p. 341).

⁸ Por exemplo, nos casos dos *Estudos...* e, sobretudo, em “A Psicoterapia da Histeria” (ambos, 1895a).

⁹ Numa posição, digamos, já mais newtoniana que aristotélica.

atuar de modo suficiente (tendo como resultado a contração da doença) ou insuficiente (o que levaria somente à predisposição) - e os *fatores desencadeantes* (que devem atuar em quantidade suficiente). A segunda etiologia, como ele diz, "podendo substituir o que falta à primeira para um pleno efeito", mas podendo ser prescindível, ao passo que a primeira é indispensável.

Temos aí, pode-se ver, um embrião do que viria a constituir o cerne das investidas etiológicas de Freud - as idéias de *Equação Etiológica* (veremos adiante) e *Série* (complementar) de fatores etiológicos (na qual "a intensidade decrescente de um fator é contrabalançada pela crescente intensidade de outro"¹⁰). Mais tarde, em seu segundo artigo sobre a Neurose de Angústia¹¹, Freud aperfeiçoa esta fórmula etiológica introduzindo nela a noção de sobre-determinação.

Este artigo (1895c) parte da tese, já estabelecida no primeiro artigo de Freud sobre o tema¹², de que a disposição à ansiedade que constitui o núcleo da Neurose de Angústia não procede de uma derivação psíquica, (não pode ser adquirida através de um afeto, único ou repetido, não pode se justificar psicologicamente, i.é., em nível dos conteúdos das representações). A ansiedade ocorrente aqui, argumenta Freud, corresponde antes a uma "tensão sexual somática que foi defletida do campo psíquico" - em lugar de ter-se feito sentir como libido¹³.

Avançando com relação a contribuição feita pelo primeiro texto, o artigo apresenta a fórmula etiológica final da Neurose de Angústia:

Sustento que existe um fator etiológico específico da neurose de angústia que pode ser substituído em sua atuação

¹⁰ Cf. Freud, S. (1905a pp. 246-7).

¹¹ Freud, S. (1895c p. 143 e segs).

¹² Freud, S. (1895d 1895[1894] p. 107 e segs).

¹³ Freud, S. (1895c). Voltarei a isto adiante.

por uma perturbação banal, em sentido quantitativo, mas não em sentido qualitativo; sustento ainda que esse fator específico determina primordialmente a forma da neurose; a ocorrência ou não da doença neurótica depende da carga total sobre o sistema nervoso (proporcionalmente à sua capacidade de suportar tal carga). Em geral, as neuroses são *sobredeterminadas*, isto é, vários fatores operaram conjuntamente em sua etiologia. (Freud, S. 1895c pp. 151-2 – grifo do autor).

No detalhamento, descreve os vários fatores e elementos envolvidos nesta sobredeterminação e discute a principal questão em jogo que é a controvérsia hereditário X adquirido.

Freud recusa-se a considerar a hereditariedade quando ela não é evidente (ibid. p. 156) e propõe-se a encontrar as “causas específicas das neuroses”. Entretanto, para não desconsiderar simplesmente a influência etiológica da hereditariedade, ele é obrigado a complexificar sua teoria etiológica. Apresenta, então, um “Quadro de fatores etiológicos”¹⁴ – todos capazes de mudanças quantitativas:

Creio que poderemos chegar a um quadro da situação etiológica, provavelmente muito complicada, que prevalece na patologia das neuroses, se postularmos os seguintes conceitos: (a) Precondição, (b) Causa Específica, (c) Causas Concorrentes, e, como um termo não equivalente aos anteriores, (d) Causa Precipitante ou Desencadeante. [...] Aceitando a idéia de uma equação etiológica de vários termos que precisem ser satisfeitos para que o efeito ocorra [...] (ibid. p. 156).

Os vários fatores do quadro, como diz Freud, configuram e estão envolvidos numa espécie de cálculo que ele concebe como uma *equação* – a

¹⁴ Praticamente o mesmo apresentado em 1896b (“Hereditariedade e etiologia das neuroses”) p. 169.

“Equação Etiológica” – que dispõe as diversas inter-relações entre diferentes espécies de causa relativas à manifestação da neurose e cujos termos devem ser todos satisfeitos se o efeito (a neurose) ocorre.

A causa desencadeante é aquela que aparece por último na equação, que precede imediatamente a emergência do efeito. É apenas esse fator cronológico que distingue a causa precipitante. Qualquer das demais causas também pode, em determinado caso, desempenhar seu papel e o fator que efetivamente desempenha esse papel pode mudar dentro da mesma combinação etiológica. Precondições são aquelas em cuja ausência o efeito nunca se manifestaria, mas que são incapazes de produzi-lo por si mesmos, não importando em que quantidade estejam presentes, pois falta ainda a causa específica. A causa específica é aquela que nunca está ausente em todos os casos em que o efeito se dá e que, além disso, quando presente na quantidade ou intensidade requerida, é suficiente para produzir o efeito, desde que as precondições também sejam cumpridas. Existem, além destas, as causas concorrentes que são fatores que não estão necessariamente presentes todas as vezes, nem podem, qualquer que seja sua quantidade, produzir o efeito por si mesmos, mas que operam em conjunto com as precondições e a causa específica para satisfazer a equação etiológica.

Ora, não pode passar despercebido que já em 1895 Freud concebe uma causação multifatorial e não linear na Equação Etiológica. Cálculo em que há corte (não há equivalência imediata entre todos os tipos de fatores) e, mais importante, que é concebido mais em termos aproximativos que exatos (como entidade positiva): os vários fatores se compõem segundo as disposições de um cálculo onde cada fator tem valor relativo ao lugar que ocupa na série (e não um valor absoluto), podendo ou não ser compensado ou substituído pelos demais.

Até aqui vai Freud com relação à infinitização da série causal. É importante observar como Freud concebe a causa como uma incógnita – o que tem como consequência que ele pense em termos de cálculo e especialmente de

equação. Freud não concebe que a série possa conter um incomensurável, um heterogêneo que surge, que se acrescenta pelo próprio desdobramento da série. Ele não cogita que ao final da série possa não haver igualdade.

Numa equação o que faz a passagem de um lado a outro é justamente uma igualdade – que assegura que os dois lados se compensarão. Apesar de revelar-se na diacronia (na variação), este negativo incomensurável que habita a série causal (corte entre um fator e outro, o resultado que é imprevisível) Freud o concebe como incógnita - uma constante. Invariante de que é possível descobrir os valores possíveis que satisfarão a equação.

Admitir este incomensurável derogaria em princípio qualquer possibilidade de determinação local, positiva, conclusiva da causa como invariante, como evento ou elemento localizável. E justamente este passo Freud não dá. Quando ele pensa em cálculo por relação à causa o que ele supõe e determina é uma equação – o cálculo de uma incógnita a ser decifrada.

Mesmo assim, já está aí envolvido um raciocínio em termos de séries e seqüências. Ele será retomado mais adiante na obra de Freud e se concluirá com a introdução do conceito de *Série Complementar*, nas Conferências de Introdução à Psicanálise XXII e XXIII¹⁵, mas aí já transformado numa peça do debate sobre a problemática da interação entre a hereditariedade e a experiência adquirida.

Uma constelação especial

¹⁵ Cf. Freud, S. (1917a e 1917b) respectivamente [1916-17], “Perspectivas sobre desenvolvimento e regressão. Etiologia” e “Os caminhos da formação do sintoma”, em *ESB* vol. XVI p. 309 e segs.

Foi dito que a série da dedução causal estanca no ponto onde Freud encontra o sexual. E por quê? O que aparece aí como obstáculo que impede Freud até o ponto em que uma passagem ao limite fosse possível com relação à causa?

A insistência freudiana sobre a importância dos fatores sexuais na etiologia das neuroses tem origem nas observações clínicas da preponderância destes fatores na causação das neuroses e passou por vários desenvolvimentos e mudanças.

Acontece com a questão do sexual algo semelhante ao posicionamento de Freud com as séries¹⁶. Dois movimentos se opõem. De um lado, ele é arrastado, pelo que presencia na clínica, ao sexual que é sobretudo evocado, criado já na forma de lembranças que mais tarde ele reconhecerá como fantasias. Um registro que, longe de ter uma relação de subordinação direta com a referência, funciona antes como uma matriz que *cria* a referência (que será então uma referência de desejo e não um referente). Em resposta a isso, por outro lado, à constatação de que o sexual opera (não é só afeto) sobrevém a tentativa de Freud de fixar este registro do sexual, reconduzi-lo a uma variação na quantidade, situá-lo por relação a uma ordem material.

A posição privilegiada da sexualidade na teoria freudiana aparece conectada à ambição de estabelecer a etiologia em termos de um “paralelismo regular” entre um tipo determinado de distúrbio sexual e as afecções nervosas. Como ele mesmo o coloca a propósito da relação entre os fatores sexuais e a causação no caso da Neurastenia:

[...] além de todos os conhecidos fatores etiológicos já reconhecidos [...] *esses fatores sexuais merecem que se lhes*

¹⁶ Como, aliás, não poderia deixar de ser, já que causa e sexual entrelaçam-se, como se verá.

conceda um lugar especial na série etiológica. Porque só eles nunca estão ausentes de todos os casos de neurastenia, só eles são capazes de produzir a neurose sem nenhuma ajuda adicional, de modo que os outros fatores parecem reduzir-se ao papel de etiologia auxiliar e complementar, e só eles permitem ao médico reconhecer relações sólidas entre sua natureza diversificada e a multiplicidade dos quadros clínicos. (Freud, S. 1898a, p. 297- grifado pelo autor).

Na origem deste interesse, encontra-se o trabalho sobre Neurastenia, já citado, que ele separa em dois tipos clínicos: a Neurastenia, por um lado (ligada à masturbação e poluções espontâneas), e Neurose de Angústia, por outro (ligada ao coito interrompido, abstinência sexual, insuficiência de descarga da libido produzida).

Mas no artigo final dos *Estudos* ("A Psicoterapia da Histeria"- 1895a) já aparece pela primeira vez a generalização ligando o sexual também à causação das neuroses de defesa (como a Histeria):

Se podemos falar de uma causa pela qual as neuroses podem ser adquiridas, sua etiologia deve ser buscada em fatores sexuais. (Freud, S. 1895a p. 257?)

Freud, ao menos é o que ele diz¹⁷, não partira daí. Na preocupação de conceituar os mecanismos que pode apreender nas neuroses de defesa, ele se interessa pela questão da sexualidade, primeiramente pela via da atenção com suas disfunções e seus efeitos patológicos (configurada em seu interesse pela neurastenia). Neste ponto, os enfoques da teoria sexual partiam de premissas fisiológicas e químicas.

¹⁷ Cf. Relato clínico do caso Emmy e também "A Psicoterapia da Histeria", ambos nos *Estudos Sobre a Histeria* (Breuer, J. e Freud, S. 1895).

No primeiro artigo sobre a Neurose de Angústia (1895d), expõe uma hipótese neurofisiológica sobre processos de excitação e descarga: um aumento de excitabilidade indicaria um acúmulo de excitação ou ao menos uma incapacidade de suportar acúmulos. Este excesso, diz ele, vem da vida sexual, através de um sem-número de figurações desembocando numa situação de insuficiência da satisfação sexual obtida por relação à excitação sexual somática – diferença que é descarregada sob a forma de angústia.

No manuscrito “G” enviado a Fliess, Freud chega a criar um modelo geral do funcionamento da sexualidade em termos de vasos, pressões, etc. Porém, ocorre que a significação psicológica dos sintomas não desaparece pelo estabelecimento de uma fisiologia da sexualidade. Resta o problema crucial que será o motor dos desenvolvimentos posteriores – a questão da causa da defesa patológica (como se produz, como chega a acontecer) e, ao mesmo tempo, de sua forma específica. Problema que ficará conhecido sob a expressão “escolha da neurose”.

Para as neuroses atuais – neurose de angústia e neurastenia -, o conceito de uma causa específica (etiologia) responde ao problema. Mas, no caso das neuroses de defesa, a noção muito vaga de predisposição não basta. Algo que seja da ordem do específico tem que vir se somar à noção de predisposição, ampla demais, envolvida neste caso. E este algo não sendo um hábito do sujeito – uma perturbação atual, continuamente efetivada -, deve, naturalmente, ser da ordem do acidente – mas que guarde a marca da participação, da implicação do sujeito. É isto o que Freud indica formulando-o em termos de “escolha”.

De qualquer modo, já em 1893 o manuscrito “B” (1893b)¹⁸ inicia-se pela recomendação feita a Fliess de “mantê-lo longe de sua jovem esposa”: – advertência que mostra perfeitamente que o sexual de que se trata não é pura

energética, fisiologia. “Mantê-lo longe”, “não mencioná-lo” é a senha para entrar num domínio específico que, embora perpassasse todos os discursos, não se presta a ser abordado na presença de mulheres.

A primeira afirmação do texto é que a neurastenia é consequência de uma vida sexual anormal. Mas esta, diz Freud, não é ainda a afirmação que lhe interessa fazer. Este enunciado já cabe, e se encontra, na sabedoria popular. O que lhe interessa é dizer que a neurastenia “é sempre tão somente uma neurose sexual¹⁹”.

Então, eis que este sexual não-todo fisiológico é posto a trabalhar – é um sexual em palavras, o sexual discursivo - que aparece nos relatos e anamneses levando Freud, enquanto investiga as causas sexuais das neuroses atuais, à conclusão de que, embora as causas sexuais sejam admitidas nestes casos, “todos os seres humanos ocultam a verdade em assuntos sexuais”²⁰.

Todos sabem da verdade e da importância da influência sexual, diz Freud, mas ninguém dispôs-se a levá-la a sério. É sempre sugerida a sexualidade que comparece sub-repticiamente, seja no relato das histéricas, seja, a título de insinuação, nas observações dos médicos – que não levam a sério, a cabo a sua força explicativa, conta ele em “Contribuição à história do movimento psicanalítico” (1914).

O problema que leva Freud ao sexual consiste em chegar ao determinante, à causa específica de uma determinada neurose. Pelo recuo no tempo em busca das cenas determinantes, Freud observa que as situações constrangedoras agrupam-se em torno do sexual:

¹⁸ Freud, S. (1893b) Intitulado “A etiologia das neuroses”, é o manuscrito que expõe as hipóteses de Freud sobre a Neurastenia e Neurose de Angústia, as “neuroses atuais”.

¹⁹ Freud, S. (1893b, p. 248).

²⁰ Freud, S. (1906 p.265).

Entre as causas necessárias encontramos diversas que reaparecem nas equações etiológicas referentes a muitos outros efeitos, [...] Uma dessas causas, entretanto, destaca-se do resto pelo fato de não ser encontrada em qualquer outra equação etiológica, [...] tem-se assim o direito de chamá-la de causa específica do efeito em questão. (Freud, S. 1895c p.157).

E qual é a causa específica que Freud infere no caso inaugural da Neurastenia? Em seus próprios termos, é a “deflexão da tensão sexual”. Deflexão, isto é, o movimento de interrupção (por exemplo, de uma linha que se seguia para seguir outra), ou ângulo entre dois encaminhamentos, em uma palavra: salto, ou ainda, novamente nas palavras de Freud, “um fator sexual, no sentido de uma deflexão da tensão sexual em relação ao campo psíquico”²¹.

Há, aí, portanto, a presença de um salto - desvio abrupto, guinada. E de que guinada se trata? Daquilo que deveria manifestar-se como afeto + representação (libido) e que se apresenta só como afeto, sem representação (angústia, tensão)²². O salto, então, a guinada de que se trata, portanto, é a perda da representação. É isto o que Freud chama, no texto, de “fator sexual”.

Enquanto estuda o mecanismos da gênese dos sintomas histéricos por meio da suscitação de recordações e na medida mesmo em que ele hipnotiza as histéricas, dá conselhos, faz perguntas, trabalha com sugestão, Freud vai aprendendo que elas padecem de algo que se põe como imaterial, algo que não pode ser localizado no espaço – que para ele é o anatomofisiológico. Porém, o fato é que mesmo sem uma substância que o suporte como tal, este imaterial é efetivamente, provoca efeitos, variações.

Logo ele relaciona este “imaterial” à teia de representações que suporta o sujeito e, mais especificamente, a uma representação que o sujeito não pode

²¹ Freud, S. (1895c p. 158).

²² Freud, S. (1895c p. 146).

reconhecer como sua, ou melhor, não pode se reconhecer nela – a representação que ele chama “incompatível”. De início, como vimos, ele toma este incompatível no registro do natural, do dado – toma o incompatível por intolerável e este, por algum universal (por exemplo, a natureza antagônica do acontecimento) – mas rapidamente ele apreende que esta incompatibilidade de uma representação se define no campo do amor. Amor pelo pai, pela mãe, pelo parceiro sexual, pelo cunhado cobiçado – o incompatível é o que não confirma o sujeito em sua identidade. E isso acontece no plano do amor e da sexualidade, que são os campos em que Freud vai reconhecer primeiro a incidência do desejo²³, ou seja, daquilo que descompleta o sujeito e o revela submetido ao Outro, que aí se apresenta não como alguém (a quem se pode de algum modo atingir, possuir), e nem tampouco como o campo da linguagem placidamente colocado, mas como alteridade radical que afeta o sujeito.

Porém, o sexual por sua vez, Freud descobre no mesmo golpe, sobretudo com o caso Emma, também é lembrança e não positividade.

É na seção II do Projeto (1895b), que trata de psicopatologia, que Freud vai relatar o caso Emma e investigar seu processo causal. O problema que ele se coloca e ao qual tenta responder falando do caso é a questão relativa ao surgimento da defesa patológica. Como pode a defesa, um processo do ego e, portanto, secundário, acarretar conseqüências equivalentes às encontradas nos processos primários? A observação clínica, continua Freud, mostra que isto só acontece na esfera sexual, donde, espera ele, pode-se derivar das características “naturais” da sexualidade a explicação:

Existe na esfera sexual uma constelação psíquica toda especial (Freud, S. 1895a p. 464).

²³ Só mais tarde ele acrescentará a este campo do desejo o masoquismo e a repetição.

Emma acha-se impedida de entrar em lojas sozinha. Como motivo, alega uma lembrança de pouco depois da puberdade (12 anos):

Ela entrou numa loja para comprar algo, viu dois vendedores (de um dos quais ainda se lembra) rindo juntos, e saiu correndo, tomada de uma espécie de afeto de susto. Em relação a isso, terminou recordando que os dois estavam rindo das roupas dela e que um deles a havia agradado sexualmente. (Freud, S 1895b p. 464).

Nesta lembrança, a princípio, tanto a relação entre os fragmentos que a constituem quanto a relação destes fragmentos com o efeito da experiência são incompreensíveis (não explicam nem o caráter compulsivo nem a determinação do sintoma).

Prosseguindo nas investigações, revela-se uma segunda lembrança, anterior à relatada (datada de quando a paciente tinha 8 anos de idade). Em sua determinação, esta segunda lembrança explica (dá o sentido) a cena I (cena anteriormente relatada), quando se associa com esta por meio de um vínculo fornecido por um elemento menor, insignificante. Este elemento, o riso dos vendedores, evocara inconscientemente - é uma contingência própria dos elementos significantes que constituem uma cena ou imagem (o sorriso que acompanhara) - o atentado sexual de que fora vítima aos 8 anos, ao entrar sozinha numa confeitaria.

A marcha dos acontecimentos pode ser reconstituída. Na loja, os dois vendedores estavam rindo; esse riso evocou (inconscientemente) a lembrança do proprietário. De fato, a segunda situação tinha ainda outra semelhança [com a primeira]: ela mais uma vez estava sozinha na loja. Juntamente com o dono da confeitaria, lembrou-se de que ele a agarrara [...] (Freud, S. 1895b p. 465).

Nesse meio tempo, diz Freud, a jovem Emma atingiu a puberdade, o que fez com que a lembrança passasse a evocar "algo que ela certamente", afirma Freud, "não estaria apta a sentir na ocasião" (ibid.), uma "liberação sexual" que se transformou em angústia. Assim, diz Freud, a lembrança da cena II (atentado sexual) "ocorreu em um estado de espírito muito diferente do da primeira".

Neste ponto, ele constrói um diagrama tentando representar o processo e estabelecer a diferença entre este e as percepções que foram lembradas (idéias em escuro no desenho). No entanto, nada do processo (representado abaixo) penetrou na consciência, a não ser o elemento "roupas"; assim, o pensamento conscientemente operante estabeleceu duas conexões falsas no material à sua disposição (vendedores, riso, roupas e sensação sexual): primeiro, que riam dela por causa da roupa e, segundo, que ela havia ficado sexualmente atraída por um dos vendedores.

Todo o complexo ([círculos] não escurecidos) estava representado na consciência de roupas, evidentemente a mais inocente. Aqui houve um recalçamento acompanhado pela formação de símbolos. [...] (ibid.).

Freud comenta que seria comum uma associação passar por uma série de vínculos intermediários inconscientes antes de chegar a um que seja consciente, como acontece aqui. Nesse caso, o elemento que penetra na consciência é, provavelmente, o que desperta um interesse especial. No entanto, no caso de Emma, o que chama atenção é justamente que o elemento que penetra na consciência não é o que desperta interesse (o atentado), mas outro, na qualidade de símbolo (as roupas).

O que se passou pode ser representado da seguinte maneira:



[...]

Temos aqui um caso em que *uma lembrança desperta um afeto que não pôde suscitar quando ocorreu* como experiência, porque, nesse entretanto, as mudanças [trazidas] pela puberdade tornaram possível uma compreensão diferente do que era lembrado. Freud, S. (1895b, pp. 466-8 - grifo meu).

Tudo isto virá a ser revisto quando Freud desistir da hipótese da sedução e admitir plenamente a sexualidade infantil e a permanência dos impulsos sexuais, mas a hipótese aí levantada e examinada nas duas seções seguintes do texto é uma hipótese que orientou os pontos de vista de Freud sobre etiologia durante todo este primeiro período: a de que uma lembrança reevocada após a puberdade reedita, suscita, consegue *evocar o que não houve, não esteve lá e que pela lembrança vem acrescentar-se* à cena original.

A explicação para isto, neste ponto, encontra-se numa nota do próprio Freud ao artigo de 1896 - "Novas observações sobre as neuropsicoses de defesa" (1896c) -, em que ele reputa este efeito (uma efetividade adiada do trauma) a uma relação invertida entre experiência e lembrança que se dá exclusivamente na vida sexual. Esta, por ser caracteristicamente bi-temporal (dividida em antes e depois da puberdade) faz com que a lembrança despertada durante ou após a puberdade tenha um efeito excitatório maior que a experiência, se a experiência sexual ocorre durante o período de imaturidade sexual - *na medida em que a puberdade põe em marcha todo um processo de aumento da capacidade de reação do "aparelho sexual"* (p. 192).

Mas o que realmente importa nisto não é tanto a explicação que Freud fornece neste momento e que ele virá a retificar em seguida, mas o problema de

que ele já fala aí: há algo que constitui uma peculiaridade da relação do sujeito com o sexual, “uma constelação psíquica”, como ele o coloca²⁴, “toda especial” - peculiaridade que faz com que a narrativa do sujeito (lembança ou, mais tarde, fantasia) opere nesta dimensão com força de experiência real.

Ainda no Projeto ele afirma:

Embora em geral não aconteça na vida psíquica que uma lembrança desperte um afeto que não existiu por ocasião da experiência, tal é, no entanto, o que acontece com mais frequência no caso das idéias sexuais [...] (Freud, S.1895b p. 468).

É então um sexual recordado que Freud identifica agindo como causa das neuroses, um sexual que não é referência imediata, mas sim constituído como lembrança, evocação - que faz parte da história do sujeito na medida em que é narrado, evocado, repetido -, só depois.

No caso Emma, isso fica claro: há duas cenas, duas cenas são necessárias para originar um trauma; a segunda repete o que falhou e significa retroativamente a primeira. Há um segundo momento que funda retroativamente o primeiro momento, “despertando” (recriando) o que (jamais) esteve lá.

O sexual como causa supõe este destempo. Supõe este hiato composto do “antes do tempo” da primeira cena que se constitui antecipadamente e onde o sexual se coloca como traumático por confrontar o sujeito a uma exigência que ele não tem (ainda) como responder ; e o “tarde demais” da segunda cena, onde o sujeito, num segundo tempo, não consegue evitar que se repita o que falhou (no primeiro tempo, poder-se-ia dizer, se este não fosse justamente criado como falho somente a partir deste segundo momento).

²⁴ Freud, S. (1895b p. 464).

Neste momento, Freud atribui à sexualidade constituída em dois tempos (o antes e o após a puberdade) a matriz de uma causação que será formulada como *a posteriori* (*nachträglich*).

Limite

É tanto por este relato do sexual quanto pelo recuo no tempo que Freud chega à criança. Mas o interessante é que a criança (tanto quanto a infância) é apenas um limite que Freud estabelece arbitrariamente. Sabemos que, como a cena evocada não basta para a ab-reação, ele supõe que a experiência que causou o trauma está num evento anterior ao anterior ao anterior, etc. O recuo no tempo evoca as experiências da vida do sujeito que dizem respeito à vida sexual, a sexualidade em dois tempos supõe e exige o tempo primeiro e, com isso, se coloca a infância e o ente correlato dela que é a criança. Mas por que Freud pára na criança? Por que ele não supõe, por exemplo, que o tempo primeiro é o embriológico, a vida intra-uterina (muitos autores e disciplinas fizeram isso, por que não Freud)?

Pode-se pensar que a criança é um limite que Freud estabelece²⁵. A criança marcaria esta passagem que ele adivinhara causal entre um antes inocente e um depois afetado pelo sexual e pela angústia. Digo que a passagem é causal porque a linha que demarca a fronteira não é discernível, não é continuidade mas ruptura, que Freud designa com o trauma.

Este é justamente o ponto mais notável do determinismo de Freud, ao mesmo tempo em que ele afirma um determinismo, ele o limita, ele pára

exatamente na causa, ele fica com o problema da causa, aponta, perscruta o hiato, interessa-se por ele e, mesmo que a contragosto, afirma por suas palavras e seus atos a impossibilidade de suplantá-lo²⁶.

Mas este é já um outro ponto, o das relações de Freud com o determinismo, que, embora articulado à questão da causalidade lateralmente - na medida em que as noções de causa e determinismo encontram-se muitas vezes imbricadas²⁷ -, merece uma discussão mais detalhada do que caberia neste contexto. Por ora, é preciso ressaltar apenas que no âmbito da Etiologia temos: uma série ou seqüência infinita de cenas recordadas, o sexual colocado pela lembrança (e não mais como referência, descarga ou insuficiência de descarga) e a criança, como limite (apenas) estabelecido.

Em suma, o que Freud encontra ao final da Etiologia não é um agente, um referente, algo sempre fica em aberto na etiologia. O mesmo texto que apresentara os "pontos nodais" em sua ambigüidade - que consiste em, ao mesmo tempo, adiar indefinidamente o encontro de um núcleo patógeno e prometé-lo por trás de todo um emaranhado - admite também a existência de um descompasso entre causa e efeito na etiologia.

Descompasso feito de desproporção - um efeito desencadeado por uma lembrança (pelo significante) e, ao mesmo tempo, por uma lembrança cada vez mais recuada no tempo - e feito também de tempo, no que a etiologia supõe toda uma estranha operação temporal implícita na idéia de que a lembrança das experiências sexuais infantis produz um efeito patogênico tão enorme, enquanto a experiência real não tem nenhum efeito.

Freud constata a desproporção:

²⁵ Fernandes, mostra, num interessante artigo, que a criança é um limite que Freud estabelece para afirmar um sujeito na origem. Cf. Fernandes, F.L. (1998).

²⁶ Com a breve exceção de sua euforia com relação à hipótese da sedução, como se verá adiante.

Eu lhes pediria que prosseguissem nessa linha de pensamento em relação aos pacientes histéricos. Não é a última desfeita – em si mesma mínima – que produz [...], a explosão de desespero, desrespeitando o axioma de que um efeito deve ser proporcional à sua causa; a leve ofensa do presente [...] despertou e desencadeou [...] a lembrança de uma grave ofensa na infância que nunca fora ultrapassada. (Freud, S. 1896b p. 245).

E o descompasso de tempo:

Nenhuma das cenas posteriores, nas quais emergem os sintomas é efetiva; e as experiências que são efetivas não tem de início nenhuma consequência. (Freud, S. 1896b p. 240-1).

Ele reconhece que, apesar de acreditar ter encontrado um fator etiológico de força determinante suficiente (a sedução, como se verá a seguir), faltavam elementos para uma gênese completa da histeria. Todavia, mesmo aquiescendo a esta possível objeção à estranheza de sua formulação – “Não podemos deixar de perguntar-nos como é que essa lembrança de uma experiência que era inócua ao tempo que ocorreu produziria postumamente o efeito anormal de levar um processo psíquico como a defesa a um resultado patológico que permanece inconsciente”²⁸ –, afirma que este é um problema “puramente psicológico” e remete sua solução ao estabelecimento de hipóteses adequadas para explicar os processos psíquicos normais e o papel da consciência neles²⁹. Esta, que era a tentativa do Projeto, como um novo modelo teórico, tampouco se completa, de modo que a etiologia é deixada sempre em aberto:

²⁷ Cf. Bunge, M. (1961).

²⁸ Freud, S. (1896b p. 241).

²⁹ Ibid.

Realmente alguma coisa como esta deve ser admitida.[...] É como se a dificuldade de dispor de uma impressão presente, a impossibilidade de transformá-la em uma lembrança inofensiva, fosse ligada precisamente ao caráter do inconsciente psíquico. [...] O resto do problema repousa no campo da psicologia – e, mais ainda, uma psicologia cujo caminho o trabalho atual dos filósofos não nos prepara (Freud, S. 1896b pp. 246-7).

É interessante notar que é justamente neste ponto no qual a etiologia não se fecha que Freud situa o “inconsciente psíquico” – (“dificuldade ligada ao caráter do inconsciente psíquico”) - como diz Lacan, “entre a causa e o que ela afeta”³⁰.

Assim estão em Freud uma experiência de infinito, de algo que não se conclui, abismo na ordem das representações e a insistência na suposição de uma causa positiva.

De um lado, a série de dedução etiológica que não se fecha, a causação que exige dois tempos sem que se possa exatamente formular o que os liga e como se entrecruzam. Um segundo tempo criando um primeiro - não há dedutibilidade e sim ruptura entre eles –, a passagem de um tempo a outro é irracional, limite, um ponto da série que não é positividade contável, mas negatividade incomensurável, algo que só é discernível como buraco, hiato (quando a gente se dá conta, passou).

De outro lado, o ponto de partida de Freud, a exigência da determinação ser pensada em âmbito local, nível a partir do qual saberíamos a lei de determinação dos eventos (acontecimento → registro → efeito traumático).

Por um tempo, convivem em Freud estas duas ontologias opostas, até que, na confluência da certeza da sexualidade e do engano da positivação surge explicando tudo - como o limite que Freud impõe ao movimento que lhe joga de

³⁰ Voltarei a isto.

uma ontologia a outra, ao que ele simplesmente dá um fim - a hipótese (errada) da sedução.

Não podendo aplicar à série o conceito de limite que possibilitaria o cálculo como ocorre nas ciências exatas, Freud, que queria e supunha um “fim natural”, vai fazer o que toda criança faz: construir um estofo, um basta deste movimento infinito de dedução, através da invenção de uma cena - sedução - que ancore esta passagem pelo indiscernível.

Castelos na Espanha

Vejam de onde ele parte – da Etiologia das neuroses – e o que ele encontra no buraco, na fenda, na hiância característica da causa? Alguma coisa da ordem do não-realizado. (Lacan, J. 1964a p. 28).

Em 1964, no Seminário XI, Lacan comentará deste modo o périplo de Freud com a etiologia - trajeto de que me ocupo aqui. Com o propósito de situar o que sucede caso se preencha o lugar da causa - como Freud imaginava poder fazer, como a ciência de certa maneira o faz, prescindindo da explicitação da noção de causa, substituída por leis e regularidades - Lacan adverte que somente a “boca” da hiância da causa pode ser cosida. Apesar de tudo, a questão resta sempre aberta.

Exatamente neste ponto, e possivelmente para dar alguma medida dessa boca para sempre aberta, Lacan recomenda que se vá aos textos de Freud tomando os termos que ele (Lacan) introduz, como guia (na falta do que seria uma topologia) que mostrasse como a neurose se torna a cicatriz do inconsciente, uma vez cosida a boca da causa.

A passagem é conhecida e está na origem deste trabalho. Lacan praticamente a deixa em suspenso e ela constitui, como se vê, uma incitação à pesquisa. Porém, mais adiante, ele retoma a expressão para relacionar este “não-realizado” ao Inconsciente propriamente freudiano.

Se então estendo um pouco o passo para acompanhá-lo, concluo: Lacan parece indicar que é pelo que Freud encontrou com a etiologia (“desejo encoberto”, “o que não foi dito”, “não pode ser ab-reagido”, “impossibilidade de

descarga adequada da excitação sexual somática”) que ela se inviabiliza e o obriga a avançar até o conceito propriamente de Inconsciente – o “Inconsciente como não-realizado”.

Não foi apenas o não-realizado no sentido do que não acontece, que Freud encontrou no horizonte da busca etiológica, mas o não-realizado, o desejo como tal. O percurso foi, como em toda análise, uma jornada pelo inferno (*Flectere si nequeo superos, Acheronta movebo*¹).

Um Conto de Fadas

Em primeiro de Janeiro de 1896, é dirigido a Fliess o manuscrito “K” sobre “As neuroses de defesa”, com o curioso subtítulo “Um Conto de Fadas para o Natal”, que prenuncia algo que se revelaria mais tarde - e muito dolorosamente - para Freud: o caráter ficcional da teoria da sedução.

Este manuscrito se alinha ao Projeto e à carta 52 a Fliess, datada de 6/12/1896. Suas fontes são, de um lado, o aprofundamento pela análise da histeria, da investigação sobre os conteúdos psíquicos recalcados, e, por outro, a análise dos mecanismos psicológicos (separação afeto/representação) envolvidos na neurose. Ele viria a dar origem ao artigo já mencionado “Novas observações sobre as neuropsicoses de defesa”(1896c), no qual Freud acrescenta ao seu primeiro artigo sobre o tema² a idéia de que uma experiência sexual precoce vivida passivamente (a experiência de sedução por um adulto ou por

¹ Citação de Virgílio (Eneida) com a qual Freud abre a “Interpretação dos Sonhos”(1900a). Refere-se ao Aqueronte, um dos rios do inferno na mitologia romana e é traduzida como: “Se não puder dobrar os deuses de cima, moverei o Aqueronte”. Cf. Freud, S. (1900 a p: 17 *AE*), nota do Editor em *ESB* vol. IV e Leoni, G.D. (1958).

outra criança) traria as conseqüências psicopatológicas que explicariam a gênese das neuropsicoses.

Uma experiência sexual passiva antes da puberdade: eis então a etiologia específica da histeria. (Freud, S.1896b p. 174).

De saída, a sedução resolve e vem explicar o problema da força traumática que antes necessitava do recurso à noção de predisposição para ser explicado. Citando, então, seu primeiro artigo sobre as neuropsicoses de defesa (1894), Freud observa:

Em meu primeiro artigo [...] não havia nenhuma explicação sobre o modo como os esforços do sujeito até então saudável para esquecer uma experiência traumática como essa podiam ter como resultado a realização efetiva do recalque pretendido, e assim abrir as portas para a neurose de defesa. [...] Portanto, a histeria não poderia ser inteiramente explicada a partir do efeito do trauma: era preciso reconhecer que a suscetibilidade a uma reação histérica já preexistiria ao trauma. O lugar dessa predisposição histérica indefinida pode agora ser tomado, inteiramente ou em parte, pela ação póstuma de um trauma sexual na infância. (Freud, S. 1896c pp. 191-192).

O que a noção de defesa não pode explicar, sua incidência patológica (o recalque), a sedução igualmente resolve pela idéia de um traumatismo sexual numa infância pré-sexual, que deixa então um vestígio, um traço, a lembrança - que Freud compara a um ferimento que atinge um órgão não completamente desenvolvido ainda, acarretando graves seqüelas.

Não integrada como tal, a lembrança adquire força traumática com a chegada da puberdade e as modificações introduzidas por esta, ganhando, neste

² Freud, S. (1894 p. 57 e segs).

segundo momento, uma potência até então insuspeitada, uma potência que não pertence ao, nem deriva do acontecimento ele mesmo.

Por estar o sujeito em sua primeira infância [...] a excitação sexual precoce surte pouco ou nenhum efeito na época; mas seu traço psíquico é preservado. Mais tarde, [...] Graças à transformação devida à puberdade, a lembrança exibe um poder que esteve totalmente ausente do próprio evento. *A lembrança atua como se ele fosse um evento contemporâneo.* O que acontece é, por assim dizer, *a ação póstuma de um trauma sexual.* (Freud, S. 1896b pp.174-176 – grifos do autor).

Esta somente é a razão – continua Freud - pela qual a ação de uma lembrança pode atuar na causação e mesmo ultrapassar os acontecimentos atuais. Mas isto é um evento extraordinário, que produz necessariamente um efeito psíquico patológico.

A explicação fornecida para este estado de coisas está baseada na idéia de um mau uso de um mecanismo psíquico normal resultando na doença. Tal extravio de curso pode acontecer pelo fato de que há uma *disposição adquirida* que atua persistentemente sob a forma de uma lembrança que não pode ser integrada à cadeia associativa da consciência e cuja ação (póstuma) cria o núcleo/nó inconsciente que Breuer julgou originar-se de um estado hipnóide.

Na queda desta hipótese, em lugar de um processo fisiológico restaria admitir que é do interior mesmo da atividade associativa (representacional, discursiva), na medida em que este jogo estanca, falha; é do impasse surgido aí neste plano, que advém a doença. Porém, isso coloca o problema de discernir como ou o que torna uma representação incompatível. Freud, não podendo remontar o problema à sua estrutura de linguagem, investe em supor que algo no plano do referente é responsável pela incompatibilidade da representação e crê ter encontrado este algo na experiência de sedução:

[...] a eclosão da histeria pode ser quase invariavelmente atribuída a um conflito psíquico que emerge quando uma representação incompatível detona uma defesa por parte do ego e solicita um recalçamento [...]. A defesa cumpre seu propósito de arremessar a representação incompatível para fora da consciência quando há cenas sexuais infantis presentes no sujeito (até então normal) sob a forma de lembranças inconscientes, e quando a representação a ser recalçada pode vincular-se em termos lógicos e associativos com uma experiência infantil desse tipo. (ibid. p. 238).

São portanto vários os problemas que a sedução vem resolver a um só tempo, problemas relacionados à questão da ligação entre o que se passa no plano do sujeito e a referência externa que pode estar ancorando isto – problema insolúvel que a hipótese resolve (na verdade, bem demais).

Com a hipótese da sedução, Freud acredita ter atingido o plano da determinação etiológica da doença. Ele chega a comparar o que julgava que fosse o seu grande achado à descoberta, capital para a geografia do século XIX, da fonte do Nilo:

Uma ou mais ocorrências de experiência sexual prematura [...] Creio que esta é uma importante descoberta, a descoberta de uma '*caput Nili*' na neuropatologia. (Freud, S. 1896b p.230)

A comparação demonstra claramente a importância que Freud atribui a sedução - hipótese que ele iria em breve abjurar, mas que marca de qualquer modo o que foi afinal seu primeiro encontro com a sexualidade infantil. Mesmo

assim e não obstante, ele o envia ao amigo Fliess, com o sugestivo subtítulo relativo ao “conto de fadas”³.

Com efeito, no próprio manuscrito Freud chega a escrever:

[...] temo que essa explicação não resista a um teste mais aprofundado. [...] Por certo mergulharemos profundamente em enigmas psicológicos, se investigarmos a origem do desprazer que parece ser liberado pela estimulação sexual prematura, e sem o qual, enfim, não é possível explicar um recalçamento (Freud S. 1896d p. 302).

É verdade que a sedução deixa a desejar em muitos pontos. Há a questão do descompasso de tempo e da desproporção entre causa e efeito, sem falar na suposição de que os ataques sexuais a crianças fossem tão comuns⁴, entre outros problemas. Mas em “A Etiologia da Histeria” (1896b), Freud indica o que o teria levado e prendido à hipótese da sedução:

[...] as pretensões etiológicas das cenas infantis não repousam na regularidade de seu aparecimento nas anamneses dos histéricos, mas acima de tudo na evidência de haver laços lógicos e associativos entre estas cenas e os sintomas histéricos. (Freud, S. 1896b p. 237).

Como se vê, é a questão que gira em torno da evidência de um processo *significante* – “laços lógicos e associativos” – o *significante* que molda o

³ Chamou minha atenção, uma possibilidade de Freud estar se referindo à crítica que lhe fez Krafft-Ebing, quando de sua apresentação da Etiologia da Histeria numa conferência na Sociedade médica (*Verein Für Psychiatrie und Neurologie*), dizendo que aquilo se tratava de um “Conto de fadas científico”. Contudo, o estranho é que o manuscrito de Freud está datado e postado numa data (1^o de Janeiro) que é anterior à data referida como sendo a da conferência (entre abril e maio de 1896). Sobre o episódio com Krafft-Ebing, ver Nota do Editor em *ESB* vol. III p. 215; sobre o inesperado subtítulo de Freud, nada é mencionado.

⁴ Cf. Nota do Editor inglês em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” em *ESB* vol. 7, p. 124.

sintoma de acordo com a fantasia que ele também molda – que chama a atenção de Freud. E, mais uma vez, Freud vai apostar numa formulação fisicalista para tentar apreender o que se passa.

Na euforia de que é tomado, parte para a empreitada do Projeto, na esperança de construir um (novo) modelo teórico - outro conto de fadas ou “Castelo na Espanha”⁵, como ele dirá mais tarde, que ele tenta erguer e mobiliar até que a própria clínica trata de colocar em xeque os elementos que compõem a teoria em 1896, alargando-os e redirecionando-os.

Apoio na realidade

Ao longo do fatídico ano (1897) de sua decepção com a sedução, que tinha vindo arrematar e constituía o cerne de sua teoria das psiconeuroses, a correspondência com Fliess indica dois movimentos de Freud: por um lado, referências cada vez mais freqüentes à importância das fantasias, das pulsões e das zonas erógenas⁶ e, por outro lado, mais importante ainda, a queixa constante da parte de Freud de não conseguir levar a termo os tratamentos, isto é: de não conseguir confirmar em cada caso a hipótese da sedução, cujas dúvidas o pressionam cada vez mais.

Na comovente carta de 21 de setembro de 1897 confia a Fliess o que ele chama de “o grande segredo” ...

⁵ A expressão, utilizada numa carta a Fliess, como se verá adiante, é também traduzida como “castelo na areia”. A presente tradução direto do alemão encontrei-a em Jones, E. (1953 p.306) e escolhi ficar com ela por considerar que perder castelos na Espanha, mesmo distantes, é mais doloroso do que castelos na areia.

[...] lentamente comecei a compreender nos últimos meses. Não acredito mais em minha *neurótica* [teoria das neuroses].(Freud, S. 1897a p. 265 – grifo do autor)

Segundo o próprio Freud descreve na mesma carta, historicamente, a partir da origem de seus motivos de descrença, dentre estes encontram-se: os contínuos desapontamentos nas tentativas de fazer as análises chegarem a uma conclusão real e a ausência dos êxitos completos com que ele contara a partir do que considerara sua maior descoberta. Ele reúne estes motivos num primeiro grupo, aos quais acrescenta outros dois: a constatação de que uma dimensão tão difundida da perversão em relação às crianças não era muito provável - afinal, a perversão teria de ser incomensuravelmente mais freqüente do que a histeria, de vez que a doença só aparece quando há uma acumulação de eventos e quando sobrevém um fator que enfraquece a defesa – e a descoberta comprovada de que, no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é catexizada com o afeto. Sobre a questão da freqüência exigida, de perversão, em função da freqüência da histeria, Freud tece seu comentário famoso:

[...] em todos os casos, o pai, não excluindo o meu, tinha de ser apontado como perverso (ibid.).

Mas, a partir daí, pergunta-se onde poderá situar-se. Ele reconhece um fracasso em alcançar a compreensão teórica do recalçamento e sua inter-relação de forças, mas parece-lhe discutível que somente as experiências posteriores à puberdade atuem na causação das neuroses e, não sendo assim, eis que inesperadamente ...

⁶ Cf. Freud, S. (1896e).

[...] o fator de predisposição hereditária recupera uma esfera de influência da qual eu me incumbira de desalojá-lo – em prol do esclarecimento da neurose. (ibid. p. 266).

Não bastasse isto, sua posição pessoal tinha sido largamente atingida. Ironizando a si mesmo, ele dá a medida do prejuízo envolvido, sem deixar de indicar o trabalho, a virada subjetiva que as novas conclusões lhe exigiam:

A expectativa da fama eterna era belíssima, assim como a da riqueza certa [...] acima das graves preocupações que me roubaram a juventude. Tudo dependia da [explicação da] histeria funcionar bem ou não. Agora posso voltar a ficar sossegado e modesto. [...] (ibid. p. 267).

Mas o pior de tudo, Freud contará mais tarde em sua “Contribuição à história do movimento psicanalítico” (1914), era o fato de que a análise o havia levado por um caminho que sem dúvida era acertado – a técnica da associação livre - até os traumas sexuais infantis. Descobrir (ou admitir) que eles não eram verdadeiros significava, diz ele, “perder o apoio na realidade”⁷.

De imediato, o resultado dessa perda foi um período de desconcerto total, narrado pelo próprio Freud em inúmeras passagens. Em 23 março de 1900, quase três anos depois, já perto de retomar o caminho e publicar aquela que ele julgaria até o fim uma de suas obras mais importantes e significativas – *A Interpretação dos Sonhos* –, Freud descreve, numa carta a Fliess, seu estado de ânimo:

Sinto-me muito empobrecido, tive de demolir todos os meus castelos na Espanha e apenas acabei de reunir coragem para erguê-los de novo (Freud, S. 1900b p.406).

⁷ Freud, S. (1914 p. 17 AE).

Mas de que "Castelo na Espanha" se trata agora? Durante todo este período de terremotos, nesse "colapso de tudo o que é valioso", como ele o chama, sua teoria sobre os sonhos, então em preparação, não tinha sido absolutamente afetada, pois na mesma carta em que narra sua decepção com a *Neurótica*, ele exclama:- "É uma pena que não se possa ganhar a vida com a interpretação de sonhos!"⁸. A expressão então não parece referida a este ou aquele ponto da teoria, mas sim ao que Freud chamou de "perder o apoio na realidade".

Observemos as voltas que dá o discurso - é notável que Freud se refira à hipótese fantasiosa da sedução como o seu apoio na realidade. Primeiramente, porque a decepção de Freud demonstra como a realidade, o que julgamos como a realidade, aproxima-se de fantasia. E além disso, por mostrar exemplarmente o trajeto de Freud com a causa: à medida em que se aproxima do hiato da causa, que marca justamente a relação da neurose ao real, denuncia-se a falta de chão sob os pés e Freud tem diante de si o abismo que separa o real da causa - (negatividade incomensurável, que se faz notar e pode ser detectado, mas não referenciado) - da realidade das coisas e sentidos positivos do mundo.

Ainda no Seminário XI Lacan argumenta que há uma ligação entre o campo da fala e da linguagem e o momento de Freud em que o inconsciente, como tal, se revela. E esta ligação Lacan exprime

aproximando-a das passadas de um Newton, um Einstein, de um Planck, como uma marcha a-cosmológica, no sentido de que todos esses campos se caracterizam por traçar no real um sulco novo em relação ao conhecimento que se poderia atribuir, por toda a eternidade, a Deus. (Lacan, 1964 a p. 122).

⁸ Freud, S. (1897a p. 265).

Em sua vertigem, portanto, Freud não está só - é o que parece indicar a comparação de Lacan. "Aproximação" como ele diz, do passo de Freud à marcha que ruma em direção, ou encontra certa, num ponto, a perda do Cosmos ("a- cosmológica") e se caracteriza por abrir "um sulco novo" - campo novo, de novas conectividades, novo espaço, com suas dobraduras e ranhuras - "no real".

Esta marcha, Lacan a especifica como sendo da ciência ("Newton, Einstein, Planck"), referindo-se ao que é efetivamente criado com cada um destes passos, o "sulco novo no real": um real que não tem lugar no senso comum, real produzido por este próprio discurso, como um fora dele mesmo⁹.

Na verdade, toda a ciência moderna nasce desta ruptura com a realidade imaginada das coisas. Newton, por exemplo, instituiu antes de mais nada uma nova maneira de interrogar a natureza. Ninguém nunca viu ou soube o que é a natureza da força e, no entanto, a teoria newtoniana dá e deu o enquadre teórico através do qual as pesquisas e o saber da física puderam avançar e se acumular (incluindo as mais modernas físicas não-newtonianas, que são newtonianas em aspectos fundamentais). Tudo se passa, enfim, como se Newton estivesse certo, mas como justificá-lo de modo evidente, imediato (sem o cálculo - que já é newtoniano)?

Neste sentido, o conceito newtoniano de força, bem como a relatividade einsteiniana ou a quântica de Planck, são conceitos que não se explicam, não são evidências a que se pode ter acesso, não se justificam, mas abrem um campo novo impossível sem eles¹⁰.

⁹ Por outro lado, Lacan o formula em termos de "aproximação" pelo fato de que a psicanálise, o campo freudiano "por sua natureza é um campo que se perde" (ibid. p. 122).

¹⁰ Sbrano, V. (1999) "Referências filosóficas do Seminário XI de Lacan" Documento interno de trabalho do Tempo Freudiano Associação Psicanalítica

Diferentes da ciência grega, eles não acenam com nenhuma fundação ontológica, não são noções intuitivas fundadas na evidência natural, ontológica (no ser das coisas, na maneira como as coisas são). Na ciência grega, os axiomas de Euclides, por exemplo, parecem inegavelmente evidentes (“uma reta é o caminho mais curto entre dois pontos”), factualmente inegáveis (“duas paralelas nunca se encontram”). Sobre evidências, toda a ciência antiga (geometria e matemáticas gregas) estava fundada – a palavra dos mestres não precisava impor-se em nada, não se afastava do visível, do intuível; ao contrário, apoiava-se nele¹¹. E o exemplo da geometria euclidiana serve bem para dar a medida, pois o que sucede é que outras geometrias (chamadas não-euclidianas), nascidas somente na modernidade, surgiram justamente de uma ação que ousava para além das evidências dos axiomas de Euclides, uma aposta na dedução, no cálculo, a partir de (novas e estranhas) premissas contrárias às evidências. *Geometrias-castelos-na-Espanha*, erguidas sobre outros fundamentos, na verdade sobre nenhum fundamento intuível, “seguro”, “ontológico”.

É sem dúvida esta introdução incisiva de uma ordem significativa na ordem do mundo, no plano da realidade, presumida como dada, sem o apelo a “como as coisas são”, sem o apoio da intuição, sem o recurso das evidências, que faz Lacan aproximar o passo de Freud (de deduzir o inconsciente como tal, i.é., como não erradicável – coisa que ele só fará com a perda do “apoio na realidade” que se verifica no abandono da hipótese da sedução) daqueles de Newton, Einstein e Planck, ao mesmo tempo em que os separa pela perda em que se constitui o campo psicanalítico (“um campo que se constitui em pura perda”) e que força a sua retomada, a cada vez, por cada sujeito (“na função de pulsação”).

¹¹ ibid.

O campo analítico não se constituindo de uma vez por todas, e tendo que ser retomado por cada um que aí se atreva, configura uma perda que leva Lacan até a fórmula:

[...] a causa do inconsciente [...] deve ser concebida como a causa perdida. É a única chance que temos de ganhá-la. (Lacan, J. 1964a p. 123).

Mas Freud vive seu drama subjetivo sem recursos à epistemologia (ele não tinha, não podia ter sobretudo o recurso da diacronia, da perspectiva). Em 1914, quando ele retoma o episódio de seu entusiasmo e posterior queda da hipótese da sedução, ele o qualifica de “erro quase fatal para a jovem disciplina [a psicanálise]”¹², confessando seu desespero inicial, seu impulso de fazer como Breuer¹³ e deixar todo o trabalho de lado, desistindo tanto da hipótese da sedução quanto da ambição de explicar as neuroses. Talvez, reflete, ele tenha perseverado unicamente porque já não tinha outra escolha. Acaba esta seção do texto com a seguinte e deslavada lição:

Por fim, veio a reflexão de que, afinal de contas, não se tem o direito de desesperar por não ver confirmadas as próprias expectativas; deve-se fazer uma revisão dessas expectativas. (Freud, S. 1914 p. 17 *AE*)

Ora, este “por fim” implica já um trabalho e indicia o processo que ele denominou auto-análise - um penoso trabalho subjetivo a que Freud teve que submeter-se e só após o qual conseguiu avançar em seu projeto de formulação teórica.

¹² Freud, S. (1914 p. 16 *AE*).

¹³ “Com gosto eu teria deixado todo o trabalho de uma vez como fez meu ilustre predecessor Breuer na ocasião de seu indesejado descobrimento” (Freud, S. 1914 p. 17 *AE*).

O “por fim” narra igualmente sua descoberta da importância e do aspecto estruturante do Complexo de Édipo¹⁴, na medida em que as cenas traumáticas relatadas, que ressurgiam de modo disfarçado no sintoma e que supostamente dariam origem aos distúrbios psíquicos, se revelam ser, de alguma maneira, o próprio objeto do desejo de seus pacientes.

Se os pacientes histéricos remontam seus sintomas e traumas que são fictícios, então o fato novo que surge é precisamente que eles criam tais cenas na *fantasia*, e essa realidade psíquica precisa ser levada em conta ao lado da realidade prática. (ibid. – grifo do autor)

Essa reflexão foi logo seguida pela descoberta de que essas fantasias destinavam-se a encobrir a atividade auto-erótica dos primeiros anos de infância, “embelezá-la”, diz Freud, “e elevá-la a um plano mais alto”. E agora, “de detrás das fantasias, toda a gama da vida sexual da criança vinha à luz”. (ibid.).

Em nota acrescentada em 1924 ao artigo de 96, corrigindo uma passagem do texto que menciona o “afeto persistente de uma lembrança de traumas da infância”, diz:

Àquela época eu não podia ainda distinguir entre as fantasias de meus pacientes sobre sua infância e suas recordações reais. Em consequência, atribuí ao fator etiológico da sedução uma importância e universalidade que ele não possui. Quando este erro foi superado, tornou-se possível obter uma compreensão das manifestações espontâneas da sexualidade nas crianças [...]. (Freud, S. 1896c p. 193).

¹⁴ Cf. cartas 70 e 71 à Fliess de 03 e 15 de outubro de 1897 (1897b e c)

E em 1906, ao comentar o fato de a teoria ter inicialmente tomado a forma da sedução, reconhece:

Naquele tempo, não era capaz de estabelecer com segurança a distinção entre as ilusões de memória dos histéricos sobre sua infância e os vestígios de eventos reais. Desde então, aprendi a decifrar muitas fantasias de sedução como tentativas de rechaçar lembranças da atividade sexual do próprio indivíduo (masturbação infantil). (Freud, S. 1906 p.266 AE).

Não-realizado

A primeira expressão pública desta mudança de ponto de vista ocorre em 1905, a propósito da questão da sexualidade infantil. É uma passagem dos “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade” (1905a), onde Freud discute a questão da atividade sexual com relação às causas externas e internas e afirma a importância da sedução, quando a criança é tomada como objeto sexual. Neste ponto do ensaio, ele menciona que em 1896 (no artigo “Etiologia da Histeria”) não sabia ainda que indivíduos que permanecem normais podiam ter tido as mesmas experiências na infância e, por isso, teria dado um valor maior à sedução do que aos fatores da constituição e desenvolvimento sexuais do indivíduo. E assim, diz Freud:

É evidente que a sedução não é necessária para despertar a vida sexual da criança, podendo esse despertar surgir também, espontaneamente, de causas internas. (Freud, S. 1905a p. 173 AE)

Freud chegara à compreensão de que as cenas traumáticas relatadas, que então levavam em seu rastro e faziam recuar no tempo o ponto de partida da construção patológica, tratavam de transformar em afecção passiva o que era inicialmente um desejo, ele mesmo portador, para o sujeito, de uma mensagem grave o suficiente para que ele nada quisesse saber disso – é o conceito de fantasia que desponta.

O trauma revela não ser tão determinante e cede lugar à fantasia como o registro onde se pode colher o que se arrasta na fala dos pacientes - “realidade psíquica”: termo utilizado por Freud para designar o núcleo heterogêneo no discurso do sujeito, que apresenta coerência e resistência comparáveis à realidade material. A realidade psíquica inclui o heterogêneo que é o sujeito, sua perspectiva, seus interesses e apegos, sua defesa; é realidade que implica o desejo inconsciente e se apóia na fantasia que o inscreve.

Não cabe aqui discorrer sobre todo o desenvolvimento teórico articulado a estes dois conceitos – verdadeiros universos que são a fantasia e a realidade psíquica – que por si só, constituem toda uma outra vertente da obra freudiana, que excede em muito o território alcançado por este trabalho. Mas é importante notar seu delineamento, em relação direta com o abandono da teoria da sedução que encerra ou limita a busca da causa como origem, e apontar a incidência do conceito de fantasia para a causalidade que Freud articula.

O que Freud constata, quando ele abandona o preconceito da causa como origem positiva e delimitável, é que o movimento contínuo do desdobrar da fala do sujeito encalha nalgum ponto. Tropeça, insiste, volta sempre aos mesmos pontos ... A fala carrega consigo alguma coisa que se deposita, mas que não tem relação direta com a realidade – e, mesmo assim, é resistente e surpreendentemente estável.

Aos poucos, Freud se convence de que isto que dá estofamento à fala do sujeito não é um referente, não se trata de algum ponto na realidade objetiva. O que se

repete, como um estribilho, aparecendo de novo, mesmo que nos pontos mais inesperados, não é um dado de realidade mas algo que, na cadência da fala do sujeito, se constitui como cena, encenação, mundo - para chamá-lo pelo seu nome comum -, ainda que se enuncie numa só frase.

A fantasia que o sustenta, que suporta a "realidade" na qual vivemos imersos, é esta semântica que se deposita pela fala e pode ser inferida do funcionamento do sujeito - ou, dizendo de outro modo, do estancamento do *significante em sua fala*. Cena (ou conjunto de cenas) organizada e suscetível de ser dramatizada nas mais diversas situações da existência ordinária ou extraordinária; encenação que, em sua organização complexa e estabilidade sutil, modela e estrutura o conjunto da vida do sujeito.

Ao deparar-se com a fantasia no horizonte das investigações sobre a causa da neurose, o que Freud encontra é o desejo e a sexualidade infantil que a habitam. Elementos que redimensionam toda a teoria.

Embora a teoria da sedução antecipasse em muitos pontos (em noções como zonas erógenas, bissexualidade, na concepção de uma sexualidade não natural, não estritamente determinada) o que seria propriamente a teoria freudiana sobre a sexualidade, faltava-lhe - e, de certa maneira, ela nascia e se nutria dessa falta - a pedra angular desta teoria, que é a idéia de uma sexualidade infantil.

Neste sentido, a teoria da sedução é uma tese pré-freudiana. Embora Freud tivesse desde sempre relacionado os fatores causais da sexualidade à infância¹⁵ e mesmo baseado sua explicação da histeria sobre os efeitos traumáticos da sedução sexual na primeira infância, o fato é que até a "descoberta" da fantasia, ele considerava a sexualidade infantil como um fator

¹⁵ Cf. primeiros parágrafos da "Comunicação Preliminar" (1895^a) e "Projeto" Parte II (1895b).

latente, trazido à luz somente pela intervenção de um adulto, com resultados catastróficos. Somente quando abdica da tese da sedução e, quase simultaneamente, depara-se em sua auto-análise com o complexo de Édipo, é que Freud passa a ser freudiano, isto é, passa a afirmar que invariavelmente nas crianças, pequenas ainda, operam normalmente impulsos sexuais sem necessidade de estimulação externa - achado que abre as portas para a teoria sexual propriamente freudiana.

A rigor, só com o conceito de fantasia pode-se colocar a sexualidade em seu sentido psicanalítico: a sexualidade como invenção - singular e contingente - do sujeito, em resposta ao real.

Por esta via, a fantasia articula a causalidade num novo patamar. A partir daí, a questão da causa no campo psicanalítico se redireciona no sentido de um conceito que inclui a implicação do sujeito - o desejo: a causa que é sexual não no sentido da *vita sexualis* (dos distúrbios, dos hábitos, da suficiência ou não de descarga), mas no sentido da incidência real sobre o sujeito. Freud reconhece esta mudança de plano:

Somente com a introdução do elemento das fantasias histéricas é que se fizeram transparentes a armação da neurose e seu vínculo com a vida do enfermo; [...] Depois dessa correção, os traumas sexuais infantis foram substituídos, em certo sentido, pelo infantilismo da sexualidade. (Freud, S. 1906 p. 266 AE).

Reviravolta análoga atinge a temporalidade da causação envolvida no campo psicanalítico. Pois é somente com a emergência do conceito de fantasia que o *a posteriori* articula-se em toda sua radicalidade¹⁶. Embora em linhas gerais o processo já tivesse sido esboçado, até este ponto o *a posteriori* tendia

mais a ser uma teoria da reminiscência (como o colocam muito apropriadamente Breuer e Freud na “Comunicação Preliminar”) - uma causação em dois tempos, onde um anterior era recordado à luz e acrescido do impacto trazido por uma eventualidade posterior (a puberdade). A partir deste ponto, entretanto, os sintomas não são mais tomados como retenções diretas de recordações infantis reprimidas de vivências sexuais. Entre os sintomas e as impressões infantis, reconhece intercalarem-se as fantasias - numa passagem que não é positividade contábil, que é negatividade incomensurável, ao mesmo tempo em que é surgimento; cena, que por encenar esta passagem pelo corte, é traumática (conserva a qualidade afetiva da ruptura) e pode operar com força de experiências reais.

Em 1925, em “Um estudo [apresentação] autobiográfico”, revendo estes reveses Freud diz que, após o tempo de desconcerto, pôde enfim colocar em proporção as relações entre sintomas e fantasias:

Quando sosseguei, extrai de minha experiência as conclusões corretas, a saber, que os sintomas neuróticos não estavam diretamente relacionados a vivências efetivamente reais, mas a fantasias de desejos, e que, para a neurose, valia mais a realidade psíquica à material. (Freud, S. 1925 p. 33 AE).

Ainda em outro aspecto a fantasia articula uma causalidade diferente da que se delineava até então no campo psicanalítico. É que o conceito de fantasia traz em seu bojo uma noção de causa como corte, uma causalidade que se passa na ordem de um corte.

Sendo cena, encenação, o que a fantasia vela e revela ao mesmo tempo é este corte no lugar da causa. Por um lado, ela mesma é corte: com a realidade

¹⁶ A partir da qual Lacan pôde destacá-lo no texto de Freud e dar a esse *Nachträglich* um

objetiva e referenciável, com a razão, com os sentidos (a percepção), etc.; e, por outro, ela é o sentido. Encena algo que justifica, que disfarça como contínuo o que é ruptura - um antes e um depois, corte na sucessão: a causa.

Decorre de que a causa como corte se articule à fantasia, a condição própria do sujeito na neurose. Ele vive no mundo do sentido em razoável estabilidade - a fantasia cria ou apropria-se de elementos da realidade dispondo-os numa ordem que, ao mesmo tempo em que constitui o mundo, o sentido, designa, aponta o lugar do sujeito aí. Porém, no mesmo ato em que o sujeito advém, inscreve-se - de maneira indelével, constituída na fantasia ao se ordenar, nalgum cantinho encoberto, disfarçado - uma interdição. Uma em particular, que serve àquele sujeito singular, implicando em seu bojo a impossibilidade - que não é particular, é de lei - e que sustenta o desejo do sujeito como tal.

Igualmente, decorre daí (do fato de que a causa, como corte constitutivo do desejo só se articula para o sujeito pela via da fantasia) que a causa de que se trata numa psicanálise só possa ser atingida em ato¹⁷.

É que o corte, o hiato, a incompletude constitutiva do desejo, se insistem, se estão presentes comandando a vida do sujeito, o fazem sem realmente *consistir* em nenhum dos elementos que compõem a cena fantasmática. A conseqüência é que a presença (ou, devo dizer, a *insistência* para caracterizar melhor o afeto que vem daí e atinge o sujeito que, em sua neurose, não quer saber nada disso) do corte, da causa do desejo, não sendo positividade, não podendo ser identificada a um elemento enumerável, só pode ser "apanhada" como tal¹⁸ numa passagem ao limite - vale dizer, no ato do sujeito que toma o hiato como não erradicável e se põe a operar.

estatuto de conceito. Cf. Lacan, J. (1953).

¹⁷ Cf. O (In)Conceito, capítulo introdutório do presente trabalho.

¹⁸ O mais difícil para o sujeito é tomá-la como causa (não erradicável) do desejo, objeto impossível de ser assimilado. Pois além disto implicar numa ruptura significativa com o

A leitura que fiz no início, da indicação de Lacan sobre o não-realizado encontrado no lugar da causa, implicava que, da etiologia Freud teria passado ao inconsciente, na medida em que o que encontrou aí o teria forçado, uma vez inviabilizado o projeto etiológico, a avançar em direção ao inconsciente como não realizado.

Tal leitura tem como pressuposto que a emergência do conceito de fantasia, com o que carrega sobre o desejo e a sexualidade infantil, é o que permite e suscita que o conceito de inconsciente se coloque num plano outro que não o de uma dupla consciência, dissociação psíquica, etc.. Outro plano, ou “Outra cena” que caracteriza o Inconsciente de que se trata, o “Inconsciente conceito freudiano”. E, com efeito, a partir deste ponto, o que se vê é que Freud abandona a preocupação etiológica – já que a causalidade também se articula num outro plano - e se ocupa do conceito de inconsciente, das teorias da mente e das pulsões que vão dominar *A Interpretação dos Sonhos*.

O inconsciente como não-realizado (Lacan diz “nem ser, nem não ser”) é pré-ontológico: ele apresenta-se primeiro a Freud como corte, intervalo entre o que se sabe (se pode saber) e o que acontece; hiato na correspondência mundo-representação. Neste sentido, a causa situa a verdade do sujeito – a causa é o átimo, susto, tropeço do discurso em que o não-realizado se presentifica.

Pela etiologia, Freud chega a topiar com o não-realizado que o conduz ao desejo inconsciente. Lacuna – no discurso, no saber, na série dos elementos positivos contáveis de que é feita nossa vida –, corte que, atravessando as séries, determina a vida do sujeito e é preciso cingir. E, desse modo, Freud é levado a defrontar-se com uma ordem de questões relativas à causalidade.

plano da representação (da razão, do pensamento), significa, implica o impossível de sossegar do desejo. Voltarei a isto no decorrer deste estudo.

O hiato entre o inconsciente (o não-realizado) e a neurose como positivação (do inconsciente que é não-coisa) - eis aí o lugar e a função da causa, entre o real e a lei significante. E, por seu turno, o inconsciente como não-realizado é o fundamento de uma posta em ato da causalidade não mais como origem, mas como correlata da relação entre neurose e real.

Indemonstrável

Toda a obra de Freud, posterior ao período da etiologia, pode-se dizer, é um desdobramento desta causalidade implicada no desejo e na fantasia em termos dos conceitos e do campo que será a psicanálise.

Na diacronia da obra, muitas vezes se pode perceber, delineado, o mesmo movimento de Freud, que atravessa o projeto etiológico - sua ambivalência arraigada, sua insistência em encontrar um real no qual referenciar o funcionamento do sujeito, que ele testemunhava na clínica e do qual precisava afirmar a realidade.

Mas em meio a esta operação de corte e torção e dobradura de outros discursos, que dá origem ao discurso da psicanálise, Freud, mesmo convencido do caráter cumulativo da ciência e da possibilidade de assimilação da psicanálise em seu universo¹⁹, reconhece, em alguns momentos, a impossibilidade de resolver o problema da causa numa conjuntura de referenciação. Com relação a certos pontos, Freud testemunha ter se deparado com algo que ele não tem condições de formular de modo definitivo. E o leitor da obra de Freud é bem servido destes pontos em suspenso, dessas marcas de

¹⁹ Cf. Freud, S. (1933 [1932]).

espera, que são talvez o maior legado de seu texto — o de não escamotear as dificuldades, as soluções imperfeitas, as hesitações, os vaivéns.

E na medida em que, vez por outra, Freud reconhece uma impossibilidade de cobrir o campo inconsciente pela representação, pode-se ver por que o inconsciente é freudiano. Ele o é por ter se imposto a Freud, e somente na medida em que Freud se submete, mesmo a contrapelo, aos limites que são os que a formulação deste campo lhe impõe.

A insistência de Freud com a referência pode nos parecer hoje obtusa e ingênua. Este não é o ponto de vista aqui adotado. Na verdade, encontra-se em Freud uma formulação já bastante sofisticada do problema que a causalidade implica, formulação que por ter sido estabelecida de forma dramática e crucial, permitirá a Freud, na medida em que a clínica o interrogar, desdobrar o campo e o discurso da psicanálise. E vê-se — é disso que o período etiológico nos dá o testemunho — que Freud não foge a este embate com o problema da causa em sua insolubilidade. Ele considera exaustivamente as conseqüências deste problema e, ao se dar conta da excessiva simplificação de seus termos iniciais²⁰, procura hipóteses *ad hoc* que possam sustentar uma solução para o problema da referenciação da causa até chegar aos termos e conceitos que lhe fizeram de algum modo apreender e conceituar esta esquiva.

Se Freud tenta fazer o inconsciente entrar no regime da referência é para não pensá-lo como entidade metafísica (uma entidade como ele diz, “flutuando” sem o apoio de alguma ordem material). Seu interesse pelo inconsciente jamais foi de natureza filosófica — mesmo que problemas filosóficos se avizinhassem. O interesse de Freud, porém, por essa “hipótese” (como ele chega a dizer) era clínico, prático. O que ele chama de hipótese foi na verdade o conceito

fundador, sem o qual seria incapaz de apreender a grande variedade de fenômenos com que se defrontava.

Em 1915, ele justifica o conceito de inconsciente mostrando o absurdo em que se cairia se esta hipótese não fosse admitida. Porém, o reconhecimento desse argumento²¹, a que ele dá tanta ênfase nas páginas iniciais do artigo metapsicológico, não o levou de imediato à hipótese do inconsciente. A primeira tentativa de Freud, cuja carreira científica, no princípio, fora inteiramente voltada para a fisiologia, não foi desprezar os fatos físicos e adotar a hipótese de que as lacunas são preenchidas com eventos mentais inconscientes; mas sim, desprezar os fatos mentais conscientes e estruturar uma cadeia física que abrangeria todos os eventos da observação.

Somente alguns anos depois, em *A Interpretação de Sonhos* (1900a), ocorre a transformação: não só o relato neurológico da psicologia desaparece completamente, como também grande parte do que Freud escrevera no “Projeto” em termos de sistema nervoso se torna válido, e muito mais inteligível, ao ser traduzido em termos mentais. Estabeleceu-se o inconsciente de uma vez por todas. Mas não o inconsciente entidade metafísica, e sim um conceito – que não é um ente, nem uma hipótese, mas, como se disse, invenção de um campo novo. O que o Capítulo VII de *A Interpretação de Sonhos* faz, por assim dizer, é fundar um campo, ao expulsar a entidade metafísica de carne e sangue chamada Homem – se este se confunde com a consciência²².

²⁰ Refiro-me às primeiras hipóteses sobre a causa das neuroses atuais não apenas por serem formuladas nos supostos fisicalistas – dos quais Freud não ia abrir mão facilmente – mas sobretudo por serem buscadas dentro do quadro estreito da fisiologia.

²¹ o argumento segundo o qual restringir os fatos mentais aos que são conscientes e entremeá-los de fatos puramente físicos e neurais, rompe as continuidades psíquicas e introduz lacunas ininteligíveis na cadeia de fenômenos observados.

²² Brinco aqui com as palavras de James Strachey que em nota introdutória ao “Inconsciente” (Freud, S. 1915) diz quase o contrário, afirmando que com o conceito de inconsciente Freud deu à entidade metafísica, carne e sangue.

Em *A Interpretação de Sonhos*, o conceito de inconsciente tornou-se explícito²³. Pela primeira vez, revelou-se o inconsciente como conceito: como funcionava, como diferia de outras partes da mente e quais eram suas relações recíprocas com elas. Em passagens anteriores, tudo o que era abertamente significado por esse sistema inconsciente era o reprimido, até justamente a seção final de *A Interpretação de Sonhos*²⁴, onde algo com um raio de ação muito maior era indicado.

Por outro lado, vemos Freud neste movimento reiterado em direção à referenciação, atribuir à Metapsicologia a designação ambígua de *construto* — como se os conceitos metapsicológicos servissem para modelar, na falta da coisa mesma, algo suposto como realidade objetiva à qual não se tem acesso. O mesmo impasse, parece-me, é responsável por sua afirmativa célebre que confere estatuto de *mito* ao conceito de Pulsão. Conceito fundamental e fundador do campo psicanalítico, que por situar-se “entre o somático e o psíquico”, Freud julga incerto, duvidoso, provisório (como ele diz também do inconsciente) — diante deste “somático”, que seria positivo e referenciável.

O que estas afirmativas desconhecem é precisamente o caráter de conceitos (no sentido articulado aqui) da metapsicologia e das pulsões — “significantes-mestres” que inauguram e dispõem um campo, no que, independente de evidência ontológica, são capazes de abrir uma nova face no real. Desconhecendo a peculiar relação da realidade com o conceito, eis como Freud descreve sua metapsicologia a um hipotético “interlocutor imparcial”, no artigo sobre a análise leiga, de 1926:

Eis aqui uma estranha anatomia da alma — uma coisa que, afinal de contas, absolutamente não existe mais para os

²³ Cf. Freud, S. (1900a pp. 572-573).

²⁴ Ibid. p. 648 e segs.

cientistas. [...] É uma hipótese como tantas outras nas ciências: as mais antigas sempre foram um tanto toscas. 'Open to revision' podemos dizer em tais casos. Parece-me aqui desnecessário recorrer ao 'como se' que se tornou tão popular. O valor de uma 'ficção' dessa espécie depende de quanto se pode alcançar com sua ajuda. (Freud, S. 1926 p. 221-2).

Acreditando que se os conceitos psicanalíticos não estavam em relação direta com a realidade apreensível na representação, eles pertenciam a um outro registro, quem sabe literário – no que este registro conta com a palavra como instrumento –, Freud define o seu achado ora como ficção (como acima), ora como mito:

A doutrina das pulsões é, por assim dizer, nossa mitologia. Os instintos são entidades míticas, magníficos em sua imprecisão. Em nosso trabalho, não podemos desprezá-los, nem por um só momento, e entretanto nunca estamos seguros de os estarmos vendo claramente. (Freud, S. 1932-33 p. 88 AE).

Malgrado ele os tome por ficção - ao que parece, menos no sentido de *fictio* (feito, fabricado) e mais no sentido de analogia, de metáfora -, eles são, entretanto, conceitos – no sentido preciso em que eles permitem a Freud, digamos, driblar a ciência de sua época e forjar com os próprios termos desta ciência (ou algo bem próximo disso), tomados numa inflexão outra, ligada à sua prática específica, o campo próprio da psicanálise.

Em parte, é possível que esta posição de Freud se deva a uma certa idealização da tarefa científica. J.C. Milner observa em *A Obra Clara* (1995) que Freud tende a acomodar e confundir seu ideal de ciência com os traços de uma ciência efetiva - que elege como ideal, adotando suas *características* como

*critérios*²⁵. E talvez por estar, digamos, tão referido à referência, Freud a coloca como um termo externo ao que articula e, sem ir mais adiante nisto – sem aplicar ao problema da referência com que se defrontava, os próprios efeitos do que descobria com a psicanálise²⁶ –, faz da referência um termo ideal, um ponto externo ao qual deve esforçar-se por chegar.

O rendimento trazido à luz pelo trabalho científico [...] consistirá numa compreensão interna (insight) das ligações e relações dependentes que estão presentes no mundo externo, que podem de alguma maneira ser fidedignamente reproduzidas ou refletidas no mundo interno de nosso pensamento, um conhecimento das quais nos capacita a 'compreender' algo no mundo externo, provê-lo e, possivelmente alterá-lo. (Freud, S. 1938 p. 225).

É certamente este apoio, como o coloca Milner, que ele busca no cientificismo do Ideal da ciência; o que lhe custa o preço deste preconceito da ciência ideal. Porém, o que se sabe é que este movimento, verdadeiramente matricial na teoria de Freud, de tentar reconduzir o que é do real, a causa, ao plano da realidade referenciável, não foi apenas uma direção para a teoria. Sendo uma convicção de Freud e não uma estratégia de justificação da psicanálise²⁷, este movimento enlaça clínica e desenvolvimento teórico numa trilha de perigos.

O relato do caso do "Homem dos Lobos" ([1916]1918) testemunha-o cabalmente. Não posso aqui analisar este extenso relato²⁸, sobre o qual tantos

²⁵ Milner, J.C. (1995 p.35-6).

²⁶ Este é um passo que Lacan mais tarde tentará – aplicar à leitura de Freud os próprios conceitos da psicanálise.

²⁷ (ou pelo menos não apenas isso).

²⁸ Sobre os episódios ligados ao caso do Homem dos Lobos Cf. Freud, S. (1918); especificamente sobre o problema da causa no H. dos Lobos, existe um artigo de Miller, J.A. do qual infelizmente, não possuo a referência completa: Miller (1988) "To interpret the cause: From Freud to Lacan" em Newsletter of the Freudian Field, *mimeo*.

autores já se debruçaram, tomo-o apenas na conta de uma indicação do movimento de Freud com a causa, que se analisa aqui. Quando Freud depara-se com o sonho dos lobos, no caso famoso, atira-se à interpretação, até à exaustão, procurando o que está por trás, o que provocou o sonho, o que foi primeiro, o originário que ali, na experiência do sujeito, deu lugar à neurose infantil. Como o que ele encontra aí, no lugar da causa, não é referenciável – ele encontra o sujeito, a fantasia, i.é, encontra apenas corte, o antes e depois –, Freud leva sua insistência sem encontrar porto, até o ponto de provocar uma desestabilização do quadro clínico do paciente.

No caso do Homem dos Lobos, este primeiro traumático vem a se localizar na cena do *coitus a tergo* parental – dispondo-se esta cena, como o não simbolizável, em redor de que se fazem todas as outras simbolizações sucessivas, até o sonho. É uma causa, porém, que só se torna eficiente somente após um certo lapso de tempo, e, mais do que isso, ela se torna trauma (logo, causa) *por* este intervalo de tempo – decorrido entre o momento em que a criança, na idade de dois anos, presencia a cena e o momento em que, com o posterior desenvolvimento das teorias sexuais infantis da criança, a impossibilidade de integrar a cena no novo horizonte (de simbolização/historicização que o sujeito organiza a partir daí) dá ao fato uma coloração traumática – *a posteriori*²⁹. Entende-se, portanto, o paradoxo com que Freud tem que lidar. Há, por um lado, a causa como real – rochedo que resiste à simbolização e perturba o curso da representação³⁰ – e, por outro lado, essa causa é simultaneamente o produto retroativo de seu próprio efeito. Um paradoxo que está no fato de que o trauma, como causa, não preexiste a seus efeitos, e, ao contrário, é (su)posto por eles.

²⁹ Trata-se do mesmo processo que foi examinado aqui com relação ao caso Emma.

³⁰ Žižek, S. (1995 p. 32).

Este paradoxo envolve uma espécie de pirueta: é pela repetição num segundo momento (com a qual o sujeito se choca), pela evocação desta cena, “por seus ecos dentro da estrutura simbólica”³¹, como o coloca Zizek, enfim, que a causa, retroativamente, torna-se o real não simbolizável. Por conta deste verdadeiro *looping* que envolve linguagem e real quando se trata da causa, a abordagem direta desta causa, no campo do sujeito, como mostra a peça de Molière³², é impossível.

Se se tenta atingir o trauma diretamente, sem a mediação da cadeia de seus efeitos³³, encontra-se com uma espécie de *factum brutum*³⁴ que em si não quer dizer nada (no caso do Homem dos lobos, o coito *a tergo* dos pais, que não envolve nenhuma eficiência direta). É apenas por seus ecos no registro da simbolização que o fato do coito parental adquire retrospectivamente seu caráter traumático e, portanto, seu estatuto de causa. Neste sentido, somente o circunlóquio quase infundável de um processo de análise poderá, a rigor, atingir o plano da causa que opera para um sujeito.

Digo poderá, porque isto não é certo. De certa forma, a “febre” de Freud em busca da realidade que teria desencadeado a neurose infantil do Homem dos lobos, a busca deste real opaco, não modalizável, tomado como absoluto sobre o qual se funda a neurose, impede, nesta análise, que a causa apareça como tal – como efeito de intervenção da atividade de simbolização do sujeito. Uma causa que não é apenas a base de uma demonstração, mas a precipitação de uma

³¹ Ibid.

³² (a que aludi na introdução deste trabalho).

³³ É o que tenta O.Rank: economizar a duração de um processo de análise, através da análise direta do trauma do nascimento, que seria uma espécie de matriz da neurose. Freud discute a impossibilidade desta solução em “Análise terminável e interminável”, (Freud, S. 1937 p. 219 AE).

³⁴ Ainda Zizek, S. (1995p. 32).

verdade do sujeito³⁵. Causa que traz junto os escolhos, os pontos de fixação, os encaixes sexuais do sujeito.

No plano da teoria o que Freud faz suceder a isto é uma solução *à la* Kant (guardadas as devidas proporções). Por não poder encontrar o que referencia o conhecimento que ele adquiriu sobre a causa, no desdobrar da fala na análise do paciente – (Freud sabe, mas não tem como referenciar esta causa que ele testemunha num real prévio³⁶, já dado, embora testemunhe seus efeitos perfeitamente reais) –, Freud recua do objeto (a causa, o real) para o que o condiciona e condiciona seu conhecimento. Numa incrível meia-volta, ele retorna ao genético (!) (que também designa uma opacidade não modalizável, onde ele pode estar seguro de encontrar o real) à procura de um absoluto a partir do qual começar. Formula então que a fantasia – que não cabe nas tentativas de reconduzi-la a uma montagem de elementos referenciáveis – é originária, transmitida. Trata-se do conceito de profantasias, que confia a um suposto patrimônio filogenético a matriz da fantasia – reduzida a ser o fruto, mais ou menos espelhado, de uma herança transmitida. É, como o vejo, um recuo. Assim como a Interpretação dos sonhos é o *vai*, a profantasia é o *vem* do vaivém de Freud. E este é o movimento mesmo que constituiu a psicanálise.

Em certo sentido, pode-se dizer que toda a psicanálise deriva do impacto que teve sobre Freud o problema que a causa representa. É o retorno da causa, no campo do sujeito Freud, que coloca a própria questão da existência da psicanálise. De sua posição de sujeito, Freud testemunha, por seu dilema, que a causa não é simplesmente um anacronismo a superar no caminho progressivo da ciência; que a causa, contornada ou não, seja lá onde for que a aloquemos (em qualquer recuo, qualquer sistema – filosófico, científico, religioso – que criemos

³⁵ Barros, R.R. (1993 p. 230).

para explicar e codificar o mundo), continua incidindo. E engendrando, neste retorno, o lugar a partir do qual o psicanalista é chamado a exercer o seu ofício³⁷.

E nem sempre Freud recua. Há momentos em que justamente ele assinala ter se defrontado com algo cuja formulação está aquém da referência, ou pelo menos além do demonstrável num certo momento. Tomarei dois fragmentos que parecem marcos vivos da hiância da causa no discurso de Freud, para tentar indicar o que me parece ser o ponto de chegada, do avanço e impasse freudiano frente ao problema da causa.

O primeiro vem deste cenário inaugural da psicanálise, extraído de *A interpretação dos sonhos*, o livro que Freud considerará até o final como sua obra mais marcante e mais sólida³⁸. Livro que começa justamente, que toma forma, pelo ato de Freud de romper com toda a investigação tradicional que recaía sobre o conteúdo dos sonhos.

Em *A interpretação dos sonhos* Freud, desviando-se da atribuição de sentidos simbólicos, dedicou-se a desvendar não o significado, mas todo o mecanismo de formação dos sonhos, um mecanismo complexo que envolve o próprio funcionamento da fala e da linguagem (de que os sonhos se servem pela condensação e deslocamento), além da maquinaria que ele postulou como aparelho psíquico e sua complexa noção corolária de desejo inconsciente. Em uma palavra, pode-se dizer que, para elucidar o problema dos sonhos, Freud desviou-se do sentido para a causa da formação dos sonhos.

Embora Freud pretendesse vê-lo anexado à ciência simplesmente como contribuição para resolver um problema que restara até então sem solução,

³⁶ E não compreendendo - porque não é compreensível - , o modo de incidência do irreferenciável para o sujeito ...

³⁷ Lembremos do Sganarelle de Molière mais uma vez.

trazida de qualquer campo do saber, relativo ao sentido e função dos sonhos, não se pode deixar de ver que *A interpretação dos sonhos*, nem que fosse por ser elaborado a partir de um material (e uma reflexão) necessariamente autobiográficos, está destinado a romper com o estilo das outras comunicações teóricas sobre o problema dos sonhos que ele começa por examinar.

O objetivo de Freud com o livro é abordar o problema dos sonhos pela via do desejo para, finalmente, correlacionar sonho e sintoma pela via do desejo inconsciente³⁹. Um dos problemas para isto era a questão do conteúdo dos sonhos, que não podia ser interpretado, nem em termos de um simbolismo fixo, universal, e nem simplesmente desprezado. Para que o sonho pudesse ser interpretado como realização de desejo inconsciente era preciso que seu conteúdo fosse singular e, ao mesmo tempo, desse a conhecer o desejo que ali se realiza. A solução que Freud encaminha para este problema o conduz à elaboração da determinação específica desse processo e, retornando ao que ele já tinha esboçado nos *Estudos sobre Histeria* e no "Projeto", afirma que o conteúdo dos sonhos é sobredeterminado.

A análise dos sonhos mostra que, efetivamente, cada um dos elementos do conteúdo manifesto do sonho é sobredeterminado, representado diversas vezes nos pensamentos latentes do sonho. (Freud, S. 1900a p. 283).

"Sobredeterminado" designa o fato de uma formação do inconsciente – sintoma, sonho, ato falho, chiste – remeter a uma pluralidade de fatores determinantes: elementos inconscientes que podem organizar-se em seqüências

³⁸ Cf. Freud, S. (1900a) "Prefácios à Interpretação dos Sonhos", (1925) "Um estudo autobiográfico" e Jones (1953).

³⁹ Cf. Freud, (1900a p.xxxi) Prefácio à primeira edição: "Quem quer que tenha falhado em compreender a origem das imagens oníricas quase não pode esperar compreender as fobias, obsessões ou delírios e ter sobre eles uma influência terapêutica."

significativas diferentes, cada uma das quais, em determinado nível de interpretação, possui uma coerência própria. Mais importante ainda, a noção explicita uma causalidade múltipla, cruzamento de fatores diversos, que não podem ser reduzidos a uma única causa explicativa.

Esta causação múltipla é que está articulada ao conteúdo do sonho. No procedimento de interpretação (que nada mais é que a fala livre, o que Freud chamava o relato do sonho), o que do sujeito se encobre, se mostra ao mesmo tempo por sobredeterminação. Por outro lado, não importa até onde alcance, a interpretação do sonho não é jamais exaustiva, ao contrário, se ela chega longe o bastante, tende a divisar o centro inominável a que Freud chamou o umbigo do sonho: um irreduzível do sonho à interpretação, ponto limite, do qual se pode aproximar o quanto se queira, sem atingir.

A sobredeterminação é a categoria de uma determinação, ao mesmo tempo multifatorial e parcial. Se ela pode reger o sintoma e o sujeito que daí emerge, é por operar uma determinação que conserva o lugar para uma indeterminação que a anima como causa. É justamente nesta limitação da determinação que se aloja o desejo e a causalidade de que Freud tem que dar conta no processo de formação dos sonhos e dos sintomas. Em continuidade com a observação de Freud no primeiro capítulo da *Interpretação dos sonhos*, não há verdadeiramente progresso, acúmulo de saber numa linha determinada; quanto às discussões sobre o sonho, cada autor recomeçando do princípio a examinar os mesmos problemas, como se fosse em primeira mão. J.Nassif mostra, no artigo "Freud e a Ciência"⁴⁰, que ainda hoje nada mudou quanto a isto, mesmo depois de Freud. Deste se reteve, é claro, a distinção entre conteúdo latente e conteúdo manifesto do sonho, as noções, caras ao campo psicanalítico, de condensação e deslocamento como processos de formação dos sonhos, e

⁴⁰ Nassif, J. (1968 p. 150).

mesmo a tese do sonho como guardião do sono, que também é elaborada por Freud no livro e pode mais tarde ser verificada pela eletroencefalografia. Mas “o coração mesmo da teoria freudiana”⁴¹, a tese de que os sonhos são realizações de desejo, permanece exterior ao campo do saber acumulativo⁴².

Apesar de suportar-se numa evidência ordinariamente confirmada na análise, a tese central do, hoje centenário, livro de Freud configura ainda uma afirmação teórica inassimilável, impossível de perfilar ao que já se sabia (e se sabe hoje) sobre os sonhos, fora do campo psicanalítico. Há um corte nesta afirmação e um corte a institui o campo psicanalítico como tal.

E foi assim que, tendo examinado exaustivamente o processo onírico e estabelecido toda uma metapsicologia para cerni-lo (um aparelho anímico e seu funcionamento, os processos primário e secundário que regulam o funcionamento mental e tantas outras noções), Freud se vê, ao final do livro, apenso ao fato de que o edifício da teoria repousa no sexual inconsciente – única ordem capaz de assegurar que um desejo tenha força suficiente para presidir a formação de um sintoma:

A teoria das psiconeuroses afirma como um fato indiscutível e invariável que apenas impulsos sexuais impregnados de desejo oriundos da infância, que experimentaram repressão [...] são capazes de ser revividos [...] e acham-se assim aptos a fornecer a força motivadora para a formação de sintomas [...]. É apenas referindo-nos a estas forças sexuais que podemos tapar as brechas existentes na teoria [...] Deixarei esta teoria incompleta neste ponto, uma vez que já dei um passo além do que pode ser demonstrado ao presumir que os desejos oníricos são invariavelmente derivados do inconsciente (Freud, S. 1900a p. 644-5).

Eis aí, no reconhecimento de uma incompletude da teoria, e nesta evocação de um passo que toca num além do demonstrável, os critérios mais

⁴¹ Ibid.

certos para indicar a passagem a um domínio outro – o campo novo inaugurado pelos conceitos fundamentais da psicanálise.

E por outro lado, aí está também o que faz o caráter ambíguo de *A interpretação dos sonhos* e da obra de Freud como um todo – que ao mesmo tempo em que inaugura este campo (*A interpretação dos sonhos* é isto, como visto, a teoria de um objeto visto como paradigma de uma campo novo), pensa ainda, não obstante, o estatuto do demonstrável nos termos do saber acumulativo de autores e escolas que “nada produziram de novo ou de valioso”⁴³ sobre o sonho, que não fazem senão alinhar teses que não trazem o que há aí de mais efetivo. Preso nesta aporia, Freud não pode reconhecer o que há neste indemonstrável, de algo que toca o real e que, portanto, necessita de uma outra equação para ser cernido que não aquela fornecida pela razão demonstrativa na representação.

Em 1937, na outra ponta da diacronia, Freud volta a encontrar, a mesma aporia. Trata-se do artigo “Análise terminável e interminável”, que tem na partícula “e”, presente em seu título, um dos problemas clínicos mais relevantes da psicanálise.

Um dos últimos artigos de Freud, no qual ele vai justamente proceder a um tipo de avaliação e inventário do dispositivo por ele criado e do campo que este dispositivo descortina, o texto retrata Freud às voltas com as dificuldades envolvidas na questão do final das análises. Sabemos qual é a posição adotada por Freud quanto ao fim, pois ela tornou-se célebre: há no final de uma análise um impasse que diz respeito à impossibilidade de o sujeito aceitar a castração (configurada no que Freud chama “repúdio à feminilidade”⁴⁴). Há aí um

⁴² Ibid.

⁴³ Freud, S. Pós-escrito, 1909 (1900 a p.99)

⁴⁴ Não vou entrar no mérito aqui do que seja esta dificuldade, apenas indicar de maneira brevíssima que a dificuldade ligada à aceitação da castração gira em torno da possibilidade

“rochedo”⁴⁵, diz Freud, algo que não se move, que não se pode ultrapassar. Em função disto, o final da análise permanece radicalmente problemático. Tanto por relação ao que seria uma cura completa, quanto por relação à questão de saber quais seriam os signos seguros para aferi-lo, o fim não é solucionável.

Numa passagem, Freud volta ao caso do Homem dos lobos como exemplo de um tratamento em que, após um sucesso terapêutico importante, aparece algo que é impossível de resolver, que não anda, que empaca. Relata-o o próprio Freud:

No curso de poucos anos, foi possível devolver-lhe grande parte de sua independência, despertar seu interesse pela vida e ajustar suas relações com as pessoas que lhe eram mais importantes. Mas aí o progresso se interrompeu. Não progredimos mais no esclarecimento da neurose de sua infância, em que se baseava a doença posterior. (Freud, S. 1937 p. 248).

Como fica evidente, o que emperra diz respeito àquilo que, no tratamento, concerne à causa – o “esclarecimento da neurose infantil” sobre a qual, Freud afirma, estava fundada a afecção posterior. Trata-se de uma oposição, portanto, entre o sofrimento manifesto nas queixas e nos sintomas do paciente e a base, como diz Freud, a causa que engendra este sofrimento.

O que faz o impasse de Freud neste caso, só posso pensá-lo a partir do ensino de Lacan e do que ele introduzirá como a diferença entre a causalidade significativa e a causalidade que se articula por cessão do objeto a , de modo que

ou não de se fazer do submetimento à incompletude derivada da castração uma atividade (um desejo, um querer) e não uma paixão (que transforma o que seria um submetimento consentido em subjugação). É toda a questão do sujeito com a lei e o desejo que estão envolvidos aí. Basicamente o que Freud descobriu é que quando o ego é exigido no sentido do submetimento à lei do desejo (castração), os sujeitos invariavelmente resistem, resfolegam, adiam e burlam.

será preciso voltar a este ponto, após o desdobrar dos próximos dois capítulos deste estudo, para efetivamente abordá-lo. Entretanto, com o que se construiu até aqui sobre a posição de Freud, já se pode observar que ele tenta pensar o *sem fim* (*unendliche*, do título original⁴⁶) e o *com fim* (*endliche*) de uma análise como dois pólos em oposição, nos termos de uma sucessão linear: um caminho único, com um ponto de chegada e outros de interrupção.

Porém, o *sem fim* e o *com fim* de uma análise (é o que com Lacan vai se descortinar) são ordens assimétricas – o primeiro associado ao inconsciente e ao significante e o segundo dizendo respeito ao objeto e ao que, do objeto (real), põe fim, impede a cadeia de significantes (a interpretação, a análise) de prosseguir ao infinito⁴⁷. Ao tentar conter estas duas ordens assimétricas (o infinito e o finito de uma análise) numa única linha de sucessão, Freud se depara inevitavelmente com o hiato que se forma – com impasses, com impossibilidades que se impõem e atestam justamente que há um real em jogo.

É o que acontece a partir da tentativa humeiniana de Freud de reconduzir estas duas dimensões heterogêneas – causa (a fantasia, a neurose infantil) e efeito (a queixa) no caso do Homem dos lobos – à linha da sucessão. Com este passo, o que Freud encontra (como Hume já tinha apontado) é o indemonstrável da causa na representação. Indemonstrável que ele vai sustentar com o maior rigor do começo ao final do texto.

“Análise terminável e interminável” é um texto notável. Pertencendo à parte final da obra de Freud, escrito já ao final de sua vida, é uma avaliação dura do dispositivo analítico criado por ele - e não apenas quanto à indecidibilidade

⁴⁵ *Felsen*, no original alemão, rocha de fundo – de um rio, por ex., Freud, S. (1937 p.253 AE).

⁴⁶ Significando, o título original, tanto *sem fim X com fim* quanto *Terminável X interminável* (finita X infinita).

⁴⁷ Voltarei a este ponto, que concerne à relação entre o real e a linguagem, nos próximos capítulos.

da conclusão da análise. Examinando ao longo do texto uma série de questões práticas com que se defronta a psicanálise, Freud segue sempre uma argumentação implacável que desemboca sempre neste mesmo ponto de um indecível oriundo da impossibilidade de caracterizar uma análise positivamente⁴⁸ (dizer o que ela é, onde deve/pode chegar, por que meios⁴⁹) – o que torna o final indemonstrável. É nítido no texto o esforço de Freud para remeter o leitor a algo que não se deixa situar como uma positividade bem caracterizada (como disse, a própria análise está neste caso).

A questão que se coloca neste ponto quanto à abordagem do plano da causa numa análise é a questão de como apreender, pinçar, aferir algo que é efetivo, que tem poder causal, mas não é dado como uma positividade alcançável. Trata-se de cernir uma efetividade que é, ao mesmo tempo, “indemonstrável” e evidente para ele, em razão de sua prática clínica. Mas de uma evidência que se coloca numa relação direta com o dizer do paciente – o que torna impossível apreendê-la de maneira unívoca⁵⁰.

Freud sabia que não se podia conhecer mais que o princípio geral que rege a precipitação de uma formação do inconsciente. Pode-se, no máximo, conhecer os processos de condensação e deslocamento que atuam na formação dos sonhos, por exemplo, mas não se pode reduzir o sonho aos processos, nem evitá-los, nem classificá-los completamente. A noção de sobredeterminação, como se viu, é a expressão deste determinismo cuidadosamente limitado de Freud. Para além do determinismo e enfeixado por ele está o sujeito e seu movimento, seu aparecimento imprevisível. Em “Análise terminável e interminável”, é este imprevisível do sujeito que impede a demonstração. É o

⁴⁸ Quem o aponta é Fernandes, F. L. (1997b).

⁴⁹ Como se vê, Freud já interditava ele mesmo toda tentativa de apreensão positivista da psicanálise.

sujeito que funda o indecidível de toda situação analítica. O dispositivo analítico, como o nome está dizendo, só pode dispor certas condições, um contorno, mas em última instância, o desenrolar de uma análise está situado do lado do sujeito e daquilo que o causa.

Assim, este “indemonstrável” a que Freud chega não é simplesmente uma negação. Através disso que aparentemente é uma negação (um não se pode demonstrar), Freud, a tirar pela tese das Grandezas Negativas de Kant, produz uma afirmativa negativa. Esta designa mais que uma privação simplesmente, ela designa uma situação positiva que, no entanto, resiste a qualquer tentativa de demonstração positiva⁵¹. Se o tomamos do ponto de vista da problemática da causa, este “indemonstrável” é mesmo a contribuição positiva deste texto. O que ele assinala é o sujeito e sua causação indecidível.

Freud, que não era filósofo, não dispunha, portanto, nem da saída céptica de Hume, nem da possibilidade kantiana de erigir uma catedral em torno da causa recuada ao plano do conhecimento e da moral, deixou este indemonstrável apostado sobre a causa. A meu ver, a maior contribuição de Freud à discussão sobre a causalidade.

⁵⁰ Voltarei, nos próximos capítulos, ao sujeito como efeito da fala e ao dizer como a dimensão onde se pode apreender a eficácia da causa no plano do sujeito.

⁵¹ Fernandes, F.L. falando deste tipo de enunciado de Freud (como, por ex., a idéia de que o inconsciente é atemporal – questão que é a estudada em seu artigo) indica que este é o caso do próprio vocábulo inconsciente (Fernandes, F.L. 1997b p. 34).

Sansão em cadeias

O efeito da linguagem é a causa introduzida no sujeito.
(Lacan, J. 1964b p. 849).

Encontra-se, disperso pela obra e o ensino de Lacan, todo um programa de trabalho em torno do problema da causa, sugerido reiteradamente ao psicanalista. Verdadeira epopéia que consumiria o esforço de uma vida excepcional para realizar-se, a tirar pelos votos e indicações de Lacan, tal programa estende-se desde “contribuir para acabar com a discordância das quatro causas em Aristóteles” (por mostrar que a retroação do significante é a “única e verdadeira causa primeira”)¹, até o desafio que consiste em “instaurar uma nova Crítica da Razão”², a partir do aparecimento do objeto *a* no lugar da causa.

Ele mesmo, Lacan, freqüentemente aventura, a seu modo muito particular, uma incursão pontual no oceano de questões sobre a causalidade. Vôo de gaivota, ele arremete certo, à cata do peixe determinado que lhe mata a fome; cruzando em raio a distância que separa a psicanálise de diversos campos e emerge logo depois, com a presa (peixe, conceito ou pensamento) se debatendo no retalho do bico. Mantendo-se em adjacência e tendendo à perpendicularidade nestas imersões, agudas e breves, por relação à subversão da causa que ele visa, Lacan dá a impressão de que tal programa, impossível de cumprir, vale mais como legado a transmitir, como provocação que deixa, no espírito, a suspeita de que há, em torno da noção de causa, por um reviramento

¹ Lacan, J. (1964b p. 853).

do que seria a sua função, um ponto essencial para a constituição do discurso analítico.

Em “A ciência e a verdade”, ele situa a relação do psicanalista com a causa:

A verdade como causa. Irão vocês psicanalistas, recusar-se a assumir sua questão, quando foi a partir disso que se alçou sua carreira? Se existem praticantes para quem a verdade como tal supostamente age, não são vocês? (J.Lacan, 1966 p. 883).

A direção é clara. A verdade opera. Quando se trata do sujeito ela é decisiva. O lugar do psicanalista é dado pela função de causa da verdade do sujeito e a razão de sua práxis diz respeito a enfrentar a questão colocada pelo retorno da verdade como causa no campo do sujeito³ – questão só equacionável pelo ato no plano da ética.

Esta inflexão ética, ligada à prática psicanalítica, que se encontra no horizonte das indicações de Lacan sobre a causa, delimita a direção da retomada que faço, neste trabalho, da noção de causa - conceito complexo e central que atravessa toda a obra e o ensino de Lacan -, guiada pela conjunção inconsciente/linguagem que funda este ensino.

Nos capítulos que se seguem busco, primeiramente, mostrar que a questão da causa na teoria de Lacan é inseparável de sua problematização da linguagem; e, além disso, acompanhar o deslocamento de ênfase que se verifica, na passagem de uma causalidade identificada à estrutura significante, até a causa concebida como resto dessa operação significante – resto que diz respeito ao sujeito como parte perdida de si, que Lacan formula como objeto *a* (“parte sem relação com o todo”). Finalmente, meu objetivo é cingir a formalização da

² Lacan, J. (1963 p. 786).

³ Souza, N.S. (1996 p. 73).

causa como hiância, da causa como distinta da lei, conceito impossível de ser racionalizado, buraco que se encontra como produto da tentativa de apreensão do real da relação de causalidade pela razão, agindo no campo do sujeito.

Sem desconsiderar o corte, a descontinuidade, a passagem de nível (como se diz das represas) que existe entre as formulações de Freud e as de Lacan e sem desconhecer que, de Freud a Lacan, há um salto que supõe a história e a criação de toda uma outra estrutura para cernir o inconsciente, a tentativa, nesta retomada, será isolar e indicar em que uma concepção da causa como conceito-limite - a que se pode chegar com os aportes trazidos por Lacan - permite que se reformule, noutra patamar (outro registro, constituído por outros recursos), os impasses de Freud com a causa.

Apreender a contribuição de Lacan para a discussão desta problemática, no entanto, é uma tarefa de monta e ademais dificultada pelo estilo de Lacan, que, como ele mesmo diz, dirige-se àqueles que “não são os que estão fazendo primeira comunhão”⁴. Ler Lacan funciona um pouco como o latim, o idioma. Pode-se conhecê-lo perfeitamente, decifrar cada palavra isoladamente e ainda assim enfrentar um bom número de horas difíceis diante de uma frase ou parágrafo do qual se quer dominar o sentido⁵. A meu ver, a originalidade e a conseqüente dificuldade que seu estilo nos impõe não se situa em seus termos - estes, aliás, são os primeiros a serem difundidos e repetidos até o cansaço. A questão é que os enunciados de Lacan são - como ele diz também de Hegel - propícios a dizer sempre Outra coisa⁶. Outra coisa que conserva seu efeito de contrariar as evidências e nos fazer experimentar o engodo implícito em toda tentativa de identificação, de apego aos confortos conhecidos. Embora utilize as

⁴ Lacan, J. (1964b p. 850): “Todo discurso tem o direito de se considerar por este efeito [o sujeito] irresponsável. Todo discurso exceto o daquele que ensina, quando ele se dirige a psicanalistas. Pois aqueles que nos vêm ouvir não são aqueles que estão fazendo primeira comunhão [...]”.

⁵ Quem sugere esta observação sobre o latim é Rónai, P. (1975 p.59-60).

mesmas palavras que todo mundo (só existem elas), Lacan confere-lhes, pela maneira como as concatena, uma conotação ao mesmo tempo ambígua e afiada, tendendo à evanescência dos sentidos, de súbito privados de seus automatismos ordinários. Por outro lado, o estilo - e a apresentação que se faz dele neste contexto privilegia esta posição - se ilumina ao se considerar o uso que Lacan faz dos conceitos que ele importa para o campo analítico - como é especialmente notável no caso do conceito de causa, objeto de controvérsia tão longa e variada atravessando diferentes campos.

Neste ponto, é possível verificar -- e talvez isso sirva para especificar mais um pouco a direção da abordagem que aqui se realiza -- que a tematização da noção de causa em Lacan não tem relação com uma possível justificação científica da psicanálise, mas sim com o que se trata de apresentar, de formular, de operar com (e sobre) o discurso psicanalítico. O que busco é estudar como o lugar central conferido à noção de causa funciona neste sentido.

Mola-mestra

Num de seus artigos mais importantes, elaborado em 1960 para o Colóquio Filosófico Internacional de Royamont sobre a dialética⁷, Lacan formaliza o que ele chama a "Subversão do Sujeito" diante da "Dialética do Desejo": sendo a relação do sujeito com o desejo sobredeterminada, uma "relação oblíqua"⁸, formula Lacan, "separa o sujeito do sexo", determinando a falta de saber que constitui no sexo uma "fronteira sensível entre a verdade e o

⁶ Lacan, J. (1964b) p. 851.

⁷ Publicado posteriormente na compilação de seus *Escritos* (1966), com o título "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano". (Lacan, J. 1960).

⁸ Lacan, J. (1960 p. 813) "relação de través, *skew*" -- em inglês no original.

saber”⁹. É esta falta de saber que o Complexo de Édipo - considerado por Lacan “um mito de Freud” - articula. Porém, o que o Édipo enfeixa não é um mito e sim algo que Freud formulou no mesmo golpe: o complexo de castração – “mola mestra”, segundo Lacan, da subversão do sujeito no bojo da dialética do desejo¹⁰.

O que caracteriza o ensino de Lacan é reordenar o campo da psicanálise a partir desta “mola mestra”. No mesmo giro, Lacan mostra que a castração, embora seja um efeito inexorável da linguagem, é propriamente desconhecida sem Freud, que é quem finalmente a introduz na estrutura sob a forma de complexo constituinte da formação do desejo. Longe de ser um “complexo” no sentido de uma patologia, o que a castração designa - e que não pode “ser ignorado por nenhum pensamento sobre o sujeito” – é a operação real introduzida pela incidência do significante na relação ao sexo¹¹.

Desta operação, resulta uma incompletude – no sentido matemático¹² e nos outros - determinada pela linguagem que, em seu efeito de significação, “não é jamais senão lateral ao referente”. Referida ao sistema simbólico, mas refletindo-se no campo do sujeito constituído por este, tal incompletude, se não é articulada, condena o discurso a ser vão, aprisionado num engano (a ilusão de completude ou por outro lado, de uma relação direta com o referente) que, apesar de imaginário, produz efeitos no real. Especialmente para a psicanálise, obscurecer a incidência e a centralidade da castração (incompletude simbólica) na condição do sujeito seria perder a força. Numa metáfora muito expressiva, Lacan diagnostica e retrata:

⁹ Ibid. p. 811.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Lacan, J. (1969-60) p. 121.

¹² Ligado à condição de uma dada axiomática que não contém todas as proposições que dela podem ser derivadas. Cf. Boyer, C. (1985).

Eis porque este grande corpo [a psicanálise] muito parecido com um Sansão, fica reduzido a girar a mó para os filisteus da psicologia geral (Lacan, J. 1960 p. 835).

A bela imagem de Sansão girando a mó dá idéia do risco que corre o discurso psicanalítico em sua precariedade. O que a psicanálise tem a apresentar, é algo que, justamente pelo fato de o complexo de castração ser estrutural¹³ no sujeito, esquivava-se e constitui a margem que todo pensamento ao mesmo tempo enseja e evita, salta, contorna – quando quer ser todo “círculo dialético ou matemático”¹⁴.

É uma aporia. Sob pena de anular-se, perder sua razão de ser (e girar a mó para os filisteus), a psicanálise deve reintroduzir no domínio do pensamento justamente o inconsciente, a castração. No entanto, por ser hostil à suposição de representação que nos é inerente, o que funda o campo psicanalítico furta-se - numa efetividade que é correlata do próprio modo de o inconsciente ser (operar), como não-ser. Para formular o inconsciente, a psicanálise tem que articular uma negatividade¹⁵ - falar de algo que é presença, mas não é localizável nas coordenadas usuais de tempo e espaço. E fazê-lo sem cair na metafísica, no ocultismo.

Por isso, Lacan vai empenhar-se em levar quem o segue “até os lugares onde a lógica é perturbada”¹⁶. Não, ele precisa, pelo prazer dos paradoxos, nem tampouco por afirmar, conformista e indiferentemente, alguma pretensa crise do pensamento, mas sim pelas necessidades próprias colocadas pelo que se trata de articular quanto à experiência psicanalítica, um esforço, diz ele, deliberado para “conduzir à hiância que apontam”...

¹³ Termo que Lacan emprega para o que se impõe em consequência da linguagem.

¹⁴ Lacan, J. (1960 p. 811).

¹⁵ Sobre isto Cf. Fernandes, F.L. (1999).

¹⁶ E ele completa: “pela desencadeada disjunção entre imaginário e simbólico” Lacan, J. (1960 p. 811).

Como acontece com o fantasma da causa que perseguimos [...] pela alternância entre o semelhante e o dessemelhante. (Lacan, J. 1960 p. 811).

Lacan refere-se à causa, nesta direção, como o território a partir do qual se pode forjar “o método de uma espécie de cálculo”- cujo segredo, ele acrescenta, é revelado pela inadequação¹⁷.

É uma passagem significativa. Com ela, Lacan homenageia toda a insistência com a causa – que ele chama “a certeza de Freud”¹⁸ –, confirmando que aí se encontra o hiato que a psicanálise deve reintroduzir como presença efetiva e inexorável no pensamento. Mais que isso, aponta uma possível saída para o impasse de Freud, na medida em que aponta para o fato de que este hiato possa ser retomado no registro do cálculo, mas, virando a mesa, especifica que o cálculo de que se trata aí o que o caracteriza (o seu segredo) é uma inadequação.

Eis aí um ponto crucial. A passagem situa a causa entre castração e inadequação, implicando a incidência da noção de causa no texto de Lacan, que extrapola o penoso desarranjo na ordem da representação experimentado por Freud ao tentar apreender a causa. O aspecto mais notável¹⁹ da retomada da noção de causa em Lacan não é tanto a reversão das propriedades usuais de tempo e espaço, ou de identidade e contradição, envolvidos na causalidade inconsciente – fatores que o texto de Freud faz sentir de modo inigualável. Não se reduz esta incidência à inversão do vetor do tempo ou à confusão do enredo que enlaça causa e efeito no campo do sujeito. Sua verdadeira contundência,

¹⁷ Ibid.

¹⁸ No Seminário XI, Lacan fala de colocar, “no núcleo da estrutura, a hiância causal [...] na direção da certeza de Freud”. Cf. Lacan, J. (1964a) p. 49.

¹⁹ Na verdade, considerando a realidade prática, diria mesmo que não se perdoa o uso do termo em Lacan – ele irrita e exaspera tanto aqueles que não têm o termo em boa reputação quanto os que o tomam por sagrado e científico e cada um de nós toma um

parece-me, localiza-se numa tensão que a noção de causa no texto de Lacan estabelece e atualiza, entre duas dimensões – linguagem e real – que não se traduzem inteiramente uma na outra. Embora se imiscuam, interfiram uma na outra e se traduzam parcialmente, neste não traduzir-se integralmente da causa no discurso reside a incidência da causa para o sujeito.

Se a castração designa o real do sexo e a incompletude simbólica, a inadequação aí refere-se a algo que provém da operação do discurso, resultante do fato de que só dispomos do discurso para ordenar o real, que não se adequa. A inadequação do real evoca o resto (como o resto da divisão matemática) que é deixado pela operação sempre incompleta da linguagem; e que, por não se depositar mais, para nós, no transcendente²⁰, surge como falta e deve ser ordenada pela via do discurso. Este resto do qual padece o sujeito - seja lá o que for nosso pequeno apego - constitui a ordem do sexual, com o qual temos esta relação indireta (nem imediata nem tampouco mediada pelo saber - e no entanto efetiva - “fronteira sensível que separa o campo da verdade do campo do saber”). Pois bem, mostra Lacan, num giro atordoante: a causa está nisto – algo se subtrai no ato de correlacionar pela via do discurso, demanda e objeto sexual (Lacan diz “semelhante e dessemelhante”). A partir daí, o equacionamento desta defasagem, que é a causa do desejo - entre o semelhante e dessemelhante da oferta e da demanda -, fica marcada por um corte. Descontinuidade que a psicanálise formula como inadequação do objeto, em relação estreita com a pulsão, como exigência de um objeto que seria o adequado²¹.

pouco alguma dessas dores às vezes (ao longo destes anos envolvida com o tema, pude presenciá-lo muitas vezes).

²⁰ A “falha introduzida pelo discurso científico”, como o coloca Lacan (1972-73 p. 118), nos obriga à perda do cosmos, do saber suposto na origem e determina que o descompasso, o fracasso do discurso não se deposite mais no domínio do transcendente. Agora que perdemos pela introdução da ciência nosso “lugar natural”, devemos ordenar o mundo pela via da linguagem e dos laços sociais.

²¹ Este movimento da teoria de Lacan é indicado e descrito por Fernandes, F.L. (1997b).

E justamente Lacan trata, com a causa, de interditar a síntese, a totalização do discurso, o idealismo e situar a questão subjetiva em termos do ato, da contingência, da descontinuidade, do desejo.

A causalidade, o que ela articula como hiância é o encontro destrambelhado da linguagem com o real, onde algo que necessariamente não se inscreve, age. Trata-se, portanto, de um ponto em que algo do real advém no simbólico – mais precisamente, nos impasses do simbólico. Lacan descreve, na trilha aberta por Kant com as “Grandezas negativas”²², esta abertura (hiância infinita e radical) que a causa impõe, como uma negatividade real – advinda da junção do simbólico com o real²³ -, sem a qual o que é próprio da psicanálise não pode passar ao âmbito do conceito. Voltarei a isto adiante, por ora é preciso ressaltar daí a característica, a meu ver a mais notável, da tomada que Lacan faz sobre a noção de causa.

Lacan privilegia na causa seu aspecto de “abertura” (introduzido por Kant e Hume). “Alternância entre o semelhante e o dessemelhante” – por aí se vê que a causa é tomada nesta direção, como descontinuidade irreduzível. Porém, abertura em Lacan não é clareira, amplo espaço aberto à nadificação. É corte, afeta-nos.

Comentando, em “De um desígnio” (1965-66), a disciplina que o efeito de verdade inconsciente que se desvela do inconsciente e no sintoma exige do saber – “uma disciplina inflexível para seguir seu contorno no sentido inverso ao das intuições” – referindo-se explicitamente à solução da filosofia crítica, alerta:

²² Cf. capítulo 1 deste trabalho.

²³ Cf. Lacan, J. (1953b p. 311). “[...] É nessa negatividade, na medida em que ela é pura, isto é, desvinculada de qualquer motivo particular, que reside a junção entre o simbólico e o real”.

Daí [do inconsciente] resulta a presentificação necessária de um furo que já não deve mais ser situado no transcendental do conhecimento – [...] para ser transposto por um recuo – mas num lugar mais próximo, que nos pressiona a esquecê-lo. (Lacan, J. 1965-66 p. 367-8).

Lacan portanto recusa a solução kantiana (situar o furo da causa no transcendental do conhecimento), mas reconhece que este furo nos pressiona no sentido de um esquecimento (transposição, refutação, recalçamento). Ao mesmo tempo em que formula a causa em termos de um corte no simbólico, rotura no tempo, no pensamento, no discurso, o que Lacan enfatiza e insiste em apontar e apreender é o que neste corte afeta o sujeito.

De um lado, isso tira a causalidade do domínio ontológico – apreender a causa por relação ao sujeito²⁴ conduz à afirmação de que a causalidade não existe em si e só pode ser definida no jogo simbólico. Como ele deixa claro em seu comentário célebre do conto de Poe, “A carta roubada”, o qual dedica a mostrar que os lugares que o sujeito assume é que determinam sua identidade (que nem preexiste nem é fixada de uma vez por todas):

o que o conto da carta roubada significa é que o destino ou a causalidade não é nada que se possa definir em função da existência. (Lacan, J. 1954-55 p. 247).

Por outro lado, em inúmeras passagens como se verá, afronta e complementa essa operação de desontologização da causa com uma verdadeira reviravolta que situa a causa como a perda resultante do corte significativo que incide no corpo²⁵ do sujeito constituindo-o. É por esta reviravolta que a causa,

²⁴ O sujeito em Lacan, como se verá, é real mas não é ente, é anti-ontológico e deve ser ele próprio pensado a partir do jogo simbólico – registro que, por sua vez, opera sem nenhuma causalidade necessária. Cf. Lacan, J. (1954-55 p. 245).

²⁵ Esta reviravolta é objeto do próximo capítulo, mas desde já posso adiantar que em Lacan convivem uma total suspensão do plano ontológico – que se dá em articulação com a

que é corte na esfera simbólica, revela-se também, justamente, o que (a causa) engendra o desejo. Vejamos como chega a isto.

Intervenção

Lacan inicia seu ensino, em 1953, ressaltando que a psicanálise é uma prática de linguagem. Sua proclamação máxima “o inconsciente está estruturado como uma linguagem”, mais que uma redefinição é uma verdadeira intervenção que relança o curso do movimento de teorização da psicanálise na direção contemporânea de uma problematização da linguagem.

Para esta intervenção, Lacan vai buscar os recursos não no que se fazia na psicanálise da época, mas sim numa aliança com a lingüística estrutural, a antropologia e a matemática²⁶. Vejamos, neste contexto, alguns elementos do dizer de Lacan com relação à linguagem, elementos mínimos para que se possa apreender e avaliar os fundamentos e o alcance de sua retomada e conceituação da causa – elementos aqui apenas apontados, já que não parece cabível, neste contexto, analisar detidamente as relações de Lacan com a lingüística²⁷, e nem é meu intuito examinar as minuciosas e complexas interações de seu pensamento com as questões e ciências da linguagem e das matemáticas.

definição de um real que é puro negativo, exterioridade radical ao simbólico – e aquilo que se oferece imaginariamente como positividade (o corpo, o sexo) que apenas recobrem esta negatividade e onde na verdade esta negatividade aparece por não se inscrever (Cf. no próximo capítulo a descrição de Lacan dos objetos da pulsão como negatividades que se definem no corpo – “o seio como perdido”, a cessão dos excrementos, etc.).

²⁶ A idéia da incursão de Lacan pela linguagem vista como intervenção, do simbólico como um operador que reenvia a diferença estão em Fernandes, F. L. (1997a).

²⁷ Sobre isto Cf. Milner, J.C. (1975 e 1995).

Fiquemos, portanto, com a intervenção de Lacan sobre a teorização psicanalítica e o que ela visa em primeiro plano – que é sustar a passagem, rápida demais, que era feita do dado imediato e discursivo das sessões à compreensão psicológica baseada numa suposta objetividade do psiquismo²⁸.

Esta intervenção consiste, sobretudo neste momento, em resituar o simbólico como um operador irrevogável. Definido por Lacan como um dos registros da experiência discursiva (dizendo respeito à materialidade significante) que coexiste com os outros dois registros – que são o imaginário (dizendo respeito a um além engendrado pela linguagem como imagem, significação) e o real (entendido não como positividade, entidade empírica, mas como o aquém que, articulado no interior mesmo do movimento discursivo, lhe escapa e resiste à sua tomada na significação e na representação) – o simbólico é, pois, na psicanálise e desde sempre, um operador. Ele intervém no discurso – e não apenas o constitui docilmente.

Essa é a experiência da psicanálise: remeter a fala ao registro simbólico – em lugar de mirar nela a significação – reenvia-a a ela mesma como diferença. Esta simples intervenção, que caracteriza o trato do analista, é capaz de operar todo um descentramento do discurso, pela diferença que assim se coloca – bem como provocar um deslocamento do sujeito, que aí se articula, inesperadamente, como efeito²⁹.

Por esta incidência, o registro simbólico não apenas permite isolar o hiato característico da causa, como cria o hiato – o corte, diz Lacan –, a partir do qual se alternam, para ficarmos nos termos já introduzidos, o semelhante e o dessemelhante.

²⁸ Fernandes, F.L. (1997a).

²⁹ Voltarei a isto adiante, mas posso avançar que o sujeito para Lacan é o efeito, que aparece no discurso (entendido como laço social) de uma intervenção do (e no) simbólico. É do advento de um significante para um infans que pode vir um sujeito responder por esta incidência significante.

Aí está um marco essencial. A operação lacaniana de remeter o inconsciente ao simbólico não se confunde com um tipo de problematização da linguagem em que a chamada é à reflexão sobre a língua ou à prática discursiva como *médium*. Não se trata de uma análise especulativa sobre os fundamentos da subjetividade na linguagem e sim da ocasião de um encontro, de um embate com o que o próprio discurso articula e que diz respeito a um sujeito insuspeitado (inconsciente) e à sua posição na existência. Este encontro inusitado é que é o inconsciente (não o conjunto de conteúdos mais ou menos escabrosos que todos nós podemos engendrar). Eis como Lacan o formula:

O inconsciente, a partir de Freud, é uma cadeia de significantes que em algum lugar (numa outra cena, escreve ele) se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo [...]. (Lacan, J. 1960 p. 813).

O que importa, então, à psicanálise na fala, portanto, não é da ordem da confissão e seus efeitos liberadores. O efeito analítico obtido do discurso do sujeito não se passa na esfera dos significados intencionados, ele advém do que, neste próprio discurso, se articula e se diz à revelia de qualquer intencionalidade. O que quer que o paciente possa dizer de algo que ele oculta e retém não se compara ao efeito de descentramento e deslocamento que pode ocorrer a partir do relato de um sonho ou de um ato falho, sob transferência.

Como se observa na definição de Lacan, não é o sentido e seu esclarecimento e sim o significante (até o ponto de sua materialidade – fônica, por ex.) - e o corte que ele enseja no discurso que têm incidência causal.

Ocorre que o sujeito vá à análise, fale de um tema qualquer – pode ser o seu dia, sua vida ou algo trivial como os artigos vendidos na feira – e de repente tope, em meio a este discurso, que no plano da intencionalidade pode ser banal, com algo central sobre ele, sobre a posição em que ele se mantém no discurso

(vale dizer, diante da vida, do outro, da lei). Algo, enfim, que é decisivo no modo como as coisas se dispõem para ele. O que acontece, então, não é em absoluto uma liberação, é o abismo. Precipício que separa o lugar onde ele se vê e aquele onde está (o lugar que ele ocupa no discurso); e ainda aquele onde ele quer, deve chegar. Diante deste abismo, é isto o que Lacan precisa fazer notar, o sujeito se divide, se estilhaça. A partir deste ponto, é a angústia – ou ele recalca (é o sintoma cosendo a boca da hiância da causa³⁰), ou então é o salto: o desejo, o ato. Passo subjetivo que implica identificar-se com este estranho que habita nosso discurso, comprometer-se com o que ele sinaliza, advir como sujeito responsável ali onde está o Isso³¹.

Em qualquer alternativa, de qualquer modo, o sujeito é efeito articulado por esta intervenção do simbólico - e não algum si que se definiria pela categoria de indivíduo. Para falar do corte que articula um sujeito, a dimensão psicológica (o si) não basta e, por isto, Lacan o situa por relação à linguagem. Mas o faz executando uma operação tal que deixa como resto, insistentemente indicado, algo que não se articula, que é irreduzível ao significante, mas que não se aborda senão pela linguagem – a dimensão da causa. Causa e linguagem que se repelem no plano do conhecimento são inseparáveis no plano do sujeito.

O efeito da linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por este efeito ele não é causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real. (Lacan, J. 1964b p. 849).

³⁰ Cf. Lacan, J. (1964a p. 27).

³¹ Refiro-me, é claro, ao imperativo ético *Wo Es war soll Ich werden*, introduzido por Freud. Naturalmente essa alternativa não é simples, a clínica demonstra cabalmente as infundáveis voltas que o sujeito dá para evitá-la. Entre as evitações defensivas que

Saussure com Freud

A incursão de Lacan pela lingüística é seletiva e apoiada, como ele próprio admite e reivindica, sobre um “fundo de diferença, marcação de distância”. Trata-se de uma leitura freudiana do lingüístico, cuja principal marca está na inversão que ele faz do algoritmo que se poderia atribuir a Saussure, o qual Lacan formaliza como S/s – onde S é o significante e s o significado (em lugar do s/S implicado nas formulações de Saussure). Esta inversão ressalta a barra que separa radicalmente o significante do significado (“como duas ordens distintas e cortadas por uma barreira resistente à significação”³²) e consiste em colocar o significante acima da barra, de modo a ressaltar uma prevalência do significante, sua anterioridade com relação ao significado.

A análise veio nos anunciar que há saber que não se sabe, um saber que se baseia no significante como tal. Um sonho, isso não introduz a nenhuma experiência insondável, a nenhuma mística, isso se lê do que dele se diz e ao tomar seus equívocos no sentido mais anagramático. [...] É aí que Saussure espera por Freud. (Lacan, J. 1972-73 p. 129).

É com Saussure que Lacan isola o significante, sobretudo a partir do capítulo sobre o valor do signo no *Curso de Lingüística Geral* (1916)³³, onde se estabelece que na língua só existem diferenças, sem termos positivos, o que, de acordo com Lacan, implica uma concepção do significante como traço ou, mais radicalmente, como corte. Nos termos do Curso...

organizamos contra esta escolha não volitiva estão as duas outras saídas que Lacan identificou em seu Seminário de 62-63 como “passagem ao ato” e “acting-out”.

³² Cf. Lacan, J. (1957 p. 500).

³³ Cf. Saussure (1916) 2ª parte, cap. IV § 4.

[...] a língua não comporta nem idéias nem sons preexistentes ao sistema lingüístico, mas somente diferenças [...] resultantes deste sistema. O que haja de idéia ou matéria fônica num signo importa menos do que o que existe ao redor dele nos outros signos. (Saussure, F. 1916 p. 139).

Todavia, se isola o significante com Saussure, é somente a partir de Freud que Lacan pode reconhecer seu alcance. No escrito de 1958, chamado "A significação do falo", Lacan comenta o paradoxo da posição de Freud – "melhor guiado que qualquer um em seu reconhecimento dos fenômenos inconscientes, ordem de que foi inventor" – e ao mesmo tempo em falta dos recursos para uma articulação suficiente da natureza destes fenômenos. A partir do reconhecimento desta aporia que foi a de Freud, Lacan promove, como necessária a toda articulação do fenômeno analítico, a noção de significante ("como oposta a de significado na lingüística moderna") - nascida depois de Freud e com a qual ele não podia contar. O que o levou, afirma Lacan, a ter que antecipá-la "partindo de um campo onde não era possível esperar que se reconhecesse seu domínio"³⁴. Porém, Lacan não fica apenas nesta tese de que há em Freud uma antecipação de Saussure e da lingüística moderna (que ele identifica também a Jakobson). Invertendo a ordem esperada das coisas, afirma que a própria descoberta de Saussure tem que "aguardar por Freud" para ter relevância. Pois, "na medida em que não só o homem fala, mas em que no homem, isso fala", escreve Lacan,

É a descoberta de Freud que confere à oposição entre significante e significado o alcance efetivo em que convém entendê-la, ou seja, que o significante tem função ativa na determinação dos efeitos em que o significável aparece como sofrendo sua marca, tornando-se, através dessa paixão, significado. Essa paixão do significante, por conseguinte, torna-se uma nova dimensão da condição humana. (Lacan, J. 1958 p. 695).

Trata-se, então, não somente do significante, mas da relação do significante com a (dimensão da) condição humana. O que está em jogo então no privilégio dado ao significante é uma dimensão que existindo no discurso suplanta, entretanto, as discussões sobre o sentido e a significação – Lacan a identificará à causa (paixão do significante), como dimensão que não tem lugar numa apreensão meramente lingüística ou hermenêutica dos fenômenos de linguagem.

A causa que Freud perseguira na forma do trauma é retomada à luz da estrutura da linguagem. “A estrutura significante é a causa (excêntrica) da significação” formula Lacan - trata-se de tornar visível um certo descentramento inerente ao campo da significação, descentramento que Lacan põe na base da operação do inconsciente³⁵.

À semelhança do significante, a linguagem tampouco é tomada apenas no nível do código, da combinatória infinita da língua. Com Lacan ela é também um tesouro – “tesouro dos significantes”, único bem comum recebido pelo homem ao nascer³⁶ – e um campo, designado do Outro – “lugar evocado pelo próprio recurso à palavra”³⁷ -, onde o sujeito emerge e de onde recebe, sob forma invertida, a mensagem que o constitui no processo a que Freud denominou sobre-determinação inconsciente³⁸.

Por sua vez, o falante não é para Lacan o simples usuário do código e sim um sujeito - ele mesmo efeito de discurso, falado antes de falar.

³⁴ Lacan, J. (1958 p. 695).

³⁵ A significação não sendo aí senão efeito, experiência imaginária do sentido, caracterizada pela alienação em relação à causa determinante (o mecanismo formal do significante) - como é também próprio do trauma em Freud.

³⁶ Rey, P. (1989 p. 37).

³⁷ Lacan, J. (1958 p. 696).

³⁸ Lacan refere-se inúmeras vezes a isto e em diversas passagens a coisa é ilustrada por frases declarativas como “tu és o meu mestre”, pela qual o sujeito vem a localizar-se e, portanto, constituir-se como tal ou tal (no caso deste exemplo, como discípulo).

O jogo do símbolo apresenta e organiza, em si mesmo, independente das particularidades do seu suporte humano, este algo que se chama um sujeito. O sujeito humano não fomenta este jogo, ele toma nele seu lugar e desempenha aí o papel dos pequenos mais e dos pequenos menos [do jogo de sucessão]. Ele próprio é um elemento nessa cadeia que, logo que é desenrolada, se organiza segundo leis Lacan, J. 1954-55 p. 242-3.

Sujeito ao significante

Na concepção de Lacan, o sujeito está sempre em diversos planos preso por redes que se entrecruzam. Com o sujeito, portanto, não se fala. “Isso fala dele e é aí que ele se apreende”, diz Lacan. E tão mais forçosamente pelo fato de que “antes, de desaparecer como sujeito sob o significante [que o representa], ele não é absolutamente nada”.

Seu lugar no discurso não coincide necessariamente com o sujeito do enunciado³⁹. Encoberto de ordinário pelos significantes que se desenrolam na cadeia de demandas que emoldura nossa vida, o sujeito não se encontra no sentido que a cadeia forja, mas freqüentemente no equívoco, na falha que se articula na cadeia. O lugar do sujeito é o precipício, a hiância que se cria entre um significante e outro. E, portanto, é a partir do conceito de significante que se estabelece o estatuto do sujeito em Lacan:

É ali [no Outro] que o sujeito, por uma anterioridade lógica a qualquer despertar do significado, encontra seu lugar significante. A descoberta do que ele articula nesse lugar [...] permite-nos apreender ao preço de que fenda (Spaltung) ele se constituiu. (Lacan, J. 1958 p. 696).

³⁹ O eu do enunciado (que Lacan chama *moi* aproximado do *das Ich* freudiano) é um produto representacional, imaginário, configurado a partir de um sujeito da enunciação (o *Ich* freudiano e para o qual Lacan reserva o pronome *Je*).

Fora do significante ele não é nada, mas este nada que ele é efetivamente se sustenta por seu advento enquanto apelo, feito desde sempre e necessariamente - no campo do Outro - ao segundo significante⁴⁰. Daí a célebre definição - "O significante é o que representa o sujeito para outro significante" - através da qual, jogando com a tautologia, Lacan apresenta a condição do sujeito inconsciente: toda prevalência aí é dada ao significante e o sujeito resta como o inominável, no meio do que Lacan denomina a "bateria mínima" de dois significantes (os chamados S_1 e S_2).

Porém, malgrado o fato de surgir já imerso, desde sempre, na linguagem, de onde advém para responder à incidência significante, ainda assim o sujeito é responsável; chamado a dizer de si.

O homem não é aqui [na linguagem] senhor em sua casa. Há algo no que ele se integra e que já reina por meio de suas combinações. [...] O homem se acha metido, seu ser todo, na procissão dos números, que se distingue das representações imaginárias. É no meio disto que algo do homem tem de fazer-se reconhecer. (Lacan, J. 1954-55 p. 383).

É, pois, ambíguo, o estatuto do sujeito. Na atualidade de sua manifestação, o sujeito é um corte na identidade e nesse nível ele se identifica à causa, já que aparece no limite da representação, nos atos desarrazoados que botam a perder as coordenadas do ideal, os ordenamentos bem calculados da adequação. Sujeito, a rigor, "sem subjetividade" - ele é falha, tropeço, seja o engano ordinário de um lapso, seja a escolha ou ato causador de um desastre -,

⁴⁰ Trata-se do apelo que todo significante faz, do fato de existir, a outro significante, já que o significante se coloca sempre por oposição a outro significante.

não pode ser apreendido nem como consciência de si, e nem tampouco no nível mais elementar do organismo, do corpo⁴¹.

Preso de uma subjetividade que o compele a buscar no campo do Outro os significantes para *ex-sistir*⁴², o sujeito de Lacan não é o Sisifo preservado, da tradição filosófica, nobremente envolvido com Deuses e castigos. É Sansão, cego, às voltas com uma operação que gira em torno de sua máxima intimidade (pois os significantes que escolhe para *ex-sistir* constituem a questão singular que estará em jogo para ele) e ao mesmo tempo diz respeito à exterioridade, à alteridade mais radical (já que estas marcas lhe vêm do Outro, seu antípoda⁴³ inseparável).

Conferir esta prioridade ao significante por relação ao sujeito é para nós levar em conta a experiência que Freud nos descortinou, a de que o significante joga e ganha, por assim dizer, antes que o sujeito constate isso, a ponto de no jogo do Witz, do chiste, ele surpreender o sujeito. Com seu flash, o que ele ilumina é a divisão entre o sujeito e ele mesmo. (Lacan, J. 1964b p. 854).

Prisioneiro e dotado de uma força extraordinária, única capaz de fazer cair as cadeias que o prendem, encontra-se Sansão irremediavelmente dividido - por só comparecer representado pelos significantes que não lhe dizem todo (pelo contrário, é o sujeito que se submete aos significantes que já estavam aí, que o antecedem no campo do Outro).

Comparo-o ao Sansão da imagem de Lacan, para evocar o que o próprio Lacan afirma - a saber, que não há nesta promoção da relação do homem com o

⁴¹ Fernandes, F.L. (1997a).

⁴² Enfatizando o caráter não totalitário desta representação do sujeito pelo significante, que nunca é toda, nunca é constante, Lacan escreve como *ex-sistir* o modo de existência do sujeito no significante (o mesmo, aliás, que ele atribui à relação do real à linguagem).

⁴³ É importante lembrar que o Outro nem sujeito é. Lacan opõe justamente o campo do sujeito como *ex-sistindo* no/ao campo do Outro.

significante, nada que tenha relação com uma posição culturalista – “no sentido corrente do termo”. “Não se trata da relação do homem com a linguagem como fenômeno social”, precisa Lacan⁴⁴ já em 1958, trata-se da máquina, a engenhoca da linguagem funcionando, da linguagem como lei.

Trata-se de encontrar nas leis que regem essa outra cena (*eine andere Schauplatz*) [...] a do inconsciente, os efeitos que se descobrem no nível da cadeia [...] que constitui a linguagem. (Lacan, J. 1958 p. 696).

Portanto, o que importa a Lacan e à psicanálise no saber da ciência da língua é que este saber permite – como o coloca Lacan em 1964, no início de seu Seminário sobre *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* – introduzir, no “domínio da causa” real do inconsciente, “a lei do significante”⁴⁵ como forma de reabrir a hiância onde o inconsciente se fechara sobre sua mensagem, suturada pela psicologização⁴⁶.

Cadeias

No Seminário dos anos 55-56 intitulado *As Psicoses*, ocupando-se de formalizar o modo de funcionamento do significante, ou ao menos a incidência deste, seu jugo para o sujeito, Lacan iguala a causalidade à “cadeia de significantes” - cadeia que os significantes constituem, determinados pelas leis

⁴⁴ Lacan, J. (1958 p. 696).

⁴⁵ Lacan, J. (1964ap. 28).

⁴⁶ Lacan, J. (1964a p.p. 125-6).

da linguagem. A mesma que Lacan identifica ao inconsciente freudiano, ou “forma na qual o sujeito se insere no nível do seu ser”⁴⁷.

Aqui, a Lei do significante é concebida a partir das leis de sucessão elaboradas por Lacan em seu Seminário sobre “A Carta Roubada” (1955). Leis que determinam a produção de certas sucessões e interditam outras – e segundo as quais a cadeia repete, rememora, fixa, no sujeito, reprise, para cada um, certas combinações e sucessões possíveis e impossíveis.

Comentando, em 1956, a carta 52 de Freud a Fliess (1896e), na qual Freud lança sua hipótese de que a memória não é simples, é plural, múltipla e registrada sob diversas formas, Lacan mostra que há uma relação causal no momento em que o significante se ordena no inconsciente por relação ao significado. Retomando a definição de Freud sobre dois destes extratos da memória, ele destaca o primeiro registro que, para Freud, se dá ao nível da *Wahrnehmung* (percepção, onde as diferentes inscrições mnésicas se ordenam por associações de simultaneidade) – e que fornece, segundo Lacan, a condição para a entrada em vigor do regime do significante (“o nascimento do significante é a simultaneidade, e também sua existência é uma coexistência sincrônica”, afirma ele remetendo-se a Saussure que insiste nesse ponto⁴⁸).

Há, em seguida, a *Unbewusstsein* (um segundo registro de lembranças conceituais e disposto, diz Freud, por algo que deve ter relações com a causalidade⁴⁹), momento, diz Lacan, em que o significante, uma vez constituído, “se ordena por relação ao significado” – constituindo a cadeia que efetiva propriamente uma direção causal para o sujeito.

A associação livre como instrumento e, em última instância, a própria análise fundam-se nisto. A rememoração que realmente interessa numa análise -

⁴⁷ Lacan, J. (1955-56 p. 205).

⁴⁸ *ibid.* p. 207.

⁴⁹ Freud, S. (1896e p. 318). “disposto de acordo com outras relações, talvez causais”.

não a dos eventos que se sucedem numa vida, mas sim aquela do jogo simbólico, de possibilidades e impossibilidades, que rege o funcionamento do sujeito (jogo, como diz Lacan, que o significante joga no sujeito, antes que ele possa se dar conta) – comparece necessariamente aí, já que a associação, versando sobre não importa que assunto, tende à reedição dos significantes que ressoam em nível inconsciente para aquele sujeito.

É igualmente porque há uma causalidade que se funda na cadeia significante que a interpretação concerne, segundo a tese de Lacan, à causa do desejo. Freud já tinha observado que a psicanálise não poderia ater-se apenas ao sintoma tal como ele se manifestava – o fracasso dos procedimentos baseados na sugestão e catarse o tinham deixado claro e, em função disto, fala em “tratamento causal” a propósito da psicanálise⁵⁰. Porém, não podendo contentar-se com intervir no sintoma, Freud busca intervir em sua origem (infância, passado, cena traumática, etc.) – o que igualmente se assévera impossível, como visto.

Ora, conclui Lacan, o que se pode atingir com a interpretação é a causa – que está sempre aí, entre os significantes que constituem a cadeia do discurso do sujeito. A causa do desejo aí concebida como este significante sem sentido, este pequeno nada que encadeia um sintoma, uma repetição, a posição do sujeito. Dizer que a interpretação concerne à causa do desejo é dizer que ela opera ao enganchar este parasita do jogo simbólico que, entretanto, não se confunde com o sentido – o significante que, retirado, recortado da monotonia da cadeia que desfila seu autômaton, emerge como o *fora-do-sentido* (Lacan diz *hors-sense*) que governa a vida do sujeito. É por que se trata, na interpretação, de atingir a causa, Lacan recomenda:

⁵⁰ Freud, S. (1917 [1916-17]c).

Para que não seja vã nossa caçada, convém reduzir tudo à função de corte no discurso, sendo o mais forte aquele que serve de barra entre o significante e o significado. Ali se apreende o sujeito que nos interessa [...] Pelo que chegaríamos ao paradoxo de conceber que o discurso na sessão analítica só tem valor por tropeçar ou até se interromper: esse corte da cadeia significante é único para verificar a estrutura do sujeito como descontinuidade no real [...] ao fazer dos furos do sentido os determinantes de seu discurso. (Lacan, J. 1960 p. 815).

Por outro lado, o que a clínica mostra é que esta cadeia quer realizar algo e esta realização fracassa sempre. E Lacan não se furta a vê-lo. Pelo contrário, reconhece aí neste ponto de fracasso, no enguiço da cadeia, o que não pode ser dito nem rememorado - o real.

O desenrolar da cadeia determinado pela linguagem e suas leis só vai até certo ponto. A cadeia determina a produção e a distribuição de significantes segundo leis; mas ela determina também o que não pode aparecer num momento dado na cadeia. Os pontos de falta na sucessão são determinados - a cadeia os produz ela mesma. O fora-significante, o real, é, portanto, produzido pela cadeia como negatividade e, inversamente, a cadeia é causal não pelo sentido intencional que ela forja, mas somente nos pontos de sua falta (pontos de impossibilidade) - por produzir o real.

Aqui retorna a questão sobre as relações entre simbólico e real anunciada acima⁵¹ - questão acerca de como o real em sua efetividade pode comparecer no simbólico. É justamente no ponto de fracasso do simbólico que o real ganha relevo como repetição, topada, encontro faltoso. Isso não significa, como se poderia pensar numa perspectiva mais linear, que a cadeia simbólica pára, empaca *diante* do real não simbolizável. Não é exato pensar que o real emudece a cadeia; pelo contrário, a psicanálise lida com um real que não se revela nunca e que, no entanto, não se pode calar. O real - ao contrário da filha de Geronte

retratada por Molière – desde sempre é mudo. Entretanto, ele é o grito – mudo – que faz surgir, só-depois, a cadeia como silêncio (como desenrolar de sons em si mesmos indiferentes). Para apreender as relações do real com o simbólico, é preciso revirar mais um pouco a visada e dizer que o real, na verdade, só dá notícia, só se inscreve pelos impasses da simbolização⁵².

Tomando na imagem algo que parece aproximar-se dessa redução ao plano, às dimensões de superfície que a escrita (do real através) dos impasses do simbólico exige, Lacan evoca da natureza ...

Este trabalho de texto que sai do ventre da aranha, sua teia. Função milagrosa ao se ver, da superfície mesma, desenhar-se o traço desses escritos, onde [se pode] perceber os limites, os pontos de impasse, os becos sem saída que mostram o real acedendo ao simbólico. (Lacan, J. 1972-73 p. 126).

Como tal, o real precisa de um suporte – nem que seja a aranha, o beco sem saída ... a eloquência das imagens – não se pode atingir a efetividade desta ordem deixando-a cair no limbo do inefável. A causa - como o que só se detecta como impasse no jogo do simbólico, como um suporte que está fora do alcance do discurso representacional, sem sair dos efeitos da linguagem - é o estatuto específico que o real ganha no desenvolvimento da teoria de Lacan. Equacionar o real em termos de causa permite a Lacan situá-lo entre o acaso e a necessidade, entre a tiquê, acidente que é a presença do sujeito e o autômaton como lei que se repete na cadeia dos significantes. A causa funciona como

⁵¹ No início deste capítulo.

⁵² Dizer que o real se inscreve nos impasses da simbolização é outro modo de aludir ao estatuto que Lacan outorga ao real, o estatuto de impossível – que ele define como “o que não cessa de não se inscrever”. Por aí também se esclarece seu recurso à formalização matemática (a partir da qual acreditou poder “desenhar o modelo” do real) – “no que ela é a elaboração mais avançada já produzida da significância” e que se faz “ao contrário do sentido [...] a contra-senso”. (Lacan, J. 1972-73 p. 125).

escrita (hiato configurado), onde o real pode dar notícia pela impossibilidade de inscrever-se. Ponto de convergência (mas não de cópula) entre significante e real, dado que o recobrimento do real pelo significante nunca é todo, nunca se completa, ela resta como este ponto preciso onde o determinismo absoluto falha⁵³.

Neste sentido, optar pelo significante não é, em Lacan, deixar o terreno da interpretação em busca do sentido para cair num determinismo lingüístico ou cultural (e menos ainda, estrutural). A hiância intransponível que separa simbólico e real impede e garante a impossibilidade deste passo. Esta hiância central afeta a ordem simbólica ela mesma. Por seu intermédio, o Outro simbólico é barrado (afetado pela sua incompletude) – razão pela qual o privilégio dado ao significante tampouco é um passo na direção das ciências naturais. Ao contrário, é a própria separação entre ciência natural e ciência do espírito que é interrogada por este privilégio. Lacan não poderia, portanto, nem se quisesse, igualar a psicanálise à lingüística ou mesmo autorizar a primeira com base no envoltório científico da segunda⁵⁴. Trata-se, como ele mesmo o diz, de “colocar no núcleo da estrutura a hiância causal”⁵⁵, fazendo da estrutura, neste giro, uma estrutura vazada, cujo núcleo não existe localizadamente, e da cadeia dos significantes, uma ligação inconsistente⁵⁶, não-toda, articulada em torno de um buraco. Este não simbolizável, cravado no coração do simbólico, não importa o quanto nem para onde ele se estenda, este corte que instaura e perpetua o hiato inantecipável entre o simbólico e o real, Lacan o identifica à

⁵³ Lacan aí está com Bunge que distingue radicalmente causa de determinismo. Cf. Bunge (1961) e (1985).

⁵⁴ Mais tarde (1972-73), Lacan viria a cunhar o neologismo “linguisterie” para designar o campo de suas observações sobre a linguagem.

⁵⁵ Lacan, J. (1964a p. 49).

⁵⁶ A cadeia de significantes é dita inconsistente tanto no sentido matemático – reservado àquela axiomática de onde se pode derivar, deduzir tanto *A* quanto *não-A* – quanto na direção do que Lacan indica em “A instância da letra” (1957), estabelecendo que o sentido insiste na cadeia, mas não consiste em nenhum elemento desta.

causa, ou, como ele o coloca, “a noção de causa com o que ela comporta de mediação entre a cadeia dos símbolos e o real”⁵⁷.

O que é dito aí mediação é, portanto, corte⁵⁸. A mediação que há entre simbólico e real não é da ordem de uma continuidade entre essas duas ordens, e sim do corte – trata-se de causa. Não há determinismo, hierarquia, subordinação entre simbólico e real – somente sobre-determinação e causa. Assim, é na medida em que o esclarecimento e a militância não bastam, não têm ingerência direta sobre o real (que apenas causa e é causado - e não completamente determinado pelo discurso), que a existência da psicanálise se coloca - como “tratamento do real pelo simbólico” – justamente porque algo na relação entre simbólico e real diz respeito ao sujeito como necessário.

O corte em ato

Após ter atribuído função de causa à articulação, à ordenação do significante na cadeia, por relação ao significado, Lacan redimensiona e relança suas teses sobre as relações da causa ao inconsciente, na comunicação de 1960⁵⁹, “Posição do inconsciente”.

O peso que ele confere à linguagem como causa do sujeito e que o conduz a insistir e precisar que os analistas trabalham com a fala e a linguagem - (“Qualquer analista, não importa a que credo tenha sido levado será que ele

⁵⁷ Lacan, J. (1954-55 pp. 242-3).

⁵⁸ A noção de corte é apropriada ainda mais porque denota uma descontinuidade efetiva que produz mudança, novas conectividades – um corte é também o que muda uma superfície sem acrescentar nem tirar nada dela.

⁵⁹ Redigida para publicação em 1964 e aqui citada como (1964b).

pode dizer que no exercício de suas funções algum dia teve a sensação de estar lidando com algo que se assemelhasse a um instinto?⁶⁰) - é aqui nuançado.

Trata-se de linguagem, mas não se trata de *langue/parole*! adverte Lacan. Trata-se de sujeito e Outro, da disjunção entre eles, e da alternativa que se coloca como efeito desta decalagem entre o sujeito e o Outro como lugar da resposta que inverte a pergunta do sujeito em mensagem. É neste sentido que Lacan afirma que o inconsciente não é um interior – não há interior entre o sujeito e o Outro, pois o Outro é apenas um lugar (o tesouro dos significantes). Entre o Outro e o sujeito, há apenas perda, disjunção:

O sujeito [...] é o pressuposto do inconsciente, O outro é a dimensão exigida pelo fato de a fala se afirmar como [portando a] verdade. O inconsciente é, entre eles, seu corte em ato. (Lacan, J. 1964b p. 853).

Eis que o corte que o significante opera no discurso instaura, suporta outro, mais radical, corte vivo, em ato entre o campo do sujeito e o campo do Outro. Retomando aqui a questão sobre o estatuto do corte que dá origem a um sujeito (corte que interessa à psicanálise manejar), Lacan formula a operação de causação do sujeito – constituída por dois movimentos circulares que se reiteram mutuamente: alienação e separação.

Representando o campo do sujeito e o campo do Outro pelos diagramas de Euler da teoria dos conjuntos, Lacan concebe a alienação a partir da operação designada União de dois conjuntos – uma circunferência recobre outra anexando seus elementos – e a separação a partir do diagrama da Intercessão – uma circunferência recobre parcialmente a outra formando, a partir dos elementos comuns de ambas, um terceiro conjunto. Ressalto o “a partir”, pois Lacan serve-se destes diagramas para mostrar justamente que, no que toca ao sujeito, estas

⁶⁰ Ibid. p. 848.

operações estancam, obedecem a um limite, são sempre incompletas – daí serem concebidas como *causa* e seu efeito não-todo determinado, ser chamado *sujeito*.

A Alienação designa o fato de que o sujeito só pode advir no campo do Outro, lugar dos significantes, campo que, no entanto, não chega nunca a recobrir totalmente o real do sujeito. Da incompletude desta operação – representada pelo recobrimento parcial das duas circunferências –, resulta um campo do sentido (campo do sujeito recoberto pelo significante) e uma sobra – campo do não-sentido ou fora-do-sentido (*hors-sense*) ao qual o sujeito, mesmo não querendo, é remetido em sua busca de sentido (alienação).

A Separação, representada pela mesma estrutura (recobrimento parcial de duas circunferências) é resultado da alienação, ou melhor, de seu impasse. Impasse que é a única solução para o sujeito, a Separação apresenta como produto a queda de um elemento – o objeto *a* – que se destaca como ponto vazio que, vazando o campo do Outro, impede o recobrimento integral do campo do sujeito por este.

A separação irrevogável introduzida por Hume entre a causa e a lógica formal repercute nesta duplicidade das operações que tentam articular a causação significativa e a função de causa do objeto *a*. Nesta direção, ainda neste artigo, Lacan compra uma briga e tanto:

É somente como instância do inconsciente, do inconsciente freudiano, que se apreende a causa no nível do qual um Hume tenciona desalojá-la e que é justamente aquele em que ela ganha consistência: a retroação do significante em sua eficácia (que é preciso distinguir absolutamente da causa final) (Lacan, J. 1964b p. 853).

A partir da experiência da psicanálise, portanto, Lacan interroga de uma tacada Hume e Aristóteles para ressaltar a evidência no campo do sujeito, da causalidade articulada pelo significante em sua eficácia. Refere-se a Hume ao afirmar sua eficácia como constatável retroativamente e, diferentemente de

Aristóteles, designa aí uma causa eficiente (uma efetividade, portanto) que, por constituir-se nos impasses do significante, reside no fracasso que introduz -- e se distingue "absolutamente" da causa final do significante de qualquer teleologia que se lhe queira imputar (como por ex., significar⁶¹).

Lacan parece tirar as conseqüências do que é articulado por Hume, formulando a causa como conjunção pontual (parcial) que só se pode constatar (e isso de uma maneira tal, que não se pode fazê-la passar inteiramente ao significante). Ao situar o real fora do sentido (o ser do sujeito não é o sentido, é o [que fica] fora do sentido), Lacan pode apreender a causa de maneira nova na experiência psicanalítica. Alienação e Separação não são apenas operações, são o drama do sujeito. São a experiência de precisar de sentido para existir, ir buscá-lo nesta mistura de encontro e sacrifício ao Outro⁶² que é a alienação -- e, em resposta, deparar-se com o não sentido, com a queda deste Outro idealizado que revela ser apenas um lugar, onde é facultado ao sujeito *ex-sistir*.

A Alienação onde o sujeito é causado impõe uma escolha entre seus termos, escolha em que, a rigor, um dos termos, sempre o mesmo, é eliminado (seja qual for a escolha). O que está em jogo, portanto, é a conservação ou não do outro termo. Lacan ilustra esta disjunção dramática pelo "pedido" (ou "oferta", tanto faz⁶³) -- "A bolsa ou a vida" -- onde se trata para o sujeito de escolher se ele quer ou não conservar a vida. Mas o mais importante a ressaltar é a condição do sujeito que daí resulta, na medida em que o termo que resta, resta de qualquer modo desfalcado -- será a vida sem a bolsa (e Lacan acrescenta: "o

⁶¹ Seria o caso se a eficácia causal do significante fosse atribuída em nível do sentido (por ex., à significação que o significante produz).

⁶² A linguagem, é claro, mas também a cultura -- com os ideais, as ideologias, seitas e crenças -- e os Outros personificados que se vai elegendo pela vida como aquele um que pode dar o sentido de nossa existência, consolar-nos e economizar para nós a dura tarefa de *ex-sistir* no desejo (em nossos pequenos atos e só neles).

⁶³ A crueldade é a mesma.

que se ilustra pelo fato de que, num prazo mais longo, será preciso de todo modo abandonar a vida depois da bolsa⁶⁴).

A Separação constitui a fenda do sujeito a que Freud chama *Ichspaltung* (divisão do eu) - Lacan diz “equivalência ao que ele é como sujeito do inconsciente”). Separação é o que advém do encontro com o desejo do Outro (seu ponto de incompletude causado por *a*) - que afeta o sujeito (interroga-o até o nível do ser⁶⁵) e o remete à responsabilidade por sua própria *ex-sistência*.

Nestas operações, como se vê, não é mais tanto a ordenação do significante que tem incidência causal, é seu impasse. A função da causa, aí, responde pela incompletude de uma operação que se consoma no hiato onde o sujeito pode - é uma possibilidade - advir. É isto que faz Lacan dizer que o objeto *a* tem uma relação universal (em todos os sentidos) com a categoria da causalidade.

Por sua efetividade constatada no aparecimento do sujeito, Lacan distingue a causa do logro. “A causa não é”, diz Lacan, “simples engodo das formas do discurso”. Se assim fosse, ele continua, “já se o teria dissipado”. Como a causa persiste, apesar de toda tentativa de redução, como “fantasma impossível de exorcizar do pensamento, crítico ou não” - é hora de dizer mais que isso. É preciso ver na causa o efeito da linguagem no sujeito - “testemunha da razão que subordina o sujeito ao significante”⁶⁶.

⁶⁴ Lacan, J. (1964b p. 855).

⁶⁵ Observe-se que Lacan não alude ao Ser ontológico e sim ao “nível do ser” que reside em *a*, causa do desejo, constituindo uma referência não mais ontológica, mas uma referência de desejo (que dá a direção do sujeito), como se verá adiante.

⁶⁶ Ibid p. 853.

A subversão da Causa

Tudo o que o senhor sente, inclusive nas tripas, não pode tomar nem mesmo sua seqüência de reações vago-simpáticas, a não ser em função da cadeia de questões que o senhor tiver introduzido. É nisto que o senhor é um homem. A partir do valor que a reação de suas tripas tomou da primeira vez, uma diferenciação vai dar-se no nível das tripas e do tubo digestivo e para sempre a cadeia dos efeitos e das causas será outra. Se não for isto que a psicanálise nos ensina, ela não nos ensina absolutamente nada. (Lacan, J. 1954-55 p. 272).

Já em 1956, Lacan afirmava que, ao decifrar a estrutura significante do sintoma, Freud mostra a onipotência da função simbólica para o ser humano e introduz a causalidade por um viés, “um acesso totalmente diverso”: a “incidência da verdade como causa”¹. Impondo com isso uma revisão do processo de causalidade – revisão cuja primeira etapa consistiria no reconhecimento de que a heterogeneidade dessa incidência tem algo de inerente a ela.

Alguns anos mais tarde, Lacan viria a empreender ele mesmo a passagem de uma concepção da causalidade articulada pelo significante à causalidade entendida como resto da articulação significante – por conta da qual, a problemática da causa em seu ensino desloca-se do significante e das leis da linguagem, para o objeto como *heteros*. A ocasião compreende sobretudo seus Seminários X sobre *A Angústia*, proferido em 62-63 e XI *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, realizado durante o ano de 1964, embora o

¹ Lacan, J. (1956 p. 417).

trabalho pontual com a noção de causa esteja sempre presente e venha a ser, até o fim de seu ensino, evocado e reivindicado.

O Seminário *A Angústia* é um marco. Ele introduz o que Lacan chama sua única invenção – o objeto *a* –, aproximando-o da função da causa. Retornando “a isso que se mantém após tantos séculos de apreensão crítica”², como ele diz fazendo referência à secular querela filosófica e científica que marca a noção de causa e se passa tradicionalmente no plano do conhecimento em torno de vários tipos de solução para o problema da causa, que tendem a uma redução da noção ou de sua importância. Na contramão deste movimento, se vê Lacan neste Seminário remanejar a noção de causa, promovendo seu aproveitamento na psicanálise e incitando à sua revalorização.

Na direção da abertura da angústia

Na lição de 19/12/62 do *Seminário X*, Lacan situa a angústia como “o corte mesmo sem o qual a presença do significante, seu funcionamento, sua entrada, seu sulco no real é impensável”. Neste ponto, retoma a noção de causa e comenta o recurso a esta noção (“não tem, em todo caso, boa reputação”), argumentando que a função da causalidade está em outro lugar do que onde se a refuta - para concluir, avança:

Se há uma dimensão onde devemos buscar a verdadeira função, o verdadeiro peso, o sentido da manutenção da

² Lacan, J. 1962-63 Lição de 19/12/62; (Seminário *A Angústia* de J. Lacan - em se tratando de um Seminário inédito, todas as referências serão localizadas por relação às datas em que as lições foram proferidas e que aparecem em todas as edições “piratas” do mesmo seminário).

função da causalidade, é nesta direção da abertura da angústia (Lacan, J. 1962-63, lição de 19/12/62).

É uma formulação surpreendente. E é sobretudo em torno do que ela traz que se pode tentar apreender o que existe na obra e no ensino de Lacan de subversão da problemática da causa. Lacan reconhece e situa, com sua afirmação, o domínio onde tradicionalmente se dá o debate sobre a causalidade, domínio do conhecimento, da razão, da objetividade – com implicações que ele menciona quando diz que o problema da causa é refutado. E, por outro lado, numa reviravolta desconcertante, faz recair o problema da causa num campo inteiramente diferente. Campo, como ele dirá a seguir³, “da objetividade”, que diz respeito ao corte que o significante efetua e concerne ao *pathos* deste corte no corpo (e não ao pensamento).

Lacan distingue a objetividade - que faz limite ao conceito - da objetividade (“último termo do pensamento analítico ocidental”) - como o correlato de uma razão pura que se articula num formalismo lógico. A objetividade, diz Lacan, advém de um corte que é “desconhecido como tal na *Crítica da Razão Pura*”⁴. Afirmativa que se refere, possivelmente, ao fato de que Kant pensa a causalidade como *síntese* que *reúne* objetos numa *relação*, desconhecendo, portanto, o corte - presente desde sempre na causalidade - em sua dimensão de corte (“como tal”). E, no entanto, é por este mesmo corte que o formalismo lógico (que a *Crítica da Razão Pura* mostra como funciona ao nível do conhecimento) atinge o que Lacan chama seu efeito. Efeito ligado a uma perda que é constitutiva do sujeito.

E na seqüência Lacan mostra que o efeito deste corte é como ele diz, “comprimido pela causalidade”, mas nada pode reduzi-lo. Nem Kant:

³ Lacan, J. (1962-63 lição de 8/5/63).

Em Kant, sobretudo, a causa fica suspensa à justificação, que nenhum a priori até aqui pode reduzir, desta função entretanto essencial a todo mecanismo do vivido do nosso mental (Lacan, J. 1962-62 lição de 8/5/63).

Se a causa em sua função, onde quer que se apresente, se assevera irrefutável, apesar de irreduzível, quase inapreensível à crítica, afirma Lacan, é por se tratar do corte – irreversível – que o significante faz incidir no corpo.

Este deslocamento do eixo do problema abre caminho. E, com efeito, no decorrer do Seminário Lacan vai recolocando toda a problemática da causa sob esta nova perspectiva. Na lição de 16/01/63, falando do equívoco de que somos presa graças a uma apreensão fenomenológica da experiência quanto ao objeto do desejo, diz que é preciso conceber este objeto não como objeto a desejar (objeto positivo, autônomo, constituído fora do desejo), mas como a causa do desejo – objeto em negativo (Lacan diz “por trás” do desejo) que não se presta à fenomenologia (não aparece)⁵.

É um ponto importante para o que ele quer introduzir com o Seminário e, numa bela passagem, lembra como o isolamento da noção de causa custou muito, produziu muitas dificuldades para o progresso da epistemologia e, como não foi sem distorção, sem “uma sucessão de reduções que acabam por conduzi-la à função mais tênue e mais equívoca”, que a noção de causa pôde se manter no desenvolvimento da física. Porém, o que Lacan ressalta e que parece lhe interessar é que por qualquer redução a que submetamos a “função mental desta função”, como ele a chama, não pode ser eliminada - “reduzida a uma espécie de sombra metafísica”. Por isso, conclui Lacan, “há alguma coisa [...] que fica em torno desta função da causa” da qual é muito pouco dizer “que seja um recurso à intuição o que a faz subsistir”.

⁴ Ibid.

⁵ Voltarei a isto.

À sua maneira, Lacan retoma o problema aberto por Hume ao almejar - desafiando a obra de Kant, que pretendeu responder a Hume e resolver o problema da causa reduzindo-a a categoria do entendimento - que, "a partir do reexame que se poderia fazer disto [da função da causa] à luz da experiência analítica" e com a "Crítica da Razão Pura reconsiderada à luz de nossa ciência", se possa estabelecer um estatuto justo da causa.

Em Kant, como exposto, o estatuto da causa coloca-se - na *Crítica da Razão Pura* - como síntese acrescentada à experiência através da categoria do entendimento ("causa-efeito") dizendo respeito à relação entre os objetos; e, na *Crítica da Razão Prática*, um outro plano é requerido, plano da moral para recolher a efetividade ontológica da causalidade como a liberdade do sujeito de razão para submeter-se ao imperativo categórico.

Lacan aponta para o que seria este estatuto a estabelecer conduzindo o tal reexame sobre o objeto do desejo. O objeto de que se trata no desejo, objeto *a*, não se deve situá-lo no que quer que seja de análogo à intencionalidade. Ele não está na intencionalidade do desejo. É o objeto, diz Lacan, que aparece em Freud como objeto da pulsão, o que vale dizer que já aí - como elemento constituinte da teoria das pulsões freudiana - ele é inteiramente diferenciado do que é o seu fim/meta (*Ziel*).

Freud enfrenta quanto ao objeto da pulsão um impasse, o enigma relativo ao que deve ser situado no exterior (*äusseres*) - o objeto - e a satisfação, que somente se dá na medida em que a tendência em questão encontra algo que é a considerar como no interior do corpo (*inneres*). Para resolver este enigma, é preciso, mostra-nos Lacan, conceber o objeto na função de causa, dando a ele este lugar de objeto "antes de toda interiorização". Lacan vincula esta exterioridade à causa como o "exterior que situa em *a*" - evocando a noção de causa como o que pertence a uma exterioridade inassimilável, anterior mesmo à

interiorização, à constituição de um campo - com base na noção, situável topologicamente, de um exterior de antes de uma certa interiorização⁶.

Retomando e reformulando a trilha aberta por Hume, que demonstrara a causa como um exterior inassimilável para a razão, Lacan parece concluir que a causa não apenas é, como situa, por sua efetividade irrepresentável, um exterior. Uma dimensão radical de exterioridade ao sujeito (que em Hume é a razão, o espírito afetado pelas impressões que ele sintetiza). A causa é impossível de apreender, indiscernível como tal por colocar-se num registro que é anterior ao ponto em que um sujeito pode apreender-se no campo do Outro (campo dos significantes) "num X", diz Lacan, que, sendo um significante, abre uma possibilidade de identificação ("uma forma especular qualquer") introduzindo para o sujeito a distinção do eu e do não-eu. É por situar-se neste registro que a causa é inassimilável - e somente por aí se pode articular o inassimilável da causa.

Lacan, parece-me, parte do paradoxo do trauma em Freud. Percebe que o trauma é, ao mesmo tempo, a causa que perturba a máquina bem azeitada da simbolização e algo que não tem nenhuma existência antes da simbolização. O trauma, como se viu com Freud, não é uma entidade e sua efetividade é sem contorno - real que invade o campo do simbólico ("cessa de não se inscrever") -, uma efetividade que só ganha consistência retrospectivamente, vista do interior do campo simbólico. Se se oblitera este caráter retrospectivo do trauma e se o substancializa numa entidade positiva que pudesse ser isolada como causa precedendo seus efeitos (simbólicos), cai-se numa determinação linear comum. Para evitá-lo e para apreender o paradoxo deste trauma que não pode ser integrado, corpo estranho - como dizia Freud - que previne a ordem simbólica de se constituir por inteiro, Lacan vai afirmar que não se trata, com o sujeito, jamais de uma determinação linear. Consciente de que o paradoxo do trauma

⁶ Cf. Lacan, J. (1962-63 lição de 16/01/63).

como causa que não preexiste aos seus efeitos⁷ - e é, ao contrário, colocado por eles - envolve uma espécie de colapso espaço/temporal, Lacan concebeu seu objeto causa topologicamente como vórtice que corta o espaço simbólico.

Visto do interior da ordem simbólica, o objeto aparece como seu irreduzível e constitutivo exterior - e, por isso, causa de sua incompletude ("exterior antes de toda interioridade"). Por outro lado, se se pretende "sair" da ordem simbólica para apreender o que seria o trauma "nele mesmo" e não através de seus distorcidos reflexos simbólicos, o objeto traumático vira nada⁸.

Nossa apreensão dos objetos é correlata de uma espacialidade e temporalidade representacional. Usualmente pensamos neles no interior de um campo por assim dizer euclidiano - um campo onde as efetividades tendem a correlacionar-se com as representações numa base biunívoca. Lacan diz que os objetos são, ordinariamente para nós, especularizáveis - isto é, eles são duplicáveis na dimensão de imagem que tem a representação⁹).

Ora, a dimensão da causa é justamente a de uma efetividade sem imagem¹⁰, uma efetividade impossível de ser representada plenamente. Essa efetividade nos afeta - o que é demonstrado pela angústia e pelo estranhamento que o pensamento experimenta diante da dimensão da causa - e nos afeta, dirá Lacan, em nosso corpo mesmo, mas ela não cabe em nenhum contorno estável. Ela não se constitui no espaço/tempo lineares, não se localiza como entidade,

⁷ Conforme o que foi articulado neste trabalho, a partir da leitura de Freud.

⁸ Em outro contexto, Lacan comenta mesmo que, se formos discernir na linguagem a constituição do objeto, só poderemos constatar que a coisa, ao se reduzir ao nome quando se articula o nível da língua, cinde-se entre a causa "em que ela encontrou abrigo em nossa língua" (é o caso na língua alemã com o vocábulo *Ursache*, causa, que vem de *sache*, coisa) e o nada "ao qual abandonou sua veste" (a *rem* latina). Lacan, J. (1957 p. 501).

⁹ Fernandes F.L. (1997b p.38).

¹⁰ Veja-se o trabalho de Freud sobre a dificuldade dos sonhos para articular as relações lógicas de causalidade, pois esbarra na falta de material taxêmico para expressar a contradição, a hipótese, etc. (Freud, S. 1900 a p.361-372 e 459 e segs. Vol. V).

não tem realmente lugar, mas, apesar disso, aparece em certos pontos privilegiados.

É interessante que Lacan o ilustre com uma referência ao fetiche – justamente o que o que não se dispensa, indicando algo que não pode ser assimilado por nenhum objeto, por nenhum parceiro sexual - que desvela esta dimensão do objeto como causa do desejo, sua condição absoluta.

Pois não é o sapatinho, nem o seio, [...], que é desejado, mas o fetiche causa o desejo que vai se engancha onde pode [...]. (Lacan, J. 1962-63 lição de 16/01/63).

Com o objeto do desejo, Lacan vai situar uma causalidade que não pode ser definida em termos dos juízos sintéticos *a priori*, uma causalidade que não é “dentro” nem “fora”¹¹, uma causalidade que não é categoria do entendimento e, sobretudo, que não é síntese.

O registro de que fala Lacan, em que se engendra este objeto como causa (“exterior antes de toda interioridade”), não cabe na representação. O sinal que temos dele, diz Lacan, é a angústia – “única tradução subjetiva deste *a* [exterior]”¹². Afeto que denota uma certa “presença” deste negativo na representação (seu ponto de impossibilidade) – índice que não dura, cuja existência é referida exclusivamente ao instante incisivo e fugaz.

Hume mostrara que o irrepresentável da causa emerge no movimento mesmo das coisas comuns, no inusitado de uma dada disposição entre elas. A sucessão, a conjunção entre dois elementos estranhos um ao outro é onde situa-se o inusitado da causalidade: o choque inapreensível entre duas bolas de bilhar, que eu vejo perfeitamente, identifico e acompanho seu movimento, sem poder

¹¹ Lembremo-nos que para Kant, tempo e espaço (euclidianos) são formas *a priori* da sensibilidade e, como tais, formas *a priori* (vale dizer: universais e necessárias) do conhecimento.

¹² Lacan, J. (1962-63 lição de 30/01/63).

fazer o mesmo, sem poder “apanhar” para a representação o choque que transmitiu o movimento de uma a outra. Em Kant, é o navio rumo ao Brasil – a embarcação anda, pára, vai, volta e, como deslocou-se em avanço e recuos o mesmo tanto, parece que não saiu do lugar. Mas, não obstante, algo se passou, que não é imediatamente apreensível (embora se faça a experiência) e só pode ser apreendido, deduzido no cálculo – num tipo de inventário que envolve o rigor da letra e com o qual se constata que alguma coisa se subtraiu no percurso da nau.¹³ De qualquer modo, ambos os filósofos constataam que a função da causa que não cabe na representação.

Tendo vindo ao mundo depois de Freud¹⁴, Lacan tem sobre Kant e Hume, a vantagem de já ter presenciado e experimentado o processo de decifração de um sonho. E sabe, portanto, o que qualquer criança sabe quando se submete à psicanálise: é o dizer que pode reintroduzir a conectividade perdida entre heterogêneos que aparecem relacionados no discurso, na representação.

O dizer é associado por Lacan a uma dimensão¹⁵ – a dimensão que pode eventualmente (se o sujeito aí comparecer) responder pelo inusitado dos nossos atos (ou inibições), das conexões e disjunções que se fazem à revelia da perspectiva da representação, no real inconsciente. Só o dizer decifra um sonho, precisamente porque o sonho é um rébus (ele é um dizer). Freud o indica de saída na *Interpretação dos Sonhos* (1900), advertindo que é preciso levá-lo ao pé da letra. Como as figuras do barco sobre o telhado ou do homem de cabeça de vírgula, expressamente evocadas por Freud, as imagens do sonho são

¹³ Como visto no primeiro capítulo deste trabalho.

¹⁴ Coisa que Lacan apregoa como sua única e grande vantagem no plano do pensamento – poder contar com uma dimensão das coisas e da disposição entre elas que, se não fosse por Freud, não estaria disponível.

¹⁵ É um ponto que Lacan indica em *L'Étourdit* (1972) escrito que começa por esta constatação (à qual Lacan dará valor axiomático): “Que se diga fica esquecido por trás do que se diz”. Cf Lacan, J. (1972 p.5), Apontado por Fernandes F.L (1997b).

literalizadas, i.é, valem por seu valor significante, ou, como diz Lacan, “pelo que permitem soletrar do provérbio proposto pelo rébus do sonho”¹⁶.

Do mesmo modo, a função da causa não cabe nas três dimensões usuais da representação e exige a dimensão do dizer para desdobrar-se. Sua inserção no espaço ordinário da representação – onde “que se diga, fica escondido atrás do que se diz” -, implicando o colapso do dizer, só se faz com (e pelo) equívoco¹⁷. É esta dimensão faltante – que Freud identificava como “lacuna” (a preencher) no discurso do paciente – perdida para a atividade de representação, é esta dimensão “excertada” que responde pelo caráter de alteridade muitas vezes bizarro do inconsciente em sua efetividade. E é o dizer que pode daí advir (do inusitado de um lapso ou de um sonho que nos surpreende e põe a trabalhar), que tem chance de recolocar as conectividades aparentemente absurdas que se estabeleceram entre coisas conexas na dimensão de um vínculo causal, novamente em relação com o sentido. Se sonho algo incompreensível, é que há uma outra dimensão cuja efetividade possibilita esta conexão. Do mesmo modo, a causa em sua dimensão irrepresentável apenas dá notícia de sua efetividade pela conectividade que ela possibilita e produz entre coisas não conexas no espaço ordinário da representação (alternância entre o semelhante e o dessemelhante).

Sem relação com o todo

¹⁶ Lacan, J. (1957 p. 515).

¹⁷ Como os monstros que preocupavam Hume - Cf. no primeiro capítulo deste trabalho, o argumento de Hume que interdita a passagem do geral ao universal, dizendo respeito à autonomia da imaginação para gerar monstros – o que faz com que “tudo possa ser causa

Remetendo-se à tese freudiana da angústia como sinal - Lacan comenta que, quando isso [a causa] “se acende”, é para que o sujeito se dê conta de algo. Para que se dê conta de algo que é um desejo - “demanda que não concerne nenhuma necessidade” - , desejo que em Lacan é sempre do Outro¹⁸ e coloca o ser do sujeito em questão¹⁹:

O desejo do Outro não me reconhece como pensava Hegel, o que tornaria tudo mais fácil. Ele nem me reconhece nem me desconhece. [...] Ele me põe em causa, me interroga na raiz mesma de meu desejo como a, como causa deste desejo e não como objeto; e é porque é aí que ele mira, numa relação de antecedência temporal, que nada posso fazer para romper este apoderamento, salvo comprometer-me com ele. (Lacan, J. 1962-63 lição de 27/02/63).

Mais adiante, na lição de 08/05/63, Lacan voltará aí para avançar mais um passo indicando que, se a causa se assevera tão irredutível, é “na medida em que ela se superpõe, que ela é idêntica em sua função à essa parte de nós mesmos, essa parte de nossa carne que necessariamente resta presa na máquina formal”. Remetendo ao fato de que o formalismo articulado por Kant na *Crítica da Razão Pura* efetivamente “morde” o real (engancha-o, ou, nos termos de Kant, “constitui o objeto da experiência possível”), Lacan lembra o efeito disso para o sujeito. Este formalismo não seria nada para nós se ele não nos pegasse por alguma parte - e é uma parte, da qual damos não somente a matéria, nem somente a encarnação como ser de pensamento, mas “a porção carnal como tal”,

de tudo” - Hume apreendeu aí uma imaginação que opera sem os ditames da representação.

¹⁸ Lacan formula o desejo como do Outro (genitivo subjetivo e objetivo), a partir da interpretação kojéviana de Hegel, para acentuar seu vínculo inquebrantável com a lei (no duplo sentido de se colocar como lei para o sujeito e também por se articular através e do fato mesmo da existência do significante como lei) mas também para evocar o estranhamento com que o sujeito é afetado pelo caráter de alteridade que tem este desejo como lei.

¹⁹ Lacan, J. (1962-63 lição de 27/02/63).

ele dirá, arrancada de nós mesmos. É esta porção que circula no formalismo lógico elaborado no trabalho do significante:

Esta parte de nós mesmos, tomada na máquina formal, para sempre irrecuperável, é este objeto como perdido nos diversos níveis da experiência corporal onde se produz o corte, é ele que é o suporte, o substrato como tal da causa. (Lacan, J. 1962-63 lição de 08/05/63).

Eis a grande novidade introduzida por Lacan no debate sobre a causa – sua dimensão de *pathos* (“porção carnal”, “parte de nós mesmos para sempre irrecuperável”), e de *pathos* do corte (“arrancada”), de um corte como mencionado, que se articula no corpo (“nos diversos níveis da experiência corporal onde se produz o corte”) pela ação do significante (“da máquina formal”).

Há perda neste corte que extirpa o objeto dando lugar ao sujeito no mesmo golpe - este objeto extirpado (desde sempre parcial) dá origem a um sujeito descompletado do objeto que o causa. E em torno da relação do sujeito com a ordem simbólica se colocam a dramaticidade deste corte e o apelo deste objeto perdido para o sujeito:

O que numa máquina não advém a tempo simplesmente cai e não reivindica nada. Não é a mesma coisa no homem, a escansão está viva, e o que não adveio a tempo permanece em suspenso [...] pedindo para ser. (Lacan, J. 1954-55 p. 384).

A escansão está viva no sujeito. Portanto o objeto *a* como causa – este bizarro resistente à simbolização -, longe de ser um em si da objetividade

autônoma, independente do sujeito, ele é, como o fetiche, o seu índice – “sombra do sujeito entre os objetos”²⁰.

Correlato do corte irreversível que o significante articula no corpo, o objeto a é um objeto negativo que só dá notícia nos cortes onde ele se marca para o sujeito. O que se representa dele é sua forma de corte anatômico em que se decalca a função de certos objetos – diz Lacan, não parciais, mas à parte²¹.

Com um arguto comentário sobre a circuncisão – o significante engendra a marca da castração na carne com o conseqüente aparecimento do desejo do Outro – e o “Mercador de Veneza”, de Shakespeare – em torno do tema da libra exata de carne a pagar pela dívida contraída com o Outro – Lacan mostra que na dialética da causa o corpo está envolvido não ativamente, mas pelo que há aí de inerte, de extraído, separado²².

E Lacan observa ainda que se costuma dizer que a parte não é o todo, mas seria preciso acentuar que com o todo ela não tem nada a ver. “Ela joga sua partida sozinha”²³.

O seio [...] não é somente a fonte de uma nostalgia regressiva, por ter sido a de um alimento valorizado. Ele está ligado ao corpo materno [...] mas isso não equivale a dar uma razão suficiente de seu valor erótico. [...] Não se trata do seio no sentido da matriz [...] trata-se do seio especificado na função do desmame, que prefigura a castração. (Lacan, J. 1964 b p.862).

Virão para este lugar, os objetos que o sujeito perde naturalmente (seio, excrementos) e os suportes que ele encontra para o desejo do Outro, (seu olhar, sua voz). E também a pulsão, no que ela é sempre pulsão parcial, como atividade de revolver estes objetos para neles resgatar, para restaurar sua perda

²⁰ Zizek, S. (1994 p.33).

²¹ Lacan, J. (1964b p.862).

²² Lacan, J. (1962-63 lição de 08/05/63).

original - como via pela qual manifesta-se para o sujeito a sexualidade, a secção²⁴.

No Seminário sobre *A Angústia* Lacan mostra que a separação é partição no interior, primitiva. A separação não é da mãe, frisa Lacan, mas de certos objetos do corpo. A partir desta perspectiva, demonstra que o desejo se inscreve por uma contingência corporal - o modo de apreensão do desejo do Outro, pelo sujeito marca as diversas formas que este objeto toma nos diversos níveis de estruturação do desejo

Em seus quatro modos de apresentar-se e causar o desejo o objeto parece nos dar o suporte do ser. Mas é apenas suporte do que se constitui não como ser, mas como causa do desejo. (Lacan diz que ele nos faz tomá-lo por ser em nome de ser aparentemente alguma coisa - “mas ele só se resolve em seu fracasso”²⁵). Por uma apresentação que embora perfeitamente verbal, é mais gráfica do que contedística, dos diversos níveis de estruturação do objeto, o que Lacan enfatiza e mostra são as (não) correspondências, os desencontros entre o sujeito e o Outro que fazem do desejo uma abertura (que eles causam)²⁶.

²³ Lacan, J. (1964b p. 857)

²⁴ Lacan, J., (1964b p. 863).

²⁵ Lacan, J. (1972-73 p. 128).

²⁶ O quatro suportes que constituem a causa do desejo são: o objeto oral que Lacan define como o seio enquanto perdido - objeto que o sujeito solta, do qual ele se destaca, objeto que é fundamentalmente se pertence (e não da mãe) - objeto fálico, o falo como falta, que sinaliza a entrada em ação da negatividade quanto ao instrumento do desejo no momento de surgimento do desejo sexual (o falo é o que não realiza, a não ser em sua evanescência, o encontro dos desejos); o objeto escópico - o olhar, “esse olho que no mito de Édipo é o equivalente do objeto a castrar”, objeto não somente separado mas elidido, que concerne ao mesmo tempo à sustentação e à ocultação do objeto a - dando o tom de nossa vida desejante; o objeto anal - o excremento enquanto demandado pelo Outro e sua fenomenologia que joga com a dádiva e o dom (função da oblatividade diz Freud em no caso do “Homem dos Lobos”) e finalmente o objeto invocante - a voz que ressoa em um vazio que é o vazio do Outro como tal, vazio que é “o ex-nihilo, propriamente a falar”. [Resumido a partir de Manfroni, A.C. (1999)] Cf. sobre isto Lacan, J. 1962-63 e 1963b.

O objeto *a* não é nenhum ser, diz Lacan, - o *a* é o ser enquanto falta essencialmente no texto do mundo²⁷. O que pode ser de um desejo “que nenhum ser suporta” - um desejo sem outra substância senão a que se garante pelo corte. O que o objeto *a* revela é que o parceiro do sujeito no desejo não é o Outro (suposto ser) mas aquilo que vem (na falta ineliminável do ser para o falante) substituir-se a ele na forma da causa de desejo. É enquanto substitutos do Outro que estes objetos são reclamados e se fazem causa do desejo - no que a causa do desejo se constitui diversamente, segundo Freud, em objeto de sucção, objeto da excreção, o olhar e a voz.

Se digo que o pequeno *a* causa o desejo isso quer dizer que ele não é dele o objeto. Não é o complemento nem direto nem indireto, mas apenas essa causa [...], essa causa que causa sempre. (Lacan, J. 1974-75 lição de 21/01/75).

Cessão e Dalila

É assim com o sujeito, a causa causa sempre. Externo que ele não pode assimilar, assim é que se apresenta para o sujeito a causa do desejo²⁸. Por mais que faça, com relação a causa do desejo há sempre um abismo, que o sujeito não pode reduzir, e que no entanto ele precisa, deve, transpor, contornar. Quando a causa comparece é que se evidencia para ele o salto que ele tem a dar. Quando ela acena, é que aparece a hiância, é que se apresenta a causa como tal; como inassimilável. Parte de si que se perdeu para a máquina formal.

²⁷ Lacan, J (1961-62 lição de 27/6/62).

²⁸ O Outro como real (*a*), o Outro sexo (A mulher) e o (um) pai são as suas figuras, os pontos privilegiados da estrutura onde se dá este encontro faltoso com o real.

O que emerge efetivamente deste abismo é o desejo como desejo sexual, que inclui a partilha dos sexos, corte irrecuperável, secção. É que o acesso ao objeto do desejo, objeto causa do desejo, passa pela posição do sujeito com respeito ao falo. E nisso o corpo está envolvido. Trata-se, como o coloca Lacan, de objetividade e não de objetividade que pudesse resolver-se no domínio do pensamento. Porém trata-se do falo como precioso objeto imaginário e não órgão real, de modo que o corpo aí envolvido é um corpo em suspensão: a relação do sujeito ao falo encena o corte, impõe a parcialidade e a intermitência²⁹. Em “Posição do inconsciente”(1964b) Lacan fala em “órgão do incorporal” para designar a libido de que é feito este objeto – estabelecido a partir do que “o organismo vem a ser, uma vez apanhado na dialética do sujeito” e que representa “a parte do ser vivo que se perde no que ele se produz pelas vias do sexo”.

A cada vez “essa parte de nós mesmos, irrecuperável, arrancada” que é a causa, coloca o sujeito em suspenso, e este tem de novo que tomar posição quanto ao seu sexo, diante da castração. Confrontado à (que algo lhe) causa, só resta ao sujeito se colocar, comparecer como sujeito responsável e identificando-se com os Ideais de seu sexo, assumir plena responsabilidade por sua posição sexuada. Este é o desafio – não há como o sujeito transpor o abismo da causa a não ser se colocando como castrado/sexuado. É contra isto seu protesto (há um protesto em todas estas discussões filosóficas e científicas sobre a causa).

O protesto do pensamento parece referir-se a esta escolha forçada do ato como única alternativa para o sujeito diante da causa. O sujeito do conhecimento sabe, mas seu saber não basta, não auxilia, é vão. Lacan diz mesmo que a causa designa o desejo como o ponto cego no conhecimento. “É

²⁹ (Lacan fala da detumescência como escansão colocada pelo falo).

deste objeto a que surge a dimensão faz furo na teoria do conhecimento³⁰. O impasse do sujeito com a causa só pode ceder com a invenção de um ato – o que envolve cada um como sujeito, até o ponto da corporeidade, e se dá na falta do saber.

Quando se trata do desejo, o sujeito deverá escolher a sua escolha, reafirmar seu lado, suas armas. Perde algo com isso. Deve se lançar num dos pólos da sexuação, em ruptura com o universo a que mais ou menos ele se apega, universo plenamente infantil, onde de uma forma ou de outra ainda seria possível brincar, experimentar – e adiar. Por isso Lacan revertendo mais uma vez as categorias usuais do pensamento recorre ao vocábulo tradicionalmente tido como evolucionista, biologista no sentido mais naturalista do termo e articula o que ele chama “maturação do objeto a”³¹ à puberdade, enfatizando que é só quando o sujeito se confronta com o desejo sexual como tal que vai se dar para ele a possibilidade (e o imperativo ético) de advir como sujeito – barrado – no desejo. Assim como ele diz mais adiante que o ato sexual é ato “no sentido pleno, ético da palavra”³².

A função do objeto parcial não pode ser reduzida pelo fato de sua perda – alerta Lacan – apegamo-nos a ele porque é a partir daí que se enraiza a ilusão de cosmicidade do mundo³³. No entanto, este objeto parcial, nunca perdido de uma vez por todas, ao ser tomado - num ato do sujeito - como objeto *a*,

³⁰ Lacan, J. (1962-62 Lição de 03/07/63)

³¹ Lacan, J. (1962-63 Lição de 29/05/63). Rocha, A.C. (1999) comentando o termo de Lacan, mostra que não se deve “confundir a ideologia da gênese com a necessária genealogia dos elementos articulados na estrutura e que tem de estar referidos a uma certa temporalidade” e continua: “É por essa incidência [entrada em cena do real do desejo como sexual] que se pode definir um tempo dito da puberdade [...] Esse corte que se estabelece nessa maturação do objeto a, é um corte absolutamente inaugural, mesmo que re-inaugural [...] podemos dizer que ele inaugura a questão do ex-nihil que marcará o sujeito para sempre. Ele não é uma mera escansão, não é um corte na extensão, é um corte com a extensão” Rocha, A.C. (1999 pp139-142)

³² Lacan, J. (1962-63 Lição de 26/06/63).

³³ Lacan, J. (1961-62 lição de 27/6/62).

definitivamente perdido, libra de carne paga, efeito da castração e causa de desejo traz à luz, como diz Lacan, o ponto a-cósmico do desejo. E o sujeito surge aí neste corte em ato do objeto - Lacan diz: "intervalo entre unha e carne"³⁴.

O ato do sujeito com relação à causa do desejo, ato de situar o objeto em função de causa, cujo substrato (em que se dá este ato) é o objeto que é perdido ("nos vários níveis da experiência corporal"), Lacan vai conceber, nas últimas lições do Seminário, como a cessão do objeto: "trajeto simbólico" do sujeito em direção a este seu "suplente precedente" (antes mesmo que o sujeito esteja lá), que é a ³⁵, que são os objetos cessíveis (os objetos suportes da causa do desejo).

O real da cessão do objeto é o que acossa e faz o impasse do sujeito diante do desejo. Para advir o sujeito tem que se destacar sob o fundo deste objeto paradoxal que não pode ser subjetivado. Este objeto cuja simples presença envolve afãise do sujeito, outro impossível e próximo mais próximo de sua constituição subjetiva - Dalila que escraviza Sansão - é por cedê-lo que o sujeito é sujeito.

Para o sujeito, poder tomar esta posição implica reconhecer-se como causado por este objeto - "exterior inassimilável" - que o divide tornando vão o seu saber ("como desejar?") e confronta-o com a necessidade de abrir mão do que até então o sustenta - (seus cabelos de Sansão, nossos apegos identificatórios) - para *ex-sistir* no átimo, na suspensão de um lance de dados, onde ele toma posição e só então se afirma, se constitui³⁶. Ora, Lacan enfatiza, isso não se dá sem angústia, que é a "única tradução subjetiva deste a ".

³⁴ Ibid.

³⁵ Cf. Lacan, J. (1962-63 lições de 26/06/ e 03/07/63).

³⁶ É o paradoxo irreduzível de um sujeito que só se constitui por "seu" ato de cessão do objeto. Segundo Milner, "Ao intervalo de tempo em que os dados giram no ar, antes de cair a doutrina [psicanalítica] deu o nome de emergência do sujeito, o qual não é o lançador (o lançador dos dados não existe), mas os dados eles mesmos, enquanto suspensos." Milner, J.C. (1991 p.341).

Eis o que “fica em torno da causa”, e de que “é muito pouco dizer que é um recurso à intuição que a faz subsistir” –o que pode ter levado Lacan a articular a noção de causa à angústia e afirmar que se há uma dimensão onde se pode ver a verdadeira função, o peso, o sentido da persistência da noção de causalidade é na direção da “abertura da angústia” pois, seja em que contexto for que o sujeito esbarre com os efeitos do significante, produzindo descontinuidade, “abertura” (*beance*), ali encontrará a angústia – é o drama do sujeito que a cada vez que tenta reconstituir uma consistência, encontra o corte, a limitação no saber que suspende e relança. E por isso a causa interessa ao analista (ou talvez se possa dizer, a causa se interessa por ele³⁷).

Entre a causa e o que ela afeta

As primeiras lições do Seminário XI introduzem a função da causa pensada como corte, rotura, falha no campo do discurso. O que aí aparece surge como acaso. Achado, Lacan especifica que não se mantém, não dura; ao contrário, se perde:

No sonho, no ato falho, no chiste chama atenção o modo de tropeço pelo qual eles aparecem [...]. O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do termo produzir-se, se apresenta como um achado que é, ao mesmo tempo, uma solução – não forçosamente acabada, mas, por mais incompleta que seja, tem aquilo pelo que o sujeito se sente ultrapassado. Ora, esse achado, uma vez que ele se apresenta, é um reachado e, mais ainda, sempre está prestes a escapar de

³⁷ A inversão me foi sugerida por Antônio Carlos Rocha numa discussão ocorrida na Jornada sobre o Seminário *A Angústia no Tempo Freudiano* Associação Psicanalítica em março de 1999.

novo, instaurando a dimensão da perda. (Lacan, J. 1964a p.30).

No que toca o sujeito, portanto, a função da causa não se dá a conhecer como categoria e nem se pode aplicá-la pelo entendimento. Causa-achado, trata-se de algo que não se pode antecipar ou atingir sem ato.

De uma certa perspectiva, a causa implica num colapso das propriedades usuais de tempo e espaço pelas quais apreendemos algo. Como rotura do tempo, ela impede a síntese entre o antes e o depois (“para sempre outro”). Como alternância entre o semelhante e o dessemelhante, a causação é um corte que limita a extensão, experiência da presença como fugacidade, sem duração possível, como perda.

O que resta da operação de causação é apenas o traço que Freud chamava lembrança não de tal ou qual acontecimento, mas algo que evoca a novidade do achado sem, no entanto, poder reproduzi-lo como presença na imaginação. A causa, portanto, é para nós função de uma operação que se dá desde sempre em pura perda. Por isso, Lacan vai referir-se à função da causa para cernir o inconsciente.

Neste ponto, faz menção à extensa literatura que debate o problema da causa e surpreendentemente escolhe³⁸, entre as referências disponíveis na tradição filosófica, comentar o pequeno *Ensaio para Introduzir em Filosofia o Conceito de Grandeza Negativa* (1763), obra do período pré-crítico de Kant. Depois, evoca os *Prolegômenos a toda metafísica futura* do mesmo autor, do qual retira o termo chave – hiância.

Sobre o *Ensaio* de Kant indica que aí se pode apreender bem a hiância que, desde sempre, a função da causa oferece a toda apreensão conceitual. E, de fato, no *Ensaio ...*, como já mencionado, encontramos um Kant às voltas com

³⁸ (e por isso ele diz que alguns vão ficar sem matar a fome).

problemas para fazer avançar a filosofia, depois de se deparar com a causa como problema insolúvel para a razão. Lacan comenta:

Aí quase se diz tratar-se de um conceito, no fim das contas inalisável – impossível de compreender pela razão – se é que a regra da razão, a Vernunftsregel, é sempre alguma Vergleichung, ou equivalente – e que sobra essencialmente na função da causa uma certa hiância [...] (Lacan, J. 1964 a p. 26).

Posteriormente, no interior do sistema crítico, Kant encontrará uma solução para reabsorver a causalidade no campo da razão, utilizando-se da engenhosa estratégia, já comentada no início deste trabalho. Na *Crítica da Razão Pura*, Kant isola a causa como problema ontológico – problema que remete à causação como real, colocado quando se concebe a causação como algo mais que a simples sucessão – e trata da causalidade exclusivamente no registro do conhecimento. Utiliza, portanto, um estratagema que consiste em separar – ao mesmo tempo em que constitui – duas dimensões diferentes do problema da causa (ontológica e científica), renunciando deste modo ao problema com que ele tinha “topado” antes³⁹.

A Lacan, entretanto, parece interessar mais o problema que atravessa e afeta o sujeito Kant do que a solução engenhosa do filósofo que neutraliza o problema depois. Referindo-se à solução posteriormente encontrada pelo filósofo na *Crítica da Razão*, Lacan objeta:

A causa para nós, qualquer que seja a modalidade com que Kant a inscreva nas categorias da Razão Pura – mais exatamente, ele a inscreve no quadro das relações entre a inerência e a comunidade –, a causa não é por isso racionalizada Lacan, J. 1964 a p. 27.

³⁹ Cf. capítulo 1 acima.

Avançando em seu argumento, Lacan retorna ao problema colocado por Hume que implica numa distinção entre causa e lei⁴⁰. A lei é o que determina uma cadeia; a causa não é isso - no limite, trata-se de algo indefinível, mesmo anti-conceitual (é inanalísável). A causa se distingue da lei no que a lei científica enfeixa uma regularidade. “Ação e reação” – comenta Lacan – “um não anda sem o outro”, não há hiância, intervalo neste caso. A física pode postular uma lei universal – como a lei da gravitação universal de Newton – que, sem exceção, descreve, seja uma transmissão causal de energia, o planeta em sua órbita ou a maçã que cai, em função da atração da gravidade – mantendo todo o universo sob uma lei básica. Nos *Principia mathematica* por exemplo, Newton pode escrever num único volume toda a ciência dos corpos em movimento com uma inédita precisão matemática – completando o que os físicos da Idade Média haviam tentado e Galileu começara a trazer à realidade. Suas três leis do movimento formam a base de toda a física posterior e com as mesmas leis Newton também resolve um problema astronômico milenar – o do movimento dos planetas no espaço⁴¹.

Quando se trata de lei, dizemos que um corpo obedece à lei da queda dos corpos. Ao contrário disto, observa Lacan, cada vez que falamos de causa...

Há sempre algo de anti-conceitual, de indefinido. As fases da lua são a causa das marés – quanto a isto, é claro, sabemos que neste momento a palavra causa está bem empregada.[...] Isso não quer dizer nada, há um buraco e algo que vem oscilar no intervalo. Em suma, só existe causa para o que manca. (Lacan, J. 1964 a p. 27).

⁴⁰ Lacan, J. (1964 a p. 27).

⁴¹ Pela análise matemática, Newton pode mostrar como uma lei do inverso do quadrado resultava em um movimento em elipse e forçava os planetas a obedecer às leis que Kepler tinha deduzido com tanto esforço a partir de observações. Cf sobre isto Ronan, C. (1987) e Feynman (1965).

A causa se distingue do que há de determinante na lei científica, diz Lacan. Diferente da lei, a causa intervém quando a determinação simbólica tropeça, quando um significante falta para dar conta do que se passa.

Já na causa que Freud articula pode-se encontrar o que Lacan valoriza como sendo o essencial aqui, decisivo quanto ao emprego do termo causa – o afastamento e virtual separação entre causa e efeito – o *hiato* que Freud descobre, e com o qual ele se debate *Hiatus*, que já na trilha de Hume, designa o buraco, a lacuna que Lacan toma como necessários para pensar a causa.

Na física, a causa não se isola como tal, pois para isto é preciso descontinuidade – e mais que isso – corte. Lacan mostra em diversos níveis que é justamente por ser exterior à razão, é no nível humeiniano (que não é o da lei) que a causa toma sua consistência; é que ela se isola como tal – para tomar a imagem brilhante de Hume, pode haver lei no movimento da bola de bilhar, mas entre a lei e a causa o que há é hiato.

A lua como causa das marés é isso (um evento começa na lua e acaba na maré pela intervenção da rotação percebida da terra). E por isso Lacan diz que aí o termo causa está bem empregado.

O movimento das marés é explicado pela atração gravitacional que a lua exerce sobre a terra, maior em certos pontos da superfície em certos períodos, pela maior proximidade. A atração faz com que as águas do oceano avancem sobre parte da terra e a rotação diária e contínua da terra faz com que estas concentrações de massas d'água pareçam subidas e descidas do nível do mar. É, portanto, um fenômeno cuja emergência se deve à conjugação da ação da lei (gravidade) - com uma espécie de torção que se realiza pela presença de um observador hipotético (o próprio ponto de medição serve).

O caso é também um famoso exemplo tomado por Bertrand Russell – que quer eliminar este fator (“Isso não quer dizer nada”) da dedução lógica - para criticar o retorno da causa intrínseca - posta ela mesma pela determinação como

hiato. Ora, com a indicação de Lacan de que aí o termo está bem empregado, se pode ver justamente nisso o índice da presença do sujeito que, rechaçado na ciência, retorna desordenando e é recebido, como as histéricas antes de Charcot (“isso não quer dizer nada!”).

Pois bem, é neste ponto que Lacan vai insistir para fazer atinar por aproximação, situar-se o inconsciente “conceito freudiano” – neste ponto em que entre a causa e o que ela afeta há sempre mancada. A descontinuidade que Russell quer eliminar da lógica e que faz com que Hume deposite a causalidade no hábito como crença do espírito é justamente, para Lacan, o fundo de descontinuidade sobre o qual a causa ganha relevo. O que Hume formula em termos de hábito, Lacan reformula como o *nachträglich*, o *après-coup* onde a causa se anuncia. E embora a premissa de Hume o leve a considerar a causalidade como ilusória, espécie de truque da razão, a melhor imagem do *après-coup* ainda é o choque entre as bolas de bilhar⁴².

Lacan utiliza o mesmo ponto para mostrar o oposto. Para cernir o que a causalidade tem de real, ele enfatiza precisamente que ela é irreduzível à lógica da contradição e que onde há causa sobra sempre uma hiância para a razão. É justamente esta hiância que permite assinalar a causa.

A solução de Lacan, a idéia de que só há causa para o que manca, é um prodígio: remete ao mesmo tempo à ciência – que só pergunta pela causa do que irrompe, do que contradiz, do que sai fora da lei (algo que a ciência vai esforçar-se por reintroduzir no sistema como variação⁴³) – e ao sujeito (há causa para um

⁴² Refiro-me ao choque (das bolas de bilhar) como o que está, por assim dizer, *antes* do sujeito (o choque real aparece no e para o sujeito, mas o sujeito somente consegue dar-se conta, “assistir” depois ao “filme mental” do choque projetado na representação - “assiste-o”, inclusive, em alguns casos, em câmera lenta). É esta também a característica do real inconsciente, como o que vai na frente antes da gente. As situações se apresentam, respondemos a elas, de algum modo, e só-depois passamos mentalmente o filme da representação (e podemos inclusive ficar totalmente presos aí).

⁴³ Cf. Kuhn (1966), que diz que a ciência só fornece verdadeiramente causa para o que é irregular. Não se usa a explicação causal para explicar a órbita de marte em sua forma

sujeito, por oposição à ciência que justamente trabalha a partir da incidência da causa para introduzir aí uma lei). Mas é uma solução que se dá num campo que não será mais o da ciência, tampouco o da filosofia - o campo propriamente psicanalítico.

Aquilo que a tradição filosófica separa - causa e sujeito - Lacan nodula pela experiência analítica: "toda causalidade testemunha um implicação do sujeito"⁴⁴. Em oposição à idéia de que no plano do sujeito tratar-se-ia somente de razões (corolário da idéia da causalidade física - largamente difundida na ciência e na filosofia), Lacan aposta na causa que Freud encontrou no interior mesmo do plano das razões - dimensão que nada tem a ver com razões e da qual o sujeito é efeito.

Aqui temos a tese de Lacan: a afirmativa - consoante com todo seu ensino, de dessubstancializar o inconsciente ("há um buraco ... algo vem oscilar no intervalo") e, ao mesmo tempo, afirmar sua parte com o real - de que o inconsciente situa-se na descontinuidade, mas uma descontinuidade que não é da esfera do sentido e sim aquela caracteristicamente articulada pela noção de causa. Descontinuidade real, identificável, detectável, discernível no discurso - como impasse, beco sem saída, impossibilidade de simbolizar.

Há aí também a novidade de que já falamos e que é a de Lacan correlacionar hiância causal e linguagem no plano do necessário - da lei. A hiância que sobra sempre no lugar da causa (na tentativa de apreensão da causa pela razão no discurso), à operação do que ele chama a máquina formal. A causa

elíptica - as leis de Newton respondem por isso - e os elementos que compõem esta explicação não são causais pois nenhum deles é de fato anterior à situação a ser explicada (os elementos da explicação são simultâneos ao fenômeno a ser explicado, fazem parte dele). Já quando se supõe que a órbita de Marte seja observada como não-elíptica, ou que sua posição num momento dado não seja aquela que foi predita - a resposta nesse caso isola verdadeiramente uma causa específica (por ex., a atração gravitacional de outro planeta) "Bem diferentemente das regularidades, as anomalias são explicadas em termos que são causais no sentido estrito" (Kuhn, Th.S. 1966 pp.13-14)

⁴⁴ Lacan, J. (1956 p. 417).

como a perda que é imposta pelo discurso - esta operação que recorta um objeto - o qual, uma vez perdido, e mais ainda, cedido, dá lugar ao sujeito por produzir uma brecha irreversível na ordem do ser e do saber - brecha que é o lugar onde o sujeito é convocado. É na medida mesmo em que tentamos com a linguagem circunscrever, formular o que se passa na experiência, que sobra um resto não simbolizável, uma falha em inscrever-se que vem como perda para o sujeito que aí se constitui.

Decorre assim da estrutura (da lei) do significante - i.é., do fato de que um significante não significa a si mesmo (um significante remete sempre a outro, de modo que a linguagem apenas contorna a significação sem nunca atingi-la como positividade) que a linguagem oferece uma referência, a única possível, que é falha, que escapa, nunca é toda, nunca é. O nome psicanalítico desta referência em negativo é desejo. Uma perda: *a*, o objeto perdido em Freud, objeto causa de desejo com Lacan, buraco que surge e ressignifica o intervalo imposto pela lei da linguagem, num ato mesmo pelo qual o sujeito se constitui como tal. Mais tarde, num de seus seminários mais formalizados - RSI (1974-75) -, Lacan dirá:

Sem o pequeno *a*, falta alguma coisa a toda teoria possível da referência [...] e isto pelo fato de que o sujeito suposto não conhece algo. Por se saber ele próprio causado por um objeto que não é o que ele conhece, i.é., que não é o Outro como tal do conhecimento, mas que, pelo contrário, esse objeto, o pequeno *a* risca para ele este Outro. (Lacan, J. 1974-75 lição de 21/01/75).

A referência não sendo possível, haverá para o sujeito necessariamente um resto - o que sobra de uma operação de referenciação que não se completa (é o discurso, como vimos) e se constitui como causa da divisão do sujeito na reiteração infundável a que ele está apenso, da operação do discurso.

Esta dimensão do inconsciente estava esquecida, diz Lacan⁴⁵, o inconsciente havia voltado a fechar-se sobre sua mensagem sob a psicologização empreendida na leitura de Freud. E reabrir a hiância, ele comenta, exige precaução.

Conceito-limite

A linguagem, a descrição dos mecanismos significantes é, em Lacan, a precaução contra o inefável. Já que o inconsciente só se atinge por aproximação, este inconsciente esquivo então tem que ser cernido num cálculo - procedimento que só se dá, só existe porque existe o funcionamento signifiante, o jogo simbólico.

Ele mesmo o diz:

Estou certamente agora, na minha data, na minha época em posição de introduzir no domínio da causa a lei do signifiante, no lugar onde esta hiância se produz. Nem por isso deixa de ser preciso, [...] tornar a evocar o conceito de inconsciente nos tempos em que Freud procedeu para forjá-lo - pois não podemos completá-lo sem levá-lo ao seu limite. (Lacan, J. 1964 a p. 28-9).

Lacan fala em completar o conceito de inconsciente – do inconsciente como hiância, descontinuidade radical - deixado em suspenso por Freud (em noções como o umbigo do sonho que Lacan relembra neste contexto ou como a causa das neuroses, que nos interessa) - através de levá-lo ao limite.

⁴⁵ Lacan, J. (1964a p. 28).

Tendo que incluir em seu bojo, como mostra Lacan no Seminário XI e como se viu aqui com relação à castração, a recusa do inconsciente (sua própria recusa), o conceito de inconsciente só se atinge por aproximação. O conceito de inconsciente não pode ser reconduzido a um inteiro⁴⁶. Não havendo metalinguagem (é um dos postulados de Lacan), o inconsciente opera sobre aquilo mesmo que se diz sobre ele⁴⁷.

Quando Lacan chega, ou parte, da função da causa para cernir o inconsciente, ele está falando desta impossibilidade em conceituar até o fim. Não se pode realmente conhecer o inconsciente, conhecer a causa, "sua natureza"⁴⁸. É como se Lacan propusesse uma inversão do esquema clássico: em lugar de deduzir causa do efeito, entendê-la como uma variação a mais, trata-se de entender o efeito (o sujeito, o desejo, o inconsciente) através noção de causa.

O conceito é aqui designado como o que se atinge por aproximação – tomado no sentido que lhe empresta o cálculo infinitesimal, diz Lacan⁴⁹. Eis como o entendo. No contínuo infinito de aproximação (e afastamento) que constitui a relação da linguagem com o real - sem que haja mais encontro aí do que o que é possível no processo que Lacan chama a "mola da exatidão" e que ele compara ao ajuste de dois relógios (o real de um lado, uma dada sintaxe do outro⁵⁰) - o conceito, se não se o modela por uma classificação do tipo aristotélico (agrupamento por classes, semelhanças, etc. de uma realidade já dada), é o que se atinge somente por um passo. Um passo que é lógico, epistemológico, num segundo momento – o da ciência já estabelecida - mas que

⁴⁶ Como no ex. fornecido no primeiro capítulo a propósito da diferença entre o número 0,666 que pode ser reconduzido a $\frac{2}{3}$; e o número $\sqrt{2}$ - com o qual se pode operar ($\sqrt{\quad}$ é um operador) mas será sempre infinito (1,4142135...).

⁴⁷ Rocha, A. C. (1999 p. 135)

⁴⁸ Assim como Newton dizia não poder conhecer a natureza da força da gravidade, somente sua lei. Cf. Koyré (1957 p.252-3).

⁴⁹ Lacan, J. (1964 a p. 25).

⁵⁰ Lacan, J. (1954-55 p.372-3)

implicou também um passo subjetivo em seu momento inaugural (Newton, Einstein e Planck, diz Lacan para designá-lo). Há um salto no conceito de inconsciente – e como no cálculo é um salto e tem exatidão, passagem ao limite⁵¹.

Não é, note-se a posição céptica de dizer apenas que nunca se chega lá, não se sabe exatamente. Não. Este salto pelo qual se chega ao conceito se aproxima da *démarche* da ciência moderna em seu momento de aurora, é um salto cuja efetividade dispõe um sulco, um campo novo no real. A diferença é que o inconsciente é um campo que se perde e sendo assim, cabe a cada um em cada momento, dar este salto para o qual a psicanálise e a teoria psicanalítica pode apenas apontar – ou mais um pouco, causar. (O fato de que este passo tem que ser encarnado é o que se designa com a noção de causa).

Lacan o ilustra com o apólogo dos três prisioneiros no artigo sobre o tempo lógico. Trata-se de uma situação radical, impossível de equacionar no plano do saber e onde a passagem ao limite (ali chamada momento de concluir) se mostra como pontualidade. Apenas uma abertura (este termo nos interessa) para que o sujeito venha a se exercer por seu ato. O que é interessante do apólogo e nos importa para pensar a função da causa é que neste plano, fora do saber, é o ato do sujeito que funciona como argumento na cadeia dedutiva (um argumento que não pode ser traduzido em um dito que assegurasse que este argumento se somaria como parcela do saber).

Um ato falho, o sonho que Freud chamou a *via régia*, não é nada se tomado em si mesmo, sem a implicação do sonhador⁵². É somente na pontualidade que uma passagem ao limite pode vir a constituir aquele sonho, aquele engano determinado, na verdade do sujeito, na oportunidade de encontro

⁵¹ Quando o limite converge, pode-se calculá-lo - mesmo que numa série infinita - e chegar ao finito.

⁵² Seria no máximo passível de uma descrição objetivante como fenômeno.

com o que se é (onde se está). É somente a passagem ao limite que pode impedir que aquilo que foi uma abertura do inconsciente se feche na cristalização, na estabilização na identidade (que, enquanto jorra conhecida, não atinge ninguém).

É neste momento, nesta abertura, podemos dizer, nesta oferta que o significante faz que o sujeito pode se deixar afetar por uma conclusão necessariamente incerta (mas a única de que ele dispõe) e se arriscar em seu ato; ou recusar a abertura em prol de uma demanda de saber demonstrativo que é infinita (vimos com Freud) e não permite concluir sem ato. Por isso, Lacan fala de instante de ver e momento de concluir, duas pontualidades que limitam a duração (tempo de compreender) imprimindo ao movimento do sujeito direção e sentido irreversíveis, do ver ao concluir⁵³ (nesta irreversibilidade, está a causa).

Por isso, na psicanálise, falar de causa, supor a causa, recuperar a dimensão causal (que não se presta à identidade com o saber) é de alguma maneira, deter o sujeito na abertura – sublinhar a oferta que o significante faz a ele, confrontá-lo com este ponto que é diferença pura, ponto (é o objeto *a*) que produzido no próprio movimento da fala é ele mesmo, mas fora do registro onde ele costuma se reconhecer – o registro da identidade promovida pelo saber.

Os desenvolvimentos posteriores da obra de Lacan só fazem acentuar esta idéia de uma falta central em torno da qual se articula a estrutura. É a idéia de causalidade ficará mais e mais central em sua vinculação ao final da análise – problema e impasse de Freud.

Se a análise não pode visar diretamente os sintomas e se quer causal, a necessidade impõe que a teoria vá além do imediatismo da causa eficiente – já presente em outras psicoterapias comportamentais ou sistêmicas. Por oposição, a teoria do inconsciente como causa introduz outra finalidade da análise. Para Lacan, o final da análise estará ligado não aos elementos que Freud queria cernir

– o sintoma, a prevenção, a liquidação da transferência – e sim ao ato do sujeito referido à cessão do objeto.

É aí que a problemática freudiana do término da análise desemboca na problemática lacaniana da dupla causação do sujeito, pelo significante e pelo objeto *a*. Ao longo de seu trajeto Freud foi indicando aqui e ali as marcas, os indícios os sinais de que nem tudo, no encontro entre o sujeito e o Outro inconsciente, era significante. A questão do fim da análise é uma destas marcas, deixada por Freud em espera; à espera de que os problemas por aí emergem, encontrem a formulação que cada sujeito possa aportar quando confrontado ao que está apenso ao seu ato.

O pensamento de Freud, Lacan o demonstra cabalmente, implica um sujeito – é nesta medida que ele fala de escolha da neurose, responsabilidade, disposição, etc. Em Lacan, por outro lado, a causação significante não aguarda por nenhum aval do sujeito para acontecer – ao contrário, é o sujeito que é aí posto por ela (mesmo que haja recusa ou consentimento, a causalidade significante, como mostrei, não depende da posição subjetiva). Porém a causação por cessão do objeto *a* coloca o problema de uma determinação nova – que conta com a cessão como o ato – inantecipável - pelo qual e onde só-depois o sujeito se constitui.

Na psicanálise portanto, como dizia no início deste trabalho, a causa só emerge ao final – de maneira conforme a retroação do significante em sua eficácia. A questão do final da análise colocada em articulação com o ato do sujeito, assim como uma série de outras noções freudianas, - como reação terapêutica negativa, masoquismo, repetição, pulsão de morte, etc. - oriundas de algum modo da constatação de uma insuficiência da palavra, indicam que o campo que Freud criou, é perpassado por uma incompletude inerradicável. Uma incompletude que extrapola aquela ligada ao infinito da linguagem, ao que, do

⁵³ Aponta-o Fernandes (1997b p.39).

inconsciente não se esgota por se produzir a cada fala. Esta incompletude, ao contrário, está ligada ao fato de que, nem tudo se esgota na linguagem pois, como diz Lacan, com relação a verdade toda, as palavras faltam. Tal incompletude, radical, não está apenas no horizonte do discurso analítico, ela atravessa-o, no que aí está em causa o real da pulsão e do sujeito. É mesmo este corte entre o real e a linguagem que limita e comanda a efetividade do discurso analítico. E este corte, esta falha central, em torno de que este discurso se institui, é o que é, diz Lacan, “comprimido pela causalidade” – como configuração mínima de um corte que se sustenta sem sutura.

A causa de saída perdida do inconsciente só é tangível no ato de uma passagem ao limite, e neste sentido, colocá-la na posição do que agencia o tratamento é apontar para o real do ato como aquilo que a análise visa no discurso – os pontos de impasse, de engasgo, de enguiço do discurso, dos quais nos queixamos, sem saber que ali mesmo está a causa, está o desejo com a dificuldade da cessão real do objeto que o caracteriza.

O momento de abertura em que é dado ao sujeito a oportunidade de concluir com seu ato – é esse o problema da análise em seu final. É que o abismo que se trata de saltar (e concluir) só se pode apontá-lo em ato, pelo salto que dá lugar - só-depois - ao conceito⁵⁴.

A verdadeira função [do conceito de inconsciente] é justamente estar em relação profunda, inicial, inaugural com a do conceito de Unbegriff – ou de Begriff [conceito] do Un [partícula de negação, de falta] original, isto é, o corte. (Lacan, J. 1964 a p. 46).

⁵⁴ Num segundo momento, a ciência vai passar por uma formalização já purificada do sujeito que ali teve que comparecer e dar o salto (Einstein, Planck, Newton pagaram por seu ato de descoberta de alguma coisa).

Subversão

Aqui se chega, por fim, a poder mostrar em que a solução de Lacan subverte a problemática tradicional da causa. Esta subversão está, a meu ver, não tanto em correlacionar causa e linguagem, mas em apontar a causa como resto - inassimilável - da operação da linguagem - e não como princípio de concatenação, como o coloca a filosofia⁵⁵.

A causa como resto da inserção nunca completa do sujeito na linguagem é, deste modo, a causa da divisão do sujeito e deste fato mesmo, *pathos* para o sujeito (aquilo com o que ele está inarredavelmente enganchado).

Entre esse Um [que todos almejamos no discurso] e esse a [que nos é imposto como resto] não há nenhuma relação racionalmente determinável. Nenhuma proporção é captável entre o Um e o *a*. Daí resulta que não há jamais qualquer razão para que o recobrimento de um pelo outro se termine, que a diferença será tão pequena quanto se a puder figurar, que há até um limite mas que, no interior desse limite, não haverá nunca conjunção, copulação qualquer do Um para o *a*. (Lacan, J. 1974-75 lição de 21/01/75).

“A diferença será tão pequena quanto se a puder configurar” - e esta configuração mínima do que não pode ser recoberto inteiramente pelo significante é a causa.

O objeto *a* que viria completar o Outro tornando inscriável a relação sexual⁵⁶ é causa - não no sentido de um *impetus* que move a cadeia - mas, pelo contrário, por ser ele o elo que falta na cadeia. Elo que, por faltar retira-lhe o Um e faz incidir na cadeia o *Un* da falta e da negação.

⁵⁵ Como argumentado no capítulo 1 deste estudo.

⁵⁶ Lacan apregoa que a “relação sexual não existe” como tal, não se pode escrevê-la, não há razão, relação, proporcionalidade entre os sexos - é um de seus aforismas..

No Seminário XI - o primeiro realizado École Pratique de Hautes Études e aberto a um público mais amplo – Lacan , querendo dar a apreender o inconsciente “conceito freudiano” nesta ocasião histórica, que implicava introduzir o discurso psicanalítico em sua particularidade irreduzível, incompatível e inseparável do discurso da ciência, no universo do saber, não apenas insiste com a causa como remete a ela a possibilidade de saída para a aporia constitutiva da posição do analista.

No dilema de assumir pura e simplesmente nossa implicação como analistas no caráter erístico da discordância de toda exposição de nossa experiência – ou de polir o conceito no nível de algo que seria impossível de objetivar, se não de uma análise transcendental da causa. (Lacan, J. 1964a p. 123).

Não podendo prescindir nem de tomar posição no conflito, nas controvérsias do campo psicanalítico (“nossas discordâncias”) nem de “polir o conceito” até o nível de “algo que seria impossível de objetivar”, resta ao psicanalista o que Lacan indica como “uma análise transcendental da causa”.

“Análise transcendental da causa” a partir da perspectiva e da experiência do que a psicanálise incita a formular. Reviravolta que ele deixa entrever num relance, neste ponto preciso em que, levando longe as consequências éticas da posição freudiana, retoma ali diante de toda aquela assistência ilustrada, a máxima aristotélica que fora invertida por Freud na longínqua “Comunicação Preliminar”⁵⁷ para aí deixar consignada não apenas mais a sua inversão, mas uma verdadeira subversão: formulada a partir de tal máxima – desta vez na versão de Tomás de Aquino (“*Ablata causa tollitur effectus*”) – a análise

⁵⁷ O “*Cessat causa cessat effectus*” com que se iniciou, neste trabalho, a leitura de Freud.

transcendental⁵⁸, segundo Lacan, consistiria em “sublinhar o singular da prótase, ‘*ablata causa*’, colocando no plural os termos da apódose, ‘*tolluntur effectus*’”. “O que quereria dizer”, ele continua aparentemente ligeiro (falando, note-se à nata da intelectualidade francesa dos anos 60-70), “que os efeitos só andam bem na ausência da causa”⁵⁹.

Esta nova inversão da máxima aristotélica por Lacan se acrescenta àquela realizada por Freud, por acentuar a dissimetria entre causa e efeito, singularizando a causa. A causa é a causa do desejo, e os efeitos, como diz Lacan, estão ligados à causa por uma “pressão” – a “pressão de uma ordem transfactual”. Esta, que é uma ordem causal que Lacan identifica à estrutura significante, exige “que se entre em sua dança”. Mas se os efeitos – o discurso, o inconsciente, o sujeito – “se dessem a mão bem apertado”, fariam obstáculo a que a causa do desejo, que interrompe, que derroga, que introduz a claudicação – se imiscuisse em sua roda⁶⁰.

Tal perspectiva subverte inteiramente o modo tradicional como esta problemática é colocada por situar a causa - em total separação de planos com relação ao efeito - em direção à hiância que um ato vem instaurar, entre o que será, por este mesmo ato, o sujeito e o objeto que permanece exterior, real - causa que não se deixa apreender, que apenas “causa sempre”, “causa, causando todo efeito”.

Uma tal separação de planos pode ser ocasião de recuo – quando o sujeito, descobrindo que tudo o que se pode apreender da causa são os efeitos recua, recusa o inconsciente como abertura e fica com a neurose, a cadeia dos

⁵⁸ A expressão remete a Kant e seu método crítico onde a análise transcendental é o instrumento mais poderoso para livrar o pensamento dos enganos metafísicos – que, por esta análise, são devidamente criticados (i.é., ganham limites contornos, um lugar determinado na construção do conhecimento, caso possível ou, senão, são pela própria análise eliminados, descartados como erro). Cf. Kant, I. (1781).

⁵⁹ Lacan, J. (1964a p. 124).

⁶⁰ Ibid.

efeitos - ou de passagem - que aqui abordei como passagem ao limite, conclusão em ato, a cada vez; pela qual então a castração, da qual até então ele se queixa, aparece como o rochedo a partir do qual ele pode se lançar ao fazer. É neste ponto que Freud deixa as coisas. E é onde o ensino de Lacan avança, a meu ver, introduzindo na hiância da causa a lei do significante que permite reabrir o intervalo indispensável à causa.

É justamente para retomar a função da causa do desejo que o psicanalista Lacan precisa, como ele diz, completar o conceito do inconsciente levando-o ao seu limite. Para isto é preciso passar pelos tempos que Freud percorreu para forjá-lo, recuperar a experiência do seu primeiro encontro com as histéricas e o momento de suspensão da resposta e da demonstração que iniciou a psicanálise e deixou aparecer a causa. E é neste ponto preciso que Lacan recomenda que se vá ao texto de Freud, pois somente este texto - que testemunha o trajeto pelo qual Freud enfrenta obstinadamente e sem recursos (sobretudo sem os recursos dos conceitos que ele mesmo iria ainda formular) seu embate com a causa - pode nos dar a medida da virada que é preciso empreender para atingir a causa de que se trata na experiência analítica.

Se a causa foi a escolha de Freud para garantir a relação do inconsciente ao real e efetividade para a psicanálise, na direção colocada por Lacan, mais que operatividade, trata-se com a causa, de apreender o próprio do inconsciente - "entre a causa e o que ela afeta" onde há sempre mancada, é aí que se pode situar o inconsciente.

Trata-se não apenas da causa como rotura no pensamento, abertura, hiância onde alguma coisa acontece e onde se redescobre a característica de interrupção, de falha, que assinala o inconsciente quando emerge; mas a causa como produção real onde se reconhece a efetividade do inconsciente, em torno de que dispõe toda nossa vida, em todos os aspectos.

A dificuldade que cada um encontra para articulá-la é fruto do mesmo impasse de Freud (Como Sganarelle pode articular com os termos do discurso a causalidade envolvida na efetividade do inconsciente?). Impasse em que se cai quando se quer tirar a causa pelo efeito, como fazemos todos. Rotura que indica que não é possível comparar, alocar no mesmo plano causa e efeito, duas ordens que, a partir de Lacan, revelam-se absolutamente distintas, heterogêneas uma à outra, habitantes de dimensões inteiramente diferentes e indissolivelmente ligadas.

Como na fábula do falcão e do lobo, em que são transformados um casal de amantes – causa e efeito, um só comparece quando o outro não está, um vive de dia o outro de noite, e a rigor, se encontram na transformação de um em outro. Não - é preciso ressaltar - no instante da transformação (“choque entre bolas de bilhar”) que é instantâneo, sem duração, mas na transformação ela mesma, na relação inapreensível que os une, no paradoxo de um corte que atrela o sujeito ao objeto extirpado.

Pode-se entendê-lo um pouco mais acompanhando Freud em seu esforço. Onde se pode traçar perfeitamente, em seu dilema, o que ocorre, quando se tenta apreender a causa diretamente. A gente tenta atingir a causa, mas dela só se tem os efeitos, sinais de sua presença quando ela se ausentou. Tenta-se reconduzir os efeitos às causas e só encontra a sucessão – aconteceu com Hume - pálida representação, como uma foto antiga de uma festa que aconteceu, de alguma coisa que esteve ali e mandou lembranças de longe. Botamos uma mão em cada e tentamos juntar causa e efeito, tentamos a síntese e eles se repelem como ímãs de polaridades retrativas; debandam, um para cada lado, uma para cada plano. É o hiato: só temos acesso à causa através dos efeitos, mas estes se passam noutro plano e só dizem da causa nas falhas do seu encadeamento, quando se

desordenam e correm feito loucos, e rolam pelo chão, feito as contas de um colar que se quebrou⁶¹.

É que a hiância que separa causa e efeito faz parte da causa, é a causa (que não é nada mais que isto, este intervalo renitente onde alguma coisa acontece).

Lacan pôde tomá-la pelo lugar do sujeito em seu ato inantecipável por relação ao objeto da pulsão. Trata-se portanto na psicanálise e desde então, de causa – mas da causa não como o que pode explicar simplesmente o sintoma ou esclarecer seus mecanismos (e face à qual o clínico seria externo, como na medicina), e sim como o hiato que inclui nada menos que o ex-nihil que é a casa do sujeito, ex-nihil em que se coloca o ato do sujeito de intervenção no mundo.

Por mais que algumas condições estejam dadas – e outras não. Por mais que este sujeito seja sobredeterminado por todas as vicissitudes de sua história, seu *hic et nunc*, o que Freud e Lacan apontam – no limite – é que em seu ato inantecipável o sujeito cria um mundo e decide (sem pensar) a sua vida.

Com isto, Lacan responde a Hume, mas a partir de um campo e posição a que Hume não poderia mais escutar. A afirmação de Lacan já não é do campo filosófico nem científico; não se diz por inteiro, sem ato, aproximação e salto. Cada um tem que fazer por si.

Quanto a isto, ele indica, na mesma passagem, que é preciso conceber a causa inconsciente – nem como ente nem como não-ente. Malgrado o seu não-advento, diz Lacan, ela é a “função de um impossível sobre a qual se funda uma certeza”⁶².

⁶¹ A imagem do colar também é evocada por Freud no momento em que ele assente que a causação das neuroses não é linear como uma enfiada de pérolas. Os efeitos estão aí, constata, eles abundam, mas não se pode reconduzi-los linearmente até a causa de que são efeitos.

⁶² Ibid.

Finalmente

Isso não é uma conclusão. Mesmo incorrendo em denegação *à la* Magritte, sou obrigada a dizê-lo, sob pena de desconhecer que este trabalho contém, em seu corpo mesmo, vários momentos de concluir e começar de novo.

Quando me pus a trabalho, uma constatação se impôs: a de que a psicanálise nasceu junto com o deslocamento operado por Freud com relação ao problema da causação das neuroses, no texto verdadeiramente inaugural que é a Comunicação Preliminar.

Até então vista como a verdadeira causa das neuroses, a hereditariedade em sua opacidade onipresente e atuante para todos, mascarava e impedia que a dimensão da causa aparecesse como tal. Somente o limite que Freud revelou - deslocando a hereditariedade de causa à precondição da neurose, e no mesmo ato, distinguindo a precondição das causas auxiliares e da causa específica da neurose que é sempre sexual - permitiu que a função da causa aparecesse, como hiância que está relacionada e assinala a presença e implicação do sujeito na causa das neuroses.

O reconhecimento do problema envolvido na causação das neuroses suspende por assim dizer o dispositivo médico de demonstração a partir de um quadro clínico dado a ver (as hísticas de Charcot) e requer o dizer do paciente - numa inversão de papéis que marca e institui o terreno propriamente analítico. O passo seguinte (se é que se pode falar de sucessão neste caso) é a instituição do dispositivo analítico.

Freud, ao que parece, não pretendeu revirar as bases do discurso médico. Talvez ele tenha pretendido alargá-lo em direção a uma causalidade que não se atingia por anamnese (relato intencional das vicissitudes da doença). Mas

suspendendo a demonstração ele acabou por engendrar o lugar em torno do qual se ordena o dispositivo analítico para lidar, não com a demonstração, mas com a causa como indemonstrável, que assinala o real e está relacionada à presença do sujeito.

Percorri neste trabalho, a trilha de Freud em busca da causa das neuroses que inclui o sujeito. Trilha que, tendo partido da causa das neuroses, incluiu o próprio Freud até o ponto do reposicionamento subjetivo, que foi seu ato e permitiu a dedução da fantasia, sem o que não haveria a psicanálise como se conhece hoje. É mesmo porque inclui necessariamente o ato do sujeito, que a causa de que se trata na psicanálise veio a desdobrar-se até a questão da causa do desejo.

Tal perspectiva subverte o modo tradicional como esta problemática é colocada, por situar a causa - em total separação de planos com relação ao efeito - em direção à hiância que um ato vem instaurar, entre o que será, por este mesmo ato, o sujeito e o objeto que permanece exterior, real - causa que não se deixa apreender, que apenas "causa sempre", como o coloca Lacan, "causa, causando todo efeito".

Ao longo de seu trajeto Freud foi indicando aqui e ali as marcas, os indícios os sinais de que nem tudo, no encontro entre o sujeito e o Outro inconsciente, era significante. A questão do fim da análise é uma destas marcas, deixada por Freud em espera; à espera de que os problemas por aí emergem, encontrem a formulação que cada sujeito possa aportar quando confrontado ao que está apenso ao seu ato.

Além desta marca em particular, uma série de noções freudianas, - como reação terapêutica negativa, masoquismo, repetição, pulsão de morte, etc. - oriundas de algum modo da constatação de uma insuficiência da palavra, indicam que o campo que Freud criou, é perpassado por uma incompletude inerradicável. Uma incompletude que extrapola aquela ligada ao infinito da

linguagem, ao que, do inconsciente não se esgota por se produzir a cada fala. Esta incompletude, ao contrário, está ligada ao fato de que, nem tudo se esgota na linguagem pois, como diz Lacan, com relação a verdade toda, as palavras faltam. Esta incompletude radical não está apenas no horizonte do discurso analítico, ela atravessa-o, no que aí está em causa o real da pulsão e do sujeito. É pois este corte entre o real e a linguagem que limita e comanda a efetividade do discurso analítico. E esta falha central, em torno de que este discurso se institui, é o que é, como diz Lacan, “comprimido pela causalidade” – como configuração mínima de um corte que se sustenta sem sutura.

Por outro lado, é exatamente por aí, por este engasgo no saber que aponta e indicia uma abertura para algo que, embora circunscrito pelo significante, não se fecha, não se reduz a ele, Freud encontra, também o que será o impasse do sujeito em seu confronto com o que não se dialetiza no trabalho da linguagem – impasse que Freud designou sob a forma do rochedo que se tornou célebre, escolho que resiste e é colocado pela palavra.

O tal rochedo pode ser ocasião de recuo – quando o sujeito, descobrindo que todas as suas associações vão dar no mesmo ponto recua, recusa o inconsciente e fica com a neurose - ou de passagem – que aqui abordei como passagem ao limite, conclusão em ato, a cada vez; pela qual então a castração, da qual até então ele se queixa, aparece como o rochedo a partir do qual ele pode se lançar ao fazer. É neste ponto que Freud deixa as coisas. E é onde o ensino de Lacan avança, a meu ver, introduzindo na hiância da causa a lei do significante que permite reabrir o intervalo indispensável à causa.

O ponto em que Freud deixou as coisas, agora me dou conta, cria uma oposição, não somente entre causa e mecanismo, mas entre a causa e os ideais. Diante do rochedo da castração como limite, colocar os ideais no lugar da causa – inantecipável - é uma saída, mas é a saída talvez, na hipótese especial e rara, de nascimento de um filósofo (é por ex., o que fez Kant com abordando o

problema moral pelo viés de um imperativo categórico como fato da razão autônoma e livre).

Enquanto um psicanalista justamente, surge, me parece, se se pode escolher, não pelo ideal, mas pela causa diante do rochedo da castração. Confrontado a oposição entre a função da causa e os ideais, o sujeito sabe que – tal como no apólogo “a bolsa ou a vida” – só um termo pavimenta um caminho, só há uma saída. Os ideais não bastam, resta o desejo. E este é um ponto de impasse na medida em que escolher o desejo confronta o sujeito ao real da cessão do objeto – com a dificuldade e o custo que a caracteriza. Neste sentido a escolha entre a causa e os ideais é uma escolha ética e muitas vezes decisiva no real da existência de cada um.

É justamente para retomar a função da causa que o psicanalista Lacan precisa, como ele diz, completar o conceito do inconsciente levando-o ao seu limite. Para isto é preciso passar pelos tempos que Freud percorreu para forjá-lo, recuperar a experiência do seu primeiro encontro com as histéricas e o momento de suspensão da resposta e da demonstração que iniciou a psicanálise e deixou aparecer a causa. E é neste ponto preciso que Lacan recomenda que se vá ao texto de Freud, pois somente este texto – que testemunha o trajeto pelo qual Freud enfrenta obstinadamente e sem recursos (sobretudo sem os recursos dos conceitos que ele mesmo iria ainda formular) seu embate com a causa – pode nos dar a medida da virada que é preciso empreender para atingir a causa de que se trata na experiência analítica.

Comecei este trabalho referindo-me à exortação de Lacan para que se concebesse o inconsciente a partir da noção de causa, como efeito da linguagem. É uma afirmativa intrigante. Durante os anos em que este tema me ocupou, freqüentemente voltei a ela, tentando entendê-la, tirar as conseqüências dela, revirando-a daqui e dali para escutar o sentido, que eu intuía, sentia ressoar, mas não “pegava”. À medida em que ia me informando mais sobre o tema, o

mistério aumentava. O que Lacan chamava de causa era tão distante do corpo de problemas que se costuma reunir sob este conceito, que era difícil até mesmo entender porque ele insistia no termo. E ele insistia muito – isso eu constatava o suficiente para perceber que a presença da causalidade em seu ensino não era casualidade (com trocadilho).

Tentei vários passos. De início correlacionei a questão da causalidade à operatividade nos termos do discurso científico – foi o tempo de reconhecer a causa era a escolha de Freud para garantir a relação do inconsciente ao real e para a psicanálise uma efetividade. Depois disso avancei na direção colocada por Lacan que compreendi como indicador de que, mais que operatividade, tratava-se com a causa, de apreender o próprio do inconsciente – “entre a causa e o que ela afeta há sempre mancada”, dizia Lacan, é aí que se pode situar o inconsciente. Dirigi-me então para a causa como rotura no pensamento, abertura, hiância onde alguma coisa acontece (e nomeadamente a relação da neurose com o real). Redescobri aí a característica de interrupção, de falha, que assinala o inconsciente quando emerge. E fui mordida pela conotação de produção real de algo envolvida na causa – como pensá-la com relação ao inconsciente? Reconhecia é claro sua efetividade, em torno de que dispôs-se minha vida toda, em todos os aspectos. E mesmo assim, não percebia o que isto tinha a ver com a querela ancestral sobre a causa alimentada no campo filosófico e científico.

Percebi depois, ao longo da elaboração deste trabalho, que este era o mesmo impasse de Freud. Como articular com os termos do discurso a causalidade envolvida na efetividade do inconsciente? Até que por fim reconheci¹ que este é o impasse em que se cai quando se quer tirar a causa pelo efeito, como fazemos todos. Impasse que indica que não é possível comparar,

¹ (terá sido uma passagem ao limite, ao conceito-limite da causa como tal? Será matéria de exame julgá-lo).

alocar no mesmo plano causa e efeito, duas ordens que, somente pela elaboração deste trabalho se revelaram para mim, como absolutamente distintas, heterogêneas uma à outra, habitantes de dimensões inteiramente diferentes e indissolúvelmente ligadas.

Como na fábula do falcão e do lobo, em que são transformados um casal de amantes – causa e efeito, um só comparece quando o outro não está, um vive de dia o outro de noite, e a rigor, se encontram na transformação de um em outro. Não - é preciso ressaltar - no instante da transformação (“choque entre bolas de bilhar”) que é instante, sem duração, mas na transformação ela mesma, na relação inapreensível que os une, no paradoxo de um corte que atrela o sujeito ao objeto extirpado.

Neste ponto comecei a entender um pouco mais (finalmente) – acompanhando Freud em seu esforço, percebia perfeitamente o que era seu dilema, o que ocorre, quando se tenta apreender a causa diretamente. A gente tenta atingir a causa, mas dela só temos os efeitos, sinais de sua presença quando ela se ausentou. Tenta-se reconduzir os efeitos às causas e só encontra a sucessão – pálida representação, como uma foto antiga de uma festa que aconteceu, de alguma coisa que esteve ali e mandou lembranças (de longe). Botamos uma mão em cada e tentamos juntar, causa e efeito, tentamos a síntese e eles se repelem como ímãs de polaridades retrativas, debandam, um para cada lado, uma para cada plano. É o hiato: só temos acesso à causa através dos efeitos, mas estes se passam noutro plano e só dizem da causa nas falhas do seu encadeamento, quando se desordenam e correm feito loucos, e rolam pelo chão, feito as contas de um colar que se quebrou².

² A imagem do colar também é evocada por Freud no momento em que ele assente que a causação das neuroses não é linear como uma enfiada de pérolas. Os efeitos estão aí, constata, eles abundam, mas não se pode reconduzi-los linearmente até a causa de que são efeitos.

É que a hiância que separa causa e efeito faz parte da causa, é a causa (que não é nada mais que isto, este intervalo renitente onde alguma coisa acontece).

Freud pode tomá-la pelo lugar do sujeito em seu ato inantecipável por relação ao objeto da pulsão. Trata-se portanto na psicanálise e desde então, de causa – mas da causa não como o que pode explicar simplesmente o sintoma ou esclarecer seus mecanismos (e face à qual o clínico seria externo, como na medicina), e sim como o hiato que inclui nada menos que o ex-nihil que é a casa do sujeito, ex-nihil em que se coloca seu ato de intervenção no mundo.

Por mais que algumas condições estejam dadas – e outras não. Por mais que este sujeito seja sobredeterminado por todas as vicissitudes de sua história, seu *hic et nunc*, o que Freud e Lacan apontam – no limite – é que em seu ato inantecipável o sujeito cria um mundo e decide (sem pensar) a sua vida.

Disse antes que é a escolha de Freud pela dimensão da causa que faz a psicanálise. Lacan aponta no Seminário XI, a certeza de Freud, para ressaltar com que firmeza ele avança, em direção ao campo que ele cria; e observa, que se ele apoia sua certeza nas evidências que a clínica lhe fornecia a partir de seu aspecto de linguagem (“retorno incessante dos significantes estrutura”), não é entretanto daí que ela lhe vem. Ela (a certeza de Freud) vem da auto análise, que Lacan define como “mapeamento genial da lei do desejo”³. O quer indica que em sua certeza, Freud está sustentado por uma certa relação ao seu desejo, na qual se inscreve o seu ato de criação da psicanálise. É talvez por estar guiado por esta relação ao desejo e ao ato, que Freud, diferente dos mestres da filosofia e da ciência, pode visar a causa do desejo.

³ E ele completa: suspenso ao Nome do pai.

Bibliografia

- ALQUIÉ, F. (s.d.) "A idéia de causalidade de Descartes a Kant" em Châtelet, F. (org.) *História da filosofia*. Vol. IV, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- ANSCOMBE, G.E.M. (1981) "Causality and determination" em *The collected philosophical papers of G.E.M. Anscombe, II Metaphysics and the philosophy of mind*. University of Minnesota Press, Minneapolis, 1981.
- ARISTÓTELES *Physics*. Oxford, Oxford University Press, 1996.
- ASSOUN, P.L. (1981) *Introduction à l'épistémologie freudienne*. Paris, ed. Payot, 1981.
- BARON, E.M. (1979) *História da matemática, origem e desenvolvimento do cálculo*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985
- BARROS, C.P. de (1971) "Conceitos termodinâmicos e evolucionistas na estrutura formal da metapsicologia freudiana" em *Cadernos do Tempo Psicanalítico* – Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, Rio de Janeiro, n° 3, 1998.
- _____ (1975) "Contribuição à controvérsia sobre o ponto de vista econômico" em *Cadernos do Tempo Psicanalítico* – Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, Rio de Janeiro, n° 3, 1998.
- BARROS, R.R. (1993) "O dispositivo analítico" em QUINET, A. (org.) *Jaques Lacan: A psicanálise e suas conexões* Rio de Janeiro, Imago, 1993.
- BENJAMIN, W. (1939) "A doutrina da semelhança" em *Walter Benjamin - Obras escolhidas* vol I trad. e org. Rouanet, S.P. São Paulo, Brasiliense, 1985
- BERCHERIE, P. (1983) *Genèse des concepts freudiens – Les fondements de la clinique* vol. 2. Paris, Éditions Universitaires, 1991.
- BOUVERESSE, J. (1987) *La force de la règle: Wittgenstein et l'invention de la Nécessité*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1987.
- _____ (1991) *Philosophie, mythologie et pseudo-science*. Paris, Éditions de L'Éclat, 1991.
- BOYER, C (1968) *Historia da Matemática*, São Paulo, ed. Edgar Blücher Ltda, 1985.
- BUNGE, M. (1961) *Causalidad. El principio de la causalidad en la ciência moderna*. Buenos Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1978.
- _____ (1971) "Conjonction, succession, détermination, causalité" em *Les théories de la causalité*, Paris, PUF, 1971.
- _____ (1985) *Racionalidad y realismo*. Alianza Universidad, Madrid, Alianza Editorial, 1985.

- CHÂTELET, F. (org.) *História da filosofia*, vol. IV, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- COUTINHO, A.R. (1993a) "Cientificidade e relevância social parte I: Controvérsias sobre a cientificidade da psicologia e das ciências sociais", em *Psicologia: teoria e pesquisa*, 1993, 2, 3.
- _____ (1993b) "Cientificidade e relevância social parte II: uma rediscussão da questão da cientificidade e suas implicações sociais", em *Psicologia: teoria e pesquisa*, 1993, 2, 4.
- DELEUZE, G. (1953) *Empirisme et subjectivité*. Paris, PUF, 1998
- DICIONÁRIO *Les Notions Philosophiques*, Paris, Larrousse, 1998.
- DICIONÁRIO *Trésors du Français – Dictionnaire de l'ancien français – Le Moyen Âge*, A.J. Greimas. Larrousse, 1979.
- DOR, J. (1988) *L'A-Scientificité de la psychanalyse*. Paris, Éditions Universitaires, 1988.
- ELIA, L. (1999) "Uma ciência sem coração" em *Ágora Estudos em Teoria Psicanalítica*, #1 Vol 2, Rio de Janeiro, Pós-graduação em teoria psicanalítica/UFRJ, 1999.
- FERNANDES, F.L. (1991) "A noção de estrutura e a clínica" em *Cadernos de Psicanálise – Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro*, #7, Rio de Janeiro, 1991.
- _____ (1997a) "Sujeito e linguagem na psicanálise" em *Colóquio de Psicanálise e Filosofia*, Rio de Janeiro, Letra Freudiana Escola, Psicanálise e Transmissão, 1997.
- _____ (1997b) "Psicanálise e Temporalidade" em *Revista do departamento de Psicologia – UFF*, vol 9, #1, janeiro a abril de 1997
- _____ (1998) "Freud e a criança" em *Fort-da* #4-5, publicação do CEPPAC (Centro de Estudos e Pesquisa em Psicanálise com Crianças), 1998.
- _____ (1999) "Sobre a negatividade no seminário A Angústia" em *Boletim #2, Jornadas sobre o Seminário A Angústia*. Rio de Janeiro, Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, abril de 1999.
- FEYNMAN, R. (1965) *The character of physical law*. Londres, Penguin Books, 1992.
- _____ (1995) *Física em seis lições*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1999.
- FREIRE, A.B. & FERNANDES, F.L. & SOUZA, N.S. (1996) *A ciência e a verdade – Um comentário*. Rio de Janeiro, Revinter, 1996.
- FREIRE, A.B. (1997) *Por Que os planetas não falam? O real na psicanálise e o real na ciência moderna*. Rio de Janeiro, Revinter, 1997.
- FREUD, S. e BREUER, J. (1893-95) "Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: Comunicação Preliminar", (1895a) *Estudos Sobre*

- Histeria em Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (E.S.B.)* vol. II. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- FREUD, S. (1888) "Histeria" em *E.S.B.* Vol. I. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- (1893a) "Alguns pontos para comparação entre as paralisias orgânicas e histéricas" em *E.S.B.* vol. I. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1893b) "Rascunho B" em *E.S.B.* vol. I. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1894) "As neuropsicoses de defesa" em *E.S.B.* vol. III. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1895a) "Estudos sobre a histeria" em *E.S.B.* vol. II. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____ (1895b) "Projeto para uma psicologia científica" em *E.S.B.* vol. I. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1895c) "Uma réplica às críticas do meu artigo sobre Neurose de Angústia" em *E.S.B.* vol. III. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1895d) "Sobre os critérios para destacar da neurastenia uma síndrome particular intitulada 'neurose de angústia'" em *E.S.B.* vol. III. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1895e) Carta a Fliess de 25/05/95 em MASSON, J. *A Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1989
- _____ (1896a) "Hereditariedade e a etiologia das neuroses" em *E.S.B.* vol. III Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1896b) "A etiologia da histeria" em *E.S.B.* vol. III. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1896c) "Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa" em *E.S.B.* vol. III. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1896d) "Manuscrito K" em *E.S.B.* vol. I. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1896e) "Carta 52 a Fliess" em *E.S.B.* vol. I. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1897a) "Carta 69 a Fliess" de 21/9/1897 em *E.S.B.* vol. I. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1897b) "Carta 70 a Fliess" em *E.S.B.* vol. I, Rio de Janeiro, Imago, 1974
- _____ (1897c) "Carta 71 a Fliess" em *E.S.B.* . vol. I, Rio de Janeiro, Imago, 1974
- _____ (1898a) "A sexualidade na etiologia das Neuroses" em *E.S.B.* vol. III. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1898b) "Carta a Fliess datada de 22/09/98" em *E.S.B.* vol. I. Rio de Janeiro, Imago, 1974.

- _____ (1900a) "A interpretação dos sonhos" em *E.S.B.* vols. IV e V. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1900b) "Carta a Fliess datada de 22/03/1900" em MASSON, J. A. *Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1989.
- _____ (1905a) "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" em *E.S.B.* vol. VII. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1905b) "Fragmento da análise de um caso de histeria" em *E.S.B.* vol. VII. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1906) "Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses" em *E.S.B.* vol. VII. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1914) "História do movimento psicanalítico" em *E.S.B.* vol. XIV. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1914b) "Recordar, repetir, elaborar" em *E.S.B.* vol. XIV. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1915) "O Inconsciente" em *E.S.B.* vol. XIV. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1917a) "Conferências de introdução à psicanálise: 22ª Conferência. Algumas perspectivas sobre o desenvolvimento e a regressão. Etiologia" em *E.S.B.* vol. XVI. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1917b) "Conferências de introdução à psicanálise: 23ª Conferência. Os caminhos da formação do sintoma" em *E.S.B.* vol. XVI. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1918) "História de uma neurose infantil" em *E.S.B.* vol. XVII. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1921) "Psicologia das massas e análise do Eu" em *E.S.B.* vol. XVIII. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1923) "O Ego e o Id" em *E.S.B.* vol. XIX. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1925) "Um estudo autobiográfico" em *E.S.B.* vol. XX. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1933) "Novas conferências introdutórias à psicanálise: 35ª conferência. A questão de uma weltanschauung" em *E.S.B.* vol. XXII, Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1937) "Análise terminável e interminável" em *E.S.B.* vol. XXIII. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- _____ (1938) "Esboço de psicanálise" em *E.S.B.* vol. XXIII. Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- FREUD, S. *Obras Completas*, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1992.
- HALBWACHS, F. (1971) "Causalité linéaire et causalité circulaire em physique" em *Les théories de la causalité*, Paris, PUF, 1971.

- HEIDEGGER, M. (1949) "L'époque des conceptions du monde" em *Chemins qui ne mènent nulle part*, Paris, Gallimard, 1999.
- HUME, D. (1740) *La morale. Traité de la nature humaine III*, Paris, Flammarion, 1993.
- _____ (1748) *Uma investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo, Ed. Unesp, 1999.
- JONES, E. (1953) *Vida e Obra de Sigmund Freud*, vol.1, Jorge Zahar Ed., 1953.
- KANT, I. (1763) *Essai pour introduire en philosophie le concept de grandeur négative*. Paris, Vrin, 1972.
- _____ (1781) *Crítica da razão Pura*. (trad. Santos, M e Mourjão, F.) Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- _____ (1783) *Prolégomènes à toute métaphysique future*, Paris, Vrin, 1996.
- KOJÈVE, A. (1932) *L'Idée du déterminisme dans la physique classique et dans la physique moderne*. Paris, Librairie Générale Française, 1990.
- _____ (1947) *Introduction à la lecture de Hegel*. Paris, Gallimard, 1989.
- KOYRÉ, A. (1957) *Du monde clos à l'univers infini*. Paris, Gallimard, 1973.
- _____ (1966a) *Études D'Histoire de la Pensée Scientifique*. Paris, Gallimard, 1985.
- _____ (1966b) *Études Galiléennes*. Paris, Hermann, 1986.
- _____ (1961) *Études Newtoniennes*. Paris, Gallimard, 1991.
- KUHN, Th.S. (1966) "Les notions de causalité dans le développement de la physique" em *Les Theories de la Causalité*. Paris, PUF, 1971.
- LACAN, J. (1953) *O Seminário, Livro I: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1986.
- _____ (1953b) "Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise" em *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____ (1954-55) *O Seminário, Livro II: O eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1966.
- _____ (1955) "O seminário sobre 'A carta roubada'" em *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____ (1955-56) *O Seminário, Livro III: As psicoses*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
- _____ (1956) "A coisa freudiana" em *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____ (1957) "A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud" em *Escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____ (1958) "A significação do falo" em *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.

- _____ (1960) "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano" em *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____ (1961-62) *L'identification*, seminário inédito.
- _____ (1962-63) *L'Angoisse*, seminário inédito.
- _____ (1963a) "Kant com Sade" em *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____ (1963b) *Les Noms du Père*, seminário inédito.
- _____ (1964a) *O seminário livro XI: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1979.
- _____ (1964b) "Posição do inconsciente" em *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____ (1965-66) "De um desígnio" em *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____ (1966a) "A ciência e a verdade" em *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____ (1966b) "De nossos antecedentes" em *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____ (1969-70) *O Seminário, Livro XVII: O Averso da Psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1991.
- _____ (1972-73) *O Seminário, Livro XX: Mais, ainda*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1996.
- _____ (1974-75) *RSI - Seminário inédito*.
- LALANDE, A. (1926) *Vocabulário técnico e crítico de Filosofia*. Martins Fontes, SP, 1990.
- LEONI, G.D. (1958) "Virgílio no ambiente Histórico e literário de seu tempo" em *Virgílio - A Eneida*. Biblioteca Clássica vol. XLII, São Paulo, Atena Editora.
- MALHERBE, M. (1992) *La philosophie empiriste de David Hume*, Paris, Vrin, 1992.
- MANFRONI, A.C. (1999) "As questões do objeto *a* no Seminário Os Nomes do Pai e no Seminário A Angústia" - Documento interno de trabalho do Tempo Freudiano Associação Psicanalítica. Rio de Janeiro, dez.99.
- MARCONDES, D. (1997) *Iniciação à História da filosofia - dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.
- MASSON, J. *A Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1989.
- MEZAN, R. (1987) *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo, Perspectiva, 1988.
- MILLER, J.A. (1988a) "To interpret the cause: From Freud to Lacan" em *Newsletter of the freudian field* (mimeo).
- _____ (1988b) *Cause et consentement* - Seminário inédito.

- MILNER, J.C. (1991) "Lacan et la Science Moderne" em *Lacan avec les philosophes*. Paris, Éditions Albin Michel S.A.
- _____ (1995) *L'Œuvre claire – Lacan, la science, la philosophie*. Paris, Éditions du Seuil, 1995.
- _____ (1975) *O Amor da Alíngua*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.
- MOLIÈRE, J.B. (1666) *Le médecin malgré lui*. Paris, Librairie Larrousse, 1990.
- MORA, J.F. (S.D.) *Diccionario de Filosofia*. Tomo1. Barcelona, Editorial Ariel S.A., 1994.
- NASSIF, J. (1968) "Freud et la Science" em *Cahiers pour L'Analyse* # 9., *Généalogie des sciences*. Paris, Éditions du Seuil, été 1968
- NUSSENZVEIG, C e R. (1989) *300 anos dos PRINCIPIA de Newton*. Rio de Janeiro, Núcleo de Publicações Coppe, Dazibao, 1989
- PHILONENKO, A. (1969) *L'oeuvre de Kant. T.1*, Paris, Vrin, 1989
- _____ (1972) *L'oeuvre de Kant. T 2*, Paris, Vrin, 1993
- POTTER, D. "Un odeur du pudding brûlé" em *L'Âne – Le magazin freudien*. Avril-Juin 1986, numéro 26.
- PUECH, M. (1990) *Kant et La Causalité*, Paris, Vrin, 1990.
- REY, P. (1989) *Uma temporada com Lacan*. Rio de Janeiro, Rocco, 1990.
- ROCHA, A.C. (1999) "Sobre o ensino e a transmissão: anotações à margem do seminário A Angústia" em *Boletim* #2, *Jornadas sobre o Seminário A Angústia*. Rio de Janeiro, Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, 1999.
- RÓNAL, P. (1975) *Como aprendi o português e outras aventuras*. São Paulo, Ed. Globo, 1992.
- RONAN, C. (org) *História Ilustrada da Ciência* vol. 3, Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1987.
- ROSENFELD, L. (1968) "Considérations non philosophiques sur la causalité em physique" em *Les Théories de la causalité*. Paris, PUF, 1971
- RUSSEL, B. (1949) *A perspectiva científica*, São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1962.
- _____ (1966) *Significado e verdade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1978.
- SAUSSURE, F. (1916) *Curso de Lingüística Geral*, São Paulo, Editora Cultrix Ltda, 9ª ed., s/d.
- SBANO, V. (1991) "Kant critico e Kant filósofo" em *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, Cadernos de Filosofia da PUC-Rio, #5, novembro de 1991.
- _____ (1999) Referências filosóficas do Seminário XI de J.Lacan – "Tiquê e autômaton". Documento interno de trabalho do Tempo Freudiano Associação Psicanalítica.

- _____ (2000) Referências filosóficas do Seminário XI de J.Lacan - "Teeteto". Documento interno de trabalho do Tempo Freudiano Associação Psicanalítica.
- SOUZA, N.S. (1994) "A foraclusão, um caso de grandeza negativa" *em Boletim de Novidades Pulsional* Centro de Psicanálise, Ano VII, #59, São Paulo, Livraria Pulsional, março de 1994.
- _____ (1996a) "O conceito de causa em Lacan" em FREIRE, A.B. & FERNANDES, F.L. & SOUZA, N.S. (1996) *A ciência e a verdade - Um comentário*. Rio de Janeiro, Revinter, 1996.
- WITTGENSTEIN, L. (1945) *Philosophical investigations*. New York, Macmillan Publishing co., inc., 1989.
- ZIZEK, S. (1994) *Metastases of enjoyment: six essays on woman and causality*. London, New York, Verso, 1995


Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna Fernanda Teóphillo da Costa-Moura, intitulada "A função da causa em psicanálise", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



Profª. Anamaria Ribeiro Coutinho
(Orientadora) PUC-Rio



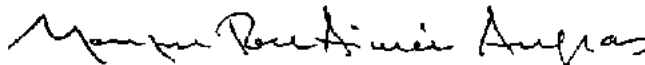
Profa. Ana Maria Rudge
PUC-Rio



Profª Anna Carolina Lo Bianco
UFRJ



Profª. Ana Beatriz Freire
UFRJ



Profª. Monique Rose Aimée Augras
PUC-Rio

Visto e permitida a impressão
Rio de Janeiro, ... 5.1.97 / 2000.



Prof. Jurgen Heye
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas